



# Boa ventura!

A CORRIDA DO OURO NO BRASIL

[1697-1810]

*A cobiça que forjou um país, sustentou  
Portugal e inflamou o mundo*



LUCAS FIGUEIREDO

3ª EDIÇÃO



EDITOR A RECORD

RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2011

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO  
FONTE

SINDICATO NACIONAL DE  
EDITORES DE LIVROS, RJ

Figueiredo, Lucas, 1968-

Boa ventura!, A corrida  
de ouro no Brasil [1697-1810]  
A cobiça que forjou um  
Brasil / Lucas Figueiredo  
ed. - Rio de Janeiro : Re  
2012.

recurso digital

Anexos

Inclui bibliografia e índice

Formato: ePub

Requisitos do sistema  
Adobe Digital Editions

Modo de acesso: Visualizar  
Wide Web

ISBN 978-85-01-09400-4  
[recurso eletrônico]

1. Brasil - História - História  
Período colonial, 1500-1808. 2.  
Brasil - História - Entradas e  
bandeiras, 1634-1728. 3. C  
Minas e mineração - Bra  
História. I. Título.



CDD: 981.03

CDU:

94(81)"1500/1822"

Copyright © Lucas Figueiredo,  
2011.

Capa e miolo: Sérgio Campante  
Diagramação da versão  
impressa: Mari Taboada



Direitos exclusivos desta edição  
reservados pela  
**EDITORA RECORD LTDA.**

Rua Argentina 171 - 20921-380  
Rio de Janeiro, rj - Tel.: 585-  
2000

---

Produzido no Brasil

ISBN 978-85-01-09584-8

Seja um leitor preferencial  
Record.

Cadastre-se e receba  
informações sobre nossos  
lançamentos e nossas  
promoções.

Atendimento e venda direta ao  
leitor:

mdireto@record.com.br ou (21)

2585-2002

PARA MATEUS E INÁCIO

*Se vos perguntam por que tantos riscos correram  
por que se afrontaram tantos perigos  
por que se subiram tantos montes  
por que se exploraram tantos rios  
por que se descobriram tantas terras  
por que se avassalaram tantas tribos  
dizei-o — e não mentireis — foi por cobiça!*

GONÇALVES DIAS

**PARTE 1 — O TESOURO**

*Capítulo 1: A pepita*

**PARTE 2 — BUSCA**

*Capítulo 2: Fome de ouro*

*Capítulo 3: O metal que “endoença”*

*Capítulo 4: Pecadores e caranguejos*

*Capítulo 5: Longa e incerta via*

**PARTE 3 — DESCOBERTA**

*Capítulo 6: A ambição dos homens tudo facilita*

**PARTE 4 — CORRIDA**

*Capítulo 7: Os escondidos de Deus*

*Capítulo 8: Som de guerra*

*Capítulo 9: O grande governador da Ilha dos Lagartos*

*Capítulo 10: Um presente para o rei*

*Capítulo 11: Matéria e bizarria*

*Capítulo 12: Triunfo do sertão*

*Capítulo 13: Os que não sonharam*

*Capítulo 14: O arrepio do medo*

**PARTE 5 — DECADÊNCIA**

*Capítulo 15: Esfarrapada fortuna*

*Capítulo 16: Fanfarrões*

*Capítulo 17: Da inutilidade do ouro*

*Capítulo 18: Da utilidade do ouro*

*Capítulo 19: Adeus, Lisboa*

**PARTE 6 — O FIM**

*Capítulo 20: O gigante deitado*

*Capítulo 21: O que restou e o que ficou*

**Anexos**

*Galeria dos reis de Portugal entre 1385 e 1826*

*Atualização e localização dos topônimos*

*Fontes*

*Mapas*

*Créditos*

*Agradecimentos*

*Índice*



do Brasil he aque parte alinha vermeha  
 e pertu aquallinhahe a de maruocam que  
 e de castella ou Catholicos dom Fernand  
 zabel e Estrey dom loao o 2º de Portugal  
 nose cobzurolo geru as capitania que par  
 artildas pertinhão a qualhy São Morycy  
 Rey de Portugal dom Manuel e dom Jo  
 filha e herosero de gles nome fizeo a homes  
 y vem os Seruuntim node cobzurolo e  
 a das Indias orientales Aquedy de sua  
 de loy de Pº Pereira vey mudo noy de  
 sem criã Tuora a Coroa nella ha abacia  
 los fãtilas e Cidade do Salvador onde  
 q uer fãtilas e Cidã todos os mays lam  
 Ncepto a cidade de São Sebastiao no lito  
 my capitania de Piro de gony aquall Cidade  
 ada aos frances pelloy gouernador Me  
 as meliores emays ricas dellas Capita  
 do ate São Magellã e a de loyze dal  
 as e illas sem os que mays fãtilas tem  
 e zall de mays (zall de Mitoz de uoy  
 da fãtila dellas capitania pela cofia de  
 e legas e para a Serua tanto ate che  
 rna dade maruocam e comia repartida  
 V. he possada esta terra de Brasil lo  
 rruques qualtozem as Capitania  
 he ha cofia do mar equale mudo e to  
 pela Serua heruy pouocada do genti  
 lo tem mudo mal mendas em partes  
 a Ouro all de Maruocome delamagye

# PARTE 1

## O TESOURO







## Capítulo 1: A Pepita

Se pudesse escolher, Sua Majestade Fidelíssima talvez tivesse preferido passar o dia a tocar violoncelo ou a traduzir mais uma peça de Shakespeare para o português, trancado no gabinete real. Disso era o que d. Luís I gostava e fazia de melhor. Mas naquele princípio de fevereiro de 1876, sua agenda incluía uma tarefa que ele não apreciava e que definitivamente não era sua especialidade: governar Portugal. A missão estava longe de ser árdua, mas seu significado era triste. D. Luís deveria vistoriar as joias da Coroa a fim de escolher algumas para serem vendidas.<sup>1</sup> O dinheiro arrecadado na queima teria como finalidade exclusiva tapar ou pelo menos diminuir o rombo nos cofres reais. Sim, mais uma vez Portugal se encontrava dependurado em dívidas, e já havia uma temporada que nem ao menos os juros eram honrados.

Fossem aqueles outros tempos, o rei poderia simplesmente buscar socorro no Brasil, como seus antecessores tinham feito durante dois séculos.<sup>2</sup> Mas a antiga colônia não pertencia mais a Portugal havia 53 anos. Desta vez, o crônico desequilíbrio financeiro de Lisboa não teria remédio no Brasil, nem na África, nem na Ásia: já não havia mais império português, ou melhor, o que restava dele eram algumas poucas e pobres possessões.

Não era apenas a falta de um amparo além-mar que tornava frágil o reinado de d. Luís I. Sobravam-lhe inimigos internos. Os ares republicanos que bafejavam na Europa haviam alcançado Portugal, e fortes conspirações miravam não apenas a monarquia mas também a figura pessoal do rei. Era uma época perigosa para usar uma coroa, ainda mais uma coroa sem prestígio político. El-rei sequer podia imaginar, mas dali a três décadas seu filho e seu neto mais velhos (respectivamente, d. Carlos I, herdeiro do cetro, e d. Luís Filipe, primeiro na linha de sucessão) seriam assassinados em praça pública, e dois anos depois, de forma melancólica, a monarquia portuguesa, já quase octingentésima, chegaria ao fim.

Mas antes desse tão próximo e sombrio porvir, havia o presente. Por ora, d. Luís I deveria apenas se concentrar na visita ao Palácio das Necessidades, mais especificamente à casa-forte dessa antiga residência real, onde eram guardadas

as joias  
da  
Coroa.



D. LUÍSI

Acompanharam sua majestade na vistoria aos tesouros reais o administrador, o tesoureiro e o contador do palácio.<sup>3</sup> Não se sabe se d. Luís encarou a faina com abatimento ou entusiasmo, mas uma coisa é certa: eram deslumbrantes as peças que o rei teve diante de si. Havia, por exemplo, a pequenina caixa de tabaco em estilo *rocaille*, criada e executada em Paris por Jacqumin, o extraordinário ourives

de Luís XV. Com 120 anos de idade, o mimo resplandecia os bons tempos de Portugal: lá estava o ouro do Brasil adornado com 204 esmeraldas e mais 853 diamantes, estes últimos também extraídos no Brasil (o maior deles, do tamanho de uma bola de gude, pesava 29 quilates, o equivalente a 6 gramas).<sup>4</sup> O trabalho de Jacqmin ficara tão gracioso que, antes de enviar a caixa a Lisboa, ele não resistiu e, contrariando a etiqueta, mostrou-a a Madame de Pompadour, a amante do rei francês.<sup>5</sup>

Nos tesouros reais do Palácio das Necessidades, a joia estava em boa companhia junto de botões, alfinetes e passadores de diamantes, anéis e medalhões de pedras preciosas, relógios de marfim, gargantilhas, pulseiras e brincos de brilhantes, pingentes de safira, diademas de coral e variadas peças em ouro (pistolas, punhais, espadas, uma bengala e até um binóculo).<sup>6</sup> Uma única insígnia da Ordem do Tosão de Ouro, criada pelos joalheiros Pollet, de Paris, no final do século XVIII, reunia cerca de 400 diamantes, 184 rubis e uma vultosa safira do Ceilão.<sup>7</sup> Já um serviço de chá com 33 peças em estilo inglês pesava 4 quilos e meio de ouro maciço (a cafeteira sozinha tinha mais de 1 quilo do metal).<sup>8</sup>

De que peças o rei decidiu desfazer-se? Isso a história não registrou. Daquele dia, restou apenas a notícia da riqueza a que d. Luís se apegou. Na vistoria, Sua Majestade notou um caixote e resolveu ver o que tinha dentro. Descobriu vasos, urnas e conchas e remexendo um pouco mais encontrou uma preciosidade: uma enorme pepita de ouro, do tamanho de um melão, pesando pouco mais de 20 quilos. Descontando o que havia nela de elementos como terra, ferro, prata e platina, sobravam 4 quilos e meio de puro ouro.<sup>9</sup> A pedra, um exemplar raro, era uma das maiores senão a maior extraída no Brasil no período da corrida do ouro (1697-1810).<sup>10</sup> É um mistério, quase milagre, que, encontrado a cerca de 10 mil quilômetros de Lisboa, o torrão tenha resistido por mais de cem anos com a mesma forma com que fora retirado do solo. De um lado, sobrevivera a oito monarcas que tinham como norma transformar todo o ouro que obtinham no Brasil em moedas e barras (leia-se dinheiro) e joias. De outro lado, a pepita passara incólume pelos gatunos que agiam na casa-forte do Palácio das Necessidades e que tinham especial predileção pelas pedras de ouro *in natura*.<sup>11</sup>

Tivesse consciência ou não da importância histórica do torrão, d. Luís se encantou por ele e quis tê-lo perto de si. Não apenas mandou removê-lo para o Palácio da Ajuda, a residência real, como exibiu-o, poucos dias depois, num baile da corte.<sup>12</sup> Nunca mais a pedra voltou para a casa-forte do Palácio das Necessidades. Houve por certo quem cogitasse colocá-la em exposição pública

num museu de numismática a fim de ampliar seu número de admiradores, mas a ideia não foi adiante.<sup>13</sup> Nos 130 anos seguintes, a pepita teria um destino bem diferente.

Mas esse é o final da história. Antes de contá-lo, é preciso voltar ao período em que tudo começou, quatro séculos antes da visita de d. Luís aos tesouros reais.





## Capítulo 2: Fome de ouro

Mal terminou a leitura do testamento do rei morto, d. João II, os pregoeiros da Coroa saíram às ruas planas da minúscula vila de Alcácer do Sal, no centro do país, a gritar “Real, real, real, mui poderoso rei!”.<sup>1</sup> Era terça-feira, 27 de outubro de 1495, e Portugal tinha um novo monarca.

O  
povo já  
contava  
com a  
perda  
d e d.  
João II  
pois  
havia  
quatro  
anos  
que o



D. MANUEL I

D. MANUEL I

*Príncipe Perfeito* padecia de uma doença misteriosa — circulava o boato de que

tinha sido envenenado.<sup>2</sup> Surpresa absoluta, contudo, foi a notícia de que seu sucessor seria um primo que acumulava a condição de cunhado: o obscuro, néscio e fisicamente disforme duque de Beja, de 26 anos, irmão mais novo da rainha.<sup>3</sup> D. Manuel I, o novo rei, logo seria chamado de *O Venturoso*, e não por acaso. Só mesmo uma sorte pouco comum explica como aquela figura nula na corte pôde ascender ao trono sendo tão remotas as possibilidades de que isso ocorresse, dada a sua colocação pouco privilegiada na linha sucessória. D. Manuel era o décimo na escala de sucessão, mas sua estrela era imensa — diferentemente das dos demais candidatos ao trono. O herdeiro natural do cetro seria o único filho legítimo de d. João II, d. Afonso, mas um tombo de cavalo matou o príncipe aos 16 anos de idade. Na falta de descendentes diretos, a coroa deveria ser repassada a um dos nove primos de d. João, filhos de seu tio d. Fernando. A primeira da fila, pelo critério de idade, era d. Leonor, mas além de prima ela era mulher do rei, portanto estava fora do páreo. A segunda, d. Isabel, foi excluída da lista ao casar-se com o duque de Bragança, desafeto declarado do rei. Restaram sete. Um a um, porém, os nomes foram sendo riscados da relação, por motivo de morte natural ou dramáticos desaparecimentos (d. Diogo, por exemplo, o sexto na linha de sucessão, foi apunhalado pelo próprio d. João II, no paço de Setúbal, ao ser pilhado conspirando contra a Coroa). Sobrou então apenas um: d. Manuel, o último da fila.

Seria este rei por acaso, homem de boa ventura, quem passaria à história, apenas cinco anos depois de sua aclamação, como aquele que mandou ao mar as caravelas que descobriram o Brasil.

Já na leitura do testamento de seu antecessor, em Alcácer do Sal, d. Manuel I soube que ao retornar a Lisboa precisaria de toda a sorte de que dispunha. Na carta que redigiu um mês antes de morrer, d. João II pediu ao primo e cunhado que todos os anos reservasse 4 milhões de reais das rendas do Estado para amortizar dívidas da Coroa que vinham sendo roladadas (e engordadas) havia mais de um século.<sup>4</sup> O passivo fora inaugurado por d. João I (1385-1433), o fundador da Casa de Avis, a dinastia dos reis endividados. Na falta de pagamento, as despesas foram legadas a seu filho d. Duarte I (1433-38) e posteriormente ao neto d. Afonso V (1438-81) e ao bisneto D. João II (1481-95). Por fim caíram no colo de d. Manuel I.<sup>5</sup>

Com 110 anos de administrações perdulárias e financeiramente incompetentes sobre suas costas, a coisa de que o novo rei mais precisava era encontrar um tesouro, e que não fosse pequeno. No território português, contudo, tesouro como esse não havia. O subsolo do país era pobre em ouro e prata (naquela época,

sinônimos de dinheiro). E os recursos humanos, que poderiam servir como compensação, eram limitadíssimos. A mão de obra tinha de ser recrutada numa população que, além de pequena — 1 milhão de habitantes, pouco em relação a vizinhos como França (15 milhões), Espanha (7 milhões) e Inglaterra (3 milhões) —, estava sempre às voltas com devastadoras epidemias de peste. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, logo depois de aclamado, d. Manuel mandou convocar a corte ao castelo de Montemor-o-Novo a fim de receber as primeiras homenagens e manifestações de veneração por parte da fidalguia. Para desgosto do rei, entretanto, os festejos tiveram de ser abreviados por causa da pestilência que assolava a região.<sup>6</sup>



FORMIGAS MINERADORAS (SÉC. XIV)

Pobre em metais preciosos e com limitado estoque de mão de obra, Portugal padecia de um mal ainda pior: a nobreza desmerecia qualquer espécie de trabalho braçal, sobretudo a dura e diária labuta no campo. O que habitava as



cabeças da fidalguia lusitana era o sonho da riqueza fácil — se não de todo fácil, pelo menos instantânea. O português que dispunha de algum cabedal preferia enfrentar “mares nunca dantes navegados” a gastar seus recursos no cultivo de uma roça.<sup>7</sup> Como não poderia deixar de ser, as classes baixas refletiam o fenômeno. Abundavam homens que, entre criar calos nas mãos com uma enxada ou viajar a reinos longínquos para lutar contra exércitos desconhecidos, elegiam sem pestanejar a segunda opção. Os portugueses eram imbatíveis quando se tratava de imaginar fortunas imensas no além-mar à espera do primeiro aventureiro intrépido que se dignasse a encontrá-las. Ninguém como eles era tão crédulo nas lendas que falavam de terras distantes onde formigas gigantes mineravam ouro e árvores davam esmeraldas como frutos. Em 1493, por exemplo, apenas sete anos antes do descobrimento do Brasil, zanzavam pela África não uma, mas duas missões patrocinadas pela Coroa de Portugal com o objetivo de encontrar o mítico reino do Preste João, o imperador de uma terra habitada por ciclopes e grifos que vivia num palácio construído com ouro no lugar de argamassa e com pedras preciosas como alicerce.<sup>8</sup> A pátria de Camões, como o próprio poeta já cantava em verso no século XVI, vivia “metida no gosto da cobiça e na rudeza, duma austera, apagada e vil tristeza”.<sup>9</sup>



PORTO DE LISBOA

Paradoxalmente, “o amor pelo ganho fácil” e a atração pelas “fortunas impossíveis” eram a melhor herança deixada a d. Manuel I.<sup>10</sup> Na busca da riqueza que não sabiam construir em terra firme, aliada ao forte compromisso de dilatar a fé cristã entre “as gentes bárbaras e remotas de todo o mundo”, os monarcas da Casa de Avis lançaram Portugal ao mar, cumprindo assim a

vocação e o destino do país.<sup>11</sup>

A veia lusitana se apresentara pela primeira vez em 1415. Numa época em que nenhum povo tinha coragem de se aventurar em alto-mar, uma esquadra portuguesa composta por mais de duzentas naus enfrentou o “mar tenebroso”, como era chamado o Atlântico, e chegou a Ceuta, no norte da África. Não era o reino do Preste João, mas o ouro era farto a ponto de valer uma batalha. Os portugueses só deixaram a cidade marroquina depois de saquear suas ricas construções, matar muitos inimigos e recolher as moedas do metal precioso dos bolsos dos cadáveres.

Nos anos seguintes, as expedições foram cada vez mais longe, contornando a África. Em menos de um século, as caravelas com a bandeira de Portugal já tinham alcançado os arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde, o Senegal, a Gâmbia, a Guiné, Serra Leoa e a Costa da Mina. O esforço foi recompensado: juntas, essas praças rendiam anualmente a Lisboa cerca de 700 quilos de ouro por meio de saques, extorsões ou negócios.<sup>12</sup>



PARTIDA DE VASCO DA GAMA PARA AS ÍNDIAS (POR MIGUEL  
ÂNGELO LUPI)

Já de posse de uma ampla supremacia náutica sobre todos os demais impérios da Terra, em 1488 Portugal alcançou uma façanha que espanaria as velhas relações humanas, comerciais e geopolíticas do mundo: depois de enfrentar quatorze dias ininterruptos de tempestades em alto-mar, o navegador Bartolomeu

Dias conseguiu finalmente contornar o cabo das Tormentas, no extremo sul da África, estabelecendo assim uma ligação naval até então inexistente entre a Europa e o Oriente. Quando soube do feito, o rei de Portugal, d. João II, tratou de mudar o nome do cabo para Boa Esperança — a fê guiava os negócios — e começou a armar uma nova esquadra. Da próxima vez que retornassem ao fim do mundo, as naus portuguesas não dariam meia-volta como fizera Bartolomeu Dias. Elas seguiriam adiante, rumo às Índias, terra de pimentas, cravo, canela e, esperava-se, ouro a mancheias. D. João II mandou construir navios especiais nos estaleiros da Ribeira e escolheu pessoalmente o capitão da frota, o fidalgo alentejano Vasco da Gama, de 27 anos. Porém, em 1495, quando o rei estava prestes a lançar seus navios ao mar e fundir seu nome a uma das maiores glórias da humanidade, os pregoeiros de Alcácer do Sal saíram às ruas a anunciar sua morte. Assim, a maior proeza de Portugal em todos os tempos cairia, quase pronta, no colo do felizardo d. Manuel I.

Quatro anos após sua assunção, d. Manuel concluiu a missão iniciada por seu antecessor. Em 1499, Vasco da Gama retornou das Índias depois de dois anos de viagem. Trouxe sua frota em frangalhos — dois dos quatro navios foram perdidos, além de 95 dos 148 marujos embarcados —, mas as duas naus que sobraram estavam carregadas com as “orientais riquezas” solicitadas por d. Manuel (canela, cravo, gengibre, noz-moscada, pimenta, madeiras tintoriais, plantas medicinais e algum ouro). O metal não deu para grande coisa, mas as especiarias renderam um lucro de 6.000%.

Se de imediato o feito de Vasco da Gama resultou numa renda espetacular, sob um ponto de vista mais amplo, mudou o rumo da história. Não só implodiu o monopólio do comércio de produtos do Oriente na Europa, até então dominado por genoveses, venezianos e árabes, por via terrestre, como tornou mais apetitosos os pratos de comida servidos de Lisboa a Amsterdã devido à massificação das especiarias. Só um alvo não foi atingido: ainda que com a carteira momentaneamente cheia, d. Manuel continuava a ser um rei pobre.

Ao dominar a rota naval para as Índias, a Coroa tinha garantido um aumento em seus rendimentos, mas nada indicava que a economia de Portugal mudaria de patamar. Uma coisa era conquistar a mais importante rota comercial da Terra, mas mantê-la ativa e lucrativa era outra. Se os ganhos prometiam ser grandes, as perdas também. Rara era a esquadra que voltava inteira ao porto de Lisboa, isso quando não desaparecia por completo, levando para o fundo do mar navios, equipamentos, produtos e dinheiro. Calcula-se que de cada cem marujos que partiam pouco mais de dez regressavam, deixando uma legião de viúvas e

órfãos a pesar nas costas do Estado e da sociedade.<sup>13</sup>

Havia ainda outro problema, bem mais complexo: como sempre, o caixa. Nas Índias, a maioria dos comerciantes que não podiam ser dominados pela força exigia pagamento adiantado por seus produtos. E a moeda corrente eram os metais preciosos, sobretudo o ouro, tão escasso no subsolo ibérico. Em meados do século XVI, um conhecedor profundo dos mercados orientais, Diogo do Couto, recomendava aos que pretendiam se aventurar por aquelas praças: “o principal é levar dinheiro e três vezes dinheiro”.<sup>14</sup> Ou seja, para ganhar o ouro prometido no comércio de produtos das Índias, d. Manuel e seus sócios burgueses, que sempre gravitaram em torno dos monarcas da Casa de Avis, precisavam de uma quantidade de ouro de que não dispunham.

A escassez do metal era um incômodo não apenas para Portugal. Todo o continente sofria com a “fome de ouro”.<sup>15</sup>

Por ser raro, inalterável e fácil de processar (e também pelo misterioso fascínio que exercia sobre o homem), aquele metal amarelo e brilhante era adotado como moeda desde o século IV a.C. Quando d. Manuel I subiu ao trono, as moedas e barras de ouro, seguidas pelas de prata, já eram a reserva de valor mais usada e desejada em transações na Europa, na África e na Ásia. No século XV, contudo, essa evolução monetária se tornou um problema para a Europa. Com uma produção desprezível, restrita praticamente a umas poucas minas nos Alpes e na Silésia, o continente dependia do ouro africano, encontrado sobretudo nos rios de Gana.

Por volta de 1500, mesmo com o aumento da oferta do ouro africano propiciado pelas incursões marítimas de Portugal, o metal disponível na Europa ainda era pouco. Há quem calcule que, se pudesse ser ajuntado e fundido, todo o ouro que circulava no continente naquele período caberia numa caixa de 2 metros de altura, por 2 metros de largura e profundidade.<sup>16</sup> As produções da Europa e África juntas não chegavam a 6 toneladas por ano, talvez bem menos que isso.<sup>17</sup>

Havia ainda outro problema. Além de contar com pouco ouro para girar seus negócios, os europeus não conseguiam retê-lo no continente. A Europa vinha deixando o metal precioso ser drenado pelo Oriente, ora com as aquisições de seda, ora com as especiarias, ora com a porcelana... Os produtos à disposição dos europeus no grande mercado das Índias eram diversificados, mas caros. E a previsão era que o ouro escoaria para o Oriente com mais facilidade ainda à medida que a nova rota aberta por Vasco da Gama começasse a ser explorada por Portugal — e num segundo momento por ingleses, holandeses, franceses etc.

A produção de ouro no planeta já não era suficiente para sustentar o volume de negócios da economia mundial. Se o quadro não mudasse já no início do século XVI, a economia global, que enfrentava uma fase de transição, poderia travar.<sup>18</sup> No caso específico de Portugal, isso significava que d. Manuel I teria de dar adeus a seu projeto de riqueza.

Movido a cobiça, o mundo precisava desesperadamente de ouro.



Na  
manhã  
de 9 de  
março de  
1500, d.  
Manuel  
começou  
a testar  
sua sorte.  
Naquele  
dia, sob o  
comando  
do jovem  
capitão  
Pedro  
Álvares  
Cabral,  
de 32  
anos,  
partiu a  
segunda

### PEDRO ÁLVARES CABRAL

expedição portuguesa rumo às Índias. Mediante um pagamento equivalente a 35 quilos de ouro, Cabral deveria conduzir até Calicute dez naus e três caravelas tripuladas por 1.500 homens e abarrotadas de metais preciosos e mercadorias. Esperava-se que voltasse com os porões dos navios cheios de especiarias e outros produtos de valor. A missão, no entanto, não se restringia aos negócios nas Índias. Havia um encargo secreto.

No princípio da viagem, logo depois de passar pelas ilhas de Cabo Verde, a

esquadra deixou de seguir o traçado do continente africano e desviou-se à direita, rumo a uma porção de terra já conhecida, ligeiramente explorada, mas ainda não ocupada: o Brasil.<sup>19</sup> O território prestes a ser conquistado era (mais) uma esperança da Coroa Portuguesa de conseguir seu tão sonhado tesouro.

Dois dias depois de chegar ao Brasil, Cabral começou a se inteirar do assunto do ouro. No final da tarde do dia 24 de abril, o capitão mandou Afonso Lopes — “homem vivo e competente” — sondar o porto onde a esquadra acabara de ancorar.<sup>20</sup> Na investigação, Lopes se deparou com dois nativos pescando numa canoa e não perdeu a chance de capturá-los.

Já era noite quando o piloto retornou à nau capitânia, e a primeira coisa que fez foi levar os prisioneiros à presença de Cabral. “Bem-vestido”, com um colar de ouro “muito grande no pescoço”, Cabral esperou a comitiva abancado numa cadeira que fora colocada de forma solene sobre um tapete.<sup>21</sup> A seus pés, sentados na tapeçaria, os tripulantes do navio — entre eles, um senhor na casa dos 50 anos, o escrivão da esquadra, Pero Vaz de Caminha. Assim que os prisioneiros subiram a bordo, tochas foram acesas. E então, sob aquela luz de teatro, o capitão pôde ver — sem provavelmente entender por completo — que havia encontrado um povo em tudo diferente ao português. E não só pela aparência ou pelos costumes.

Os dois homens colocados à frente de Cabral em nada se pareciam com o samorim vestido de ouro dos pés à cabeça que Vasco da Gama encontrara dois anos antes, em Calicute. Os índios do Brasil desprezavam o conceito de propriedade privada e partilhavam entre si a caça, a pesca, os frutos e os poucos alimentos que plantavam. Ou seja, eram a encarnação da anticobiça. Os prisioneiros levados à presença de Cabral — “mancebos e de bons corpos” — estavam inteiramente nus e tinham uma cor parda, “algo avermelhada”.<sup>22</sup> Enfeitavam-se de maneira singela: o lábio inferior furado, com um osso atravessado, e o cabelo raspado acima da orelha. Um deles usava um penacho amarelo.

A cena armada pelo capitão para parecer altissonante não resultou no efeito esperado. Os índios não manifestaram “qualquer sinal de cortesia”. Quando abriram a boca, foi uma fala incompreensível o que se ouviu. O anticlímax da situação talvez tenha levado Pero Vaz de Caminha a imaginar coisas. “Um deles”, anotaria o escrivão, “fixou o olhar no colar do capitão e começou a acenar para a terra e logo em seguida para o colar, como querendo dizer que ali havia ouro.” Que havia, havia, mas era impossível que os índios tivessem ciência disso. Em 1500, os nativos do Brasil não conheciam o metal; estavam ainda na

idade da pedra polida. Caminha, contudo, prosseguindo em seu autoengano, passou a imaginar que os índios queriam fazer negócio:

*Um deles viu umas contas de rosário brancas. Mostrou que as queria, pegou-as, folgou muito com elas e colocou-as no pescoço. Depois tirou-as e, com elas, envolveu os braços. E acenava para a terra e logo para as contas e para o colar do capitão, como querendo dizer que dariam ouro por aquilo.<sup>23</sup>*

Os índios dormiram ali mesmo no tapete, com as vergonhas expostas, até que alguém cobriu-os com mantos. No dia seguinte, foram soltos.

Aquele primeiro encontro de Cabral com os nativos aconteceu numa sexta-feira. No domingo, houve outro. Era Páscoa. O capitão fora à terra ouvir a missa rezada por frei Henrique. No final do dia, quando passeava à beira de um rio, encontrou um grupo de tupiniquins. Os homens eram elegantes e tinham o corpo pintado de preto e vermelho. As mulheres, quatro ou cinco, eram novas e “não pareciam mal” — uma delas levava uma criança ao peito, amarrada com um pano. Um velho índio que tinha como adorno uma pedra verde no lábio, aparentemente sem valor, foi abordado por Cabral. Foi o velho, e não o capitão, quem primeiro tentou entabular o diálogo. O ancião pôs-se a falar aquela língua indecifrável, enquanto Cabral, sem saber o que responder, perguntava sobre o ouro. Eram dois mundos desconexos.

Sem qualquer chance de ser entendido pela fala, o capitão fez sinal para que o velho tirasse a pedra verde da boca, e foi o que o índio fez. Mas, numa reação inesperada, sem parar de falar, o índio tentou colocar o calhau na boca de Cabral, provocando risos e gracejos, tanto nos brancos quanto no gentio. O capitão não gostou — ou, na definição de Caminha, “enfadou-se”. Cabral desistiu do contato com o índio e continuou seu passeio. Foi comer palmitos.

Estavam encerradas as investigações mineralógicas da expedição armada por d. Manuel.

Na carta de sete páginas escrita por Caminha com letra miúda e elegante, o rei tomou conhecimento de como era a nova conquista de Portugal. Parecia o paraíso na terra, tinha muito inhame e, caso houvesse interesse em cultivá-la, tudo nela daria. O episódio do colar na capitânia, interpretado pelo escrivão como a indicação da suposta presença do metal em terra, foi relatado com a devida cautela. “Tomávamos nós nesse sentido por ser esse o nosso desejo”, anotou Caminha com uma honestidade singular.<sup>24</sup> Em vez de ouro, d. Manuel foi

presenteado com araras, papagaios, arcos, flechas, penas e plantas tropicais.

El-rei teve mais proveito com as mercadorias que Cabral trouxe das Índias, para onde havia seguido depois de deixar o Brasil: grandes quantidades de pimenta, gengibre, noz-moscada, almíscar, açafão, louças, porcelanas, diamantes, pérolas e rubis, entre outras. Mesmo com a perda de seis dos treze navios da esquadra, os produtos da segunda etapa da viagem de Cabral cobriram os prejuízos e ainda deram ao rei e a seus sócios um lucro de mais de 200%.<sup>25</sup>



DESEMBARQUE DE CABRAL EM PORTO SEGURO (POR OSCAR PEREIRA DA SILVA)

Como seria de se esperar, d. Manuel se encheu de amores pelas Índias e desprezou a Terra de Santa Cruz, como fora batizada a descoberta no Novo Mundo. Ao escrever a seus sogros, d. Fernando e d. Isabel, reis de Espanha, para anunciar as novidades, d. Manuel enalteceu as oportunidades do Oriente — como a mina de ouro descoberta em Sofala — e gastou apenas três das 311 linhas para tratar do Brasil.<sup>26</sup> O rei citou a nudez dos nativos (“gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas”) e destacou que a Terra dos Papagaios, como a nova posse ficaria conhecida fora de Portugal, era um ponto estratégico para as futuras expedições rumo às Índias, uma espécie de parada de abastecimento. E foi só.

No mesmo ano em que escreveu aos reis de Espanha, d. Manuel mandou ao



Brasil um jovem financista florentino, Américo Vespúcio, a fim de obter uma segunda avaliação do novo domínio português. O rei não tinha grande entusiasmo pela posse, mas não perdera de todo as esperanças. E se Caminha estivesse certo e os índios quisessem mesmo trocar ouro por bugigangas? Entre 1501 e 1502, Vespúcio navegou pela faixa do litoral que vai dos atuais estados do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul e, ao final, produziu um relatório demolidor. “Nessa costa, não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil (...). E já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela”.<sup>27</sup> Mesmo antes de tomar conhecimento do resultado das explorações de Vespúcio, d. Manuel também havia começado a se despedir do Brasil. Ainda em 1501, o rei arrendou suas terras na América a um consórcio liderado por um rico mercador português, Fernão de Loronha. Por uma década, a um preço equivalente a 14 quilos de ouro por ano, os navios de Loronha atravessariam várias vezes o oceano e voltariam a Lisboa repletos de pau-brasil e com algumas dezenas de índios, papagaios, tiús e macacos.<sup>28</sup>

Não se pode dizer que a sorte tenha abandonado d. Manuel, muito ao contrário. Com os ganhos obtidos na rota Lisboa-Calicut e os 700 quilos de ouro arrecadados anualmente na África, o rei pôde copiar o estilo perdulário de seus antecessores e também manter as benesses da parasitária corte portuguesa. D. Manuel ainda deu sequência à expansão do império, levando a bandeira de Portugal a tremular em pontos longínquos, como o Golfo Pérsico e a Indonésia. Quando morreu em 1521, aos 52 anos, era um monarca poderoso, ainda que endividado.

No tempo de d. Manuel, a Coroa Portuguesa lucrou como nunca, mas gastou mais do que podia. Os débitos vencidos eram tão grandes que, repetindo o gesto de seu antecessor, o rei, ao ditar seu testamento, encarregou a seu filho e futuro sucessor, d. João III, que fizesse o necessário para resgatar o crédito da real fazenda portuguesa, mesmo que para isso fosse preciso vender ou empenhar joias e móveis.<sup>29</sup>

Quando, à beira da morte, d. Manuel assumiu-se um devedor, não poderia passar por sua cabeça que havia um torrão de ouro de 20 quilos enterrado a uma distância de mil quilômetros de onde Cabral estivera. Muito menos que o território que ele desprezara possuía aproximadamente mil toneladas de ouro de fácil extração, um volume do metal precioso que até então o mundo não tinha visto.<sup>30</sup>

## Notas

1. Para a leitura do testamento e o anúncio público, Mário Domingues, *D. Manuel I*, p. 24.
2. Para a hipótese de envenenamento, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil*, p. 131.
3. O perfil do rei é traçado por Mário Domingues, biógrafo de vários componentes da família real portuguesa. *Op. cit.*, pp. 5-16.
4. Miguel Augusto Gonçalves de Souza, *op. cit.*, p. 79, e Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 18-21.
5. Afrânio Peixoto, *História do Brasil*, p. 79, e Miguel Augusto Gonçalves de Souza, *op. cit.*, pp. 122-3.
6. Mário Domingues, *op. cit.*, p. 26.
7. “Mares nunca dantes navegados” é expressão de Luís de Camões. *Os lusíadas*, p. 13.
8. Willy Ley e Sprague de Camp, em *Da Atlântida ao Eldorado*, pp. 129-40.
9. Luís de Camões, *op. cit.*, p. 319.
10. “Amor ao ganho fácil” e “fortunas impossíveis” são expressões de Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, pp. 970 e 973.
11. Simão Ferreira Machado, “Triunfo eucarístico”, *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1910, p. 992.
12. Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, pp. 61-78.
13. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, p. 39.
14. Diogo do Couto deixou suas impressões sobre as Índias em *Soldado prático*. Afrânio Peixoto, *op. cit.*, p. 46.
15. Expressão de Virgílio (*Eneida*, livro III): “A que não obrigas tu os corações dos mortais, ó maldita fome de ouro!”
16. Cálculo do autor com dados de De Foville citados por Pierre Vilar, *op. cit.*, p. 29.
17. Adolf Soetbeer, o primeiro historiador a arriscar-se nas estimativas de produção de ouro, dizia que o volume da produção mundial no período 1493-1520 fora, em média, de 5,8 toneladas por ano. Pierre Vilar considerava que a estimativa pecava por excesso, mas utilizou-a no curso de história monetária que ministrou na Sorbonne entre 1964 e 1966, com a justificativa de que as cifras de Soetbeer, mesmo que pudessem ser criticadas, ainda não haviam sido

substituídas. Em 2010, a questão levantada por Vilar permanecia inalterada. Pierre Vilar, *op. cit.*, pp. 91, 241 e 426.

18. O final do século XV e início do XVI foi marcado pela superação da economia medieval (na qual os metais eram menos importantes) para o mercantilismo (sistema que dependia da circulação de uma quantidade maior de metais). O tema é abordado por Virgílio Noya Pinto, a partir de estudos de Gaston Imbert, em *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, pp. XV-XVIII e 1-16.

19. A questão referente à circunstância em que se deu o descobrimento (intencional ou casual) ainda divide historiadores. Amparado nos estudos de Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo Varnhagen, este autor se alinha aos defensores da primeira hipótese. Quanto à precedência no descobrimento, não há mais dúvidas de que os espanhóis Vicente Yañez Pinzón e Diego de Lepe estiveram no Brasil poucos meses antes de Cabral, e suspeita-se que mesmo antes disso outros navegantes o tenham feito. Isso não muda o fato de que, “sociologicamente falando”, na expressão de Capistrano de Abreu, os verdadeiros descobridores do Brasil foram os portugueses, que se apossaram da terra e a colonizaram.

20. Carta de Pero Vaz de Caminha. A carta com sua grafia original e uma versão com a grafia atualizada estão em Silvio Castro, *A carta de Pero Vaz de Caminha*, pp. 42-116.

21. *Idem.*

22. *Idem.*

23. *Idem.*

24. *Idem.*

25. Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 52.

26. A íntegra da carta está em Ivan Alves Filho, *Brasil: 500 anos em documentos*, pp. 27-9.

27. Carta de Américo Vespúcio de 4 de setembro de 1504. Américo Vespúcio, *Novo Mundo*, p. 129.

28. Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, afirma que, depois dos primeiros anos, Loronha pagava anualmente 4 mil cruzados pela concessão. Na época, 1 cruzado valia 3,5 gramas de ouro.

29. Afrânio Peixoto, *op. cit.*, p. 79. Ver também Sérgio Buarque de Holanda, “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História geral da civilização brasileira*. Tomo I. Vol. 2, pp. 264-5.

30. Desde 1845, tenta-se calcular a produção de ouro do Brasil no século XVIII, período em que o metal foi extraído exclusivamente com métodos rudimentares. A precariedade dos registros oficiais de produção, a perda de boa parte desses

mesmos registros e a impossibilidade de avaliar o volume contrabandeado são apenas três dos muitos óbices existentes. Entre os pesquisadores que desenvolveram os mais profundos estudos sobre o tema, a obtenção de um resultado final que envolva algum grau de precisão foi classificada como “difícil” (Wilhelm Ludwig von Eschwege e Roberto C. Simonsen), “nada seguro” (Charles R. Boxer), “impossível” (Pandiá Calógeras e Virgílio Noya Pinto), um cálculo que “escapa a qualquer avaliação exata” (Capistrano de Abreu) ou “uma questão de palpite” (Affonso de E. Taunay). Nem por isso, contudo, alguns deles deixaram de levantar hipóteses, escoradas em bases de dados variadas (como registros de produção e de arrecadação de quintos, relatos pessoais e correspondências diplomáticas da época etc.), e fazer suposições (por exemplo, a produção média por escravo e o percentual do contrabando em relação ao total declarado). Os cálculos divergem menos do que se possa imaginar. Os cálculos de produção para o período da corrida do ouro (1697-1810) ou próximo a ele variam entre as seguintes quantidades, em toneladas: 740 (Eschwege, sem contar a produção da Bahia), 836 (Adolf Soetbeer), 876 (Noya Pinto, sem contar a produção da Bahia), 892 (João F. Normano), 1.042 (Calógeras) e 1.200 (Simonsen). Ou seja, a diferença entre o menor e o maior número é de 62%. O cálculo mais utilizado pelos historiadores é o de Noya Pinto, cujas pesquisas são consideradas “trabalho-chave” e “referência obrigatória”. Como as 876 toneladas estimadas por ele se referem apenas ao século XVIII — ou seja, um período treze anos menor que a corrida do ouro — e ainda excluem a produção baiana, pode-se afirmar então que, entre 1697 e 1810, o Brasil produziu mais de 876 toneladas de ouro. O próprio Noya Pinto reconhece que sua estimativa é conservadora, sendo mais provável, segundo ele, que o país tenha produzido acima de 1.000 toneladas no século XVIII. Assim, pareceu-me aceitável adotar neste livro a marca de 1.000 toneladas (o equivalente aproximado ao peso de mil carros populares) para o período da corrida do ouro. Coincidentemente, o número equivale à média entre o menor e o maior volume calculados pelos pesquisadores. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 112-7; J. Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, pp. 59-60; Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, pp. 135 e 296-8; João Antonio de Paula, “A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, pp. 293-8; Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa, “O ouro cruza o Atlântico”, pp. 70-87.



## Capítulo 3: O metal que "endoença"

Pagar as  
dívidas  
de seus



D. JOÃO III

ancestrais não foi a primeira preocupação do novo rei. No início de seu reinado, d. João III esteve bem mais ocupado com os encontros que mantinha com sua madrasta, a jovem e estonteante d. Leonor.<sup>1</sup> O escândalo era comentado em toda Lisboa, das vielas da Alfama à praça do Rossio, e muito provavelmente só perdia em interesse para o assunto número um na capital portuguesa naquele ano de 1522: a fome.<sup>2</sup>

As ruas da capital estavam tomadas por hordas de mendigos, muitos deles ex-camponeses expulsos de suas terras por causa da seca que castigara o país no ano anterior. “Os que chegavam a Lisboa pareciam desenterrados”, escreveu frei Luís de Sousa, que viveu na mesma época de testemunhas da calamidade.<sup>3</sup> Os que conseguiam suportar a fome muitas vezes não escapavam da peste, que voltara com força a Portugal.

A riqueza que Portugal trazia do Oriente e da África não chegava ao povo — e logo começaria a faltar também para a Coroa. A cada ano, ficava mais difícil aplicar o manual do lucro lusitano para as missões além-mar, que mandava lucrar o máximo no menor tempo possível e em seguida cair fora. Ainda que rentável, o comércio com as Índias, feito “a tiros de canhão”, consumia o ouro, os braços e os navios portugueses.<sup>4</sup> As perspectivas para o futuro próximo apontavam para esforços maiores e lucros menores, já que ingleses e holandeses estavam adiantados em seus esforços para dominar a navegação na rota do Oriente.

Na África, os investimentos portugueses também começavam a declinar. Por causa da pressão moura, que fustigava diuturnamente os invasores lusitanos, as remessas de ouro para Lisboa experimentavam uma queda contínua. D. João III já não recebia os despachos anuais de 700 quilos do metal precioso, como ocorrera no tempo de seu pai, d. Manuel I. No segundo ano do reinado de d. João, as remessas anuais de ouro de São Jorge da Mina, a praça mais rentável de Portugal na África, caíram de 410 para 215 quilos.<sup>5</sup> Com isso, o rei não só deixou de honrar as dívidas de seus antepassados como passou a engordar o passivo. A partir de 1528, o caixa real ficou tão esquelético que a Coroa começou a vender (ou melhor, a obrigar os nobres e burgueses endinheirados a comprar) títulos da dívida pública com a promessa de resgatá-los só Deus sabia quando.

Para desassossego do monarca, quanto mais Portugal caía num poço profundo de débitos impagáveis, mais seu maior rival, a Espanha, alcançava a graça dos céus. Enquanto a Coroa Portuguesa faturava anualmente os míseros 14 quilos de ouro com os contratos de arrendamento do Brasil, os espanhóis enchiam as burras da *Casa de La Contratación* de Sevilha com os frutos da América. Entre



### PEÇA DE OURO ASTECA

1503 e 1510, a tesouraria espanhola recebeu das colônias americanas 620 quilos de ouro por ano, em média. No período de 1511 a 1520, o montante anual subiu para 915 quilos, superando em 30% o máximo alcançado por Portugal na África.<sup>6</sup> Em 1521, exatos cinco meses antes de d. João III subir ao trono e se jogar nos braços da madrasta, Castela se deu bem novamente. No dia 13 de agosto daquele ano, o fidalgo espanhol Hernan Cortés dobrou o rico Império Asteca. A conquista empalideceu ainda mais o feito de Pedro Álvares Cabral, de duas décadas antes. Diferentemente dos nativos do Brasil, os astecas estavam no apogeu da era do bronze e dominavam com maestria a arte da ourivesaria.<sup>7</sup> De modo relativamente fácil e especialmente sangrento, Cortés tomou os tesouros que os astecas haviam acumulado durante centenas de anos e os enviou à Espanha.<sup>8</sup> Enquanto d. Carlos V mandava derreter as joias do imperador Montezuma, em Lisboa, d. João III assinava títulos de empréstimo e via seu reino ser devastado pela fome e pela peste. Para a corte portuguesa, nada poderia ser mais humilhante.

Fazendo as contas, entre 1500 e 1530, mesmo com a retirada de cerca de 300 toneladas de pau-brasil por ano, a Terra de Santa Cruz deu prejuízo para Portugal.<sup>9</sup> O dinheiro arrecadado com a madeira não chegava a 5% do que entrava nos cofres públicos de Lisboa.<sup>10</sup> Quando muito, o Brasil servia de ponto de apoio para as esquadras que tinham as Índias como destino.<sup>11</sup> Como colônia, era um fracasso.

Ainda que do ponto de vista financeiro o Brasil não valesse grande coisa, Portugal não estava disposto a compartilhar sua porção na América com outras nações. E era exatamente isso o que vinha acontecendo havia um bom tempo. Pelo menos desde 1504, comerciantes e corsários europeus, sobretudo franceses e ingleses, frequentavam a costa do Brasil. Sem fortalezas, canhões e soldados a guarnecê-la, a colônia era um imenso depósito de pau-brasil grátis. Os corsários franceses eram os que mais se aproveitavam da falta de vigilância. Com pequenos presentes, geralmente bugigangas, os normandos conquistaram a simpatia de várias tribos e com isso conseguiam com que os silvícolas cortassem para eles o pau-brasil, valorizado pela florescente indústria têxtil parisiense (os tecidos vermelhos, então na moda, eram tingidos com a tinta extraída da madeira).

O incômodo em Lisboa com a desenvoltura dos estrangeiros na costa do Brasil aumentou ainda mais quando o rei da França, Francisco I, começou a questionar publicamente a divisão do Novo Mundo entre Portugal e Espanha que fora estabelecida no Tratado de Tordesilhas.<sup>12</sup> “Gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me afastou da partilha do mundo”, dizia o monarca, contestando a soberania de Portugal sobre o Brasil. Não havia dúvida: se Portugal quisesse continuar com sua bandeira fincada na América, seria preciso resguardar a (imensa) porção do território que lhe cabia. Mas a questão era: valia a pena?

Para d. João III, a resposta era sim. E por um motivo: a esperança de riqueza fácil ardia no coração do monarca.

E se Vespúcio estivesse errado e a Terra de Santa Cruz fosse rica em metais preciosos? Afinal de contas, o Brasil e as colônias espanholas no Novo Mundo ficavam no mesmo continente, recém-batizado de América. A primeira ilha onde Cristóvão Colombo desembarcou e viu índios com “um pedacinho (de ouro) pendurado num furo (...) no nariz” se situava a pouco mais de 3.000 quilômetros do Rio Grande do Norte, visitado por Vespúcio.<sup>13</sup> Se a América Espanhola proporcionara a Sevilha 14 toneladas de ouro entre 1503 e 1520, por que a América Portuguesa não poderia render o mesmo?<sup>14</sup> Teria sido Deus ou a



natureza tão cruel com Portugal quanto generoso com a Espanha?

Para ter certeza, d. João III precisaria pagar para ver — e pagar, nesse caso, tinha sentido literal.

Na corte, as opiniões se dividiam. Havia os que, como mestre Diogo de Gouveia — português que dirigia uma escola em Paris — encorajavam o soberano a reverter parte dos recursos da Coroa para uma ocupação mais sólida do Brasil. Mas não faltavam também aqueles que julgavam não valer a pena gastar os cada vez mais minguados rendimentos reais com “cousa que o não merecia”, como chegou a escrever a d. João um de seus mais dedicados auxiliares, o conde de Castanheira, vedor da Fazenda e depois embaixador em Paris.<sup>15</sup> Uma coisa era certa: não seria fácil nem barato reforçar a presença lusitana no Brasil.

Para investir num projeto de colonização, Portugal precisaria de dinheiro, braços e muita disposição. No reino, porém, carecia-se desses três elementos, já que a aventura no Oriente os havia sugado. Para piorar, o Brasil era um desafio maior que as Índias. Naqueles “trópicos brutos e indevassados” de “natureza hostil e amesquinhadora do homem”, tudo ainda estava por ser feito.<sup>16</sup> Não havia uma cidade, uma vila ou mesmo um arraial, apenas “obstáculos imprevisíveis”.<sup>17</sup> E com dois agravantes: a imensa distância em relação à metrópole e o estado selvagem dos habitantes. Indolentes, impudicos e, descobriu-se depois, antropófagos, os índios do Brasil, mesmo sendo passíveis de domesticação, eram previsivelmente uma mão de obra com capacidade limitada.

Venceu o sábio, perdeu o burocrata: apesar das imensas dificuldades, d. João III decidiu tomar posse efetiva do Brasil. Mesmo que para isso fosse preciso colonizar a América Portuguesa com gente de quinta categoria, como presos ainda não julgados, assassinos condenados, vadios que andavam pela “Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delitos”, cristãos-novos perseguidos pela Inquisição, órfãos etc.<sup>18</sup> Ou seja, toda a ralé que podia ser colocada dentro de um navio e levada para o outro lado do mundo sem ser consultada e, melhor, sem ser remunerada. Não era o ideal, mas era o que Portugal conseguia fazer naquele momento. Até porque os planos de d. João para a colônia não tinham um horizonte muito amplo. O que ele queria era apenas garantir que, se a sorte tivesse de fato tocado o Brasil, seus frutos não deixassem de chegar a Lisboa.

O escolhido para comandar o primeiro esforço de colonização do Brasil — e também a busca do ouro — era amigo de infância de d. João III, Martim Afonso

de Sousa. Já no início da expedição, Martim mostrou seu valor. Em janeiro de 1531, dois meses depois de deixar Lisboa, o fidalgo apreendeu, na altura de Pernambuco, três navios franceses repletos de mercadorias que tinham sido retiradas ilegalmente da colônia portuguesa. Queimou uma das naus, mandou outra para Portugal e incorporou a terceira à sua esquadra. Continuou a viagem e em abril estava na Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, onde efetivamente iria começar a busca pelo ouro.

O capitão enviou quatro homens “pela terra adentro”, conforme registraria em seu diário Pero Lopes de Sousa, companheiro de viagem e irmão de Martim.<sup>19</sup> “E foram e vieram em dois meses” andando aproximadamente 750 quilômetros por campos e montanhas.<sup>20</sup> No caminho, encontraram um índio e, por tomá-lo por “um grande rei”, decidiram levá-lo para uma audiência com o capitão. Martim viveu então seu dia de Pedro Álvares Cabral. A Martim, o selvagem ofereceu cristal, que nada valia, e contou — ou pelo menos foi isso que disseram os “línguas” (tradutores) — que “no rio Paraguai havia muito ouro e prata”.<sup>21</sup>

Cinco meses depois, o capitão teve um novo indício de que bem próximo de onde ele estava havia um tesouro. Um naufrago português resgatado no litoral de São Paulo, Francisco Chaves, afiançou a Martim que tinha informações, repassadas pelos índios, a respeito de uma região onde existiam ouro e prata em abundância. Disse mais: se Martim lhe desse os meios, ele iria ao sertão e, ao fim de dez meses, voltaria com 400 escravos índios a carregar nos ombros cestos abarrotados com os metais preciosos.

Por que não haveria de ser verdade? Afinal, as histórias que se contavam a respeito da América davam conta de tesouros imensos ainda a serem descobertos. Naquele exato momento, espanhóis e alemães cruzavam os Andes e a Amazônia perseguindo uma lenda que fazia ferver corações e mentes na Europa e no Novo Mundo. Segundo um mito difundido pelos índios, num local incerto da América do Sul, existia um reino com uma quantidade de ouro jamais vista pelo homem. A cerimônia de entronização dos imperadores desse reino era de fazer inveja a qualquer soberano europeu. Primeiro, o corpo do novo rei, inteiramente nu, era coberto por uma camada de pó de ouro. Então *el hombre dorado*, como os espanhóis o chamavam, era conduzido numa canoa ao centro de um lago. Enquanto o rei se banhava, deixando o pó de ouro nas águas, seus súditos despejavam joias riquíssimas no lago, como oferenda. Esse reino lendário, que ficaria conhecido como Eldorado, teria montanhas de ouro ou de prata. Se os aventureiros que o procuravam nos Andes e na Amazônia estivessem

certos, Martim Afonso estaria a uma distância de 3.000 quilômetros (em linha reta) daquele tesouro.

Sim, Martim daria tudo o que Francisco Chaves pedisse para que o ex-náufrago, agora caçador de tesouros, pudesse encontrar um Eldorado para Portugal. O capitão montou uma expedição com 80 soldados armados e designou como seu comandante Pero Lobo, um de seus homens mais experientes. A comitiva partiu no dia 1º de setembro de 1531, de Cananeia, litoral do atual estado de São Paulo. Se Francisco Chaves acertasse na previsão, o grupo estaria de volta em meados do ano seguinte, quando finalmente d. João III se tornaria um monarca rico.



## FUNDAÇÃO DA VILA DE SÃO VICENTE POR MARTIM AFONSO DE SOUSA

(POR BENEDITO CALIXTO)

Como dispunha de tempo até a volta da expedição, Martim Afonso pôs-se novamente ao mar a fim de dar continuidade a seus esforços para decifrar o Brasil. Desceu até o litoral do Rio Grande do Sul, mandou entradas ao continente, fez observações astronômicas e, no Uruguai, teve o navio afundado numa tormenta — “escapei em uma tábua”, escreveria mais tarde ao rei.<sup>22</sup> Refeito do susto, velejou rumo ao norte e parou numa ilha do atual estado de São Paulo onde, no dia 22 de janeiro, fundou a primeira vila do Brasil: São Vicente. A escolha do local parecia não obedecer à lógica. A opção natural para estabelecer

a primeira base da colônia seria o Nordeste (Pernambuco, por exemplo), já que a região ficava mais próxima de Portugal e era um grande centro fornecedor de pau-brasil, principal produto da colônia. Além de a região de São Vicente ficar muito mais longe de Lisboa, lá não crescia o pau-brasil e o acesso ao continente era dificultado pelo paredão da Serra do Mar, que se erguia logo adiante da praia. Martim Afonso, contudo, tivera sim critério na seleção de São Vicente: a cobiça. Naquele tempo, acreditava-se que a América do Sul fosse menos dilatada, ou seja, que a distância em linha reta entre os oceanos Atlântico e Pacífico fosse bem menor do que realmente é. Não raro, os poucos mapas disponíveis naquela época incorriam nesse erro, enganando os aventureiros.<sup>23</sup> Era bastante difundida a crença de que, numa caminhada de alguns dias a partir do litoral de São Paulo, podia-se chegar aos Andes. E, naquele momento, os Andes eram simplesmente o que havia de mais rico no mundo.

Poucos meses depois da chegada de Martim Afonso ao Brasil, a Espanha voltara a tropeçar numa riqueza sem paralelos na história. Com menos navios que Martim Afonso (três contra cinco), menos homens (150 contra 400) e também menos prestígio, o espanhol Francisco Pizarro — um bastardo plebeu, pobre e iletrado — descobriu e conquistou o fabuloso Império Inca, que se espalhava por uma região onde atualmente se situam Peru, Equador, Bolívia e o norte do Chile. À custa de traições e massacres, Pizarro se apoderou de uma imensa fortuna em finíssimas peças de ouro, prata e metais preciosos. O espanhol ainda sequestrou Atahualpa, o imperador inca, e exigiu um cômodo cheio de ouro para soltá-lo, no que foi prontamente atendido.

Para a Espanha, o Eldorado já não era mais uma lenda.

A Europa estava extasiada com as joias e a quantidade brutal de ouro que entrava em Sevilha. Calcula-se que em 1531, mesmo faltando dois anos para a conquista definitiva do Império Inca, Pizarro tenha enviado ao reino de Castela cerca de 490 quilos de ouro.<sup>24</sup> O metal precioso do Império Inca somado ao do México e das Antilhas fez da Coroa Espanhola uma das mais ricas do mundo. Era tanto ouro que toda a economia europeia foi irrigada, provocando um forte arranque no recém-nascido sistema mercantilista e sepultando de vez a economia feudal.

Enquanto o ouro da América Espanhola sacudia o mundo, no Brasil, Martim Afonso aguardava o retorno da expedição de Francisco Chaves. Como o tempo foi passando e nada de chegar notícias, o capitão despachou outras diligências ao sertão com o objetivo de desbravar o território e, se possível, voltar com ouro. Uma delas, chefiada pelo próprio Martim, atravessou a Serra do Mar, seguindo

por um caminho vertical, “talvez o pior que tem o mundo”, e chegou aos chamados campos de Piratininga.<sup>25</sup> A missão não encontrou ouro, mas traçou a rota e indicou o local onde, 22 anos depois, seria fundada a vila de São Paulo.

Em maio de 1533, depois de um ano e oito meses de espera, finalmente Martim Afonso teve informações a respeito da expedição tão aguardada: Francisco Chaves, Pero Lobo e os oitenta espingardeiros e besteiros que os acompanhavam haviam sido dizimados por índios carijós nas proximidades da foz do rio Iguaçu, atual estado do Paraná. Terminava assim, de forma sombria, mais uma tentativa de encontrar riquezas minerais no Brasil.

Logo depois de saber da tragédia, por achar que não havia mais motivos para ficar naquela terra estéril de riquezas, Martim Afonso pegou o que restava de seus navios e homens e retornou a Lisboa. O capitão desprezou assim os dois pedaços de chão que o rei lhe dera no Brasil — as capitanias de São Vicente e do Rio de Janeiro. Preferiu partir para as Índias, onde os tesouros eram de verdade.

Dois anos depois de deixar o Brasil, quando servia em Diu, na Índia, Martim soube que o conde de Castanheira queria estabelecer negócios no Novo Mundo. O capitão então escreveu a ele, oferecendo suas capitanias:

*Pero Lopes [irmão de Martim] me escreveu que vossa senhoria queria um pedaço dessa terra do Brasil, que lá tenho; mande-a tomar toda ou a que quiser, que essa será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo.*<sup>26</sup>

O cavaleiro honrado que chegara ao Brasil em 1530 já não existia mais. Dominado pela ambição, Martim pilhou e saqueou o que pôde no Oriente, tendo sua conduta comparada à de um pirata.<sup>27</sup> Também não deixou de roubar o próprio tesouro português, primeiro no cargo de capitão-mor do mar das Índias e depois no de vice-rei da região. No final das contas, ficou rico.

\* \* \*

Martim Afonso não foi o único a desprezar as capitanias hereditárias, as gigantescas áreas doadas por d. João III como forma de incentivar a colonização. A maioria dos titulares das quinze capitanias não se interessou pelos terrenos; muitos deles nem mesmo se preocuparam em tomar posse e outros simplesmente nomearam representantes sem recursos ou capacidade de tocar um projeto de colonização. “(...) Os que agora cá servem de capitães não os conhece a mãe que os pariu”, definiria em 1553 um alto funcionário da Coroa Portuguesa baseado no Brasil.<sup>28</sup> Exemplo perfeito dessa bagaceira humana era o

representante (o nome correto é loco-tenente) da capitania de Ilhéus, o espanhol Francisco Romero. Depois de armar um sem-número de tumultos na tentativa frustrada de encontrar um caminho até as minas de ouro do Peru, Romero acabou preso e deportado para Lisboa. Outro que foi atrás de fortuna metálica e se deu mal foi o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho. Cego pelas lendas do Novo Mundo, Coutinho vendeu os bens que amealhou em anos de serviço nas Índias, tomou empréstimos e embarcou para o Brasil. Chegando à colônia, gastou tudo rapidamente e logo estava de volta a Lisboa a levantar créditos para continuar sua busca desenfreada pelas minas de ouro. Na sua segunda passagem pelo Espírito Santo, Coutinho se viciou em *petyma* (fumo, em tupi), hábito aprendido com os índios. Perdeu tudo o que tinha, foi expulso de suas terras e terminou seus dias na penúria. Nunca encontrou uma pedra de ouro.

A capitania que mais prosperou, tanto em termos econômicos quanto no projeto de colonização, foi a de Pernambuco, comandada pessoalmente por seu donatário, Duarte Coelho. Nas cartas que enviava a d. João III, Coelho costumava relatar o seu empenho na procura dos metais preciosos. “Quanto, Senhor, às cousas do ouro, nunca deixo de inquirir e procurar sobre elas, e a cada dia se esquentam mais as novas”, escreveu ele certa vez.<sup>29</sup> Desenhadas com cupidez, as palavras podiam até alegrar el-rei, mas estavam longe de corresponder à verdade. Legítimo integrante da nobreza rural portuguesa, Duarte Coelho investia seus esforços e recursos em outro ramo: agricultura. Em 1550, funcionavam em sua capitania cinco engenhos de açúcar, que produziam anualmente cerca de 370 toneladas do produto.

Quanto ao ouro, nada. D. João ainda não tivera chance de botar em prática uma norma estabelecida por ele em 1534 que determinava a todos os donatários pagar o *quinto*, ou seja, o direito da Coroa a 20% de todos os metais encontrados.<sup>30</sup>

Para quem sonhava mais em enriquecer-se no Brasil do que em colonizar o Brasil, d. João III até que não se saiu de todo mal na segunda função. Em 1548, a colônia já contava com dezesseis vilas e produzia açúcar, algodão, fumo e pau-brasil, entre outros produtos. Não era grande coisa, é verdade, mas havia um avanço: o Brasil já não era mais um terreno vazio.

Em relação ao sonho de riqueza, contudo, restava apenas um pesadelo. Como ninguém mais queria comprar os títulos da dívida portuguesa e poucos atendiam os humilhantes pedidos de empréstimo e doação feitos pelo rei, o vedor da

Fazenda, conde de Castanheira, viu-se na obrigação de anunciar a d. João, em 1542, que a Coroa estava insolvente. O vedor, que antes sofria de desesperações, passara a padecer de melancolia, conforme ele próprio relatou ao rei. “Deve haver algum modo de se cortarem [as despesas]. (...) Porque um homem permite cortarem-lhe um dedo para não perder a mão, e a mão para não perder o braço”, rogava o vedor.<sup>31</sup> Ele citou especificamente os gastos com caça, moradias, compras, capelas, guardas, música... e com o Brasil. “No Brasil, tem Vossa Alteza gastado muito dinheiro”, dizia ele. Se de um lado a colônia sorvia os parcos recursos da Coroa, de outro devolvia quase nada em troca. “O Brasil não somente não rendeu de vinte anos até agora (...), mas tem custado a defender e povoar mais de 80 mil cruzados”, queixou-se Castanheira.<sup>32</sup> O vedor não parou por aí. No limite da insolência, arrematou o diagnóstico financeiro com uma frase sincera e desconcertante: “Vossa Alteza não paga o que deve.”<sup>33</sup>

Era duro, sem dúvida, mas era a pura verdade.

\* \* \*

Em meados de 1540, para espanto geral, d. João III concordou em cortar alguns dedos do debilitado corpo imperial. Abandonou duas importantes praças na África (Santa Cruz do Cabo da Gué e Safim) e se preparava para renunciar a outras duas (Alcácer Ceguer e Arzila), postos que lhe davam status, mas também muito prejuízo. Ponto para Castanheira.

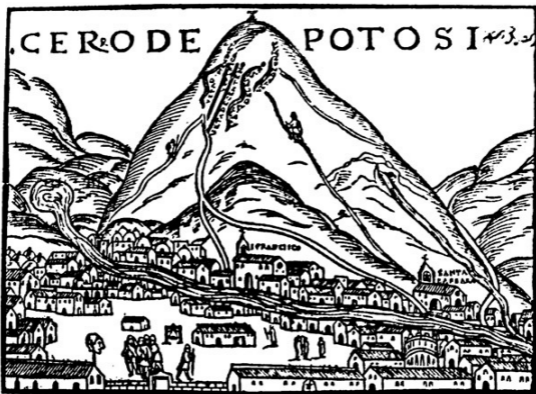
Mas d. João III era incorrigível. Para desconsolo do vedor, o rei estava disposto a fazer mais uma tentativa com o Brasil — as planilhas continuavam sendo menos importantes que as quimeras.

Apesar das sucessivas frustrações que a colônia proporcionara à Coroa, el-rei tinha um motivo concreto para não renunciar àquele pedaço de terra: a América acabara de revelar um novo tesouro — e mais uma vez, ele estava no lado espanhol. Em 1545, nos contrafortes da cordilheira dos Andes, a 4.000 metros de altura, um índio chamado Gualpa encontrou um arbusto caído e resolveu examiná-lo. Percebeu então que as raízes, ao se soltarem do solo, tinham aberto uma cova, onde era possível ver torrões a brilhar. Estava descoberta a maior mina de prata do mundo.

A montanha onde o índio estava, no Alto Peru (atual Bolívia), era um bloco gigante de prata. Em potencial de riqueza, Potosí — ou simplesmente *El Cerro* — superou tudo que os espanhóis tinham amalhado na América. Já no primeiro ano de exploração das minas de Potosí, a produção anual de moedas de prata em Sevilha aumentou de 45 para 270 quilos, um acréscimo de 500%. A notícia não

demorou a correr o mundo, levando multidões de espanhóis e estrangeiros a se mudarem para o Alto Peru. Em apenas dez anos, onde antes não havia nada, surgiu uma cidade dinâmica e rica com 45 mil habitantes, incluindo cerca de 800 vagabundos e 120 prostitutas brancas.<sup>34</sup> Dentro de pouco tempo, Potosí abasteceria o mundo com 200 toneladas de prata por ano.<sup>35</sup>

Enquanto Potosí fervia com a corrida da prata, o Brasil se arrastava sob o falido sistema das capitânias hereditárias. Na falta do ouro, restara na colônia apenas o caráter predatório da cobiça. “(...) De quantos lá [de Portugal] vieram, nenhum tem amor a esta terra (...), todos querem fazer em seu proveito, ainda que seja à custa da terra, porque esperam de se ir”, relatava em 1552 o padre Manuel da Nóbrega.<sup>36</sup>



A MONTANHA E O POVOADO DE POTOSÍ EM DESENHO IMPRESSO EM

1553

A fim de forçar os donatários a cuidarem de suas capitânias, o rei criou um aparato administrativo próprio para a colônia, batizado de Governo-Geral. Depois de meio século da chegada de Cabral, o Brasil finalmente teria uma direção



local. O Governo-Geral deveria servir de contrapeso ao poder excessivo dos donatários, proteger a colônia e promover a sua ocupação. Sem se esquecer, é claro, de buscar o ouro.

O primeiro governador-geral chegou ao Brasil em março de 1549. Era um soldado-fidalgo forjado em batalhas além-mar e dono de um bom humor conhecido em três continentes. Primo de Martim Afonso, ele também era um Sousa. Seu primeiro nome era Tomé.



TOMÉ DE SOUSA

Não foi difícil para Tomé de Sousa embarcar na obsessão metálica do rei: o governador-geral era dos que acreditavam que Cuzco, a capital do Império Inca, ficava a uma boa caminhada do litoral de São Paulo. Com pouco mais de dois anos no Brasil, ele escreveu ao rei: “(...) Desejo eu muito saber o que vai por esta terra para ver se posso descobrir alguma boa ventura para Vossa Alteza, pois esta terra e o Peru são toda uma.”<sup>37</sup> Tão bonita quanto falsa, a quase-rima denunciava que o que se buscava no Brasil era o Peru, não o Brasil.<sup>38</sup> O governador não estava sozinho na sua ilusão. O homem mais lúcido, empreendedor e valoroso de sua comitiva, padre Manuel da Nóbrega — o mesmo que acertara na análise do instinto predador dos primeiros colonos —, também tecia suas fantasias. “Dizem que aqui se encontrará grande quantidade de ouro, [que só] pelas poucas forças dos cristãos [ainda] não está descoberto”, escreveu ele a seus irmãos de batina em 1550.<sup>39</sup>

Como a avidez é inimiga do bom-senso, Tomé de Sousa, que até então se mostrara um administrador prudente e capaz, acabou por embarcar num embuste dos mais fajutos. Sentindo-se talvez pressionado pelas cartas que seguidamente el-rei lhe enviava com ordens para “mandar alguns homens pelo sertão adentro a descobrir algumas minas”, o governador-geral resolveu dar ouvidos exatamente à escória de que falava Manuel da Nóbrega.<sup>40</sup> Felipe Guillem era o nome do embusteiro em quem Tomé de Sousa apostou suas primeiras fichas no Brasil. O vigarista tinha um currículo recheado. Boticário na Espanha, sua pátria, ele migrara para Portugal, onde ganhara a vida como curandeiro, astrólogo e astrônomo — dizia ter inventado um astrolábio revolucionário que media o rabo do sol. Em 1539, mudou-se para o Brasil. Na capitania de Ilhéus, passou a se apresentar como geólogo e espalhava ter descoberto a “arte de leste e oeste”, uma técnica infalível para descobrir ouro. Guillem convenceu o feitor da capitania de que seria capaz de encontrar o caminho para as minas de ouro do Peru, mas a empreitada não deu em nada — a não ser numa longa lista de pessoas enganadas e na prisão do feitor; o charlatão safou-se. Não eram poucas as pessoas que sabiam que Guillem “tão docemente mentia”, mas, como sabia o atalho para o coração de d. João III, ele prosperou.<sup>41</sup>

Em março de 1550, o vigarista relatou a Tomé de Sousa que alguns índios tinham dito a ele que, “terra adentro”, existiam minas de ouro.<sup>42</sup> O local ficaria próximo à margem de um “grande rio”, onde havia uma serra “muito resplandecente” e “muito amarela”, distante cinco ou seis meses de viagem do litoral. O brilho do morro — apelidado de “sol da terra” — era tão intenso que os selvagens o temiam. Da serra, desprendiam-se generosos pedaços de ouro, usados pelos selvagens para fazer gamelas em que serviam comida aos porcos. “[Os índios] Para si não ousam fazer coisa alguma porque dizem que aquele metal ‘endoença’”, dizia Guillem. Não era apenas ouro que havia na serra. “Sem dúvida”, assegurou o castelhano, “há lá esmeraldas e outras pedras finas.”<sup>43</sup>

Não passou pela cabeça de Tomé de Sousa que aquela história fosse fajuta, ou se passou ele não deu ouvidos à sua consciência. Mais que depressa, o governador-geral começou a preparar uma expedição rumo ao “sol da terra”. Atendendo a um pedido de Guillem, Tomé nomeou-o comandante da diligência. Na véspera da partida, porém, os planos tiveram de ser adiados. Com a desculpa de que tinha contraído uma enfermidade nos olhos, o castelhano informou que não poderia enfrentar a viagem.

Enquanto Tomé de Sousa tentava arranjar um substituto para Guillem, este

tratou de escrever ao rei. Na carta, o embusteiro contou as novidades sobre o “sol da terra”, salientando que, mesmo sendo um pobre viúvo com treze filhas, destinava o melhor de seus esforços às tentativas de enricar o soberano. “Não desejo mais que gastar a vida em serviço de Deus e de Vossa Alteza”, resumiu.<sup>44</sup> Na verdade, Guillem desejava sim duas coisas, conforme as pediu ao rei: receber pensões atrasadas que o Estado lhe devia e continuar ocupando cargos públicos remunerados (já tinha sido juiz e vereador), mas sem trabalhar. Pelo menos o primeiro pedido, d. João III atendeu.

Demorou alguns meses, mas finalmente Tomé de Sousa encontrou um novo comandante para a campanha: Miguel Henriques, “homem honrado”, segundo o governador-geral informou ao rei.<sup>45</sup> A expedição partiu de Pernambuco no dia 5 de novembro, subindo um rio tão grande como o descrito por Guillem: o rio São Francisco.<sup>46</sup> Levava mantimentos para uma longa jornada, já que o governador-geral ordenara ao grupo entrar pelo sertão “até onde não mais pudesse”.<sup>47</sup>

Sete meses depois, ainda não havia chegado notícia alguma da expedição, o que deixou Tomé de Sousa apreensivo. O governador-geral escreveu então ao rei dando conta da demora e predizendo a tragédia: “Prazerá Deus que [a comitiva] não será perdida, e se o for que os tenha levado todos [os seus integrantes] ao paraíso, pois iam a serviço de Deus e de Vossa Alteza.”<sup>48</sup> Se foram para o paraíso, ninguém sabe. O certo é que nunca voltaram.

O sumiço da expedição causou um forte impacto sobre Tomé de Sousa. Na carta em que informou ao rei do descaminho da campanha, o governador-geral não deixou de reiterar sua crença de que havia um tesouro enterrado no solo do Brasil. Mas se mostrou mais desconfiado quanto à propalada facilidade com que esse tesouro seria encontrado. “(...) Quando o Nosso Senhor aprover de dar outro Peru a Vossa Alteza aqui [no Brasil], que as ordenará [sic] quando e como quiser (...)”, escreveu Tomé.<sup>49</sup> Constrangido, ele prometeu continuar na busca do ouro mas “com tento e pouca perda de gente e fazenda [ou seja, dinheiro]”.<sup>50</sup> Jurou ainda não mais cair em fanfarrices: “(...) Eu não hei de falar mais em ouro se não o mandar a Vossa Alteza.”<sup>51</sup>

Mais forte que o susto, porém, foi a lenda.

O mito propagado por Guillem saiu da Bahia, correu pela colônia e ganhou o mundo: em algum lugar do interior do Brasil, havia uma montanha dourada. Os índios a chamavam Itaberaba ou Itaberabaoçu ou Taberaboçu ou Taberabuçu ou Serababassi ou Sabraboçu ou, finalmente, o nome que ficou, adotado inclusive em documentos oficiais da época: Sabarabuçu. Uns diziam que, além de ouro, o

Eldorado português tinha prata e, por que não?, esmeraldas. Sua localização exata era incerta; seria em algum lugar do sertão, entre a Bahia e o Rio de Janeiro — ou seja, numa latitude próxima à de Potosí. A montanha andava, havia quem asseverasse. Era avistada de noite no horizonte, mas com o raiar do dia desaparecia. Uns juravam ter contemplado seu ouro, outros diziam saber de fonte segura que os índios o usavam como isca de pesca.<sup>52</sup> Junto da serra de ouro, defendiam alguns, havia uma lagoa também dourada, a Vapabuçu.

Para além do exercício inventivo, a lenda da montanha dourada servia a três propósitos bastante concretos. Quando invocada pelos índios, fazia o branco invasor ir embora de suas terras — não importava onde o forasteiro estava, o Sabarabuçu ficava sempre mais além. Já para os forasteiros, como Guillem, o mito encobria atividades menos nobres, como estelionato ou caça ao índio. E, por fim, para a Coroa, impulsionava o desbravamento da colônia.

Tomé de Sousa parecia vacilar entre a ingenuidade e a conveniência. Tendo uma ou outra — ou as duas — como guia, em 1553 o governador-geral começou a armar uma nova expedição à procura da montanha resplandecente. Não veria, contudo, o resultado da campanha. Naquele mesmo ano, d. João III mandou chamá-lo a Lisboa: o tempo de Tomé como governador-geral do Brasil havia terminado.

Ao retornar à metrópole, ele levou consigo um mameluco que dizia ter caminhado do Peru à costa do Brasil, tendo constatado na viagem que o lado português da América tinha mais ouro e prata que a banda espanhola. Não se sabe como, o relato do mameluco chegou ao embaixador de Castela em Lisboa, Luís Sarmiento, que logo cuidou de alertar o regente espanhol, Filipe II, a respeito do que ouvira.<sup>53</sup> Antes que a Espanha tentasse atrair o mameluco, d. João III mandou chamá-lo à sua real presença. A patacoada pode ter rendido algum dinheiro ao informante, mas de nada valeu a Portugal ou à Espanha.

Quase no final de seu reinado, d. João III perdia seu tempo recebendo um malandro no palácio. Melhor teria feito se tivesse gastado aquelas horas com Tomé de Sousa a discutir um ponto importante da gestão do ex-governador-geral: o gado. Tomé havia introduzido na Bahia rebanhos bovinos que trouxera de Cabo Verde. A medida não rendera um cruzado sequer à Coroa, mas seria decisiva para a colonização do Brasil. Quando dali a um século e meio o ouro da colônia finalmente se apresentasse, seriam os descendentes desse gado que forneceriam parte do alimento necessário para garantir a produção.

Sem o saber, d. João III e Tomé de Sousa haviam dado uma contribuição decisiva para a futura corrida do ouro.

O novo governador-geral, Duarte da Costa, era um fidalgo sem brilho, um incompetente. Mas ao chegar ao Brasil, em julho de 1553, teve a sorte de encontrar praticamente pronta a segunda expedição à montanha dourada. Antes de partir para Lisboa, Tomé de Sousa escolheu o comandante da comitiva, o castelhano Francisco Bruza de Spinoza, “homem de bons espíritos” que possuía noções de mineração por ter estado no Peru, onde assistira ao funcionamento da empresa mineira de Sevilha.<sup>54</sup> Tomé havia conseguido ainda que o padre Manuel da Nóbrega liberasse um dos missionários da Companhia de Jesus para a campanha: João de Azpucuelta Navarro, também espanhol, o primeiro jesuíta a aprender o tupi-guarani.

Acompanhados de doze homens, Spinoza e Navarro partiram de Porto Seguro no final daquele mesmo ano. Subiram a pé até a boca de outro grande rio, o Jequitinhonha, onde puseram-se n'água. Só voltaram treze meses depois — todos vivos, por um milagre. “(...) Nos socorreu Nosso Senhor com a sua misericórdia”, escreveria mais tarde o padre aventureiro.<sup>55</sup>

A expedição percorreu cerca de 2.000 quilômetros por “caminhos pouco descobertos, (...) serras mui fragosas (...) e muitos rios”.<sup>56</sup> Para todos, sem exceção, foi uma provação. Os dias eram quentes; as noites, frias. Chovia com frequência e não poucas vezes os viajantes tiveram de dormir ao relento, encharcados. Quando os mantimentos acabaram, passaram a viver de farinha e água. Adoeceram todos, e estiveram todos “quase à morte”. O esforço teve um mérito: nunca uma expedição de brancos fora tão longe. Depois de navegar os mais de 800 quilômetros do Jequitinhonha, ela atravessou a colossal serra do Espinhaço, tomou um trecho de outro rio, o Jequitai, e depois caiu nas águas do São Francisco, na porção norte do atual estado de Minas Gerais.<sup>57</sup> Seus componentes desceram então a corrente do rio, imaginando encontrar a montanha resplandecente no caminho do mar. Toparam, contudo, com coisa diferente: “índios contrários”, “feros”, verdadeiros “carniceiros” que despedaçaram um batedor da expedição.<sup>58</sup> Temerosos de continuar naquela armadilha aquosa, a comitiva voltou à terra e pegou um caminho mais curto e protegido para Porto Seguro.

Já de volta à Bahia, Spinoza informou ao governador-geral que onde o gentio bravo vivia havia sim ouro e prata. Contou também que só não chegara até as minas porque sua comitiva era pequena para façanha tão grande.<sup>59</sup> Como nas tentativas anteriores, a epopeia rendeu muitos discursos e ótimos casos, mas metal que era bom nenhum.

O fracasso visível da empreitada não sobrepujou a importância discreta da

proeza: estava traçada a rota que unia o sul da Bahia ao norte de Minas. Outro feito da expedição foi o início do mapeamento dos índios bravios que ocupavam aquela imensa região, informações que seriam essenciais para o que viria no futuro: caça e extermínio. Além disso, fosse ele o São Francisco, o Jequitinhonha ou o Velhas, o “grande rio” aos pés do Sabarabuçu citado por Guillem já não era mais tão desconhecido. Havia mais: Spinoza, o padre Navarro e os outros doze intrépidos da comitiva acertaram quanto à localização do tesouro, ainda que tenham morrido sem saber disso. Tecnicamente despreparados, eles ignoraram estar pisando naquelas que seriam, durante um século e meio, as maiores reservas de ouro e diamante conhecidas no mundo.

Lentamente, a busca começava a esquentar.

Se faltava experiência à vanguarda mineralógica de d. João III, sobrava otimismo ao soberano. Em 1551, por intermédio de duas cartas, o rei foi informado do naufrágio de um navio que trazia do Brasil algumas pedras para serem analisadas em Lisboa. Suspeitava-se que fosse ouro, mas um parecer definitivo dependia de um exame técnico.<sup>60</sup> O fato de a amostra ter ido parar nas profundezas do mar de Pernambuco não abalou d. João. Para ele, não havia dúvida: o Brasil tinha ouro.

Cinco anos depois, ainda sob a inspiração do suposto ouro soçobrado no mar, a Coroa decidiu investir suas esperanças num fidalgo que vivia no Brasil havia 24 anos, onde fundara o povoado de Santos. Brás Cubas era o seu nome. Cubas não era exatamente o protótipo do homem do sertão, mas tinha a carteira recheada, qualidade que muito impressionava d. João III, sobretudo naqueles tempos de penúria na metrópole. A pedido da Coroa, Cubas aceitou financiar e comandar uma entrada no campo. Era tão forte a presunção de que enfim o Sabarabuçu seria descoberto que se chegou a estabelecer um regimento com regras para a exploração do metal.<sup>61</sup>

O devaneio só não era maior que as dívidas de d. João. Àquela altura, el-rei se apegava ao fato de a Igreja condenar a usura para justificar a falta de pagamento dos débitos da Coroa.

Portugal estava exaurido e não apenas de dinheiro. A veia conquistadora parecia ter se esgotado; o império já não crescia como antes. E pior: principiava a murchar. A cobiça perseguida pelos Avis começava a cobrar seu preço.

Um ano depois de fechado o contrato com Brás Cubas, d. João III — então com 55 anos e sem sinais visíveis de problemas de saúde — teve uma morte fulminante, causada possivelmente por um derrame. De seus esforços para

enricar com o ouro do Brasil, pouca coisa sobrou. No futuro, ele seria menos lembrado como o incansável caçador do Sabarabuçu e mais como o monarca que, interessado nas economias dos judeus ricos (comerciantes e banqueiros), abriu as portas de Portugal para a Inquisição — o rei chegou a assistir a cerimônias de auto de fé em que “bruxos” e cristãos-novos “judaizantes” eram queimados vivos.<sup>62</sup> Não terá sido certamente como ele imaginava, mas o amor pelo dinheiro por fim marcou-lhe a fama.

Se em vida d. João III não foi um monarca exemplar, seu desaparecimento criou um problema imenso. O rei não havia cumprido a missão número um de todo soberano: deixar um filho como sucessor. D. João teve filhos, sim: sete com d. Catarina e pelo menos um fora do casamento. Todos, porém, morreram antes do rei.<sup>63</sup> A perpetuação na Casa de Avis só não foi quebrada pela existência do pequenino Sebastião, neto de d. João III — a criança, filha de um doente crônico de 16 anos, também chamado João, fora gerada às pressas para dar continuidade à dinastia. Era este bebê de 3 anos de idade que agora se tornava o rei de Portugal.

Após quatro séculos de relativa estabilidade política, a Coroa portuguesa balançou. Como d. Sebastião não tinha idade para assumir o trono, sua avó d. Catarina de Habsburgo, mulher de d. João III, assumiu as funções de regente. Mas havia um incômodo: Sevilha era a pátria dela, não Lisboa. D. Catarina era irmã de d. Carlos V, rei de Castela, e como tal defendia os interesses espanhóis. Mas, sem opção de escolha, só restou aos portugueses aceitá-la.

D. Catarina não foi uma má regente, sobretudo nos assuntos do ouro. Seis meses depois de assumir o comando do Império Português, ela instituiu um prêmio para os que viessem a descobrir minas de metais preciosos no Brasil — o objetivo, claro, era incentivar as perigosas e onerosas entradas no sertão.<sup>64</sup> O alvará não deixou de lembrar aos interessados, contudo, da obrigação do pagamento do quinto.

Acertados os termos do negócio, d. Catarina tratou de uma questão que se apresentava como um dos maiores entraves às pesquisas auríferas na colônia. Em geral, os colonos que viviam no Brasil não entendiam lufas de metais, solo e, mais importante, técnicas de mineração. E nem poderiam, já que Portugal nunca havia se metido com minas de ouro, preferindo obter o metal diretamente dos produtores ou atravessadores africanos. No Brasil, sem qualquer orientação técnica, os colonos que saíam ao sertão costumavam usar os próprios pratos de estanho com que comiam para procurar ouro na beirada dos rios. Qualquer

quartzito  
com  
mica  
verde  
era



D. CATARINA

confundido com esmeralda, e tudo o que brilhava parecia ter valor.

Para ajudar na busca do ouro, d. Catarina enviou à colônia o mineiro prático Luiz Martins. Seu salário (40 mil-réis por ano) não poderia ser classificado como alto, mas na penúria em que se costumava viver no Brasil dava para os gastos.<sup>65</sup> Martins chegou nos primeiros meses de 1560 a tempo de tomar lugar na expedição de Brás Cubas, armada por d. João III pouco antes de morrer.





SERRA DO MAR (POR DEBRET)

Cubas e Martins saíram da baixada santista e entraram pelo sertão seguindo a antiga trilha indígena que levava a São Paulo de Piratininga. Tinham a mesma pretensão das comitivas realizadas a partir de Porto Seguro: chegar à nascente do rio São Francisco, onde deveria ficar o Sabarabuçu. A viagem foi dura. A dupla atravessou os paredões da serra do Mar, com alturas de mil metros em média, e mais adiante encontrou a monumental serra da Mantiqueira. Venceu-a. Seguiu adiante, mas acabou parando nas proximidades da atual divisa de Minas Gerais com a Bahia, quando vários elementos do grupo já se encontravam exaustos e doentes. Temendo a chegada do período de chuvas, os líderes da expedição decidiram voltar ao litoral paulista. Nas contas do fidalgo, eles andaram quase 2.000 quilômetros.

Cubas e Martins retornaram a Santos com os embornais cheios de amostras de minério, mas não com ouro. Julgavam, contudo, que na próxima viagem teriam mais sucesso. Ambos aprontaram então uma nova expedição, mas, como Cubas estava fraco demais para outra investida ao sertão, Martins seguiu sem ele.

O mineiro foi e voltou da jornada em 1561. E dessa vez não precisou ir longe: ali mesmo na São Paulo de Piratininga, na serra do Jaraguá, havia pelo menos seis bons locais para minerar ouro, contou Martins. Prova disso eram os 690

gramas do metal precioso que ele trouxera consigo e apresentara à Câmara de Santos em maio de 1562. As minas de ouro tinham sido descobertas, anunciou o mineiro, sem citar o nome de seu parceiro.

Brás Cubas ficou furioso. Escreveu a Lisboa apresentando-se como o verdadeiro responsável pelo feito. Na correspondência, o fidalgo afirmou que mandara Martins “ao sertão em busca de ouro, e quis Nosso Senhor que o achasse”, “tão bom quanto o [de São Jorge] da Mina”. Cubas lembrou ainda que fora do bolso dele que saíra o dinheiro para pagar as duas jornadas supervisionadas por Martins.

A polêmica sobre quem teria sido o descobridor oficial do primeiro ouro do Brasil — Luiz Martins, Brás Cubas ou ambos — nunca chegou a uma solução definitiva. Pouco antes de morrer, três décadas depois da descoberta, Cubas mandou gravar um autoelogio em sua lápide: “Descobriu ouro e metais no ano de 1560.” Uma coisa é certa: o filão daquele metal precioso, que se estendia de forma descontinuada de São Paulo a Curitiba, era fraco. Nem de longe o pouco ouro que sairia dali seria capaz de realizar os sonhos portugueses.

Ainda não era dessa vez que o tesouro do Brasil se desvelava.

E assim venceu o período de d. Catarina na regência de Portugal: algumas gramas de ouro a mais que no tempo de seu falecido marido e muitas toneladas a menos que no império de seus conterrâneos espanhóis.

\* \* \*

Em 1562, d. Catarina foi substituída no comando da Coroa pelo cardeal d. Henrique, tio-avô de d. Sebastião. A situação política continuaria instável, mas ao menos o regente, um legítimo alfacinha, defendia os interesses de Portugal.

No que tange ao assunto do ouro, os seis anos da regência do cardeal d. Henrique foram mais do mesmo: novas tentativas de se achar a serra resplandecente seguidas do fracasso habitual.

Em 1568, o cardeal pôde sair de cena: contando 14 anos de idade, d. Sebastião estava finalmente pronto para assumir a coroa. Portugal recuperava a estabilidade política, ainda que estivesse longe de viver dias felizes. Quando d. Sebastião ascendeu ao trono, a morte pairava sobre o reino. Poucos meses depois das festas de aclamação, Lisboa começou a ser varrida pela “peste grande”. Mesmo acostumada a flagelos constantes, a capital nunca tinha visto nada igual. Entre julho e agosto de 1569, morreram cerca de 700 pessoas por dia na cidade. Como não havia mais espaço para enterrar os cadáveres individualmente, passou-se a cavar grandes covas coletivas para cinquenta defuntos ou mais.



Quando  
os  
coveiros

D. SEBASTIÃO

demoravam a buscar o corpo, restava à família enterrar o parente dentro da própria casa, embaixo do assoalho. “Em frente das portas cerradas das casas, ouviam-se ruídos: eram os ratos e doninhas cevando-se nas carnes putrefatas da família que caíra toda.”<sup>66</sup> Naquele ano, a peste ceifou mais de 40 mil vidas em Lisboa, um terço da população da cidade.

Parecia que Portugal morria, e não só por causa da peste. Ao cataclismo, somavam-se o flagelo da Inquisição, a falência da economia, as persistentes e misteriosas doenças do rei e o mingamento do império. “Era um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional”, como definiu o escritor Oliveira Martins.<sup>67</sup> Mas o jovem rei nada via. D. Sebastião só pensava em combater

muçulmanos, conquistar povos distantes e ampliar o território do império.

Enquanto d. Sebastião reinava com a cabeça na África e no Oriente, começou a circular em Lisboa um livro chamado *História da província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.<sup>68</sup> Era o primeiro livro dedicado exclusivamente à colônia, que contava então com pouco mais de setenta anos de ocupação portuguesa. Seu autor, Pero de Magalhães Gandavo, português descendente de flamengos, era professor de latim e amigo de Camões. Ele havia passado alguns anos no Brasil e voltara impressionado com os relatos da serra resplandecente. “(...) Permitirá Deus que ainda em nossos dias se descubra toda [essa riqueza], para que com ela se aumente muito a Coroa destes reinos”, escreveu Gandavo em seu livro.<sup>69</sup> Mas o autor não era só torcida; também era consciência. Na sua obra, Gandavo censurou sua pátria, apontando o “pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma província [do Brasil]”. Já os estrangeiros, dizia ele, “a têm noutra estima e sabem suas particularidades melhor e de mais raiz do que nós”.

A culpa não era só de d. Sebastião, mas era também dele. Menos interessado no Brasil, o soberano preferia imaginar-se envolvido com outros temas, como “arrasar os muros de Constantinopla ou apoderar-se do califado do Egito ou libertar a Palestina ou conquistar Marrocos”.<sup>70</sup> Enquanto, desprovida de recursos, a colonização do Brasil caminhava pavorosamente, na metrópole, o rei lançava impostos e recrutava homens para combater os muçulmanos. Não fosse o valor pessoal do governador-geral Mem de Sá, nomeado ainda na época de d. João III, o Brasil estaria entregue aos piratas franceses ou vegetando nas mãos de colonos-predadores. Foi Sá o responsável direto pela continuidade das buscas auríferas, incentivando e apoiando as entradas no sertão à custa não da Coroa, mas de particulares.<sup>71</sup>

Poucos anos depois de negar a Mem de Sá soldados para expulsar os franceses da baía da Guanabara — o governador-geral resolveu o problema recrutando índios e valendo-se dos recursos dos potentados locais —, a Coroa enviou 500 barcos e 20 mil homens ao Marrocos a fim de fundar um império cristão no norte da África, uma obsessão de d. Sebastião. O rei andava tão desvairado com seu plano que, contrariando todas as recomendações de seus conselheiros, decidiu liderar ele próprio seus soldados na frente de batalha.

Em agosto de 1578, Portugal morreria mais um pouco. Naquele mês, os exércitos lusitanos foram trucidados em Alcácer Quibir. E, nos combates, de forma misteriosa, d. Sebastião desapareceu. Nunca se soube se foi capturado pelo inimigo ou morreu lutando.

De uma só vez, Portugal perdeu a guerra, perdeu o rei e perdeu o horizonte. Apesar de contar 24 anos quando desapareceu, idade em que os homens da época em geral já tinham constituído família, d. Sebastião ainda não havia se casado, talvez por acreditar que somente casto poderia merecer os valores superiores de um cavaleiro.<sup>72</sup> Sem sucessores diretos para o trono, desmoronava assim o sonho português de abraçar o mundo e viver na prosperidade.

Na falta de um herdeiro natural, o cetro foi parar nas mãos do cardeal d. Henrique, o tio-avô de d. Sebastião que já exercera a regência. A Coroa Portuguesa perigava, já que, além de velho e alquebrado, o novo rei também não tinha filhos.<sup>73</sup>

Num esforço para manter a integridade da pátria, o rei-cardeal pediu ao papa que o dispensasse do voto de castidade. Enquanto aguardava a decisão, a tragédia lusitana consumou-se: um ano, cinco meses e quatro dias depois de assumir o trono, d. Henrique morreu sem fazer ou indicar um sucessor.

Enquanto duas correntes da família real lusitana disputavam para ver qual delas ficaria com a coroa, d. Filipe II — rei da Espanha e neto mais velho do falecido soberano português d. Manuel I — resolveu a questão enviando 20 mil soldados para Alcântara, tomando de assalto o poder.

Despovoado, pobre e humilhado, Portugal agora era espanhol. E se houvesse ouro no Brasil, o metal precioso não seria usufruído por Lisboa, mas sim por Sevilha.

## Notas

1. Em 1518, d. Manuel I acertara o casamento de seu filho mais velho, o futuro d. João III, com d. Leonor. Ao ver um retrato da nora prometida, porém, d. Manuel se encantou com sua beleza, mudou de ideia e resolveu tomá-la por esposa. Assim, a quase noiva de d. João III acabou se tornando sua madrasta. Anos depois, com a morte do pai, d. João III teve um caso incestuoso com d. Leonor, mas casou-se com a irmã dela, d. Catarina. A conturbada vida amorosa de d. Leonor está contada em Mário Domingues, *D. João III*, pp. 39-46.
2. A pouco disfarçada relação incestuosa causou tanto escarcéu que a municipalidade de Lisboa dirigiu mensagens a d. João III e a d. Leonor rogando-lhes que formalizassem o matrimônio. Mário Domingues, *op. cit.*, p. 41.
3. O relato foi escrito em 1631. Frei Luís de Sousa, *Anais de d. João III*, vol. 1, pp. 64-72. Outra narrativa sobre a seca e a fome de 1522 está em Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 322.
4. Comércio “a tiros de canhão” é expressão de Washington Luís. *Na capitania de São Vicente*, p. 21.
5. Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, pp. 69-74.
6. Cálculos do autor com dados de Earl J. Hamilton citados por Pierre Vilar, *op. cit.*, pp. 84-5, 129-30 e 179.
7. Quando apresentou-se a Cortés em Tenochtitlán, o imperador Montezuma usava um colar com oito camarões de ouro “feitos com muita maestria”, segundo registraria o espanhol. Carta de Hernan Cortés ao rei da Espanha, d. Carlos V, 30 de outubro de 1520. Hernan Cortés, *O fim de Montezuma*, p. 33.
8. Cortés registrou em detalhes a violência de sua expedição na carta que enviou ao rei da Espanha, em trechos como “Matei muita gente”; “Em duas horas matamos mais de 3.000 índios”; “(...) Ao amanhecer tínhamos tomado ou matado quinze ou vinte deles”; “Mandeí então queimar [os nativos] todos vivos, o que foi feito em uma praça (...)”; “(...) Embora matássemos um bom número deles, não fazia diferença (...)”; “(...) Conseguimos derrubar os índios, que eram mortos pelos espanhóis (...)”. *Idem*, pp. 5-91.
9. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, pp. 61-3.
10. *Idem*.
11. Carta de d. Manuel I ao rei de Castela, d. Fernando e d. Isabel, de 28 de agosto de 1501: “(...) [A Terra de Santa Cruz] É mui conveniente e necessária à navegação da Índia, porque ali [Cabral] corrigiu suas naus e tomou água (...)” Ivan Alves Filho, *Brasil: 500 anos em documentos*, pp. 27-9.
12. Assinado em 1494 por Espanha e Portugal, o tratado estabeleceu uma linha

imaginária que cortava verticalmente o continente americano. A Espanha ficaria com as terras situadas à esquerda da linha, e Portugal, com as da direita. No atual território do Brasil, a linha passa sobre Belém (PA) e Laguna (SC).

13. A ilha onde Colombo desembarcou, no arquipélago das Bahamas, era chamada pelos índios de Guanahani. O navegador batizou-a de San Salvador. Atualmente, ela é conhecida por San Salvador e também por Watlings. Para a frase sobre o ouro, Cristóvão Colombo, *Diários da descoberta da América*, pp. 43-4.

14. Para a produção de ouro, Friedrich E. Renger, “Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, pp. 105-6.

15. Carta do conde de Castanheira a d. João III, sem data. Frei Luís de Sousa, *op. cit.*, vol. 2, pp. 314-17.

16. “Trópicos brutos e indepassados” e “natureza hostil e amesquinhadora do homem” são expressões de Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo.*, p. 1138.

17. “Obstáculos imprevisíveis” é expressão de Caio Prado Jr. Idem, *ibidem*.

18. Alvará de 6 de maio de 1536, de d. João III, sobre o desterro para o Brasil. Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, p. 85.

19. Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-32). Arno Wehling (org.), *Documentos históricos do Brasil*, p. 38.

20. Estudiosos do episódio, como Orville Derby, Pandiá Calógeras e Luiz José Baptista, acreditam que a expedição tenha alcançado Minas Gerais. Já Capistrano de Abreu defende que ela tenha chegado ao interior de São Paulo.

21. Diário de navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-32). Arno Wehling (org.), *op. cit.*, p. 38.

22. “Brevíssima e sumária relação dos serviços de Martim Afonso de Sousa.” Washington Luís, *op. cit.*, pp. 58-60.

23. Exemplo de mapa que “prensava” a América do Sul é a Carta de Cristóvão Colombo, de 1492, reproduzida parcialmente em Antônio Gilberto Costa, *Cartografia da conquista do território das Minas*, p. 14.

24. Pierre Vilar, *op. cit.*, p. 136.

25. “Talvez o pior [caminho] que tem o mundo” foi a expressão usada por frei Gaspar da Madre de Deus (*Memórias para a história da capitania de São Vicente*), em meados do século XVIII, para descrever a rota de São Vicente até São Paulo.

26. Carta de Martim Afonso de Sousa ao conde de Castanheira, 14 de dezembro

de 1535. Washington Luís, *op. cit.*, p. 58.

27. A comparação foi feita por Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 213-6.

28. Carta-relatório de Tomé de Sousa de 1º de junho de 1553. Washington Luís, *op. cit.*, p. 63.

29. Carta de Duarte Coelho a d. João III, 27 de abril de 1542. Arno Wehling (org.), *op. cit.*, p. 40.

30. “Havendo nas terras da dita capitania qualquer sorte de pedreira, pérolas, aljôfar, ouro, prata, cobre, estanho e chumbo ou qualquer outra sorte de metal, pagar-se-á a mim o quinto.” Forais das capitanias hereditárias, de 1534. Friedrich E. Renger, “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”, pp. 91-106.

31. “Carta do conde de Castanheira muito de notar a el-rei d. João III sobre as necessidades do reino”, de 1542. Frei Luís de Sousa, *op. cit.*, vol. 2, pp. 314-7.

32. Documento do conde de Castanheira sobre os gastos de d. João III até 1544. Idem, pp. 272-5.

33. Idem. Para a involução das finanças da Coroa sob d. João III, ver também Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 321, e Washington Luís, *op. cit.*, p. 22.

34. Luís Capocche, “Relación general de La Villa Imperial de Potosí”, em Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, p. 162.

35. Pierre Vilar, *op. cit.*, pp. 149-55.

36. Carta do padre Manuel da Nóbrega, de 1552. Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, p. 1014.

37. Carta de Tomé de Sousa a d. João III de 18 de julho de 1551. *RAPM*, vol. 7, jul./dez-1902, p. 588.

38. A frase original é de Sérgio Buarque de Holanda: “Em suma, o que no Brasil se cuida encontrar é o Peru, não é o Brasil.” “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História geral da civilização brasileira*, tomo I, vol. 2, p. 266.

39. Carta de Manuel da Nóbrega de 6 de janeiro de 1550. *RAPM*, vol. 7, jul./dez-1902, p. 554.

40. Para as ordens do rei, “Carta de mercê que o senhor governador Mem de Sá fez a Vasco Roriz de Caldas e a cem homens que vão com ele a descobrir minas”, de 24 de dezembro de 1560. *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901, pp. 1163-5.

41. “Tão docemente mentia” é expressão usada por Sérgio Buarque de Holanda para definir Guillem. *Visão do Paraíso*, p. 45.

42. Carta de Felipe de Guillem a d. João III, 20 de julho de 1550. *RAPM*, vol. 7, jul./dez. 1902, pp. 581-4.



43. Idem.
44. Idem.
45. Carta de Tomé de Sousa a d. João III de 18 de julho de 1551. *RAPM*, vol. 7, jul./dez-1902, p. 588.
46. A foz está localizada na atual divisa de Alagoas e Sergipe.
47. Carta de Tomé de Sousa a d. João III de 18 de julho de 1551. *RAPM*, vol. 7, jul./dez-1902, p. 588.
48. Idem.
49. Idem.
50. Idem.
51. Idem.
52. Depois de voltar de uma entrada no sertão, a partir de Parati, em 1597, o aventureiro inglês Anthony Knivet contou ter visto as pedras coloridas e a isca de ouro. Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 47.
53. Idem, pp. 52-3 e 77.
54. Para os elogios, “Carta de mercê que o senhor governador Mem de Sá fez a Vasco Roriz de Caldas e a cem homens que vão com ele a descobrir minas”, de 24 de dezembro de 1560. *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901, pp. 1.163-5.
55. Carta do padre João de Azpicuelta de 25 de junho de 1555. *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901.
56. Idem.
57. Deve-se a J. Capistrano de Abreu e a Orville A. Derby o deciframento do percurso.
58. Carta do padre João de Azpicuelta de 25 de junho de 1555. *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901.
59. As “muitas informações boas” foram mencionadas na “Carta de mercê que o senhor governador Mem de Sá fez a Vasco Roriz de Caldas...” de 24 de dezembro de 1560. *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901, pp. 1163-5.
60. Carta de Tomé de Sousa a d. João III de 18 de julho de 1551 e carta do mestre das obras de fortificação da Bahia, Luiz Dias, a d. João III, de 15 de agosto de 1551. *RAPM*, vol. 7, jul./dez-1902, pp. 588-9.
61. “Regimento que há de ter o capitão Brás Cubas para a gente que houver de entrar pelo campo”, baixado pelo governador-geral, Duarte da Costa, em 8 de janeiro de 1556. Ivan Alves Filho, *op. cit.*, pp. 62-4.
62. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 330-5, descreve em detalhes um auto de fé com as presenças de d. João III e da rainha, d. Catarina. O envolvimento do rei com a

Inquisição, inclusive o suborno que pagou à família do papa Paulo III para obter a instalação de um tribunal do Santo Ofício em Lisboa, está documentado em Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 295-396. Ambos os autores, portugueses, dedicam poucas linhas à gestão de d. João III no Brasil.

63. D. Afonso, d. Isabel, d. Beatriz, d. Manuel e d. Filipe morreram ainda crianças, entre zero e 6 anos de idade. D. João faleceu aos 16 anos, d. Maria aos 17 e d. Duarte, o filho bastardo, aos 22. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 394-5.

64. Friedrich E. Renger, “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”, pp. 91-106.

65. Para o valor do salário, Sérgio Buarque de Holanda, “A mineração: antecedentes luso-brasileiros”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História geral da civilização brasileira*, tomo I, vol. 2, p. 276. Na época em que o mineiro chegou ao Brasil, um inventário realizado na capitania de São Vicente avaliou os preços de dois escravos (22 mil-réis), um lote formado por roupas, mobílias e ferramentas usadas (27,6 mil-réis), um colchão velho (1,2 mil-réis) e uma saia fabricada em Londres, também usada (5 mil-réis). Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, pp. 1219-20.

66. Oliveira Martins. *op. cit.*, pp. 340-1.

67. *Idem.*

68. O livro de Gandavo foi publicado pela primeira vez em 1576, em Lisboa. O capítulo 9 da obra, que trata dos metais preciosos no Brasil, está na *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1901, pp. 1171-3.

69. Pero de Magalhães Gandavo, *História da província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*.

70. “Arrasar os muros...” é frase de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 339.

71. Mem de Sá apoiou a entrada de Vasco Caldas Roriz (1561), entre outras.

72. A tese é defendida por Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 339.

73. Ele tinha 66 anos, idade avançada para a época em Portugal. Dos sete monarcas da Casa de Avis que o precederam, somente um o superou em longevidade: d. João I (77 anos). Os demais são d. Duarte (47), d. Afonso (49), d. João II (40), d. Manuel I (52), d. João III (55) e, por fim, d. Sebastião (24).



## Capítulo 4 Pecadores e caranguejo

O  
mínimo  
que se  
pode  
dizer de  
Filipe II  
da  
Espanha  
— em



FILIPE I DE PORTUGAL

Portugal, chamado de Filipe I — é que ele não dispensou um bom tratamento aos homens que, no Brasil, arriscavam a vida e a bolsa à procura de ouro. Que o diga o baiano Martim de Carvalho, da primeira leva de sertanistas luso-brasileiros, que havia feito uma entrada ao sertão em 1567 a partir de Porto Seguro. Com a chegada da Inquisição no Brasil, patrocinada pelo fanático Filipe, Martim Carvalho foi perseguido, preso e por fim banido para Lisboa. O olhar fixo e perfurante de Filipe, emoldurado por pálpebras caídas, não mentia: ele era um tirano.<sup>1</sup>

Outro que sofreu nas mãos do monarca espanhol foi Gabriel Soares de Sousa, nobre português do Ribatejo estabelecido na Bahia. Rico fazendeiro e senhor de engenho, Gabriel possuía terras, escravos, gado e casas em Salvador, mas sonhava com o ouro e as esmeraldas do Sabarabuçu.<sup>2</sup> Em 1584, o português foi à Espanha pedir apoio e compensações financeiras a Filipe II para empreender uma jornada ao sertão. O sertanista tinha certeza de que encontraria as cobiçadas minas, pois possuía um mapa que indicava a suposta localização do tesouro. A história da carta geográfica era espetacular. Uma entrada realizada sob a chefia do baiano Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, resultou no fracasso e no equívoco habituais: ele não encontrou ouro, mas achou pedras verdes, turmalinas de pouco valor, que confundiu com esmeraldas. Influenciado pelo feito de Tourinho, outro baiano, Antônio Dias Adorno, se embrenhou pelo sertão em 1574. Antônio também não encontrou nada, mas as histórias de sua viagem acabaram por inspirar outro aventureiro, João Coelho de Sousa. Coelho então tentou descobrir o Sabarabuçu, mas só encontrou a morte no malfazejo interior da colônia. Pouco antes de perecer, porém, acreditando estar próximo das minas, João fez um roteiro detalhado do caminho e o enviou a seu irmão, Gabriel Soares de Sousa. Era justamente esse mapa que Gabriel levava a Madri (recém-convertida em capital de Castela) para convencer Filipe II a avaliar uma nova expedição aos confins do Brasil.

O monarca, contudo, parecia não compartilhar do mesmo entusiasmo do fidalgo. Gabriel esperou um, dois, três anos e a resposta não veio. Para animar o rei a despachar seu caso, ele resolveu escrever um estudo sobre a colônia para os espanhóis. Era o monumental *Tratado descritivo do Brasil*.<sup>3</sup> No trabalho, concluído em 1587, Gabriel forneceu preciosas informações geográficas da costa da América Portuguesa, reconstituiu a história da colonização da Bahia, destrinchou o funcionamento do negócio do açúcar e compôs um ensaio rico — ainda que preconceituoso — sobre os índios tupinambás. No último capítulo, Gabriel anotou ter escrito pouca coisa sobre “os metais que o mundo faz mais

conta, que são o ouro e a prata”, porque pretendia retomar o tema no futuro, depois, provavelmente, de levar sua expedição ao local indicado pelo falecido irmão. Ele adiantou, contudo, que a riqueza do interior do Brasil era maior que a da América Espanhola. A “terra da Bahia tem dele [do ouro] tanto quanto se pode imaginar”, escreveu Gabriel. Como isca para conseguir a atenção do rei, o fidalgo mencionou a serra resplandecente: “(...) Afirmam alguns portugueses que a viram que ela se parece de longe com as serras de Espanha quando estão cobertas de neve (...)”

Ainda que a obra viesse a ser considerada, quase três séculos depois, o relato mais admirável sobre o Brasil produzido no período quinhentista, na época ela não foi capaz de excitar Filipe II. Só isso explica os três anos de silêncio adicionais que Gabriel mereceu.

Em 1590, depois de seis anos de espera, o fidalgo finalmente obteve a resposta que esperava, e desta vez o rei lhe foi generoso. Gabriel foi nomeado para um cargo de nome pomposo — “capitão-mor e governador da conquista e descobrimento do rio de São Francisco” — e recebeu honras, mercês e ajuda material.

Em abril de 1591, Gabriel já estava a caminho do Brasil, embarcado na urca flamenga *Grifo dourado* — ironia do destino: grifo (animal com cabeça de águia e garras de leão) era justamente um dos seres que habitavam o lendário e opulento reino do Preste João, que Portugal tanto buscara no século XV. A chegada de Gabriel ao Brasil foi confusa. A urca naufragou na enseada de Vazabarris, em Sergipe, provocando a morte de muitos que nela viajavam. Gabriel, por sorte, conseguiu se salvar. Refeito do susto, o fidalgo decidiu fazer a pé o restante da jornada até Salvador, um percurso de mais de 300 quilômetros. Com muito sacrifício, completou a prova.

Ainda naquele ano, Gabriel entrou no sertão, liderando cinco companhias, dois capelães e um mineiro prático, Marcos Ferreira. Sua comitiva não foi longe. Abandonado pelos índios que lhe serviam de guias, Gabriel vagou sem rumo até cair prostrado, em febres, próximo ao local onde uma década antes seu irmão tinha perdido a vida: as cabeceiras do rio Paraguaçu, na Bahia. Mais tarde, os despojos de Gabriel seriam encontrados e sepultados no mosteiro de São Bento, com um epitáfio escolhido pelo sertanista: “Aqui jaz um pecador.”<sup>4</sup>

Francisco Bruza de Spinoza (1554), Sebastião Fernandes Tourinho (1573), Antônio Dias Adorno (1574), João Coelho de Sousa (1580), Gabriel Soares de Sousa (1591)... Por que nenhum desses homens ou outros que estiveram no sertão

dos atuais estados da Bahia e de Minas Gerais foi capaz de descobrir que pisava nas maiores reservas de ouro até então conhecidas? Ainda que, com raras exceções, eles não possuíssem conhecimento de mineralogia, era quase impossível deixar de notar o metal.

Durante milênios, as chuvas tropicais haviam castigado as rochas auríferas daquela região, fazendo com que porções do metal precioso — na forma de pó, grãos ou pepitas — se despregassem do filão. Pela ação da gravidade e das chuvas, esse ouro foi rolando até se concentrar em três tipos de depósito: nos leitos e nas margens de rios e córregos, no fundo de vales e nas fendas que rasgam as encostas de montanhas. Nos depósitos mais recentes, sobretudo nos cursos d'água, podia-se eventualmente enxergar o ouro misturado ao cascalho e catá-lo com a mão, sem a ajuda de bateias.<sup>5</sup> O metal precioso estava por todo lado — algumas vezes, à flor da terra.<sup>6</sup> Com um pouco de sorte, arrancava-se uma planta do solo e suas raízes vinham à luz salpicadas de ouro.<sup>7</sup> Em certas regiões, na época da seca, bastava varrer o chão e o pó amarelado aparecia.<sup>8</sup> Como é improvável que todos os homens que rodaram a região por quatro décadas fossem absurdamente distraídos, restava a pergunta: por que eles não voltavam do sertão com baús cheios do metal precioso? A chave da questão era o próprio sertão.

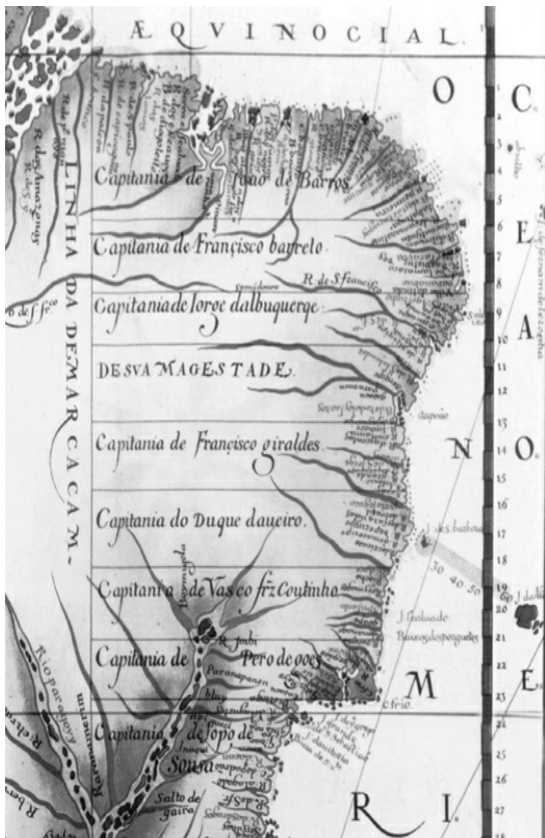
Era até possível promover expedições ao interior da Bahia e de Minas Gerais, mas era impraticável fazer paradas mais longas, de um ano por exemplo, para a realização de pesquisas mineralógicas ou mesmo para extrair quantidades maiores de ouro. De um lado, porque não haveria como alimentar centenas de pessoas — ou milhares, se somados os índios escravizados — apenas com a caça e a coleta. De outro, porque o sertão era perigoso — índios bravios, antropófagos, mestres na arte da emboscada, estavam sempre prontos a aproveitar-se de qualquer descuido dos brancos. Um mapa do Brasil de 1586 resumia bem o dilema português da cobiça do ouro versus a barreira sertão/índio.<sup>9</sup> A legenda do mapa afirmava que, sim, havia ouro no território da colônia, mas dizia também que os portugueses ainda não tinham sido capazes de assentar núcleos além de 130 quilômetros da costa. O sertão longínquo, ensinava o mapa, era povoado exclusivamente pelo “gentio da terra”.



A terra do Brasil he aque parte a linha vermelha  
desta do peru aqua linha he a de marcacam que  
os reys de Castella ou Catholicos dom Fernando  
e dona Izael e Elrey dom Joao o 2º de Portugal  
fizeram no descobrimento geml as Capitania que  
vaorepartidas per linhas ymelhas São Merges  
que os Reys de Portugal dom Manuel e dom Jo  
am seu filho o terceiro do mesmo nome fizeram a homes  
que muy bem os Seruiram no descobrimento e  
conquista das Indias orientaes Aque diz de Sua  
Majestade soy de Frº Pereira reymão q morrendo  
ficando sem erdi ficou a Coroa nesta esta abahia  
de todos santos e Cidade do Salvador onde  
assiste o Governador e o Bispo todas as mais sam  
Villas excepto a cidade de São Sebastião no Rio  
de Janeiro capitania de Pero de Góes / a qual Cidade  
foy tomada aos franceses pello Governador Me  
de São as melhores e mais ricas destas Capita  
nias São ade Sua Magestade e a de Jorge dal  
buquerque estas sam as que mais yngenos tem  
de açúcar e assi tem mais trato de mercadores  
tem cada huã destas capitania pella costa do  
mar 50 legoas e pera o sertão tanto ate che  
gar a linha da de marcacam com a repartição  
dellas se ve he pouada esta terra do Brasil to  
da de portugueses quãto dizem as Capitania  
elomente há costa do mar equãdo muito 15 20  
legoas pello sertão hemuy pouada do gentio  
da terra tem muytas malimentos em partes  
della há Ouro assi de Minas como de laagee

TROPICO DE CAPRICORNIO









Capitania de

Pero de oes

Capitania de Jopo de Souza

Salto de gaira

Cete correntes

Rio da prata

R I

D I

O



De fato, a experiência mais ousada da colonização portuguesa no interior ainda era a vila de São Paulo. Por aí se tem dimensão da dificuldade do sertão: São Paulo estava a míseros 70 quilômetros do litoral, mas a viagem até lá demorava três dias.<sup>10</sup>

Com sua geografia rude e seus recursos parcimoniosos, o sertão continuava sendo uma terra possível apenas para os homens nus que o habitavam. Por enquanto, ainda que tivessem uma ou outra pepita de ouro e sonhos imensos, os cerca de 25 mil brancos que viviam no Brasil estavam condenados, como dizia frei Vicente do Salvador, a viver “ao longo do mar, como caranguejos”.<sup>11</sup>

Assim que soube da morte do “pecador” Gabriel Soares de Sousa no sertão do Paraguaçu, o governador-geral do Brasil, d. Francisco de Sousa, mandou socorro aos sobreviventes da expedição. Além de evitar que a tragédia se alastrasse, o pronto atendimento confortou a comunidade baiana, já tão desgastada com a sucessão de eventos daquela natureza. Considerado o melhor dos governadores-gerais até então nomeados pela Coroa, d. Francisco se mostrou, mais uma vez, um administrador competente e um homem de valor.<sup>12</sup>

A transferência de d. Francisco para o Brasil, em 1591, se devia a um imprevisto funesto: o funcionário escalado para assumir o Governo-Geral, Francisco Giraldes, caiu no mar quando aportava na costa baiana e morreu sem pôr os pés na colônia. O currículo do novo governador-geral era lustrado: ele comandara um dos galeões da desastrosa campanha de d. Sebastião no Marrocos e possuía o viçoso título de senhor de Beringel. Carecia de fortuna, entretanto, já que, como terceiro filho, não tivera o direito a pôr as mãos na herança do pai. O Brasil era assim uma oportunidade para d. Francisco.

Se o fidalgo precisava de uma boa notícia, o rei da Espanha e de Portugal precisava ainda mais. As coisas começavam a ficar complicadas para Filipe II, e um dos motivos era que el-rei gostava de guerras. Os inimigos da Espanha — Inglaterra e Holanda — eram poderosos, o que demandou de Madri grandes orçamentos militares. O problema era que o dinheiro já não era abundante como antes. Ainda que a produção de prata de Potosí crescesse ano a ano, os carregamentos de ouro da América já não vinham tão fartos. Derretidas as joias de Montezuma e Atahualpa, o que restara dos antigos impérios Inca e Asteca eram minas de difícil extração. A produção de ouro, que havia alcançado o pico de 4,2 toneladas por ano no decênio 1551-1560, caíra para 943 quilos no período 1571-1580.<sup>13</sup> Recuperara um pouco no decênio seguinte — 1,2 tonelada por ano — mas estava claro que os tempos de vacas gordas haviam acabado.<sup>14</sup>

Filipe II não poderia ter encontrado súdito mais leal para os assuntos do ouro que d. Francisco. O novo governador-geral do Brasil faria, se não tudo, quase tudo para encontrar as minas escondidas no sertão. Somando o desejo que tinha de enricar com a pretensão de ser o primeiro marquês das Minas (cargo que pediu e que o rei da Espanha lhe prometeu), d. Francisco viveria os vinte anos seguintes obcecado pela ideia de encontrar o Sabarabuçu.

O primeiro sinal de que o cavaleiro se transmutava num desvairado pelo ouro foi revelado justamente na operação de socorro a Gabriel Soares de Sousa. Ao receber, dos homens que fizeram o resgate, o mapa do Sabarabuçu que Gabriel herdara do irmão João Coelho, o governador-geral evitou entregá-lo aos herdeiros. Apoderou-se dos papéis para tentar ele próprio desvendar o mistério da serra resplandecente. Cego pela cobiça, ele foi à luta.

Em 1596, d. Francisco já tinha entendido que, para alcançar as nascentes do rio São Francisco, onde ficaria o Sabarabuçu, era preciso mudar a estratégia adotada nas últimas seis décadas e meia. Como todas as jornadas saídas de Porto Seguro e Salvador haviam falhado, o fidalgo concluiu que era preciso abandonar a Bahia como ponto de partida das campanhas e apostar nas capitânicas localizadas mais ao sul. Ainda naquele ano, d. Francisco pôs em prática seu novo plano, mandando não uma, mas três expedições ao sertão, todas partindo de capitânicas localizadas abaixo da Bahia. Do Espírito Santo, quem entrou pelo sertão adentro foi um dos sobreviventes da expedição de Gabriel Soares de Sousa: o português Diogo Cão, um exterminador de índios alcunhado de *Matante Negro*. Do Rio de Janeiro, o enviado foi Martim Correia de Sá, de 21 anos, outro caçador de selvagens e derrubador de pau-brasil. E, por fim, da vila de São Paulo, o escolhido foi João Pereira de Sousa, português que viera para o Brasil fugindo de perseguições no reino.

Além de representar o fim das entradas baianas, a tripla campanha iniciou uma nova fase na busca do ouro: dali em diante, as expedições ficariam cada vez mais estruturadas e planejadas, assumindo um perfil quase militar. De início, contudo, o resultado não foi bom. A campanha piratiningana teve um desfecho inusitado: acusado de falsificar documentos, João Pereira de Sousa foi preso quando ainda marchava rumo às minas. As outras duas deram no de sempre: índios escravizados e necas de Sabarabuçu.

Dois anos depois, ainda com o fracasso a pesar-lhe os ombros, a tentação veio bater novamente à porta de d. Francisco. Dessa vez, na forma de um pedaço de metal azulado com pintas douradas. O torrão foi oferecido ao governador-geral por “um brasileiro” que dizia que a origem do regalo eram os “montes

Sabaroason”.<sup>15</sup> Aquele minério valia quase nada, mas foi o suficiente para alucinar d. Francisco.<sup>16</sup> Convencido de que o Sabarabuçu ficava mesmo abaixo da Bahia, o governador-geral decidiu se mudar de Salvador, então capital da colônia, para a boca do sertão: a vila de São Paulo de Piratininga. Trocar Salvador por São Paulo, em 1599, só mesmo por um bom motivo; no caso de d. Francisco, a ganância. Na virada do século XVI para o XVII, Salvador era, junto com Olinda, a vila mais desenvolvida da América Portuguesa. Alavancada pelo dinheiro dos senhores de engenho, a sede do Governo-Geral já experimentava alguns luxos e uma certa movimentação. Nessa época, a capitania do Recôncavo contava com impressionantes 3.000 habitantes brancos e mestiços. Já São Paulo, com suas reles cem casas, a maioria de pau a pique e teto de palha, era uma vila feia, “bem insignificante, quase miserável”.<sup>17</sup> Em lugar do clima quente da Bahia, sopravam “grandes frios e geadas”.<sup>18</sup> Paupérrimos, seus cerca de 200 moradores livres se vestiam tão miseravelmente que os trajes faustos usados por d. Francisco quando entrou na vila, em maio de 1599, provocaram comentários.<sup>19</sup>



BOTOCUDOS, PURIS, PATAXÓS E MAXACALIS (POR DEBRET)

Ao governador-geral não interessavam os luxos e confortos que deixara para trás. Sua comitiva, formada por mineiros, ensaiadores de ouro e fundidores,

mostrava que ele viera focado no trabalho — coisa rara em se tratando de um funcionário da Coroa. D. Francisco de fato foi um administrador incomum. Mal instalou-se em São Paulo, deu início a uma série de providências para limpar e abrir caminhos e erigir vilas e fortes. Ainda naquele ano, o governador vistoriou pes-soalmente as malservidas minas de ouro descobertas por Brás Cubas e Luiz Martins quase quatro décadas antes: Jaraguá, Birutuna, Monserrate e Biraçoibaba (região que se estende por cerca de 90 quilômetros entre os atuais municípios de São Paulo e Sorocaba). O tesouro que d. Francisco buscava, no entanto, não estava ali tão próximo daquela vila molambenta. Escondia-se em algum lugar certamente pior, disso ele sabia. O Sabarabuçu devia estar em algum ponto entre São Paulo e a Bahia — o que vale dizer, uma longitude de mais de 1.400 quilômetros em linha reta. Tudo indicava que a serra resplandecente sonhada por d. Francisco ficava naquela região representada nos mapas da época com um imenso vazio, habitada apenas por índios e, segundo a imaginação de alguns cartógrafos, leões.<sup>20</sup> O ouro estava no vão, no oco, no deserto do Brasil.



EM 1592, THEODOR DE BRY APAVOROU A EUROPA COM A GRAVURA

## DE UM RITUAL DE ANTROPOFAGIA TUPINAMBÁ

Não havia caminho que ligasse São Paulo ao sertão; apenas trilhas de índios, estreitas e traiçoeiras, por onde era possível passar somente uma pessoa de cada vez. Os homens brancos que se dispunham a embrenhar-se por essas veredas, além de serem desassombrados, precisavam ser fortes e resistentes, já que o itinerário raramente seguia na linha horizontal. Era um subir e descer constante por serras rochosas que podiam se elevar a quase 3.000 metros acima do nível do mar. Poucos lugares na colônia eram tão altos.<sup>21</sup> O que parecia um problema na verdade eram dois: tendo de subir os morros de quatro, usando as mãos para agarrar raízes e pedras, ficava-se à mercê das flechas dos índios.<sup>22</sup> Sim, para entrar no vazio era preciso antes furar o cinturão dos selvagens — uma população de 90 mil a 160 mil índios, que habitava a região havia 11 mil anos.<sup>23</sup> A figura dos aborígenes por si só já era assustadora — uma coisa era encontrar nativos na praia aberta de Porto Seguro; outra era vê-los de relance, se esgueirando pelas matas fechadas do sertão. Os botocudos, por exemplo, um dos povos que ocupavam a região, quase perdiam a feição humana pelo costume de usar um disco de madeira, da circunferência de uma laranja grande, em fendas abertas no lábio inferior e nas orelhas. No caso dos botocudos idosos então, a transformação era ainda mais radical: com o tempo, o peso dos botoques fazia o lábio cair até encostar-se no peito; as orelhas roçavam nos ombros.<sup>24</sup> Um estrangeiro que viu a cena no início do século XIX fez o seguinte comentário: “Não há ser humano mais feio que uma velha botocuda nua, a saliva escorrendo sem parar pelo lábio inferior.”<sup>25</sup> Fosse só a feiura, não haveria tanto problema. A questão era que os botocudos eram bravos, antropófagos e mestres na arte de emboscar. A dificuldade, como se vê, não era apenas penetrar no sertão, mas permanecer.

Em sua busca ávida por encontrar alguém capaz de vencer o sertão além de Piratininga, d. Francisco foi informado de que este homem talvez fosse André de Leão, um português que já tinha feito entradas por aquelas bandas, mas deixara a lide sertaneja para morar numa pequena cidade de cerca de duzentos habitantes que ajudara a fundar: o Rio de Janeiro. Quando d. Francisco encontrou Leão, este levava uma existência tranquila: era vereador e morava numa fazenda à beira de uma lagoa, batizada anos mais tarde de lagoa Rodrigo de Freitas.

Não se sabe o que o governador-geral disse ou prometeu ao patricio, mas o



fato é que o convenceu a largar tudo e partir com ele para São Paulo.



ALDEIA DE ÍNDIOS (POR DEBRET)

No início de 1601, André de Leão entrou novamente nas terras sombrias que se abriam além dos campos de Piratininga. Estava sob a proteção de “Deus e da Virgem Nossa Senhora de Monserrate”, sob a escolta de setenta ou oitenta homens e tendo por assistente um mineiro prático, o holandês Wilhelm Jost ten Glimmer.<sup>26</sup> Todos iam a pé. Andaram uma eternidade por caminhos ásperos, desceram rios com canoas a desviar de cachoeiras, até que toparam com uma serra. Era grandiosa, com picos de até 2.770 metros, mas não dourada. Para transpô-la, Leão levou sua comitiva por uma fenda que se abria na cadeia de montanhas, a garganta do Embaú.<sup>27</sup> Quando desceu do outro lado, estava de frente ao que num futuro próximo ficaria conhecido como Minas Gerais. Seguiu adiante, margeando rios que escondiam algum ouro debaixo do cascalho. O cenário, apesar de belo, era assustadoramente desértico, como deixaria registrado o mineiro prático: “Em toda a viagem (...), nada vimos que denotasse cultura, não encontramos homem algum, apenas aqui e ali aldeias em ruínas (...); todavia, observamos às vezes fumaça que se erguia no ar, pois, por aquelas solidões, vagueavam com suas mulheres e filhos alguns selvagens (...)”<sup>28</sup> Quando a expedição conseguiu achar as primeiras provas do metal e se

preparava para aprofundar a pesquisa, foi obrigada a recuar.<sup>29</sup> Motivo: uma “tribo de selvagens” tinha enviado um guerreiro para espreitar os expedicionários. “(...) Demo-nos pressa em arrear carreira, de medo desses bárbaros (...)”, escreveu Glimmer.<sup>30</sup> Nove meses depois da partida, a comitiva estava de volta a São Paulo — de mãos vazias.

D.



FILIPE II DE PORTUGAL

Francisco não se abalou. Ao contrário: estudou as falhas da expedição e no ano seguinte enviou uma nova campanha ao sertão. Para compô-la, foi preciso aliciar gente de outras capitanias, já que o número de integrantes — 300 brancos e mamelucos — extrapolou a totalidade da população livre de São Paulo.<sup>31</sup> A expedição partiu em setembro de 1602.<sup>32</sup> Treze meses depois, ainda não havia regressado, mas para d. Francisco isso já não importava mais. Depois de doze anos no cargo, com uma administração competente mas de pouca ventura metálica, ele fora obrigado a passar o bastão ao violento e arrogante d. Diogo Botelho.

Parecia ter chegado o fim das buscas de d. Francisco, mas não foi isso o que aconteceu. Ele simplesmente não desistiu.

Em 1605, d. Francisco viajou a Madri e deflagrou uma campanha na corte para que o novo rei, d. Filipe III de Espanha (Filipe II de Portugal), dividisse em dois o Governo-Geral do Brasil. A porção norte, com capital em Salvador, ficaria sob a administração do novo governador-geral, d. Diogo Botelho. Já a Repartição Sul, que abrangeria as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e de São Vicente, seria colocada sob a guarda dele, d. Francisco. A fim de amaciar o real julgamento, o ex-governador usou a palavra mágica como argumento para a mudança: ouro. Uma vez descentralizada a administração da colônia, alegava d. Francisco, a Coroa poderia se dedicar com mais afinco às pesquisas mineralógicas, colhendo por certo o ouro do Sabarabuçu.

Tanto o ex-governador fez, falou e prometeu que o rei acabou consentindo.

Ainda que fosse um rei sem aptidão para a política, d. Filipe III não era alheio às promessas de fortuna. Cada vez menos abundante nas colônias da América Espanhola, o ouro lhe falava ao coração.<sup>33</sup> Tanto assim que em 1603, sem que nada de extraordinário tivesse acontecido no campo das descobertas auríferas, el-rei baixou o primeiro Regimento das Minas do Brasil, um catatau de 62 artigos inspirado no *De re metallica*, um manual de mineração e metalurgia de 1556.<sup>34</sup>

Em meados de 1609, acompanhado de uma grande comitiva, d. Francisco regressou a São Paulo de Piratininga. A certeza de que encontraria o Sabarabuçu era tão grande, e seu desvario, tão imenso, que ele pediu ao rei (e este consentiu) que lhamas, animais acostumados a carregar a prata de Potosí, fossem importadas pela administração da colônia e introduzidas em São Paulo.<sup>35</sup> Os opositores de d. Francisco não lhe perdoaram a desenvoltura. No dia 22 abril de 1609, exatos 109 anos após a chegada de Cabral a Porto Seguro, o novo governador-geral da Repartição do Norte, Diogo de Meneses (não confundir com Diogo Botelho, o anterior), escreveu uma carta ao rei recheada de rancor e

maldade, mas também de razão. Nas entrelinhas da missiva, ele aconselhou o soberano a desinflar os investimentos na Repartição Sul e a concentrar o foco na porção norte. Seu argumento era irreparável: eram as concretudes da Bahia e não os sonhos de São Paulo que geravam lucros para a Coroa. “Creia-me Vossa Majestade que as verdadeiras minas do Brasil são açúcar e pau-brasil, de que Vossa Majestade tem tanto proveito sem lhe custar de sua fazenda um só vintém”, afirmou ele.<sup>36</sup> Os números confirmavam a afirmação de d. Diogo de Meneses. Desde princípios do século XVII, depois de mais de cem anos com a contabilidade no vermelho, o Brasil enfim dava lucro — e graças quase que exclusivamente ao açúcar do Nordeste. O produto estava em alta no mercado, e a colônia, por sua vez, acabara de conquistar o posto de maior produtora mundial da mercadoria.

D. Francisco, contudo, conhecia o atalho para a alma do rei. Em 1610, o governador da Repartição Sul enviou a Madri um de seus filhos, Antônio de Sousa, com dois regalos para d. Filipe II: uma espada e uma cruz forjadas com o pouco ouro das minas de São Paulo. Para azar de d. Francisco, a cobiça não habitava somente nele e no rei. A nau foi assaltada em alto-mar por corsários, que levaram os presentes.<sup>37</sup>

D. Francisco não teve tempo de mandar cunhar novos mimos dourados para el-rei, nem chegou a importar suas lhamas. Abandonado pelos integrantes de sua comitiva e empobrecido pelos anos mal gastos no Brasil, ele morreu em junho de 1611. Não deixou muita saudade. São Paulo, Lisboa e Madri o esqueceram tão rapidamente que até mesmo a localização de seu túmulo acabou se perdendo na poeira da história.<sup>38</sup>

## Notas

1. Os traços podem ser vistos em dois retratos, pintados em períodos diferentes da vida do monarca, de Ticiano e Lucas de Heere.
2. Para os bens, testamento de Gabriel Soares de Sousa, de 1584. Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil colonial*, p. 260.
3. O texto integral foi editado pela primeira vez em 1825, em Lisboa, sem o nome do autor e com outro título: *Notícias do Brasil*. Foi reproduzido no Brasil, com o título original, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 62, 1940, pp. 347-81.
4. Sobre a recuperação e sepultamento dos despojos e o epitáfio, Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, p. 149.
5. Para a dispensa de bateias, Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 1269, e Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 45.
6. Achados de ouro “à flor da terra” são mencionados por diversas fontes. Cito três, de diferentes épocas e procedências: carta do governador Antônio de Albuquerque de 7 de agosto de 1711 (José Soares de Mello, *Emboabas*, p. 266); parecer do Conselho Ultramarino de 22 de julho de 1717 (Jorge Caldeira, *Brasil: a história contada por quem viu*, p. 226); memorial do capitão José Álvares de Oliveira, de aproximadamente 1750 (CCM, vol. 1, p. 230).
7. Augusto de Lima Jr., *op. cit.*, p. 30.
8. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Jornal do Brasil, 1811-1817*, p. 48.
9. “Mapa com roteiro e todos os sinais, conhecimentos, fundos, baixos, alturas e derrotas que há na costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Fernão de Magalhães”, atribuído a Luís Teixeira, de 1586. Reproduzido em Antônio Gilberto Costa (org.), *Cartografia da conquista do território das Minas*, pp. 12 e 26.
10. O tempo de viagem foi calculado por Fernão Cardim, que fez o percurso no início do séc. XVII. Washington Luís, *Na capitania de São Vicente*, p. 233.
11. Para a população branca em 1583, Pandiá Calógeras, *Formação histórica do Brasil*, p. 37. Para a expressão “... como caranguejos”, frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, pp. 5-261.
12. A avaliação é de frei Vicente do Salvador (*op. cit.*, p. 147), que, além de ter convivido com d. Francisco, estudou e escreveu sobre as administrações da colônia.
13. Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, pp. 130 e 237-8.
14. Idem.

15. Quem conta o caso é Wilhelm Jost ten Glimmer, morador de Santos de origem flamenga, perito em mineralogia, que em 1601 foi contratado por d. Francisco para uma entrada. O texto de Glimmer apareceu pela primeira vez em Amsterdã, em 1648, transcrito no livro *Historia naturalis brasiliae*, de Jorge Marcgrave e Guilherme Piso. A íntegra do escrito de Glimmer está em Washington Luís, *op. cit.*, pp. 244-7.

16. Com base na descrição e localização do achado, Orville A. Derby identifica o torrão como sendo “uma rocha crivada de berilo, ou lazulita, e mica”. “Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais”, *RHGGSP*, vol. 5, 1901, p. 257.

17. O número de casas foi calculado, no início do século XVI, pelo geógrafo flamengo Johannes (também chamado de João) de Laet. A expressão “bem insignificante...” é de Washington Luís, que também traz o dado censitário e a descrição da vila (*op. cit.*, p. 232). Depois de ser deposto pela Revolução de 1930, o ex-presidente Washington Luís retomou a carreira de historiador, deixando importante trabalho sobre seu objeto de estudo: o estado de São Paulo.

18. Outra expressão de Washington Luís *op. cit.*, p. 232.

19. Em 1606, a Câmara de São Paulo estimava em 190 os habitantes da vila, entre brancos e mestiços. *Idem*, p. 232. Para o choque com a diferença de vestuários, Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, p. 232, p. 163.

20. Exemplo de carta geográfica com o “vazio” é o “Mapa com roteiro e todos os sinais...”, atribuído a Luís Teixeira. Antônio Gilberto Costa (org.), *op. cit.*, p. 232, pp. 12 e 26. Em 1692, no mapa “America meridionale”, na altura do paralelo 20° S, Vincenzo Maria Coronelli desenhou dois leões próximos da “serra de Sarabassu”. Transposto para mapas atuais, o local representado ficaria na altura de Belo Horizonte (MG), região aurífera mais rica dentre as exploradas no século XVIII. Detalhe do mapa está em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 110.

21. Quatro dos seis picos mais altos do Brasil estão em Minas Gerais: Bandeira (2.890 m), Agulhas Negras (2.787 m), Cristal (2.770 m) e Mina (2.770 m). Todos ficam pouco atrás do primeiro da lista, o pico da Neblina, no Amazonas, com 3.014 m.

22. Fernão Cardim, que fez a viagem no início do séc. XVII, relata as condições da subida. Washington Luís, *op. cit.*, pp. 232-3.

23. Um mapa de Minas Gerais com os cinturões indígenas do século XVII, de Salomão Vasconcelos, foi reproduzido por Renato Pinto Venâncio no ensaio “Antes de Minas: fronteiras coloniais e populações indígenas”, que integra o livro de Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, pp. 87-102. A quantificação, válida para Minas Gerais no ano de 1500, é de John Hemming (91 mil) e David P. Kennedy (159 mil), e a datação é de André Proux,

também citados por Venâncio.

24. Rugendas, que esteve no Brasil pela primeira vez em 1821, fez desenhos hiper-realistas de botocudos usando botoques para o seu *Malerisch reise in brasilien*.

25. Foi o alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege, que esteve no Brasil pela primeira vez em 1810. A observação está no seu *Jornal do Brasil, 1811-1817*, p. 81.

26. Para a proteção, “Regimento de d. Francisco a Diogo Gonçalves Lasso, de 19 de julho de 1601”. Washington Luís, *op. cit.*, p. 232.

27. O desfiladeiro fica próximo à cidade de Cruzeiro, no vale do Paraíba, estado de São Paulo.

28. Relato de Wilhelm Jost ten Glimmer. Washington Luís, *op. cit.*, pp. 244-7.

29. Sabe-se que a expedição passou, em terras paulistas, por Itaquaquecetuba e Cachoeira. Em Minas Gerais, pelas regiões que viriam a ser Passa Quatro, Pouso Alto, Baependi, Ibituruna e finalmente Pitangui, de onde retornou. O primeiro a decifrar o eixo do roteiro foi Orville A. Derby.

30. Relato de Wilhelm Jost ten Glimmer. Washington Luís, *op. cit.*, pp. 244-7.

31. Em 1606, a Câmara de São Paulo estimava em 190 os habitantes livres da vila, entre brancos e mestiços. Idem, p. 232.

32. Seu líder era o paulista Nicolau Barreto.

33. Quando d. Filipe III subiu ao trono, em 1598, a produção anual de ouro na América Espanhola girava em torno de 2.000 quilos. Quando o rei recebeu a proposta de d. Francisco, em 1605, a produção anual caíra para 1.176 quilos, em média. Pierre Vilar, *op. cit.*, pp. 129-30 e 237.

34. A íntegra do regimento está em Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 83-93. Para a inspiração, Friedrich E. Renger, “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”, pp. 91-106.

35. Para as lhamas, Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, p. 114.

36. A íntegra da carta está nos *ABN*, vol. 57, 1939, pp. 51-9.

37. Frei Vicente do Salvador, *op. cit.*, pp. 181-2.

38. Para o túmulo, Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, p. 402.



## Capítulo 5: Longa e incerta via

Em 1640, a história portuguesa deu uma nova reviravolta. Aproveitando-se da fragilidade do reino de Castela, envolvido em guerras sem fim, os restauradores portugueses tomaram o Palácio da Ribeira, em Lisboa, prenderam a vice-rainha, duquesa de Mântua, depois executaram o secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos, e jogaram seu corpo pela janela. Depois de 60 anos de dominação, Portugal estava livre. Livre e, como sempre, em dificuldades financeiras.

Nos 28 anos seguintes, os cofres portugueses seriam sangrados para bancar uma longa guerra contra a Espanha, que tentaria ferozmente retomar o controle sobre toda a Península Ibérica. Em 1661, a fim de assegurar apoio internacional contra Madri, Lisboa se viu obrigada a fechar um pacto com a Holanda, o Tratado de Haia, pelo qual se comprometeu a pagar a descomunal fortuna de 4 milhões de cruzados, divididos em dezesseis parcelas anuais. A dívida era impagável. Não só porque o ouro da Espanha deixara de entrar em Portugal, mas também pelo fato de que, como consequência do contínuo esfacelamento do império lusitano, as remessas do metal precioso africano tinham minguado. O ouro e a prata eram tão escassos em Lisboa que a população raspava as bordas das moedas na vã tentativa de multiplicar o dinheiro.

Nessa época, o açúcar brasileiro era a maior fonte de sustento de Portugal. Mas, como o azar nunca anda sozinho, também nesse setor as coisas não iam bem. Por volta de 1660, Lisboa começou a sofrer com a forte concorrência do açúcar holandês, fabricado nas Antilhas. Em função do aumento da oferta no mercado internacional, em menos de quarenta anos os preços do produto caíram 66%.<sup>1</sup>

Com o açúcar em baixa, restaria a Portugal remediar-se com o pau-brasil, isso se houvesse pau-brasil disponível. Os 150 anos de desmatamento praticado ao longo da costa brasileira tinham praticamente exterminado a madeira mais fácil de ser extraída. Para continuar o negócio, os portugueses teriam de buscar



as árvores no sertão, e o sertão era exatamente a trava que impedia a metrópole de desfrutar por completo o seu domínio na América.

A crise não batia apenas à porta de Portugal. O mundo estava à beira de um colapso financeiro. Principal combustível da economia do planeta, os metais preciosos da América Espanhola escasseavam. As remessas anuais de ouro para Madri, que haviam chegado ao pico de 1.945 quilos em 1600, caíram, sessenta anos depois, para 47 quilos — uma redução de 97%.<sup>2</sup> A prata de Potosí também rareava. Na mesma comparação de 1600 para 1660, os despachos anuais do metal baixaram de 2,7 toneladas para 443 quilos — ou seja, uma queda de 84%.<sup>3</sup> A carência de ouro e de prata, molas mestras do comércio, fez os preços desabarem. Em apenas vinte anos, a cotação do cravo-da-índia, um produto supervalorizado na virada do século XVI para o XVII, baixou mais de dois terços.<sup>4</sup> Da Europa ao Oriente, da América à África, a crise gerava redução de lucros, inflação, desvalorização de moedas, recessão, falta de trabalho e aumento da pobreza.

Viciado em metal, o mundo sofria.

O aleijado e mentecapto d. Afonso VI, o segundo rei de Portugal restaurado, pertencia a uma das famílias de nobres mais ricas de Portugal, a Casa de Bragança.<sup>5</sup> Seus parentes dominavam os prósperos ducados de Bragança, Barcelos e Guimarães, os marquesados de Vila Viçosa e Valença e os condados de Ourém e Faro, entre outros. Seu pai, d. João IV, fora um compositor talentoso e deixara seu nome gravado na história da música portuguesa. Porém, mesmo sendo um modelo acabado de aristocrata, d. Afonso precisou descer do pedestal em virtude dos problemas financeiros da Coroa. Em 1664, ele escreveu e firmou com a real assinatura cartas pessoais para sertanistas brancos de São Paulo. Com palavras doces, el-rei pedia, quase implorava, que os paulistas ajudassem Agostinho Barbalho de Bezerra, o recém-nomeado “governador das Minas de Paranaguá e da Serra das Esmeraldas” (a primeira ficava na região do atual estado do Paraná, e a segunda não passava de uma lenda), a cumprir a missão que lhe dera: “o descobrimento e entabulamento das minas”.<sup>6</sup> D. Afonso tinha tanta gana de ver o sucesso de seu enviado — “(...) Eu desejo muito que ela [a jornada de Agostinho] tenha efeito e consiga o descobrimento das minas”, escreveu ele — que o autorizou buscar informação até mesmo com criminosos furtivos. “Perdoe em meu nome o tal crime que tiver cometido”, recomendou a Agostinho.<sup>7</sup>

Sozinho, porém, o governador das Minas de Paranaguá & etc. podia pouco.

Por isso  
d.  
Afonso  
se



D. AFONSO VI

humildou, dirigindo-se diretamente a cinco poderosos paulistas: Fernão Dias Pais, Fernão Pais de Barros, Fernão de Camargo, Lourenço Castanho Taques e

Guilherme Pompéu de Almeida. A cada um deles, disse saber que o descobrimento do ouro era apenas uma questão de tempo e que aspirava a que isso acontecesse ainda no seu reinado. E pediu: “(...) Encomendo-vos lhe façais [a Agostinho] toda assistência para que se consiga (...) o que a tanto se deseja..8

A assistência a que o rei se referia custava dinheiro. Na carta que enviou aos paulistas, ele não deixou de mencionar que, no futuro, haveria de retribuir o favor: “(...) Hei de ter muito particular lembrança de tudo o que obrardes nesta matéria para vos fazer mercê e honra, que espero saibas merecer.”9 Com o aval do rei, Agostinho saiu às praças de São Paulo e do Rio de Janeiro a solicitar mantimentos para a expedição que comandaria. Encontrou várias portas abertas. Fernão Dias Pais, por exemplo, lhe cedeu 620 quilos de carne de porco, oitenta alqueires de feijão e duas cargas de biscoito.10 Já Fernão Pais de Barros forneceu mil varas de tecido, armas, mantimentos e 884 quilos de carne de porco.11 Agostinho não contou, porém, com a simpatia do vice-rei do Brasil, conde de Óbidos. Em carta ao governador do Rio de Janeiro, Pedro de Mello, o conde sugeriu que o enviado de Sua Majestade pedia demais. Mesmo reconhecendo que as ordens reais deviam sempre ser obedecidas, o vice-rei aconselhou o governador fluminense a não atender as requisições de Agostinho. “(...) Sou de parecer se lhe não dê mais coisa alguma”, disse o conde. O motivo de tanto rigor, que incorria em desobediência à Coroa, era um só: o conde de Óbidos julgava que Agostinho não cumpriria com o compromisso assumido de encontrar as minas. “Tudo isso de Agostinho Barbalho é vã ambição, e vãs as quantas promessas que fez”, sentenciou.12

Como se veria depois, o conde estava certo.

Em maio de 1666, de Vitória, na capitania do Espírito Santo, Agostinho Barbalho Bezerra e sua pequena tropa penetraram no sertão, margeando as florestas do rio Doce. Um ano e meio depois, os moradores do Rio de Janeiro receberam o que restara da expedição: alguns poucos sobreviventes. Agostinho não estava entre eles.

O enésimo fracasso na busca do Sabarabuçu não foi o pior dos aborrecimentos de d. Afonso VI. Em 1667, seu irmão Pedro, cinco anos mais novo, se cansou de vê-lo trocar o dia (e a administração do reino) pela noite (que gastava em bebedeiras homéricas).13 Pedro não só tomou o poder, por meio de um golpe, como prendeu o irmão e lhe roubou a mulher — em processo escandaloso, d. Afonso foi acusado de não ter consumado o casamento com d. Maria Francisca de Saboia por falta de aptidão para as mulheres (o que, diga-se de passagem, era



D. PEDRO II DE PORTUGAL

Tendo se apossado do trono, d. Pedro II de Portugal (não confundir com d. Pedro II, imperador do Brasil) repetiu o gesto de seu irmão e escreveu, de próprio punho, aos “homens bons” de São Paulo — ou seja, a classe dominante. Entre maio e abril de 1674, onze paulistas, uns mais e outros menos poderosos, receberam cartas de d. Pedro.<sup>15</sup> Nelas, o príncipe regente (formalmente, o rei continuava sendo d. Afonso, àquela altura, encarcerado no Palácio de Sintra)

pedia o de sempre: que os bandeirantes se empenhassem na busca da riqueza mineral.<sup>16</sup> Assim como seus antecessores, d. Pedro tinha fé. Ainda em abril, ele escreveu a um funcionário da Coroa no Brasil determinando que este não demorasse a informá-lo da descoberta das minas, caso o achado realmente se efetivasse. “(...) E me aviseis logo, mandando dois homens (...) com mais brevidade a este reino (...) com amostras da pedra destes minérios.”<sup>17</sup>

Não se pode dizer que os paulistas se esquivassem de entrar no sertão. Eles entravam, mas sempre voltavam de lá com muitos índios e pouco ou mesmo nenhum ouro. A cada revés, as opiniões se dividiam. Havia os que pensavam que os paulistas faziam corpo mole.<sup>18</sup> Mas havia também quem acreditasse que a resposta para o dilema era mais simples: não existiria ouro no solo do Brasil.<sup>19</sup>

A hora da verdade não demoraria a chegar.

Não foi à toa que dois soberanos se submeteram ao gesto pouco comum de escrever a vassallos pobres que viviam isolados do mundo e se expressavam mais na língua geral, uma derivação do tupi, do que em português.<sup>20</sup> Até nos palácios de Lisboa, sabia-se que, se o sertão era bravo, os paulistas eram mais.

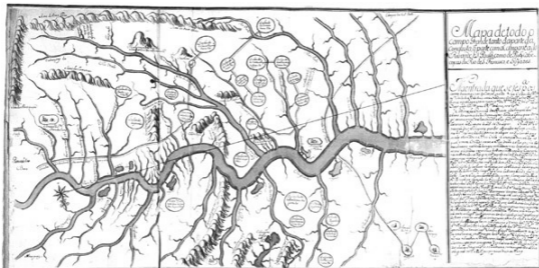


CAPTURA DE ÍNDIOS (POR DEBRET)

Os moradores de serra-acima — como eram chamados os habitantes de São Paulo, Taubaté, Itu e Sorocaba — foram descritos, da seguinte forma no século XIX, pelo historiador Joaquim Felício dos Santos: “Cegos pela ambição,

arrostavam os maiores perigos; não tinham o tempo, as estações, a chuva, a seca, o frio, o calor, os animais ferozes, répteis que davam a morte quase instantânea, e mais que tudo o indômito e vingativo índio antropófago, que lhes devorava os prisioneiros, e disputava-lhes o terreno palmo a palmo, em guerra renhida e encarniçada. Muitas vezes viajavam por esses desertos, descuidados e imprevidentes como se nada devessem recear. Para eles, não havia bosques impenetráveis, serras alcantiladas, rios caudalosos, precipícios, abismos insondáveis. Se não tinham o que comer, roíam as raízes das árvores; serviam-lhes de alimento os lagartos, as cobras, os sapos, que encontravam pelo caminho, quando não podiam obter outra alimentação pela caça ou pesca; se não tinham o que beber, sugavam o sangue dos animais que matavam, mascavam folhas silvestres ou frutas acres dos campos. Já eram homens meio bárbaros (...).”<sup>21</sup> Os paulistas eram tudo isso e eram mais: homens de negócios, nômades, guerreiros violentos. Dos índios que caçavam e matavam e com quem também se uniam em laços de sangue, herdaram o amor à liberdade, o domínio da natureza e as técnicas de guerrilha. Dos antigos conquistadores portugueses, legaram o gosto pela aventura levada com destemor e uma grande dose de imprudência. Ao penetrar nos sertões, sabiam-se de alguma forma repetindo os feitos de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e de outros ilustres desbravadores do globo. Um episódio ocorrido em 1616, nos confins do sertão de Goiás, confirma a tese: ao redigir o inventário de Pero de Araújo, que tombara numa entrada, o escrivão se valeu de uma folha usada. No verso, havia estrofes manuscritas do Canto V de *Os Lusíadas*, que narra uma “viagem longa” por “incerta via”.<sup>22</sup>

Em geral, o maior tesouro de um paulista, “fundamento da felicidade da família”, era um roteiro antigo, passado de pai para filho, com instruções de um suposto caminho que levaria a minas de ouro, prata ou esmeralda.<sup>23</sup> Cifrados, esses mapas desafiavam gerações. Não foram poucos os que morreram no sertão a buscar “três irmãos” assinalados num mapa (três rios, três serras?) ou a seguir indicações vagas, como “subir a serra dobrando para trás”, “caminhar com a cara ao sul” ou “levar o rio à mão esquerda”.<sup>24</sup> À procura de uma alavanca de ferro enterrada numa gameleira ou de um prato de estanho deixado numa gruta, pistas que indicariam os locais exatos de tesouros, garotos de 14 anos se juntavam às expedições paulistas, as chamadas bandeiras.<sup>25</sup>



MAPA DO SÉCULO XVIII QUE RETRATA UMA PORÇÃO DA ATUAL REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO (MG)



O DURO CAMINHO DAS TROPAS (POR DEBRET)

Era uma vida dura. O toque de alvorada era às 4 horas da manhã. Caminhava-se até o meio-dia ou as duas da tarde, quase sempre descalço (botas e cavalos eram artigos raros entre os sertanejos).<sup>26</sup> Então, o que restava da luz do dia era gasto na montagem do acampamento e na busca de comida (caça, pesca, mel,

frutos, raízes etc.). De São Paulo até a região da nascente do rio São Francisco (território hoje de Minas Gerais), gastavam-se dois meses.<sup>27</sup> Os poucos que tinham armas de fogo (arcabuzes, escopetas e mosquetes) levavam-nas. A grande maioria se virava com espadas feitas com costelas de vaca, adagas de couro de anta e outras armas brancas.<sup>28</sup> Sempre presentes eram o chapéu de abas largas e o gibão acolchoado, uma espécie de colete à prova de flechas usado por cima da camisa.

Como o regresso nunca era certo, antes de partir para o sertão o bandeirante deixava um testamento. E na saída invocava a proteção divina com uma oração: “Em nome de Deus Padre, em nome de Deus Filho, em nome do Espírito Santo, ar vivo, ar morto, ar de estupor, ar de perlesia (sic), ar arrenegado, ar excomungado, eu te arrenego em nome da Santíssima Trindade...”<sup>29</sup> A grande maioria dos que foram e tiveram a sorte de voltar era formada por pobres-diabos que nunca enriqueceram.<sup>30</sup>

Ninguém foi tão longe quanto os paulistas no devassamento do interior. Caçando índios, buscando metais e lutando contra estrangeiros invasores (espanhóis, holandeses e franceses), os bandeirantes ajudaram na marra a construir as fronteiras do Brasil nas regiões Sul, Centro-Oeste e na Amazônia. Por onde passavam, plantavam roças, que viravam pousos, que se transformavam em povoados, que evoluíam para vilas e finalmente cidades. Apesar de andarem muito, o que chamavam de “pátria” era a pequena região de serra-acima onde viviam.<sup>31</sup>

Na época em que o Brasil começava a ser forjado, os paulistas pioneiros fizeram a diferença. Um entre eles foi especialmente valoroso: Fernão Dias Pais.<sup>32</sup>

Fernão Dias era enorme, quase um gigante, um gigante ruivo.<sup>33</sup> Era parente distante de Pedro Álvares Cabral, e seus antepassados estavam dentre os fundadores do povoado que mais tarde se transformaria na vila de São Paulo.<sup>34</sup> Era um dos mais destacados e ricos oligarcas da vila — considerando-se o que a São Paulo miserável do século XVII podia ter de aristocrática e opulenta.<sup>35</sup> Seus feitos eram incontáveis. Para citar apenas dois, lutou em Santos contra os invasores holandeses, em 1640, e foi um dos cabeças e depois o principal apaziguador da guerra civil dos Pires contra os Camargo, em São Paulo, em meados do século XVII. Era bisneto, neto, filho, irmão, primo, sobrinho e pai de bandeirantes.<sup>36</sup> Desbravou regiões dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sempre na caça do índio. Nas margens do rio



Tietê, próximo à vila de Parnaíba, possuía uma fazenda na qual “administrava” 5.000 “negros da terra”.<sup>37</sup>

Tanto d. Afonso VI quanto d. Pedro II lhe escreveram, mais de uma vez, solicitando seus esforços. Os representantes da Coroa no Brasil o adulavam. Em 1671, Fernão Dias recebeu uma carta da Bahia enviada pelo governador-geral, visconde de Barbacena. De modo polido, quase poético, pedia a autoridade que o bandeirante voltasse ao sertão, desta vez não para caçar índios, mas sim para descobrir as minas do Sabarabuçu: “Pelo tanto que vossa mercê receber esta carta, trate logo, com todo o calor e brevidade possível, de se pôr a caminho e antecipar (...) a felicidade que considero estar guardada para o Príncipe Nosso Senhor.”<sup>38</sup> A Coroa daria algum apoio ao bandeirante, mas o grosso dos custos deveria ser assumido por ele próprio. Como prêmio pela arriscada e custosa empreitada, mas só em caso de sucesso, Barbacena citava vagamente a concessão de “grandes honras e mercês”.

Quando recebeu a carta, Fernão Dias tinha 63 anos, idade avançada para a época. Vivia numa confortável fazenda em São Paulo, onde fica hoje o bairro de Pinheiros, na companhia de sua jovem mulher, Maria Garcia Rodrigues Betim, e de seus oito filhos legítimos e um sem-número de bastardos. Naquele mesmo ano, ele resolveu largar tudo para ir em busca do Sabarabuçu.

Para não repetir tantos outros que haviam fracassado por falta de estrutura, o bandeirante concebeu um plano meticuloso: a campanha seria precedida, com meses de antecedência, por uma vanguarda logística, que ficaria encarregada de plantar roças de milho e mandioca e estabelecer criações de animais ao longo do percurso escolhido. Se fosse o caso (e foi), a vanguarda também ficaria responsável por varrer do caminho a índia brava. Para comandar esse grupo, Fernão Dias escolheu um primo em terceiro grau, Matias Cardoso de Almeida, um dos bandeirantes mais experientes da sua época, mestre na “conquista” e “doma” do gentio.<sup>39</sup>

Fernão Dias se fiava na promessa feita pelo governador-geral de que receberia uma ajuda de custo de 570 mil-réis para a expedição (Detalhe: se a campanha falhasse, o dinheiro teria de ser devolvido.) Acontece que os gastos de preparação ultrapassaram e muito esse valor. E para piorar, dos 570 mil-réis combinados, apenas 215 mil-réis chegaram de fato a Fernão Dias.<sup>40</sup> O bandeirante, porém, não se incomodava em abrir a carteira a todo o momento, dilapidando assim seu patrimônio, na esperança de receber uma gorda recompensa mais tarde. O pouco juízo com que se entregou à faina revelava o grau de sua obsessão. Ele próprio chegou a comentar que parecia estar ficando

louco.41  
Não  
era só o



### BANDEIRANTES

(POR BENEDITO CALIXTO)

bandeirante que embarcara na “vã ambição”. Em fevereiro de 1672, acreditando que Fernão Dias já se encontrava no Sabarabuçu ou mesmo que tivesse retornado de lá com a confirmação da boa ventura, o governador-geral, visconde de Barbacena, lhe escreveu para antecipar os “parabéns” e

recomendar que fizesse “grande segredo” das descobertas. Também autorizou-o a fretar um barco, por conta da Coroa, para levar a Salvador as amostras dos metais extraídos.<sup>42</sup> O bandeirante, contudo, ainda nem havia partido para o sertão.

Em São Paulo, a movimentação de Fernão Dias causava curiosidade. Em agosto do mesmo ano, o bandeirante foi convocado pelos administradores locais para uma reunião na Câmara da vila. Eles queriam saber se o bandeirante “tinha por certo” o descobrimento das minas ou se a campanha era mais uma “aventura de experiência”.<sup>43</sup> Fernão Dias não negaceou: “ia aventurar [-se] pelas informações dos antigos.”<sup>44</sup>

A fase preparatória demoraria ainda quase dois anos. Nesse período, o bandeirante foi bombardeado por cartas do príncipe regente e de altos funcionários da Coroa, ora com pressões veladas, ora com promessas vazias.<sup>45</sup> Como afago, foi nomeado “governador do descobrimento das minas de prata e esmeralda” — minas essas que não existiam nem existiriam.<sup>46</sup> Pela cartapendente, foram concedidos amplos poderes a Fernão Dias, como, por exemplo, “autoridade” para fazer o que fosse preciso para conservar “a obediência de todas as pessoas” que o acompanhavam.<sup>47</sup> Fernão Dias só não imaginava que, num futuro não muito distante, usaria dessa prerrogativa para mandar matar um filho.

Em julho de 1674, Fernão Dias, então com 66 anos, estava finalmente pronto para sair em busca do Sabarabuçu. Sua mulher, doente na época, lhe pediu que adiasse a viagem até que ela se recuperasse, mas ele não cedeu.<sup>48</sup> No dia 20, o bandeirante escreveu uma carta que chegaria às mãos do rei. “Vou muito animado”, disse ele.<sup>49</sup> Na manhã seguinte, partiu.

Centenas de índios e quarenta homens brancos e mestiços, divididos em quatro tropas, acompanhavam Fernão Dias. Era uma comitiva familiar. Além do primo, o bandeirante levava um genro, Manuel da Borba Gato, e dois filhos — um garoto de 13 para 14 anos, Garcia Rodrigues Pais, descendente legítimo, e o mameluco José Pais, fruto de um dos “delírios da mocidade” do governador das esmeraldas.<sup>50</sup> A partir de São Paulo, o grupo seguiu o rio Paraíba, cruzou a serra da Mantiqueira pela garganta do Embaú e, daí em diante, jogou-se nos “vastos e incultos sertões” de Minas Gerais.<sup>51</sup>



RIO PARAÍBA (POR RUGENDAS)

Na Bahia, o governador-geral contava com um desfecho rápido para a aventura. Quatro meses depois da partida de Fernão Dias, ele determinou ao provedor da Fazenda Real em São Vicente que atrasasse a saída do barco da linha Santos-Salvador caso houvesse algum sinal de que o bandeirante estava na iminência de enviar uma mensagem. “(...) De nenhuma maneira convém que [a embarcação] parta sem trazer as cartas de Fernão Dias”, dizia o visconde de Barbacena.<sup>52</sup> Como nada chegou, no oitavo mês da campanha, o governador-geral resolveu escrever ao bandeirante. E desta vez obteve uma resposta, mas nada que pudesse entusiasmar Lisboa.

Nos anos seguintes, seria estabelecido um lento mas eficaz correio no circuito São Paulo-sertão, com cartas trocadas entre Fernão Dias, os funcionários da Coroa e d. Pedro II. Enquanto o bandeirante varava o território mineiro, d. Pedro lhe escreveu três cartas, com conteúdos parecidos: agradecia antecipadamente os esforços e, no caso de sucesso, acenava com o céu na terra.<sup>53</sup> Na segunda

correspondência, porém, o príncipe regente introduziu uma novidade. Ao dar ciência do recebimento de cristais e outras pedras enviadas por Fernão Dias, que indicariam a proximidade do Sabarabuçu, d. Pedro II lhe informou que mandaria ao seu encontro, para dar-lhe “assistência”, um certo d. Rodrigo Castelo Branco.<sup>54</sup> Fernão Dias tinha sido traído.

D. Rodrigo era castelhano. Tinha trabalhado nas minas de prata do Peru e do Alto Peru, tornando-se técnico em mineralogia. Em julho de 1673, d. Pedro o mandara ao Brasil a fim de investigar a suposta existência de minas. D. Rodrigo teve direito a tudo o que fora negado a Fernão Dias: o foro de fidalgo da Casa Real, uma comitiva de cinquenta homens cedida pelo Estado, gratificação de 700 mil-réis e soldo mensal de 60 mil-réis.<sup>55</sup> O primeiro destino do castelhano foi Itabaiana, no atual estado do Sergipe, onde fora mandado a procurar minas de prata. Como a pesquisa revelou que a região era pobre em metais preciosos, o príncipe regente decidiu deslocar d. Rodrigo para as magras minas de ouro de São Paulo e do Paraná e, em seguida, para o Sabarabuçu.

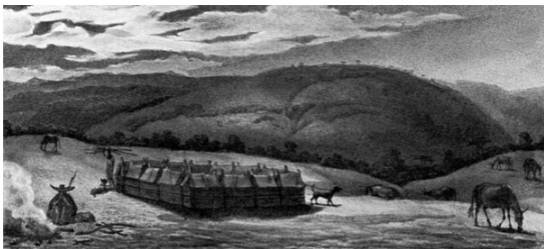
Cinco dias antes de escrever a segunda carta a Fernão Dias, d. Pedro II nomeou d. Rodrigo “administrador-geral das Minas do Sabarabuçu”. O príncipe mentira ao dizer ao bandeirante que ele seria hierarquicamente superior ao castelhano. Na verdade, d. Rodrigo estava sendo despachado ao sertão para assumir a descoberta do Sabarabuçu. O príncipe regente temia que um representante dos paulistas, famosos pela fama de indômitos, fosse o responsável pela conquista do tesouro esperado por Portugal havia quase dois séculos. Convinha que o feito recaísse sobre um funcionário da Coroa, mais fácil de ser manobrado.<sup>56</sup>

O veterano bandeirante não tinha tempo a perder com as maquinações do príncipe. Obcecado com o título de governador das esmeraldas — nessa época, o Sabarabuçu tinha se metamorfoseado em montanha verde —, Fernão Dias procurava as pedras que o tornariam rico e famoso. O sertão, contudo, comia as entranhas da expedição.

As baixas ocorriam dia após dia, tanto pela fustigação constante dos selvagens quanto pelas *carneiradas* (malárias). A fome e a subalimentação também estavam sempre presentes, já que as roças plantadas por Matias Cardoso não eram suficientes para alimentar toda a tropa. O próprio Fernão Dias, já passado dos 70 anos àquela altura, sofria com os rigores da caminhada. O maior luxo que possuía era uma tapera, que fazia as vezes de quartel-general, localizada num povoado fundado por ele, o Sumidouro.<sup>57</sup>

A fim de diminuir o sofrimento do grupo, Fernão Dias escreveu à sua mulher

mandando que ela vendesse algum gado, o ouro e a prataria da casa para comprar suprimentos para a expedição (armas, munição, mantimentos).<sup>58</sup> Mesmo depois de consumir o grosso de seu patrimônio e de perder boa parte da renda de suas lavouras em São Paulo, semiabandonadas por causa de sua ausência e da de seus homens, o bandeirante não pôs um freio na impertinência.<sup>59</sup> Passou então a pedir dinheiro emprestado a fim de continuar bancando a campanha.<sup>60</sup>



ACAMPAMENTO BANDEIRANTE (POR DEBRET)

Naquele ponto, porém, nem todas as reservas dos paulistas juntas seriam capazes de salvar a expedição. A cada dia, o “governador das esmeraldas” via aumentar o número de desertores. As coisas ficaram de fato graves quando os capelães (a reserva espiritual do grupo) abandonaram a tropa. Em seguida foi a vez do capitão-mor Matias Cardoso, braço direito de Fernão Dias. (Matias sempre estivera mais interessado na caça ao índio do que na busca ao Sabarabuçu. Uma vez reunido um bom número de escravos e supondo desbaratadas as pesquisas minerais, tratou de pular fora da aventura.<sup>61</sup>)

Mesmo com sua expedição em frangalhos, Fernão Dias se julgava quase realizado. No norte de Minas Gerais, nas regiões dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, a 900 quilômetros de São Paulo, ele encontrara pedras verdes que acreditava serem esmeraldas. Na verdade, eram turmalinas e águas-marinhas de pouco valor. Do sertão, o bandeirante despachou para Lisboa uma partida das falsas esmeraldas e ficou esperando uma resposta de d. Pedro II.

Não se sabe se ao ver pedras verdes o príncipe regente perdeu de vez a confiança em Fernão Dias ou se redobrou a fé na expedição. O fato é que ele

tratou de arrumar uma desculpa para tirar o bandeirante do caminho e ao mesmo tempo empurrar o castelhano d. Rodrigo para o Sabarabuçu. Em novembro de 1678, d. Pedro II escreveu a Fernão Dias solicitando a ele que acudisse o bandeirante Manuel Lobo — “com vossa pessoa, escravos e o mais a que vossa possibilidade der lugar”. O pedido era esdrúxulo, mas um detalhe revelava que ele era também caviloso: Manuel Lobo estava na Colônia do Sacramento (atual Uruguai), a uma distância de 2.000 quilômetros em linha reta do local onde Fernão Dias se encontrava.

Nem se quisesse, o “governador das esmeraldas” teria mordido a isca. Sua expedição estava à beira da debacle. Famintos, doentes e cercados por índios bravios, os sertanistas da comitiva estavam em trapos. E a situação não demoraria a evoluir para um desfecho dramático. Insatisfeito com a liderança de Fernão Dias, um pequeno grupo começou a tramar a dissolução da bandeira. O comando do motim pertencia a ninguém menos que José Dias, o filho bastardo do bandeirante. Como sabia que o pai nunca aceitaria passivamente o fim da expedição, José Dias passou a tramar sua morte. Fernão Dias era assim traído pela segunda vez.

Não se sabe exatamente como, mas o certo é que o bandeirante tomou pé da trama antes que o matassem. Reuniu então os homens leais que lhe sobravam, fez interrogatórios e, após identificar os amotinados, puniu todos eles. A seu filho, reservou o pior castigo: a força.

Depois da tragédia, contando ainda com o apoio do filho legítimo e do genro (respectivamente, Garcia Rodrigues e Borba Gato), o velho bandeirante deu continuidade à sua jornada. Determinou novas explorações em locais considerados promissores e, em março de 1681, escreveu mais uma carta, uma quase-despedida, em que considerava sua missão cumprida: “deixo abertas cavas de esmeraldas”, afirmou.<sup>62</sup> Fernão Dias tinha então 73 anos; havia sete que iniciara sua desarrazoada expedição. Logo depois de redigir a mensagem, o bandeirante começou sua última aventura, do norte de Minas rumo à sua tapera no Sumidouro. Entretanto, antes de chegar ao local de repouso, ardendo em febres, possivelmente maleito, ele tombou às margens do rio das Velhas. Troça do destino: de toda a vasta região aurífera que ele palmilhara, aquele pedaço de terra era o mais rico.

Se para Fernão Dias a expedição ao Sabarabuçu foi uma tragédia, para a Coroa portuguesa seria o alicerce do sucesso. Apesar de não ter encontrado as minas, o bandeirante estabeleceu a base para a conquista definitiva do sertão, último

obstáculo para o descobrimento do tesouro português. Fernão Dias superou seus antecessores ao desvendar um enigma: como permitir que o homem se fixasse na solidão das terras interioranas entre São Paulo e Bahia. A resposta estava na agricultura. A estratégia de plantar roças ao longo do caminho antes da partida das bandeiras mostrar-se-ia decisiva para a ocupação do sertão. Além de garantir alimento, as roças deixadas pelo bandeirante não parariam de crescer.<sup>63</sup>

A impraticável colonização de Minas Gerais tinha sido dobrada graças a Fernão Dias. A antiga picada de índio que ligava São Paulo ao miolo de Minas Gerais, antes inacessível aos brancos, agora era um caminho que não mais se fecharia.<sup>64</sup>

Faltava pouco para a América Portuguesa e o mundo experimentarem uma de suas maiores revoluções econômicas, sociais e geopolíticas. Graças em boa medida a Fernão Dias.

Conforme programado, depois de constatar a inexistência de minas em Sergipe e a fraqueza das jazidas de São Paulo e do Paraná, d. Rodrigo Castelo Branco foi ao encontro da expedição de Fernão Dias. Partiu de São Paulo em fins de março ou princípio de abril de 1681, tendo como escudeiro Matias Cardoso de Almeida, o capitão-mor de Fernão Dias que o abandonara no sertão. D. Rodrigo e Matias não podiam imaginar que o velho bandeirante amargava seus últimos dias, talvez horas, de vida. Não tardariam muito a sabê-lo.

Em junho do mesmo ano, uma unidade da tropa do castelhano que seguia na frente chegou ao Sumidouro e encontrou os sobreviventes da comitiva de Fernão Dias. Eram poucos — entre eles o filho legítimo do bandeirante, que se recuperava das *carneiradas*, e o genro. Agora com idade de 20 para 21 anos, sendo um terço desse período vivido na “pedagogia violenta” do sertão, Garcia Rodrigues foi avisado de que d. Rodrigo estava chegando em breve para assumir os trabalhos.<sup>65</sup> O filho de Fernão Dias também foi informado do interesse do castelhano em comprar as roças, criações e benfeitorias feitas por seu pai. Cheio de dignidade e malícia, Garcia mandou avisar ao enviado da Coroa que não se considerava o herdeiro da estrutura montada por seu falecido pai. Como a obra de Fernão Dias visava exclusivamente ao “benefício do descobrimento das minas”, d. Rodrigo podia se apossar de tudo e usar da forma que lhe fosse conveniente, sem pagar um dobrão sequer.<sup>66</sup> Garcia fez mais. Entregou ao castelhano parte das pedras verdes de seu pai — as quais ele, Garcia, também supunha serem esmeraldas — para que fossem enviadas a d. Pedro II. A outra parte, conforme convinham às normas de segurança de caminhos tão traiçoeiros,



seguiria por via e portadores diferentes. O importante era garantir a felicidade do príncipe regente.

Fernão Dias soubera ensinar ao filho o cerne do negócio: abnegação.

D. Rodrigo chegou ao Sumidouro a tempo de se encontrar com Garcia Rodrigues. Depois de se avistarem, cada um seguiu seu caminho: o castelhano foi atrás da riqueza, enquanto Garcia foi recuperar os despojos do pai.

Se a tradição havia sido seguida, era muito provável que os homens que acompanhavam o “governador das esmeraldas” tivessem preservado seu corpo pelo método do “embalsamamento bandeirante”. Por essa técnica, depois de “enterrado o cadáver a dois palmos da terra, fazia-se sobre a cova grande fogueira, que por muito tempo se deixava acesa, sem interrupção, alimentada por montanhas de lenha. Decorridos quinze ou vinte dias, removia-se o fogo e desenterrava-se o corpo, cujas carnes estavam inteiramente destruídas, recolhendo-se então os ossos”.<sup>67</sup> O que se sabe é que Garcia Rodrigues resgatou os despojos do pai e iniciou uma longa marcha de volta a São Paulo. No caminho, a maldição do Sabarabuçu voltou a mostrar sua face: a canoa que levava o féretro e as falsas esmeraldas naufragou. Mas Garcia Rodrigues não descansou enquanto não recuperou os sacos com os ossos e as pedras.<sup>68</sup>

Antes do fim do ano, o filho de Fernão Dias entrava na vila de São Paulo. Fez-se então a vontade do defunto: as 47 pedras em poder de Garcia foram enviadas a d. Pedro II num saquinho de chamalote; e os restos mortais do bandeirante foram depositados em local nobre da igreja do mosteiro de São Bento, do qual fora benfeitor.<sup>69</sup>

Não se discutia mais se o Sabarabuçu seria ou não descoberto, mas sim quem o faria: se os herdeiros de Fernão Dias ou o enviado do príncipe regente.

Em 1682, enquanto Garcia Rodrigues lutava para dar um funeral digno ao pai, uma acirrada tensão se estabeleceu no Sumidouro.<sup>70</sup> De um lado, d. Rodrigo e sua comitiva; de outro, Borba Gato e seus esqueléticos homens, remanescentes da expedição de seu sogro. O castelhano era a autoridade de fato, mas a liderança de Borba Gato, escorada em sua vasta experiência, era indiscutível. D. Rodrigo não fazia segredo de seu descontentamento com os paulistas, que de fato plantavam dificuldades em seu caminho. “Não posso com os embaraços desta terra”, reclamou certa vez a autoridades da vila.<sup>71</sup> Ele chegou inclusive a pedir a d. Pedro II para ser substituído. (O príncipe regente, por sua vez, também não estava nada satisfeito com d. Rodrigo. Achava que ele gastava demais e produzia de menos.<sup>72</sup>)

A competição entre os grupos de d. Rodrigo e de Borba Gato chegou ao clímax em agosto de 1682. No dia 26, não se sabe exatamente em que condições, o castelhano foi assassinado no Sumidouro.<sup>73</sup> Se não foi possível esclarecer como d. Rodrigo morreu, restavam poucas dúvidas do provável mandante: Borba Gato. A suspeita se cristalizou em certeza com o gesto tomado pelo genro de Fernão Dias. Borba Gato fugiu. Embrenhou-se numa região isolada que conhecia melhor que ninguém, onde seria praticamente impossível achá-lo: os sertões do rio das Velhas.

O assassinato de um alto funcionário da Coroa teve repercussões imediatas na busca do Sabarabuçu. Todas as diligências oficiais foram suspensas para que d. Pedro II encontrasse um meio de resolver o grande problema que tinha em mãos: mortos Fernão Dias e d. Rodrigo, a maior esperança da Coroa de encontrar o caminho das minas recaía agora sobre um assassino foragido.

## Notas

1. Cálculo do autor com números de Vitorino Magalhães Godinho citados por Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 15.
2. Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, pp. 237-8.
3. Idem.
4. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 11.
5. Aos 3 anos de idade, d. Afonso VI foi atacado por uma doença que paralisou um lado do corpo. Segundo Luís Chaves (*D. Pedro II*, pp. 9-49), Afonso tinha problemas mentais.
6. Provisão de d. Afonso VI de 20 de maio de 1664. *RAPM*, vol. 3, jul./set.-1897, p. 531.
7. Para o “desejo”, provisão de d. Afonso VI de 19 de maio de 1664. Idem, pp. 530-1. Para o perdão, provisão de Afonso VI de 20 de maio de 1664. Idem, p. 531.
8. Carta de recomendação de d. Afonso VI a Fernão Dias Pais de 27 de setembro de 1664. Idem, pp. 532-3.
9. Idem, *ibidem*.
10. Declaração de Clemente Martins de Matos de 20 de outubro de 1666. *RAPM*, vol. 19, 1921, p. 33.
11. *RAPM*, vol. 3, jul./set.-1897, p. 534.
12. Carta do vice-rei do Brasil, conde de Óbidos, ao governador do Rio de Janeiro, Pedro de Mello, de 23 de fevereiro de 1666. Idem, p. 533.
13. Para as bebedeiras, Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil colonial*, p. 158.
14. Para o processo, idem, p. 175. D. Afonso tinha uma relação íntima com o mercador italiano Antonio Conti, a quem protegia. Conti chegou a ter um quarto no paço com porta que dava nos aposentos reais, fato que causou escândalo na corte. Ver Ronaldo Vainfas (org.), *op. cit.*, p. 158.
15. Os destinatários foram: Paulo Roriz da Costa, Francisco de Lemos, padre João Leite da Silva, Fernão Dias Pais, Manoel de Brito Nogueira, Estevão Fernandes Porto, padre Matheus Nunes de Siqueira, Francisco Dias Velho, Cornélio de Arzão, Manoel Roriz de Arzão e Lourenço Castanho Taques. A relação foi compilada, no século XVIII, pelo bisneto de um dos destinatários e primeiro historiador bandeirante, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, nas suas *Informações sobre as minas de São Paulo*, pp. 100-1.

16. Para manter as aparências, d. Afonso continuou ostentando o título de rei. Seu irmão Pedro, que comandava de fato o império, automeiou-se príncipe regente. Este só seria aclamado rei, com o título de Pedro II, em 1683, quando da morte de d. Afonso.

17. Carta de d. Pedro II ao cabo da tropa do sertão do Maranhão de 26 de abril de 1674. Idem, pp. 101-2.

18. Um deles era Ambroise Jauffret, que atuou como informante da França no Brasil na virada do século XVII para o XVIII: “Os moradores de Sam Paulo, por não serem avexados pelos ministros del Rey e conservarem sua liberdade, não quiseram nunca descobrir minas de prata nem de ouro (...)” Adriana Romeiro, “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, pp. 532-3.

19. A opinião foi expressa ao Conselho Ultramarino, em 1677, por Salvador Correia de Sá e Benevides, ex-governador do Rio de Janeiro. *RIHGB*, vol. 63, 1901, pp. 5-13.

20. Para a língua, relatório do governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, de 25 de março de 1593, reproduzido nos *ABN*, vol. 39, 1917, pp. 197-200.

21. Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 42. Por volta de 1750, o capitão José Álvares de Oliveira explicava que paulista não era apenas o morador da vila de São Paulo, mas “todos os naturais de serra-acima”. “História do distrito do Rio das Mortes...”, *CCM*, vol. 1, pp. 227-42.

22. Para as estrofes manuscritas, Washington Luís, *Na capitania de São Vicente*, pp. 190-1.

23. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 212.

24. Para “três irmãos”, idem. Para as indicações vagas, Francisco Eduardo de Andrade, *A invenção das Minas Gerais*, p. 258.

25. Para as pistas, Wilhelm Ludwig von Eschwege, *op. cit.*, p. 212. Para a idade dos garotos, Washington Luís, *op. cit.*, pp. 190.

26. Para as botas, Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime*, p. 29. Para o ritmo da caminhada, André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, pp. 181-2. Para os cavalos, Alcântara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, p. 1.235.

27. André João Antonil, *op. cit.*, pp. 181-2.

28. As espadas e adagas artesanais constam de inventários de paulistas estudados por Alcântara Machado. *Op. cit.*, pp. 1351-2.

29. Idem, pp. 1265-6.

30. Responsável pela publicação de um conjunto valioso de inventários e

testamentos de paulistas pioneiros, Washington Luís (*op. cit.*, p. 191) afirmou que aqueles documentos atestam “a pobreza dos bandeirantes, tal a mesquinhez e insignificância” dos bens deixados. Ver também Alcântara Machado, *op. cit.*, pp. 1.209-22 e 1.284-9.

31. Em carta a d. Álvaro da Silveira e Albuquerque de 16 de novembro de 1701, o paulista Garcia Rodrigues Pais Leme informava que se mudava de São Paulo — segundo ele, sua “pátria” — para o Rio de Janeiro. Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, vol. 2, pp. 220-1.

32. Conforme esclareceu Affonso de E. Taunay (*A grande vida de Fernão Dias Pais*), embasado em farta documentação, o bandeirante não tinha o sobrenome Leme, que erroneamente figura em diversas publicações.

33. A estatura e cor dos cabelos foram constatadas quando da abertura do seu túmulo para reforma da igreja que o abrigava, no mosteiro de São Bento, em São Paulo. *Idem*, p. 27.

34. Seu avô materno, Pascoal Leite Furtado, era parente de Cabral. *Idem*, p. 23.

35. Para a riqueza, carta de d. Rodrigo de Castelo Branco de 8 de outubro de 1681. *RAPM*, vol. 19, 1921, pp. 11-68, com continuação na *RAPM*, vol. 20, 1924, pp. 157-190.

36. Eram bandeirantes João do Prado (bisavô), Pascoal Leite Furtado (avô), Pedro Dias Leme (pai), Pascoal Leite Pais (irmão), Pedro Vaz de Barros (tio), Luís Pedroso de Barros, Sebastião Pais de Barros, Valentim Pedroso de Barros, Jerônimo Pedroso de Barros, Antônio Pedroso de Barros, Pedro Vaz de Barros e Fernão (ou Fernando) Pais de Barros (primos) e Garcia Rodrigues Pais Leme e José Pais (filhos). Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*, pp. 60-7, 174-5, 220-1, 286 e 319.

37. Para o número de índios, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Nobiliarquia paulistana*.

38. Carta do visconde de Barbacena a Fernão Dias Pais de 20 de outubro de 1671. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, pp. 100-1.

39. Para a maestria, ato de nomeação de Matias Cardoso de Almeida para o posto de capitão-mor, 13 de março de 1673. Francisco de Assis Carvalho Franco, *op. cit.*, p. 29.

40. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, pp. 105-6.

41. Carta de d. Rodrigo de Castelo Branco de 8 de outubro de 1681. *RAPM*, vol. 20, 1924, pp. 161-2: “[Fernão Dias] decia que estava loco pues gastaba los años e el caudal de sus igos e muger, em locuras q’ no abiam de tener fin (sic) (...)”

42. Carta do visconde de Barbacena a Fernão Dias Pais de 19 de fevereiro de 1672. *Idem*, p. 101-2.

43. Ata da Câmara de São Paulo, VI, nº 283. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, p. 106.
44. Idem.
45. Carta de d. Pedro II a Fernão Dias de 25 de fevereiro de 1674. *RAPM*, vol. 19, 1921, pp. 38-9. Carta do visconde de Barbacena a Fernão Dias Pais de 30 de outubro de 1672, idem, pp. 34-5.
46. Carta patente do governador-geral, visconde de Barbacena, de 30 de outubro de 1672. Idem, pp. 34-5.
47. Idem, ibidem.
48. Carta do padre Domingos Silva de 18 de novembro de 1684. Idem, pp. 186-9.
49. Carta de Fernão Dias a Bernardo Vieira Ravasco de 20 de julho de 1674. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, p. 111.
50. A expressão “delírio da mocidade” é de Pedro Taques de Almeida Paes Leme na sua *Nobiliarquia paulistana*.
51. A expedição passou na região que viria a ter as seguintes cidades paulistas: Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Lorena e Cruzeiro. Em Minas Gerais: Passa Quatro, Pouso Alto, Baependi, Ibituruna, São João del-Rei, Crucilândia, Lagoa Dourada, Jeceaba, Belo Vale, Piedade de Paraopeba, Betim, Pedro Leopoldo, Fidalgo, Serro e Itacambira. Maria Efigênia Lage de Resende, “Itinerários e interditos na territorialidade das Geraes”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 30. “Vastos e incultos...” é expressão de Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, p. 123.
52. Carta do visconde de Barbacena ao provedor da Fazenda Real em São Vicente, Cipriano Tavares, de 28 de novembro de 1674. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, pp. 112-3.
53. Datadas de 30 de novembro de 1674, 4 de dezembro de 1677 e 12 de novembro de 1678, as cartas foram transcritas na *RAPM*, vol. 19, 1921, pp. 38-9.
54. Carta de d. Pedro II a Fernão Dias de 4 de dezembro de 1677. Idem. O sobrenome original de d. Rodrigo é Castel Blanco, mas a historiografia adotou Castelo Branco por influência da documentação portuguesa produzida na época em que ele serviu no Brasil.
55. Para a comitiva, relatório do governador do Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, de 25 de março de 1693, *ABN*, vol. 39, 1917, pp. 197-200. Para as demais regalias, instrução de regimento a d. Rodrigo Castelo Branco de 2 de junho de 1673. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *Informações sobre as minas de São Paulo*, pp. 104-11.
56. Vários autores defendem essa tese, entre eles o honorável historiador português J. Lúcio de Azevedo, no seu *Épocas de Portugal econômico*, p. 306.

57. Sumidouro hoje se chama Fidalgo, distrito de Pedro Leopoldo (MG). A tapera não existe mais. Em seu lugar, no século XVIII, foi erguido um casarão, a Casa de Fernão Dias, que hoje é um museu e guarda a memória da expedição. Uma curiosidade: o nome Fidalgo é uma homenagem a d. Rodrigo Castelo Branco, que morreu ali. Waldemar de Almeida Barbosa, *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, pp. 133-4.

58. Carta do padre Domingos Silva de 18 de novembro de 1684. *RAPM*, vol. 19, 1921, pp. 186-9.

59. Para o patrimônio e as lavouras, declaração dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba Francisco Duarte, Manuel Silva Ferreira, Antônio Cardoso Pimentel, Jerônimo Gonçalves Meira e Francisco da Rocha Gralho de 20 de dezembro de 1681. *RAPM*, vol. 20, 1924, pp. 174-6.

60. Idem.

61. Certidão dos oficiais da Câmara de Taubaté Domingos Roriz do Prado, André Dias Freire, João da Cunha Gago, Manuel de Barros Peres e Francisco Alvares Correia. Idem, pp. 172-3.

62. Carta de Fernão Dias Pais de 27 de março de 1681. Francisco de Assis Carvalho Franco, *op. cit.*, p. 283.

63. “O milho (...), além de poder ser transportado em grãos a distâncias consideráveis, já produzia cinco ou seis meses depois de realizada a sementeira. Para reduzi-lo a farinha, era o bastante existir um forno de metal, espécie de tacho achatado, e uma peneira de malhas largas, a sururuca, além do monjolo, instrumento de construção simples.” Sergio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 108.

64. Mapas do caminho elaborados nos séculos XVIII e XIX podem ser vistos em Antônio Gilberto Costa (org.), *op. cit.*, pp. 16, 47, 50-1, 60-1, 68 e 77. Duas rodovias federais construídas quase três séculos depois teriam partes de seus traçados idênticas ao itinerário de Fernão Dias: o trecho de 195 km da BR-116 (rodovia Dutra) que liga São Paulo a Cachoeira Paulista (próximo à divisa de SP com RJ e MG) e o trecho de 69 km da BR-381 (rodovia Fernão Dias) que une Crucilândia a Betim, em Minas.

65. “Pedagogia violenta” é expressão de Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 160.

66. Declaração de Francisco da Cunha Gago, de 10 de outubro de 1681. *RAPM*, vol. 20, 1924, pp. 166-7.

67. A descrição é de Affonso de E. Taunay (*op. cit.*, p. 134) com informações de Pedro Taques de Almeida Paes Leme.

68. Declaração dos oficiais da Câmara de Santana do Parnaíba Francisco Duarte, Manuel Silva Ferreira, Antônio Cardoso Pimentel, Jerônimo Gonçalves Meira e Francisco da Rocha Gralho de 20 de dezembro de 1681. *RAPM*, vol. 20, 1924, pp.

174-6.

69. Para o número de pedras, Affonso de E. Taunay, *História das bandeiras paulistas*, vol. 1, p. 148. Para o saquinho, Pedro Taques de Almeida Paes Leme, *op. cit.*, pp. 144-5.

70. A tensão é relatada em texto de Bento Fernandes Furtado, de 1750: “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, pp. 166-193.

71. *Idem.*

72. Em 23 de dezembro de 1682, sem saber que d. Rodrigo estava morto, d. Pedro II expediu uma ordem determinando que ele regressasse a Lisboa “por se ter gastado considerável fazenda na averiguação das minas e sem nenhum proveito”. *Idem*, p. 149. O governador do Rio de Janeiro dizia que d. Rodrigo “nunca (...) foi escrutador (...) das minas pelos serros, nunca foi mineiro; (...) e se falava em alguns termos era por ouvir e não por praticar”. Relatório de Antônio Paes de Sande, de 25 de março de 1693. *ABN*, vol. 39, 1917, pp. 197-200.

73. Há duas versões para o crime. D. Rodrigo teria sido emboscado e morto com três tiros, disparados a distância por Borba Gato ou por alguém ligado a ele, ou teria sido morto, também a tiros, durante uma briga de rua entre criados de ambos.







## Capítulo 6: A ambição dos homens tudo facilita

Mais uma década se passou sem que o ouro do Brasil fosse revelado.

Sem seu Eldorado, Portugal passava por um momento grave. A dívida com a Holanda, feita em troca da paz, deveria ter sido saldada dezesseis anos antes, mas continuava em aberto.1 O dinheiro se tornara raro em Lisboa.2 Havia quase vinte anos que o vedor da Fazenda, conde de Ericeira, tentava a todo custo arrumar as finanças e incentivar a indústria. Na manhã do dia 26 de maio de 1690, ele não suportou mais: matou-se, pulando a janela.3

No Brasil, a situação não era melhor. Em julho de 1692, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador da Bahia, a capitania mais importante da colônia, escreveu uma carta dramática a d. Pedro II, que com a morte de seu irmão, em 1683, finalmente se tornara rei de direito. Logo na abertura, o governador adiantou que o propósito da mensagem era anunciar “a miséria e penúria a que todo este estado do Brasil se vai”.4 O problema da colônia era o mesmo da metrópole:

*Toda a opressão, Senhor, e ruína que se teme nascem da falta de dinheiro, que é aquele nervo vital do corpo político ou o sangue dele, que (...), correndo pelas veias, (...) o anima e lhe dá forças. E do contrário, (...), desmaia e enfraquece (...).5*

O governador informou que não havia dinheiro no caixa para pagar os soldados e pediu ao rei, “por benefício de caridade ou indulto de justiça”, que mandasse 40 mil cruzados “em moeda miúda”.6

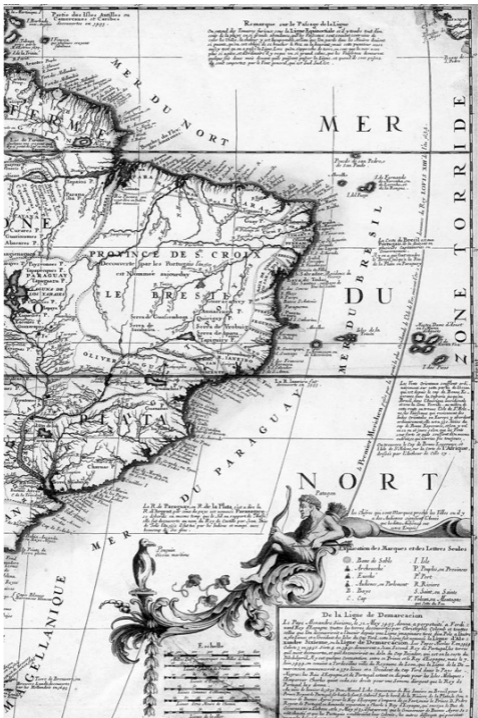
A pobreza do império português chocava. Ainda mais pelo fato de que, fosse em Lisboa, Roma ou Salvador, sabia-se que havia um tesouro enterrado no interior do Brasil. No mesmo ano em que o governador da Bahia escreveu suas chorosas palavras ao rei, o cartógrafo italiano Vincenzo Maria Coronelli produziu seu magnífico mapa *America meridionale*. Nele, cravou que a “serra de

Sarabassu” ficava na altura do paralelo 20° Sul, próximo a uma grande cadeia de montanhas (a serra do Espinhaço), numa região cercada pelos rios São Francisco, Parachui (Paracatu), Gaibuig (Guaicuí, o antigo nome do Velhas) e Geta Caig (Jequitaiá). O local assinalado de fato continha três vezes e meia mais ouro de fácil extração que o produzido até então na América Espanhola.<sup>7</sup>

Se Coronelli, que nunca saíra da Europa, fora tão preciso em seu mapa, por que os paulistas que pisavam aquele chão ainda não tinham topado com o ouro? Falta de técnica eles não podiam mais alegar. Afinal, tinham descoberto as raquíticas minas de São Paulo e do Paraná e delas extraíam entre 50 e 80 quilos de ouro por ano.<sup>8</sup> A crespidão do terreno também explicava somente uma parte do fracasso, já que, bem ou mal, a expedição de Fernão Dias aguentara sete longos anos no sertão sem retornar a São Paulo.

Uma das hipóteses aventadas é que, ao buscarem tesouros com formatos extraordinários, como montanhas e lagoas douradas, os bandeirantes tinham acabado desprezando o ouro miúdo que corria por baixo do cascalho de rios e ribeirões. O ouro de aluvião — as pedras e o pó que se desprendem do veio e rolam até parar em depressões do terreno — que os paulistas encontravam e colhiam em pequenas quantidades em nada se parecia com o ouro de beta (jazidas maciças) de que falavam as lendas. Ou seja, mirando a fantasia, os bandeirantes subestimavam a realidade.

Além disso, como o ouro de aluvião de Minas Gerais era semelhante ao de São Paulo e do Paraná, é muito possível que os paulistas tenham imaginado que aquele fosse tão diminuto quanto este.<sup>9</sup>



AMERICA MERIDIONALE, MAPA DE 1962

Só faltava então uma questão para solucionar o mistério dos 200 anos de derrota na busca do tesouro português: se para os bandeirantes a quantidade de ouro que supunham existir nos sertões não justificava o negócio, por que ao menos eles não informavam à Coroa a localização do metal precioso? A resposta era simples: já que o sertão aparentemente não continha grandes riquezas, o melhor era manter as autoridades coloniais longe para que então outro tipo de riqueza pudesse ser colhido com mais liberdade: o índio.

Opção muitíssimo mais barata que o escravo africano, o nativo do Brasil era empregado na lavoura, na indústria do açúcar, na pecuária, nos transportes e nos trabalhos domésticos. Mas havia um problema: ao contrário do que acontecia com os negros, a escravização do índio era considerada, pelos jesuítas, imoral, e pela Coroa, ilegal.<sup>10</sup> A transformação dos “negros da terra” em escravos precisava ser feita sob o manto da domesticação, da catequização e da conversão espontânea do índio ao cristianismo. Sabe-se, por exemplo, que os irmãos João Coelho de Sousa e Gabriel Soares de Sousa, que morreram buscando o Sabarabuçu, eram grandes preadores de selvagens — no engenho de açúcar que possuíam em Jaguaribe, na Bahia, eles mantinham aldeias repletas de “gentio administrado”, como eram eufemisticamente chamados os índios submetidos ao trabalho escravo. A expedição de Antônio Dias Adorno não voltou com riquezas minerais, mas trouxe aprisionados cerca de 7.000 silvícolas. Outro paulista, Nicolau Barreto, não encontrando ouro no sertão, arrastou 3.000 índios acorrentados até São Paulo.<sup>11</sup>

Os esforços de Portugal no Brasil haviam chegado a um impasse: se os paulistas já sabiam onde estava o ouro, o que fazer para que manifestassem suas descobertas?

Pouco depois de 1690, um conselheiro escreveu ao rei sugerindo que, por serem os únicos capazes de “penetrar todos os sertões”, os “insolentes” paulistas deveriam ser adulados com mais “honras e mercês”.<sup>12</sup> Mas isso d. Pedro já havia feito, ainda que de forma vaga, e nada mudara. A Coroa, contudo, não pensava em desistir. Afinal, a teimosia portuguesa havia construído um império.



### BANDEIRANTES EM LUTA CONTRA OS ÍNDIOS (POR DEBRET)

Em janeiro de 1693, d. Pedro II nomeou um novo governador para o Rio de Janeiro, Antônio Paes de Sande, e o incumbiu de dar prosseguimento às buscas do Sabarabuçu. O funcionário era inteligente. Em vez de insistir nas pesquisas que nunca levavam ao sucesso, Paes de Sande considerava que o mais importante era investigar os motivos do fracasso.

Mesmo antes de chegar ao Brasil, ele já tinha um diagnóstico. Ainda em 1692, o governador escreveu um longo e detalhado relatório ao rei.<sup>13</sup> Nele, afirmou com todas as letras, e com um certo exagero e generalização, que os paulistas se esforçavam em “ocultar os tesouros”.<sup>14</sup> E apontou os motivos. Em primeiro lugar, os habitantes de São Paulo sabiam que a descoberta do ouro atrairia para aqueles confins a mão pesada do Estado português. E os paulistas, anotava Paes Sande, eram “adversíssimos a todo ato servil”, preferindo viver, ainda que pobres, com autonomia. “Todos saem do berço com a doutrina da conservação da sua liberdade”, definiu o governador. Poucas linhas antes, ele tinha sido mais claro ainda: os moradores de serra-acima recebavam de se tornar “escravos”. “Se as minas forem descobertas, necessariamente há de se mandar governador ou vice-rei para aquelas capitanias, meter nelas presidios (...), multiplicar-lhes os tributos (...), que o governo quase livre que tinham de sua república há de ser

sujeitado.” Paes de Sande não tinha dúvida: a fim de continuarem “mandando (em) tudo” e não serem “mandados”, os paulistas lançariam mão de “todas as indústrias de se não descobrirem a preciosidade daquelas minas”.<sup>15</sup>

O novo governador não tinha apenas o diagnóstico mas também a receita para a cura. A chave do problema, disse ele, estava no pouco incentivo que se dava aos paulistas. Segundo Paes de Sande, para dissolver “a mágoa [que os paulistas tinham] de perderem a autoridade”, era preciso adotar três medidas. Um: oferecer-lhes honras e mercês concretas. Dois: convencê-los de que, mesmo depois do descobrimento do ouro, eles é que iriam “governar a sua pátria”, ou seja, o sertão. E por fim (e mais importante): garantir que a “utilidade” das minas — leia-se, o lucro — seria deles, paulistas. Antes de encerrar, Paes de Sande vaticinou que, se o rei seguisse suas sugestões, facilitando assim as descobertas das “célebres minas de prata da serra do Sabarabuçu ou outras que sejam reais”, era possível que, no futuro, São Paulo não fosse mais um lugar miserável. “(...) É capaz por este modo de vir a ser a vila de São Paulo a cabeça do Brasil.”<sup>16</sup>

O relatório do governador não foi direto para o rei. Antes, passou pelo Conselho Ultramarino, que decidiu submetê-lo à apreciação de um alto funcionário da Coroa que servira já no Brasil, o desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio. O desembargador concordou com a análise feita por Paes de Sande e recomendou a d. Pedro II que adotasse as recomendações do governador. Os paulistas deveriam ser saciados, já que, como explicou Sampaio, “(...) a ambição dos homens tudo facilita”.<sup>17</sup>

Paes de Sande foi contemplado na íntegra — pelo menos na aparência. No dia 18 de março de 1694, d. Pedro II expediu uma ordem curta, de um parágrafo, que mudaria a história do mundo. A mensagem autorizava o governador-geral do Brasil a prometer “carta de nobreza e uma das três ordens militares àquelas pessoas que, de livre vontade, tencionem fazer descobertas de ouro e prata”. “Deveis animá-las”, ensinou o rei a seu funcionário, “fazendo-lhes esperanças de mercês que se podem esperar da minha generosidade, sem que contudo lhes indiqueis quais sejam.”<sup>18</sup> O ponto mais importante da ordem real era aquele em que d. Pedro II afirmava que, “descobrimo uma mina rica, esta pertencerá ao inventor”, ou seja, ao descobridor. A única obrigação seria o pagamento do quinto. A norma alterava o cerne da legislação mineral portuguesa. Havia mais de 200 anos que as minas eram consideradas propriedades da Coroa.<sup>19</sup> A promessa de beneficiar os descobridores com a posse definitiva da mina era

generosa, mas era mais que isso: era falsa.

Pouco antes de o rei alterar a legislação, os bandeirantes já haviam percebido a mudança de postura da Coroa — possivelmente em decorrência das gestões de Paes de Sande no Brasil. Só isso explica o fato de que, a partir de 1693, como num passe de mágica, os paulistas começaram a encontrar ouro no sertão. Não houve um primeiro descobridor. Houve vários.<sup>20</sup> Os achados eram simultâneos e aconteciam sempre na mesma região: nas fraldas da serra do Espinhaço, a mais de mil metros acima do nível do mar, onde hoje é a região central de Minas Gerais.

A primeira notícia documentada da descoberta do ouro em Minas Gerais remonta ao ano de 1693. Segundo a versão que correu na época, o bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão, no comando de uma tropa de cinquenta homens, passara anos no sertão a caçar índios até que um dia, num local conhecido como Casa da Casca, encontrou um ribeirão “com disposição de ter ouro”.<sup>21</sup> A mineração não era uma novidade para Arzão: neto de minerador, ele já havia garimpado em São Paulo e no Paraná.<sup>22</sup> Para ter certeza de que sua suspeita era correta, o paulista mandou que seus homens metessem no rio os pratos de estanho e de madeira com os quais costumavam comer. Não deu outra: nas bateias improvisadas, surgiu ouro: 10 históricos gramas.

A região onde Arzão se encontrava, contudo, era dominada por índios bravos, e logo sua comitiva se viu cercada. Com grande sacrifício, o bandeirante escapou do cerco, seguindo o rio Doce até desembocar no litoral do Espírito Santo. Ele e seus homens chegaram esfarrapados, quase nus, sem pólvora ou chumbo, mas conseguiram trazer o ouro, que foi entregue ao capitão-mor regente da capitania, João Velasco de Molina. Era a primeira prova do metal precioso de Minas Gerais apresentada oficialmente a um agente da Coroa. Talvez em razão da pequena quantidade de ouro — equivalente ao peso de dois dentes de alho —, o funcionário d’el-rei não fez cerimônia do achado. Em vez de comunicar o fato a Lisboa, mandou fazer duas medalhas com o metal: uma para ele e outra para o descobridor.<sup>23</sup>

Arzão sabia que aqueles 10 gramas eram apenas uma amostra do que havia na Casa da Casca. Mas como não tinha condições físicas de retornar ao sertão, ele fez um mapa e o entregou a seu cunhado, Bartolomeu Bueno da Siqueira, um paulista rico que acabara de perder a fortuna no jogo de cartas.<sup>24</sup>

Bartolomeu entrou no sertão de Minas em 1694. Não encontrou a Casa da Casca, mas ao tentar a sorte num ribeiro da bacia do rio Doce, num local



conhecido como Itaverava, apurou 43 gramas de ouro com suas bateias. No primeiro semestre do ano seguinte, o sócio de Bartolomeu, Carlos Pedroso da Silveira, viajou ao Rio de Janeiro a fim de apresentar aquele punhado de metal precioso ao homem que decifrara a manha dos paulistas, o governador Antônio Paes de Sande.



EXPEDIÇÃO DE BANDEIRANTES EM SÃO PAULO

(POR H. BERNARDELLI)

Pelo mérito de ter feito desencantar os descobrimentos, seria justo que Paes de Sande fosse o primeiro a anunciar a Lisboa a boa-nova. Porém, como a correção nem sempre é virtude do destino, essa felicidade não lhe foi concedida. Pouco antes da chegada do ouro ao Rio, o governador teve um ataque apoplético, ficando com a parte direita do corpo paralisada e a fala e o cérebro comprometidos. Morreria menos de seis meses depois. Assim, o ouro que Arzão apontara, que Bartolomeu extrairia, que Carlos Pedroso transportara e que antes de todos eles, centenas de pessoas haviam procurado, esse ouro foi cair nas mãos de um governador-tampão, Sebastião de Castro Caldas, transferido às pressas da Paraíba para o Rio de Janeiro em razão da doença de Paes de Sande. Assim, escapando da obscuridade que a história até então lhe reservara, no quarto mês de sua gestão interina, Sebastião se tornou o arauto da novidade mais esperada em Portugal havia quase 200 anos. No dia 16 de junho de 1695, ele escreveu a Lisboa informando Sua Alteza, d. Pedro II, que as buscas tinham chegado ao fim.<sup>25</sup>

“O Brasil foi de novo descoberto.”<sup>26</sup>

Dois anos depois do primeiro informe do governador interino, a existência do ouro já havia sido manifestada em cerca de 20 ribeiros.<sup>27</sup> Em meados de 1697, Sebastião de Castro Caldas tornou a escrever ao rei entusiasmado com o rendimento das lavras: “é o melhor que tem havido”, disse ele.<sup>28</sup> O governador interino não podia imaginar a envergadura da descoberta que seria feita no ano seguinte. Depois de subir uma serra que parecia elevar-se do caos, o taubateano Antônio Dias de Oliveira se deparou com uma vista inebriante: uma sequência de morros enrugados que se sobrepunham um atrás do outro, separados por precipícios vertiginosos e vales cobertos de florestas colossais.<sup>29</sup> No fundo desses grotões escuros, onde a luz do sol era barrada pela trama das galhadas de cedros, braúnas, jacarandás e perobas, corriam córregos de água transparente como vidro. O mais volumoso deles era o Tripuí.<sup>30</sup> Foi nele que Antônio Dias jogou seus pratos e encontrou um ouro sem brilho, tão escuro que os bandeirantes não titubearam em chamá-lo de ouro preto.<sup>31</sup> A região onde Antônio Dias extraiu suas primeiras pepitas, que em pouco tempo ficaria conhecida como Ouro Preto, tinha uma formação geológica rara.<sup>32</sup> Nela, ficavam as lavras mais ricas daquela massa gigante de ouro. Como rezava a lenda, o tesouro estava praticamente na mesma linha de Potosí.<sup>33</sup>

Ainda em 1698, o novo governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, substituto do venturoso Sebastião de Castro Caldas, mandou uma carta ao rei a

fim de atualizá-lo em relação aos novos achados. “(...) Continuamente se vão descobrindo novos ribeiros de grandíssimo valimento”, escreveu ele. “O ouro é excelentíssimo e dizem os ourives que é de 23 quilates.”<sup>34</sup>

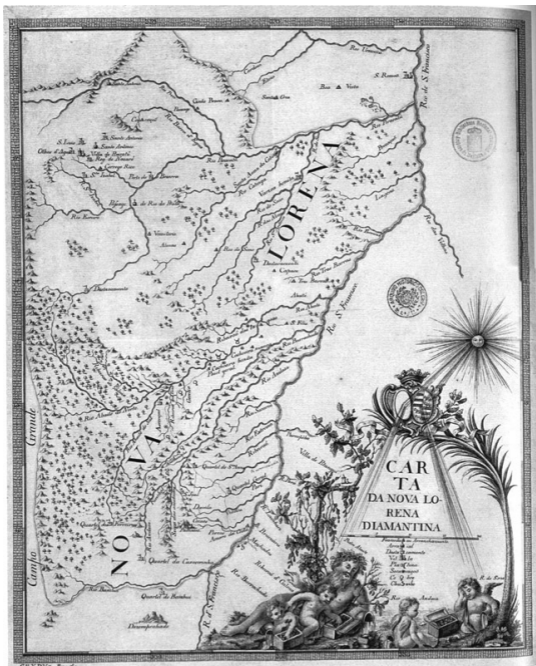
Como já tinha aprendido que a chave da felicidade estava com os paulistas, o rei mandou que o governador do Rio de Janeiro, que naquela época também respondia pelos atuais estados de São Paulo e Minas Gerais, subisse a serra para encontrá-los. Artur de Sá e Meneses, um português solteiro, funcionário calejado em missões d'além-mar e ex-governador do Maranhão, foi avisado de que deveria agradar os insubmissos paulistas.<sup>35</sup> E foi o que ele fez. O governador visitou inúmeros povoados estimulando os moradores a obrar em proveito d'el-rei. Numa dessas visitas, foi informado de que, caso socorresse um paulista em apuros, este poderia ajudar a viabilizar as pretensões financeiras da Coroa. O paulista enrascado era Manuel da Borba Gato, acusado do assassinato do mineiro técnico que trabalhava para a Coroa, o castelhano d. Rodrigo Castelo Branco. Borba Gato estava foragido da Justiça havia dezesseis anos. De início, vivera escondido nas matas de Minas Gerais quase como um selvagem.<sup>36</sup> Com o tempo, sob a proteção de potentados locais, para quem traficava índios, passou a andar pelos povoados. Não ousara, contudo, restabelecer-se em São Paulo. Esse longo período de exílio (1682-98), somado ao tempo que andara pelos matos na expedição de Fernão Dias (1674-81), tinham feito de Borba Gato um dos maiores conhecedores do sertão de Minas Gerais. Consta que, em 1694, o bandeirante já conhecia locais nos rios Grande e Sapucaí de “pinta muito boa” — ou seja, com amostras que indicavam a riqueza das lavras.<sup>37</sup>

Para o governador do Rio de Janeiro, o fato de Borba Gato ser um assassino foragido não era um obstáculo para que entabulassem um diálogo. Meneses mandou um recado a Borba Gato para que viesse encontrá-lo em São Paulo. O bandeirante aceitou a proposta, mas, por precaução, preferiu um encontro noturno, “a horas competentes”.<sup>38</sup> Foi recebido pelo governador “com carinhosa afabilidade” e, “estando mais livre do susto”, tomou coragem para propor um acordo: “declarou que se sua senhoria, em nome de Sua Majestade, lhe desse perdão do suposto e imaginado crime que lhe imputava, descobriria e faria manifestas algumas minas de ouro com grandeza tal que serviria de grandes aumentos à Coroa no rendimento de seus quintos e aumento de seus povos.”<sup>39</sup> As minas, explicou Borba Gato, ele as havia ocultado durante todo esse tempo “por viver retirado pelos sertões, temeroso das justiças e da indignação de Sua Majestade”. O governador teve uma reação eufórica: ergueu o bandeirante nos braços e prometeu-lhe o perdão desejado. Mas havia uma condição: Borba Gato

teria de indicar o local do “tal descobrimento”. O bandeirante aceitou. Para que pudesse buscar amostras do ouro sem ser molestado, o genro de Fernão Dias recebeu então um salvo-conduto para “passear na sua pátria livremente”.<sup>40</sup>

O defunto de d. Rodrigo valia menos que as minas. Aliás, qualquer defunto: a prática de perdoar criminosos que davam lucro para a Coroa teria vida longa.<sup>41</sup>

Enquanto o assassino se lançou nos matos para cumprir sua parte no trato, o governador tratou de providenciar a anistia. Em maio de 1698, Meneses escreveu uma carta a autoridades da Coroa sugerindo que “se fizesse silêncio” em relação ao processo de Borba Gato, “no interesse do descobrimento do ouro (...) na chamada serra do Sabarabuçu”.<sup>42</sup> A ficha do criminoso não foi apenas limpa; foi lustrada. Cinco meses depois de engavetar o processo de Borba Gato, o governador o nomeou “tenente-general da jornada do Sabarabuçu”. A concessão do cargo, de natureza militar, foi justificada em função da “atividade e do zelo que [o bandeirante] mostra no serviço d’El-Rei Nosso Senhor”.<sup>43</sup>



MAPA DA REGIÃO DAS MINAS DO OURO DE 1801,  
COM O TRAÇADO DO RIO SÃO FRANCISCO AO CENTRO

Pouco mais de um ano depois, foi a vez de Borba Gato retribuir. Ao retornar

do sertão, no início de 1700, o bandeirante foi ao encontro do governador para lhe contar que estivera em ribeirões de “pinta de consideração”.<sup>44</sup> Não era uma serra, tampouco resplandecia, mas, para engrandecer o feito, Borba Gato batizou a região de Sabarabuçu (atual Sabará, a 23 quilômetros de Belo Horizonte).<sup>45</sup> A realidade inventada em nada ficava devendo à lenda: as lavras eram de fato excelentes, das melhores descobertas até então, como demonstravam as amostras de ouro trazidas pelo bandeirante.

A revelação foi recebida em Lisboa como um ato da Divina Providência. Foram celebradas missas e realizadas muitas e grandiosas festas. A corte não se continha de felicidade.

Portugal tinha enfim seu Eldorado.

## Notas

1. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, pp. 23-4.
2. Carta de Rouillé, diplomata francês, de junho de 1697. Idem, p. 9.
3. Para o suicídio, Luís Chaves, D. *Pedro II*, pp. 105-37, a partir de relato do conde de Sabugosa.
4. Representação do governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho a d. Pedro II de 4 de julho de 1692. *ABN*, vol. 57, 1939, pp. 147-53.
5. Idem, p. 147.
6. Idem, pp. 151-2.
7. De acordo com Pierre Vilar (*Ouro e moeda na história*, pp. 127-30, com dados de Earl J. Hamilton), a Espanha recebeu, entre 1503 e 1660, cerca de 181 toneladas de ouro de suas colônias na América. Já Virgílio Noya Pinto (*op. cit.*, p. 114) sustenta que Minas Gerais produziu 644 toneladas do metal entre 1700 e 1799.
8. Para a produção, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 51.
9. Ver Francisco Eduardo de Andrade, *A invenção das Minas Gerais*.
10. Alvará de 20 de março de 1570 proibiu a escravização do índio, salvo em casos de “guerra justa”. Alvará de 11 de novembro de 1595 reiterou a proibição. Washington Luís, *Na capitania de São Vicente*, p. 239.
11. Francisco de Assis Carvalho Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, pp. 58-9.
12. “Informação do Estado do Brasil e de suas necessidades”, de autor desconhecido. Capistrano de Abreu, *Capítulos da história colonial*, pp. 130-1.
13. “Relatório do governador Antônio Paes de Sande, em que indica as causas do malogro das pesquisas das minas do Sul e propõe o alvitre para se obter de uma maneira segura o seu descobrimento”, sem data (possivelmente fins de 1692). *ABN*, vol. 39, 1917, pp. 197-200.
14. Idem. Avaliação semelhante seria feita poucos anos depois pelo governador-geral Luís César de Meneses. Em relatório enviado a d. Pedro II, em princípios de 1706, ele sugere que os paulistas, durante “muitos anos”, esconderam da Coroa a existência do ouro de aluvião em Minas Gerais. Conhecido como “Das Villas”, o documento — reproduzido nos *ABN*, vol. 57, 1935, pp. 172-186 — teve sua autoria e datação decifradas por Maria Efigênia Lage de Resende.
15. Idem a nota 13.
16. Idem.



17. Informação de Sebastião Cardoso de Sampaio de 22 de novembro de 1692. *ABN*, vol. 39, 1917, pp. 200-2.
18. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 93-4.
19. Os direitos reais sobre as minas e a disposição sobre a propriedade foram estabelecidos no reinado de d. Duarte (1433-8). Friedrich E. Renger, “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”, pp. 91-106.
20. A data e a primazia da descoberta do ouro em Minas Gerais são tema de debate há dois séculos. Capistrano de Abreu atribui o achado a João de Azpicuelta Navarro, na segunda metade dos Quinhentos. Para Eschwege, Borba Gato teria sido o primeiro, por volta de 1680. Para Sérgio Buarque de Holanda, foi Antônio Rodrigues Arzão, em 1693. Para Varnhagem, foi Duarte Lopes, em 1694. Já Antonil afirmava, em 1711, que a descoberta teria sido feita por “um mulato”, nos tempos do governo de Artur de Sá e Meneses (1697-1702). A historiografia recente tem firmado entendimento de que o descobrimento aconteceu de forma simultânea, em vários pontos de Minas, entre 1693 e 1695. Há autores que, mesmo confirmando esta última hipótese, questionam o termo “descobrimento”. Em 2008, Francisco Eduardo de Andrade publicou um estudo inovador — *A invenção das Minas Gerais* — em que sustenta que o descobrimento foi apenas a *manifestação do descobrimento*, negociada entre a Coroa e os paulistas.
21. A descrição do episódio, que se segue pelos parágrafos seguintes, é de Bento Fernandes Furtado e foi escrita em 1750. “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, pp. 166-193. A Casa da Casca ficava em Minas Gerais, mas sua localização exata é desconhecida. Alguns documentos da época indicam o arraial de Cuieté, na bacia do rio Doce, mas há também quem aponte o município de Viçosa.
22. Seu avô era o flamengo Cornélio de Arzão, mineiro que se instalou em São Paulo em 1609.
23. Bento Fernandes Furtado. “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, pp. 166-193.
24. Idem.
25. Para a carta, José João Teixeira Coelho, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 121.
26. A expressão é de Teresa de Jesus Vital dos Santos Silva, *A extracção de gemas brasileiras e a joalheria portuguesa*, p. 12.
27. Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 160.
28. Idem.
29. A descrição da vista, que se segue pelo parágrafo seguinte, foi construída a partir da junção de apontamentos sobre a região feitos por Wilhelm Ludwig von Eschwege entre 1811 e 1817 (*Jornal do Brasil*, pp. 55-7) e Augusto de Lima Jr.,

em 1940 (*A capitania das Minas Gerais*, pp. 28-9).

30. O ribeirão fica nos arredores de Ouro Preto (MG).

31. Para a designação, texto de autor anônimo escrito por volta de 1750. CCM, vol. 1, pp. 243-8.

32. Em carta de 16 de janeiro de 1709, ao citar evento ocorrido no “arraial de Antônio Dias”, Bento do Amaral Coutinho usa as expressões “este povo do ouro preto”, “neste ouro preto” e “ouro preto e todo o seu distrito”. José Soares de Mello, *Emboabas*, pp. 239 e 241-2. Em carta de 7 de agosto de 1711, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho menciona trabalhos de mineração “no Ouropreto e seus ribeiros”. *Idem*, p. 267.

33. Ouro Preto fica no paralelo 20° Sul e Potosí fica no paralelo 19° Sul.

34. Carta do governador Artur de Sá e Meneses de 29 de abril de 1698. *RIHGSP*, vol. 5, pp. 274-5.

35. A recomendação foi repassada por intermédio de carta do governador-geral de 26 de maio de 1696. Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, pp. 190-1.

36. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, p. 188.

37. “Roteiro das minas de ouro ...”, de 1694, reproduzido por Orville A. Derby em “Os primeiros descobrimentos de ouro nos distritos de Sabará e Caeté”. *RIHGSP*, vol. 5, 1901, pp. 268-9. Os rios assinalados ficam no sul de Minas Gerais, próximos a Varginha.

38. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros descobridores...”. CCM, vol. 1, pp. 189-90.

39. *Idem*.

40. *Idem*.

41. Para indultos negociados após o episódio envolvendo Borba Gato, Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, pp. 221-2.

42. Carta do governador Artur de Sá e Meneses de 26 de maio de 1698. Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 190.

43. Carta-patente do governador Artur de Sá e Meneses de 15 de outubro de 1698. *RIHGSP*, vol. 5, 1901, p. 281.

44. Carta de Pedro Taques de Almeida de 20 de março de 1700. *Idem*, pp. 282-5.

45. Para a designação, carta de Borba Gato de 29 de novembro de 1708, reproduzida em José Soares de Mello, *Emboabas*, pp. 232-7.





## Capítulo 7: Os escondidos de Deus

O Brasil se tornara um celeiro de boas-novas. Depois da Casa da Casca, de Itaverava e do Tripuí, o metal precioso apareceu no ribeirão do Carmo, rio Gualacho, rio das Mortes, rio das Velhas, em Catas Altas, Santa Bárbara, Ivituruí... “Para todos os lados e por todos aqueles matos se acha ouro, com maior ou menor rendimento”, informou ao rei uma autoridade da Coroa.<sup>1</sup> O metal precioso era encontrado nas margens e nos leitos dos rios, nas encostas dos morros e até à flor da terra.<sup>2</sup> Era cutucar o chão, batear ou cavoucar o cascalho e o ouro “faiscava” — amarelo, avermelhado, claro como a prata ou escuro e sem brilho.<sup>3</sup> O ouro surgia em formatos variados: em pó, grãos, folhetas e pepitas, algumas arredondadas e grandes como batatas.<sup>4</sup> Às vezes, acontecia de numa só bateada surgirem quase 200 gramas de ouro na gamela.<sup>5</sup> Pepitas enormes também foram encontradas. Três sócios que mineravam na mesma lavra dividiram com um machado uma pedra de 1,3 quilo de ouro.<sup>6</sup> Outro achado, ainda maior, pesava 2,7 quilos.<sup>7</sup>

Já em 1697, el-rei pôde sentir em suas mãos o metal precioso do Brasil. Em setembro daquele ano, doze navios vindos do Rio de Janeiro aportaram em Lisboa. Além do tradicional açúcar, traziam “uma partida de ouro em barra”.<sup>8</sup> A presença do metal na frota vinda do Brasil era coisa tão inusitada que espiões franceses baseados em Lisboa pensaram que o ouro era proveniente do Peru.<sup>9</sup> Mas logo todos saberiam da novidade e o mundo voltaria seus olhos para o Brasil. Os primeiros paulistas que conseguiram se instalar em Minas Gerais tiveram uma dupla felicidade. Além de contarem com uma quantidade extraordinária de ouro de fácil extração, eles não precisavam se preocupar com a concorrência. Os que chegavam e encontravam um ou dois ribeirões ocupados caminhavam um pouco mais até achar um pedaço de terra virgem, onde saciavam suas ambições. Afora os achados excepcionais, cada homem tirava a impressionante média de 200 gramas de ouro por ano.<sup>10</sup> Assim, um paulista com cem escravos

podia apurar anualmente 20 quilos de ouro. Acostumados na pobreza, para os paulistas o negócio era esplêndido. Já para a Coroa, era motivo de preocupação.

Lisboa temia que o tesouro recém-descoberto chamasse a atenção dos estrangeiros. O ideal para a Coroa era que a existência das minas fosse de conhecimento apenas dos eremíticos paulistas e continuasse sendo ignorada pelo restante da colônia e do mundo. Dessa forma, Lisboa poderia planejar e estruturar melhor a mineração, obtendo assim maiores lucros. Na tentativa de manter o segredo, o reino se esforçou ao máximo para impedir a circulação de relatos e de mapas que contivessem informações sobre a qualidade e a localização das minas do Brasil.<sup>11</sup> Essa luta, contudo, nasceu perdida. Como a mineração precisava de muitos braços, quem encontrava um terreno de boa pinta tratava logo de mandar mensagens a parentes e amigos pedindo reforços.<sup>12</sup> À medida que o contingente de mineradores aumentava, aumentava também o número de relatos. Assim, de boca em boca, sem que a Coroa pudesse fazer nada a respeito, a notícia da descoberta do Eldorado português saiu do sertão, passou por São Paulo, alcançou a Bahia e o Rio de Janeiro e seguiu para a Europa. Um relato de 1733 dá conta do que aconteceu:

*A exuberante cópia de ouro destas minas deu logo estrondoso brado, cujos ecos soaram nos mais distantes e recônditos seios da América (...). Os mesmos ecos, levados nas asas da fama sobre os mares, voaram à Europa. Foram ouvidos em Portugal com atenções de estranha novidade e alvoroços de alegria. Nos reinos estrangeiros, com esperança de utilidade e maior inveja da fortuna.*<sup>13</sup>

A inveja estrangeira de fato existia e não era pequena. A França, por exemplo, tinha um espião na colônia que abastecia Paris com notícias frescas sobre as minas.<sup>14</sup> Entre os primeiros funcionários da Coroa Portuguesa que pisaram na região do ouro, também havia quem falasse e escrevesse demais, gerando assim informações preciosas sobre as minas que Lisboa tanto tentava esconder.<sup>15</sup>



dramática: “Tendo sido o mais povoado, [o Minho] hoje é um estado no qual não há pessoas suficientes para cultivar a terra ou prover para os habitantes.”<sup>18</sup> Partiam os que não tinham esperança de sair da miséria em Portugal, partiam os que eram perseguidos pela Justiça ou pela Inquisição, partiam fidalgos inebriados pelos relatos de fortuna e aventura. Em 1703, o embaixador francês em Lisboa informava a Luís XIV: “(...) O grande número de pessoas que vai à procura do ouro [no Brasil] faz com que reste menos [pessoas] para trabalhar no cultivo das terras (...)”<sup>19</sup> “Meio Portugal” se transplantou para o Brasil.<sup>20</sup> A maioria não tinha parentes ou amigos na colônia, não levava cartas de recomendação, não tinha “eira nem beira”.<sup>21</sup> Saía de Lisboa com pouco mais que coragem e sonho e, depois de oitenta a noventa dias de viagem, estava em Salvador, onde passava a se informar sobre a melhor maneira de chegar às minas.<sup>22</sup> A cada ano, de 8 mil a 10 mil portugueses trocavam o reino pela colônia.<sup>23</sup> Em sessenta anos, seriam aproximadamente 600 mil.<sup>24</sup>

Ao desembarcarem, os portugueses encontravam uma colônia em delírio, já que a corrida do ouro também provocava grandes migrações internas. Em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Pernambuco, todos queriam ir às minas. Em 1709, o padre italiano Giovanni Antonio Andreoni, radicado na Bahia, descreveu o fenômeno:

*A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas (...). Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos, pretos e muitos índios (...). A mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa.*<sup>25</sup>

“Levados pelo espírito do interesse e não do bem das almas”, muitos padres largaram o serviço religioso e “se fizeram mineiros”, como cita outro documento do século XVIII.<sup>26</sup> Nos quartéis de Santos, soldados que viviam à beira da miséria, ganhando como soldo apenas uma ração diária de farinha, desertaram aos montes e fugiram para as minas.<sup>27</sup> Em São Paulo, houve debandada de alfaiates e sapateiros.<sup>28</sup> Na capitania do Rio de Janeiro, comerciantes de carne e de farinha tomaram o rumo das minas; as plantações ficaram desertas.<sup>29</sup> Em Pernambuco, donos de engenhos trocaram o açúcar pelo encanto do ouro.<sup>30</sup> Nos portos de Recife, Rio de Janeiro e Salvador, navios deixaram de zarpar por falta de marinheiros.<sup>31</sup>

O súbito despovoamento de norte a sul da costa do Brasil amedrontou as autoridades locais. Afinal, bem ou mal, eram aqueles núcleos que guarneciam o território. “(...) Só a Divina Onipotência nos poderá livrar de alguma invasão do inimigo (...)”, escreveu o governador-geral, d. Rodrigo da Costa, ao governador da Repartição do Sul, Álvaro da Silveira Albuquerque, em 1704.<sup>32</sup> Este, por sua vez, já havia relatado ao governador da Bahia que o Rio de Janeiro estava vazio “assim de soldados como de moradores” em razão do “excesso com que fogem para as minas”.<sup>33</sup>

Como só havia dois caminhos que levavam às lavras (um a partir de São Paulo e o outro pela Bahia), o trânsito de ambos se intensificou. Os estrangeiros que chegavam por Salvador ou Recife se embolavam às massas vindas de vários cantos do Nordeste. Juntos, desciam às minas acompanhando o traçado do rio São Francisco até o ponto em que este se encontra com o rio das Velhas, já em território mineiro. Os portugueses que desembarcavam no Rio de Janeiro, por sua vez, seguiam o fluxo dos moradores da cidade. Esse contingente ia de barco a Parati e continuava a jornada a pé até Guaratinguetá, já no atual estado de São Paulo. Em Guaratinguetá, portugueses e fluminenses agregavam-se às multidões vindas do Sul e de São Paulo e, unidos, subiam o chamado Caminho Geral do Sertão, que terminava nas minas.<sup>34</sup>

Foi dessa forma desordenada e no meio do sertão bruto que pela primeira vez o Brasil se encontrou.

Nesse primeiro encontro não houve confortos. Um relato de meados do século XVIII informa que os que chegavam a Minas Gerais “não se ocupavam na eleição dos aposentos nem na melhoria dos sítios”, já que o motivo da viagem “só era a extração do ouro”.<sup>35</sup> Para não perder tempo, os desbravadores assentavam suas choças, feitas com palha de palmeira, no mesmo local onde o ouro era encontrado.<sup>36</sup> Não se consumiam esforços na construção de alojamentos distintos para senhores e escravos; todos dormiam sob o mesmo teto.<sup>37</sup>

O que antes era um vazio rapidamente foi preenchido. Se até 1693 Minas Gerais tinha população não indígena praticamente igual a zero, dezesseis anos depois o número de brancos, negros e mestiços dedicados à mineração e aos negócios correlatos chegava a 30 mil.<sup>38</sup> O ajuntamento não pararia de crescer e, nas décadas seguintes, produziria centenas de toneladas de ouro — além de tragédias de envergadura igualmente monumental.

Como haviam feito muitos de seus ancestrais, que dois séculos antes



embarcaram para as Índias somente com a roupa do corpo, um queijo e uma caixa de marmelada, grande parte dos portugueses que deixou o reino rumo ao Brasil levava consigo apenas mantimentos suficientes para sobreviver (precariamente) à viagem.<sup>39</sup> A maioria não fazia a menor ideia do que encontraria na chegada e não podia calcular as dificuldades do deslocamento até a região do Sabarabuçu ou quão árduas seriam as condições de vida por lá.

Após pisarem o solo da colônia, não foram poucos os que partiram imediatamente para as minas sem provimento algum.<sup>40</sup> Não contavam com o “intratável das serras, a vastidão dos matos, a falta de águas em uns e de mantimentos em outros”.<sup>41</sup> Acostumados com a natureza agreste, os paulistas — como Bento Fernandes Furtado, que deixou escritas as suas memórias — se assombraram ao topar naqueles “sertões incultos, montanhosos e penhascosos” com multidões de estrangeiros e de colonos de serra-abaxo alucinados com a ilusão de que iriam se “enriquecer com os haveres ocultos”.<sup>42</sup> Muitos aventureiros morriam pelos caminhos — de fome, de doença, devorados por feras ou envenenados por insetos peçonhentos — sem ao menos ter visto as minas.

Os que conseguiam atingir o Eldorado português tratavam logo de iniciar os trabalhos de mineração. Não cogitavam plantar, pois imaginavam que comprariam tudo o que quisessem com o ouro extraído da terra. De fato, rapidamente os aventureiros encheram as bruacas com o metal precioso, ficaram ricos. Mas descobriram que os alimentos que chegavam da costa e de outros pontos no interior não eram suficientes para todos.

Atentos à oportunidade de bons negócios, comerciantes de São Paulo e sobretudo da Bahia acorreram às minas a oferecer seus produtos. Poucos conseguiam terminar a viagem e, em decorrência da dificuldade dos caminhos, era pequena a quantidade de mercadorias que traziam. Resultado: os alimentos eram disputados pelos montanheses, fazendo com que os preços disparassem. Vigorava a lei do mercado: quanto maior a necessidade dos consumidores, maiores eram os valores cobrados. E como todos os compradores tinham ouro, a usura não tinha limites. Como anotou à época o padre Giovanni Antonio Andreoni, antes de entrarem na região das minas os negociantes deixavam a consciência “dependurada ou sepultada” na serra da Mantiqueira.<sup>43</sup> Na falta de dinheiro amoedado, tudo era cotado literalmente a peso de ouro. Um boi, que valia na Bahia o equivalente a 10 gramas do metal, era vendido nas minas a 359 gramas, quantidade de ouro obtida por um homem depois de um ano e nove meses de trabalho, em média.<sup>44</sup> Um alqueire de milho (equivalente a 36 litros)

adquirido em São Paulo a 1,5 grama de ouro era repassado aos mineradores por 143 gramas — lucro de 9.433%.<sup>45</sup> Quem quisesse comer um queijo ou uma galinha, precisava desembolsar o correspondente a 25 dias de trabalho.<sup>46</sup>



#### EXTRAÇÃO DE OURO NA REGIÃO DE OURO PRETO (POR RUGENDAS)

Os preços altos eram um inconveniente, mas o problema maior seria outro. Em 1697, conforme o governador-geral informou ao rei, a comida começou a faltar.<sup>47</sup> Os paulistas, mais prudentes, conseguiam evitar o mal com suas roças; já os forasteiros, não. “Chegou a necessidade a tal extremo”, relatou o governador, “que [os forasteiros] se aproveitaram dos mais imundos animais.”<sup>48</sup> Entre as nojeiras do cardápio estava o bicho-de-taquara, uma larva de borboleta encontrada no oco dos bambus. Acostumados ao petisco asqueroso, os índios sabiam que, antes de comê-lo, era preciso colocá-lo em água fervendo. Se se mexia, era sinal de que estava vivo, sendo, portanto, comestível; se não se movia, era porque já estava morto, e nessa condição era “veneno refinado”.<sup>49</sup> Desinformados da manha, os forâneos comiam tanto as larvas vivas quanto as mortas, pagando o preço da ignorância.

O impacto ambiental causado por essa massa humana predatória logo fez com

que até os “imundos animais” começassem a faltar nas áreas de mineração. Mais uma vez é o governador-geral quem conta o caso: “Faltando-lhes estes para poderem alimentar a vida, largaram as minas e fugiram para os matos com os seus escravos, a sustentarem-se com as frutas agrestes que neles achavam.”<sup>50</sup>

A fome entorpecia os sentidos. Enlouquecidos, os homens se matavam uns aos outros por umas pipocas de milho ou uma cuia de farinha.<sup>51</sup> Os que conseguiam guardar algum suprimento para o dia ou a semana seguinte precisavam mantê-lo sob vigilância armada para evitar saques. Não era raro encontrar famintos tentando matar cavalos e mulas à faca para comerem suas carnes. Na velhice, ao recordar os episódios a que assistira e os casos que ouvira nos seus tempos de menino, Bento Fernandes Furtado faria uma análise curta e precisa: “A fome não tem lei.”<sup>52</sup>

O desespero levou “multidões esqueléticas” a tentarem a fuga para os arraiais mais próximos.<sup>53</sup> Nos caminhos estreitos, acabavam topando com outros bandos de forasteiros que, desavisados da calamidade, tentavam alcançar as minas. O encontro só fazia aumentar o número de mortos; os cadáveres enchiam os caminhos. Sítios onde a tragédia se desenrolava começaram a ser batizados com nomes como “campo das caveiras”.<sup>54</sup>

Quem conseguia vencer a fome, precisava ainda escapar das epidemias de *bexiga* (varíola) e das enchentes. Também tinha de rezar para não dar de cara com os bandidos-abutres que saqueavam os mortos e assaltavam os semivivos.

Fome, morticínio, violência, despovoamento de Portugal, desmantelamento da indústria açucareira no Nordeste, perturbação social e econômica em toda a colônia... Os flagelos que acompanharam os primeiros anos da corrida do ouro tonificaram vozes apocalípticas que circulavam no Brasil e no reino: e se o metal precioso fosse na verdade um castigo de Deus ou, pior, uma maldição do diabo? “Benzei-vos desta tentação [de querer dinheiro] (...). Lograi o que Deus vos deu tão abundantemente sobre a terra e, debaixo dela, não queirais minas (...)”, dizia o padre Antônio Vieira, missionário da Companhia de Jesus no Brasil, que morreu justamente no primeiro ano da fome (1697).<sup>55</sup> Segundo Vieira, Deus não queria que o homem descobrisse os metais preciosos e por isso os enterrou nas entranhas da terra. Para que afinal servia o ouro? Sustentar o luxo? Alimentar a ostentação? Provocar a luxúria? Regar a idolatria? Essa não era a vocação do homem, defendia o padre nos seus famosos sermões. Os “escondidos de Deus”, como Vieira chamava o ouro e a prata, não deviam ser buscados, dizia ele. Aqueles que o fizessem estariam sepultando a si próprios em vida.

Colega de Vieira em Salvador, o padre Giovanni Antonio Andreoni



PADRE ANTÔNIO VIEIRA

comungava do mesmo pensamento. Segundo ele, Deus havia permitido a descoberta do ouro apenas “para castigar com ele” a colônia portuguesa. Açúcar e tabaco, afirmava o padre, “eram as verdadeiras minas do Brasil e de Portugal”. O metal precioso, explicava, era “instrumento e causa de muitos danos” em razão da “insaciável cobiça dos homens”.<sup>56</sup> Em resumo: o ouro não passava de ilusão.

A leitura catastrófica do evento mais esperado por Portugal durante séculos não vigorava apenas no meio eclesiástico. Em 1704, o governador-geral, d. Rodrigo da Costa, que pouco antes baixara uma ordem para prender os forasteiros que tentavam chegar às minas por intermédio da Bahia, escreveu a

um alto funcionário da Coroa no Rio de Janeiro afirmando que o ouro era uma penitência Divina.<sup>57</sup> Os oficiais da Câmara de Salvador, que assistiam impotentes ao dismantelamento da capitania da Bahia, também denunciaram que as minas eram “mais castigos do céu que fortunas da monarquia”.<sup>58</sup>

Até Sua Majestade tremeu diante da perturbação trazida com a descoberta do ouro. Por um instante, el-rei chegou a inverter por completo a orientação que a Coroa emanava a seus súditos havia quase três séculos. Em carta dirigida ao governador-geral, em 1703, o rei simplesmente proibiu a descoberta do ouro na Bahia. “(...) As nações estrangeiras se acham com tanta inveja e ambição das riquezas que se vão descobrindo em nossas conquistas [que] não convém por ora que se trate destas minas [da Bahia]”, escreveu d. Pedro II.<sup>59</sup> Portugal não estava desistindo de seu sonho; apenas dava um passo atrás, a fim de não fragilizar uma das principais portas de entrada da colônia e também para proteger as economias açucareira e fumageira, que sustentavam a Bahia havia quase 200 anos. Como explicou o rei, o melhor era deixar “para outro tempo mais cômodo semelhantes descobertas de minas de ouro”.<sup>60</sup>

D. Pedro não desejava apenas que o tempo parasse na Bahia, mas que retrocedesse. Afinal, quando el-rei desautorizou as buscas, havia cerca de 2.000 pessoas (incluindo um frade) catando ouro no rio Itapicuru-mirim, em Jacobina, norte do atual estado da Bahia.<sup>61</sup> A vontade real poderia até frear a mineração baiana, mas nunca paralisá-la. Mesmo proibida, a busca do ouro em Jacobina nunca cessou.

A corrida do ouro no Brasil não dependia mais do arbítrio de Lisboa ou das manhas dos paulistas. Fosse bênção ou castigo de Deus, ela criara vida própria.

Em dois períodos, entre 1697 e 1698 e entre 1700 e 1701, a principal marca da corrida do ouro foi a fome. Testemunhas transmitiram as histórias trágicas que viram e ouviram, mas ainda assim o enxame nunca cessou. Uma das razões é que a sociedade que começava a se formar em Minas Gerais era composta por gente disposta a correr riscos. Tal qual jogadores, eles se agarravam à mais tênue das esperanças e estavam sempre “prontos a sacrificar o que havia de mais real às quimeras de sua imaginação”.<sup>62</sup>

No final, a ambição falou mais alto.

Para muitos, ainda que arriscada, a aposta compensou. Nas debandadas da fome, os mineradores descobriram novas lavras, igualmente ricas e promissoras.<sup>63</sup> E, a partir de 1701, com o crescimento das roças e o aumento na oferta de alimentos, as condições de vida na região melhoraram.<sup>64</sup> O comércio

se tornou um negócio tão bom ou até melhor que a mineração. Quem tinha uma negra cozinheira, uma mulata doceira ou um crioulo taverneiro aproveitou para despejar nas minas quitutes variados, aguardente e garapa. Os mais ousados mandaram trazer do Rio de Janeiro, de Santos e Salvador “o melhor” que chegava nos navios vindos do reino, incluindo vestimentas “pomposas” e “tudo o que a gula costuma apetecer”.<sup>65</sup> Em 1703, já se podia comprar nas minas “mil bugiarias de França”, casacas de pano fino (72 gramas de ouro), meias de seda (29 gramas o par), bons chapéus de pele de castor (18 gramas) ou até mesmo um negro trombeiro (1,8 quilo), encarregado de anunciar, com uma corneta, a chegada de seu senhor em locais públicos.<sup>66</sup>



## NEGRO TROMBETEIRO

Todos ganhavam, menos a Coroa. Não faltavam regras para o pagamento do quinto, porém não existia uma estrutura fiscal encarregada da cobrança. Tudo era improvisado. Nos primeiros anos da corrida, pagou o quinto quem quis e quem não quis não pagou. Conclusão: a sonegação correu solta. Cálculos conservadores indicam que, entre 1700 e 1705, Minas Gerais produziu cerca de 8,8 toneladas de ouro.<sup>67</sup> A Coroa, portanto, deveria ter ficado com 1,76 tonelada, mas não recebeu nem 3% disso: 47 quilos.<sup>68</sup> Chegou-se ao cúmulo de em 1702 o quinto ter rendido apenas 100 gramas.<sup>69</sup>

Na corte, já não havia mais dúvidas de que a região conhecida como Minas do Ouro — também chamada de Minas de Cataguases, Minas de Taubaté, Minas de São Paulo, Minas do Ouro de São Paulo ou, menos frequentemente, Minas Gerais — era a mais importante da colônia, ultrapassando praças tradicionais como Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.<sup>70</sup> Mas a questão era: o que fazer com isso?

As lavras só seriam rendosas para o reino se Lisboa conseguisse montar uma estrutura fiscal naqueles sertões rudes e pudesse controlar a colonização desenfreada. E isso sem perder de vista a necessidade, sempre presente, de defender as minas da cobiça estrangeira.

Pela relevância que passara a ter para Portugal, o Brasil não podia mais ser tratado pela Coroa como uma grande fazenda, como fora nos 200 anos anteriores. Da abundância do ouro, surgia a necessidade de transformação da colônia.

A tarefa, contudo, não era fácil. Sendo integrante da Repartição Sul, as Minas do Ouro eram administradas a partir do Rio de Janeiro, distante 430 quilômetros. E o isolamento das lavras não era apenas uma questão de lonjura. Mesmo se quisesse, o governador da Repartição Sul não poderia ir às minas. Isso porque, desde 1702, para a segurança da colônia, o governador tinha ordens expressas de não se ausentar do Rio — praça mais vulnerável ao inimigo externo — sem autorização prévia do rei.<sup>71</sup>

Incapaz de estabelecer domínio real sobre as Minas do Ouro, a Coroa decidiu mais uma vez recorrer aos paulistas, repassando a eles a obrigação de defender o valioso tesouro português. Afinal, se São Paulo era a chave do sertão, como dizia o padre Manuel da Nóbrega, que fosse também, noutra expressão do jesuíta, a porta — uma porta trancada. Para os paulistas, não havia problema: eles de fato se sentiam os donos das Minas do Ouro. E não era por menos, já que ainda vigorava a legislação de 1694 que concedera a posse das minas aos seus “inventores”. Em 1700, a Câmara de São Paulo chegara a encaminhar uma

carta a Lisboa solicitando, em nome dos paulistas, as escrituras de posse das terras das Minas do Ouro. Na petição, a Câmara instou d. Pedro II a negar as mesmas escrituras aos moradores do Rio de Janeiro, pois estes não seriam “conquistadores nem descobridores”.<sup>72</sup>

A Coroa adulava os paulistas, mas evitava pronunciar-se em definitivo sobre a palavra empenhada pelo rei. Se as terras das Minas do Ouro pertenciam exclusivamente aos paulistas, como estava escrito na lei, era questão que se veria depois. O importante agora era proteger o Eldorado português e fazê-lo produzir. Assim, enquanto equilibrava-se entre o sim e o não, Lisboa tratou de animar os paulistas com uma série de privilégios — senão permanentes, pelo menos generalizados.

A principal regalia concedida aos paulistas se deu na repartição das lavras. Os moradores de serra-acima foram enormemente favorecidos nos dois regimentos que estabeleceram, em 1700 e 1702, os critérios para a concessão das *datas*, como eram chamadas as autorizações de mineração.<sup>73</sup> Além de ficarem com o maior número e as melhores lavras, os paulistas foram nomeados para os principais cargos da administração.<sup>74</sup> Eram eles que presidiam as arrematações das *datas*, faziam as atas, recebiam e despachavam as petições etc.<sup>75</sup> Conclusão: nas minas, o poder emanava dos paulistas e aos paulistas retornava. Aos forasteiros restava subordinar-se aos potentados de Piratininga.<sup>76</sup>

De miseráveis, os paulistas se fizeram ricos. Com lavras e roças, Baltazar de Godói faturou cerca de 290 quilos de ouro. Com a mineração, o comércio, o tráfico de negros e a agricultura, Francisco do Amaral amealhou mais de 730 quilos do metal precioso. Também exemplar era o caso de Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. Humilde caçador de índios em Taubaté, ele fora um dos pioneiros das Minas do Ouro, onde encontrara ricas lavras no ribeirão do Carmo. Como recompensa, ganhou imensas sesmarias da Coroa e foi nomeado coronel, juiz e guarda-mor (responsável pela repartição, distribuição e fiscalização das *datas*). Mandou vir a família, pôs os filhos e os escravos que possuía no trabalho da mineração. Em duas décadas e meia, Salvador reuniu uma fortuna inventariada em 100 quilos de ouro.<sup>77</sup> Além das lavras e das terras, seu patrimônio incluía um engenho de cana com alambique, casa no arraial de São Caetano e 62 escravos negros, afora o “gentio administrado”.<sup>78</sup> A mesa de sua fazenda era posta com louças de porcelana, talheres de prata e copos de vidro, itens incomuns no sertão.<sup>79</sup> Salvador foi um dos poucos paulistas a ter uma biblioteca (o acervo era composto de mais de trinta livros, alguns deles encadernados com friso de ouro).<sup>80</sup> Quando ia aos arraiais, o potentado desfilava



em seu cavalo alazão, arreado com sela de pele de onça e equipado com um bolsão de veludo verde bordado a retrós amarelo. Na cintura, um par de revólveres com acabamento em prata. Na missa, comparecia elegantemente trajado com roupas de veludo, sapatos com fivela de ouro, meias de seda, chapéu de três quinas na cabeça e, na mão, bastão com acabamento em prata.<sup>81</sup>

Outro que se deu muito bem foi Manuel da Borba Gato, o assassino do mineiro técnico d. Rodrigo Castelo Branco. Depois de nomeá-lo “tenente-general da jornada do Sabarabuçu”, a Coroa lhe concedeu sesmarias e o indicou para sucessivos postos (capitão-mor do distrito do Rio das Velhas, superintendente das minas do rio das Velhas, juiz, administrador das estradas e, por fim, provedor dos defuntos e ausentes, cargo no qual o assassino ficou responsável por administrar os bens de mortos sem herdeiros). Com as sesmarias que ganhou, o bandeirante formou duas grandes fazendas: a do Borba e a do Gato. Com as datas que recebeu, extraiu cerca de 730 quilos de ouro.<sup>82</sup> Com os cargos, favoreceu amigos e parentes.<sup>83</sup> Juntando tudo, ficou “riquíssimo”.<sup>84</sup>

D. Pedro II, por sua vez, não teve do que se queixar em relação ao bandeirante. Como juiz, Borba Gato emitiu várias sentenças em sintonia com os interesses de Lisboa.<sup>85</sup> Além disso, atuou como fiel depositário do ouro arrecadado para o pagamento do quinto.<sup>86</sup> Foi Borba Gato, aliás, em 1700, quem recolheu o primeiro lote do quinto em Minas Gerais: 3,8 quilos. O metal precioso foi entregue a um secretário do governador, que o remeteu ao rei.<sup>87</sup> Seis meses depois, num final de tarde, um enviado da Coroa foi bater às portas de Borba Gato nos confins do Sabarabuçu.<sup>88</sup> Era uma carta de agradecimento do rei que chegava para o bandeirante.

Só um paulista superava Borba Gato no quesito sintonia com a Coroa: Garcia Rodrigues Pais Leme, o filho de Fernão Dias.

Em 1698, Artur de Sá e Meneses, o corrupto governador da Repartição Sul, buscava alguém capaz de abrir um caminho de quase 500 quilômetros para ligar o Rio de Janeiro às Minas do Ouro de forma direta. O projeto se impunha por vários motivos. O viajante que saía do Rio rumo às minas precisava passar pelo território paulista, dando uma grande volta. Com o novo caminho, a jornada, antes feita em 45 dias, em média, diminuiria para 12 ou 15, facilitando assim tanto a entrada de homens e produtos nas minas quanto o escoamento do ouro para o porto fluminense.<sup>89</sup> Sabendo do projeto do governador, o paulista Amador Bueno da Veiga lhe fez duas propostas para abrir a estrada em troca de algumas mercês. Meneses, contudo, alegou que Bueno da Veiga pedia alto demais e recusou a oferta. Mas pouco depois o governador aceitou oferecimento

semelhante feito por Garcia Rodrigues, que tinha fama de sonegador e de falso descobridor de lavras. Para justificar a preferência pelo filho de Fernão Dias em detrimento de Bueno da Veiga, Meneses informou ao rei que, ao fazer a proposta, Garcia Rodrigues agira “com todo o zelo e desinteresse”.<sup>90</sup> Não era verdade. No final das contas, o serviço de Garcia Rodrigues sairia mais caro que a proposta feita por seu concorrente.

O compadrio tinha uma explicação: o governador era praticamente sócio de Borba Gato, cunhado de Garcia Rodrigues.

O filho de Fernão Dias tocou a obra como quis. A estrada que ligava o Rio de Janeiro às Minas do Ouro começou a ser aberta ainda em 1698 e foi “inaugurada” em 1702, mas incompleta.<sup>91</sup> O caminho só foi concluído em 1725, mesmo assim por outros construtores.<sup>92</sup>

Se Garcia Rodrigues não teve o tal “zelo” festejado pelo governador, muito menos o “desinteresse”. Na verdade, o filho de Fernão Dias se revelou de uma cupidez sem fim. Garcia Rodrigues obteve de d. Pedro II, por dois anos, a exclusividade sobre todos os negócios feitos no chamado Caminho Novo.<sup>93</sup> Não se deu por satisfeito, entretanto: pediu mais e levou. A Coroa lhe cedeu o direito de passagem (ou seja, a concessão do serviço de travessia de rios em canoas) em dois pontos dos rios Paraíba do Sul e Paraíba. Cada pessoa ou cavalo pagava meia pataca.<sup>94</sup> Como o tráfego era intenso e o serviço, lento, os comboios eram obrigados a fazer longas paradas à beira dos rios, e mais uma vez Garcia Rodrigues lucrava alto. Aos viajantes, enriquecidos com o ouro, e às suas grandes tropas, o paulista oferecia mantimentos, comida quente e cama, tudo produzido ou instalado nas imensas sesmarias (quatro vezes maiores que as usuais) que ganhara do rei.<sup>95</sup>



TRAVESSIA DO RIO PARAIBUNA, NO RIO DE JANEIRO,  
NO CAMINHO PARA AS MINAS DE OURO (POR RUGENDAS)



### TRECHO PRESERVADO DO CAMINHO DO OURO

A Coroa lhe daria mais. Garcia Rodrigues foi nomeado para diversos postos civis e militares (guarda-mor-geral das Minas do Ouro, escrivão, capitão etc.), ganhou direitos de lavra e conquistou o título de fidalgo para seus descendentes. Depois, foi premiado com o hábito da Ordem de Cristo (insígnia militar) e pensão anual vitalícia de 5.000 cruzados. Nenhum outro paulista foi agraciado com tantos favores como Garcia Rodrigues.<sup>96</sup> Em uma década, com a generosidade de Lisboa, este misto de minerador, militar, funcionário da Coroa, empreiteiro, concessionário de serviços públicos, fazendeiro, comerciante e estalajadeiro se tornou um homem abastado.

O sucesso dos paulistas refletiu de forma diferenciada em Artur de Sá e Meneses e no rei. Encarregado de repartir as lavras, Borba Gato simplesmente destinou ao governador algumas das melhores datas, permitindo que o funcionário corrupto ajuntasse, em cerca de cinco anos, 440 quilos de ouro.<sup>97</sup> Enquanto o governador enriqueceu, d. Pedro II pouco ouro viu. Em 1700, como pagamento do quinto, o soberano recebeu míseros 3,4 quilos do metal precioso — e ainda assim mandou uma carta a Artur agradecendo o “zelo” do funcionário.<sup>98</sup>

Tanto o governador quanto o rei tiveram pouco tempo para desfrutar do muito e do pouco ouro que respectivamente ganharam. Em 1705, Artur de Sá e Meneses regressou a Portugal com a saúde abalada. Viveu menos de quatro anos, e mesmo nesse período esteve sempre doente. D. Pedro II, por sua vez, dada a precariedade da administração das minas nos primeiros anos, recebeu do Brasil, no total, a insignificância de 123 quilos de ouro.<sup>99</sup> Faleceu em 1706, aos 58 anos, deixando o reino como o encontrou: na miséria.<sup>100</sup>

A assunção em 1706 do novo rei de Portugal, d. João V, filho de d. Pedro II, coincidiu com o primeiro grande salto na produção de ouro do Brasil. Dois anos depois, começaram a chegar a Lisboa navios que usavam como lastro não as tradicionais cargas de açúcar e pau-brasil, mas sim grandes arcas de jacarandá abarrotadas com o metal precioso. A corte percebeu então que a sorte de d. João V — um “déspota em embrião” de apenas 17 anos — era de fato excepcional.<sup>101</sup> Enquanto no final do reinado de d. Pedro II (1683-1706) a colônia havia rendido 1,4 tonelada de ouro por ano, já no início do período de d. João V (1706-1750), esse volume triplicou, passando a 4,4 toneladas.<sup>102</sup> E isso era apenas o início. Um longo e ascendente ciclo de riqueza, poucas vezes visto na Europa, estava começando para Portugal.

D. João V nasceu sob o signo do ouro. Ele tinha apenas 4 anos de idade quando, em 1693, o bandeirante Antônio Rodrigues de Arzão encontrou os célebres 10 gramas de ouro na Casa da Casca. Nos seus 45 anos de reinado, d. João V não saberia o que era uma Coroa pobre. Ao contrário, viveria sob a (falsa) crença de que comandava um dos impérios mais ricos do mundo, e não por acaso. Do primeiro ao último dia de seu governo, d. João V veria sua colônia na América produzir um total aproximado de 435 toneladas de ouro.<sup>103</sup>

Dois anos depois de subir ao trono, o jovem e boêmio d. João V casou-se com a arquiduquesa Maria Ana da Áustria, inaugurando a principal marca de seu reinado: o fausto bancado com o ouro do Brasil. Só os preparativos do casamento duraram um ano e meio, acusando a era de ganância desvairada que viria pela frente. A comitiva que foi à Áustria, em nome de d. João V, pedir a mão da princesa era composta por 92 pessoas. A entrada do cortejo português em Viena, com 51 carruagens, foi tão espetaculosa que o imperador austríaco e sua família quebraram as regras do protocolo para assistir ao desfile da janela do paço. O coche que levava o embaixador português, conde de Vilar Maior, era escoltado



D. JOÃO V

apresentado com tanto luxo diante de uma corte estrangeira.<sup>104</sup>

Com esplendor ainda maior, em agosto de 1708 foi celebrado o casamento, em Lisboa. O pintor Peter Van den Berg foi escalado para retratar a cerimônia. No quadro, aparecem os convidados num salão e, acima deles, anjos tocando trombeta ao lado de figuras fantasmagóricas — com corpos de ave, cabeças humanas e asas de morcegos — sendo mortas por soldados a golpes de espada. No primeiro plano, aparecem os noivos: ele, um homem bonito, de lábios sinuosos, olhos grandes e escuros; ela, seis anos mais velha, feia, de olhos melancólicos e rosto abolachado.<sup>105</sup> Parte dos gastos com as bodas foi bancada com o ouro do Brasil.<sup>106</sup>

por  
trinta  
lacaaios  
a pé e  
doze  
pajens a  
cavalo  
cobertos  
de ouro  
e prata.  
Jamais  
Portugal  
havia se

Enquanto em Lisboa a corte começava a desfrutar das delícias propiciadas pela riqueza do Eldorado português, nas Minas o clima era bem diferente. Como era previsível, o excesso de poder concentrado nas mãos dos paulistas, conjugado com a ausência formal do Estado, produziu uma elite despótica e violenta. Em relatório enviado a Lisboa em 1706, o governador-geral, Luís César de Meneses, fez um desabafo: “Os paulistas e homens moradores dos sertões não temem as leis penais que respeitam as vidas, porque destas lhes parece que estão livres (...)”<sup>107</sup> Segundo o governador, “nem todos os exércitos da Europa” seriam capazes de impedir o livre trânsito dessa casta, “sempre metida com a sua escopeta pelos matos”.<sup>108</sup> Na mesma época, o padre Giovanni Antonio Andreoni descrevia uma sociedade em que os potentados, agindo com “altivez e arrogância”, andavam “sempre acompanhados de tropas de espingardeiros”, prontos a executar “qualquer violência e a tomar, sem temor algum da Justiça, grandes e estrondosas vinganças”.<sup>109</sup> O jesuíta identificava na omissão do Estado a origem do problema:

*Sobre essa gente, (...) não houve, até o presente, coação ou governo algum bem ordenado (...). No mais, não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes, que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos.*<sup>110</sup>

Em muitos círculos da Europa, havia mais de um século, os paulistas eram tidos como quase-selvagens. No início do século XVIII, a fama negativa fora disseminada por forasteiros que viviam nas Minas do Ouro. O português José Álvares de Oliveira, morador do distrito do Rio das Mortes, classificava seus rivais como “horrendos”, “feros” e “temerosos”.<sup>111</sup> Os paulistas, dizia o reinol, guiavam-se pelo ditame “assim quero, assim o mando e à razão prevalece a vontade”.<sup>112</sup>

Contudo, a liderança dos paulistas nas Minas do Ouro não era sólida como parecia. Aos poucos, a hegemonia começou a ser diluída pela presença cada vez maior de forasteiros.

Nos primeiros anos do século XVIII, de um total de 30 mil pessoas envolvidas na mineração, os paulistas eram pouco mais de mil.<sup>113</sup> Além de serem minoria, os pioneiros de serra-acima viviam isolados — evitavam os forâneos e eram evitados por eles. Na região do rio das Mortes, por exemplo, os forasteiros moravam próximos uns dos outros, em casas de taipa construídas em volta de uma capela, num núcleo batizado de Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar

(mais tarde, São João del-Rei).<sup>114</sup> Já os paulistas preferiram erigir suas moradias de espaçosas varandas em lugar mais distante, nos arrabaldes do arraial.<sup>115</sup> A desunião fez com que nas Minas do Ouro a sociedade crescesse dividida em dois “partidos”: os paulistas e os *emboabas*.<sup>116</sup> O apelido emboaba, criado pelos paulistas, era mais um modo de enxovalhar os forasteiros. Na língua geral, a palavra significa galinha dos pés cobertos de plumas.<sup>117</sup> Os habitantes de serracima, acostumados a andar a pé, assim chamavam os forasteiros pelo fato de estes usarem calçados.

Confiantes de que os privilégios arrancados da Coroa lhes garantiriam vantagens eternas nos negócios ligados direta ou indiretamente à mineração, os paulistas não contavam com uma coisa: à medida que o tempo ia passando, seu sistema de trabalho ficava cada vez mais defasado. Motivo: a mão de obra básica dos paulistas, o índio, não conseguia mais acompanhar o vertiginoso ritmo de crescimento da economia mineira. Acostumados à vida livre e nômade, os selvagens nunca se adaptaram ao trabalho duro, repetitivo, estático e insalubre das lavras. Além de produzirem pouco, os índios constantemente precisavam ser repostos, já que, adaptados à vida no sertão, para eles era relativamente fácil a fuga.

Como o gentio não minerava bem, os donos de lavras começaram a substituí-los por tapanhunos (escravos negros, na língua geral). Além de serem muito mais adaptadas e resistentes ao trabalho nas minas, as “peças da África” encontravam mais dificuldade para fugir, sobretudo nos primeiros anos da mineração, por estarem num ambiente que não dominavam. Para os paulistas, a transformação do negócio significou um obstáculo imenso já que eles estavam desconectados da longa e complexa cadeia do tráfico negreiro. Havia mais de um século, o comércio de negros, de uma ponta (a África) a outra (a costa do Brasil), era um monopólio controlado justamente pelos adversários dos paulistas, ou seja, portugueses, baianos, pernambucanos e fluminenses. Muito mais articulados que os paulistas, os emboabas tinham conexões poderosas com os traficantes de escravos, com o comércio (atacadista e varejista), com a banca e com fabricantes e arrendatários de embarcações.

Quanto mais crescia a demanda por tapanhunos, e por consequência o preço deles, mais o ouro escorria das mãos dos paulistas para as dos comerciantes negreiros, muitos deles sócios e parentes de emboabas que viviam nas minas. Em apenas onze anos, o preço de um escravo adulto havia aumentado 1.150%. Se em 1692, na Bahia, a peça valia o equivalente a 144 gramas de ouro, em 1703, nas Minas do Ouro, era vendido a 1,8 quilo do metal precioso.<sup>118</sup> Resultado: uma



leva



ESCRAVO MINERADOR É  
INSPICIONADO PARA EVITAR  
ROUBO (POR CARLOS JULIÃO)

considerável de emboabas se fez tão rica e poderosa quanto os paulistas.

Um caso exemplar de forasteiro novo-rico era o do português Pascoal da Silva Guimarães. Antes de esbarrar na sorte nas Minas do Ouro, ele fora um reles empregado de uma casa comercial do Rio de Janeiro. Trabalhando como

caixeiro de negociantes fluminenses, Pascoal entrou em contato com a riqueza do Eldorado português e logo percebeu que os paulistas não conseguiam aproveitar todas as oportunidades que aquela terra oferecia. Nos primeiros anos do século XVIII, justamente a época em que os preços estavam mais altos na região das minas, ele se tornou mascate no distrito do Rio das Mortes. Depois, transferiu-se para o distrito de Ouro Preto, onde descobriu uma brecha para o sucesso que era ignorada pelos paulistas.

Até então, por falta de técnica, os mineradores pioneiros extraíam apenas o ouro mais fácil de minerar.<sup>119</sup> Quando as bateias começavam a sair da água com pouco metal precioso, os paulistas simplesmente desistiam da lavra e passavam a outro ribeiro. Às vezes, os veteranos renunciavam a uma data só porque o ouro que se tirava dela aparentava ser de má qualidade. Na virada do século XVII para o XVIII, José Rebello Perdigão, funcionário da Coroa, viu um ribeiro de Ouro Preto ser abandonado três vezes só porque o metal que produzia era muito duro e se quebrava com facilidade.<sup>120</sup>



LAVRA DE OURO NA ÁREA DA SERRA DO ITACOLOMI,  
REGIÃO DE OURO PRETO (POR RUGENDAS)

Por conhecer técnicas mais avançadas, adotadas na América Espanhola, Pascoal da Silva Guimarães sabia entretanto que as áreas desprezadas pelos paulistas tinham um enorme potencial aurífero. Sem alarde, Pascoal tomou para si algumas lavras em Ouro Preto que tinham sido abandonadas pela poderosa família Camargo e, em seguida, aplicou nelas o método de mineração da Nova Espanha. Em vez de batear nos ribeiros, onde o ouro de aluvião se esgotava

rapidamente, ele construiu um sistema de irrigação que levava grande quantidade de água, sob forte pressão, até as encostas de morros e grupiaras (camada de cascalho encontrada no sopé de montanhas). Pela força da água, a terra era então “desmontada”, originando uma lama rica em ouro. Essa lama era recolhida em canais e levada a tanques de separação, onde eram apuradas grandes quantidades do metal precioso. Além de reaproveitar áreas desprezadas e fazê-las produzir mais ouro do que antes, a técnica da Nova Espanha permitia a Pascoal trabalhar no período das chuvas. Isso era impossível pelo método tradicional dos paulistas, já que os aguaceiros tropicais faziam com que os calmos ribeiros virassem corredeiras volumosas, impedindo o acesso ao cascalho rico em ouro. Resumo da história: em pouco tempo, o emboaba Pascoal se tornou um dos homens mais abonados das Minas do Ouro, chegando a ter um plantel de 300 escravos.<sup>121</sup>

Por exigir um árduo e demorado trabalho prévio nas lavras, a técnica da Nova Espanha demandava um número imenso de escravos, o que favorecia enormemente os emboabas. Seguindo o exemplo de Pascoal, outros forasteiros passaram a aplicar o novo método de extração em áreas onde os paulistas já não conseguiam trabalhar. Assim, o “partido” dos emboabas foi rapidamente engrossado com um grande número de endinheirados e poderosos. E a partir de então ganhou confiança para desafiar a hegemonia dos paulistas. Tal qual faziam os veteranos de serra-acima, os forasteiros passaram a andar em grupos armados, arrostando seus adversários.

Embebedas em ódio, regadas a dinheiro, as Minas do Ouro bafejavam violência. Uma guerra estava prestes a explodir.

## Notas

1. Relatório do governador-geral Luís César de Meneses de 1706. *ABN*, vol. 57, 1935, p. 172.
2. Achados de ouro “à flor da terra” são mencionados por diversas fontes. Cito três, de diferentes épocas e procedências: carta do governador Antônio de Albuquerque de 7 de agosto de 1711 (José Soares de Mello, *Emboabas*, p. 266); parecer do Conselho Ultramarino de 22 de julho de 1717 (Jorge Caldeira, *Brasil: a história contada por quem viu*, p. 226); memorial do capitão José Álvares de Oliveira, de aproximadamente 1750 (“História do Distrito do Rio das Mortes...”, *CCM*, vol. 1, p. 230).
3. Para os tipos do metal, Paulo Prado, *Retrato do Brasil*, p. 57.
4. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 161.
5. André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, p. 190.
6. *Idem*, p. 166.
7. *Idem*.
8. Carta do embaixador Rouillé de 1º de outubro de 1697. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 137.
9. *Idem*.
10. Na sua *História econômica do Brasil*, p. 296, Roberto C. Simonsen afirma: “Não me parece exagero computar 200 gramas por ano a produção por homem durante o século XVIII.” Já Virgílio Noya Pinto (*op. cit.*, p. 69) diz que “esta estimativa talvez seja válida para os primeiros tempos da mineração, quando, com facilidade, se extraía o ouro aluvional”.
11. Antônio Gilberto Costa (org.), *Cartografia da conquista do território das Minas*, p. 17.
12. Nas suas memórias, Bento Fernandes Furtado afirma: “(...) Achando ouro com mais conta, fizeram roças e avisaram a seus parentes e amigos (...) para que viessem para estabelecerem mina e ampliarem os descobrimentos (...)” “Notícias dos primeiros...”, *CCM*, vol. 1, p. 171.
13. Simão Ferreira Machado, “Triunfo eucarístico”, *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1910, p. 994.
14. No dia 20 de junho de 1704, o informante Ambrozio Jauffret escreveu ao governador da Guiana Francesa, conde de Pont Chartrein: “O reino dos Cataguases é na altura de 23 graus distante do Rio de Janeiro, cem léguas (...) terra adentro. Nelas há minas de prata, ouro e esmeraldas.” Antônio Gilberto Costa, *op. cit.*, p. 18.

15. Joseph Rebelo Perdigão, secretário do governador Artur de Sá e Meneses, andou por Minas Gerais entre 1700 e 1702 e escreveu um verdadeiro guia para os interessados em entrar no ramo da mineração. Em 1711, sem identificação do autor, o guia teve trechos adaptados e transcritos por André João Antonil em *Cultura e opulência do Brasil* (pp. 163-95), livro proibido pela Coroa dias depois de vir a público por conter informações estratégicas sobre as minas.

16. Simão Ferreira Machado, *op. cit.*, p. 994.

17. As leis foram publicadas em 1709, 1711 e 1720. Donald Ramos escreveu um interessante ensaio sobre o tema intitulado “Do Minho a Minas”.

18. Lei de 20 de março de 1720. Em 2005, o autor esteve no Minho e constatou o impacto da migração. “Todos aqui têm um parente que foi morar no Brasil”, afirmou a minhota Maria Olívia Azeres.

19. Carta do embaixador Châteauneuf de 13 de fevereiro de 1703. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 138.

20. Simão Ferreira Machado, *op. cit.*, p. 994.

21. Migrantes sem “eira nem beira” é expressão de J. Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, p. 56.

22. Doze frotas que fizeram a rota Salvador-Lisboa entre 1698 e 1754 gastaram, em média, 79,6 dias no percurso. A viagem mais rápida durou 67 dias (1736 e 1737) e a mais longa, 109 (1720). *Idem*, p. 135.

23. Laura de Mello e Souza, com dados de Vitorino M. Godinho, *Desclassificados do ouro*, p. 42.

24. *Idem*.

25. No Brasil, o padre era conhecido como João Antônio Andreoni. Em 1709, ele escreveu *Cultura e opulência do Brasil* sob o pseudônimo André João Antonil, forma com a qual, em geral, é indexado em bibliografias. Deve-se a Capistrano de Abreu a descoberta do verdadeiro nome do autor. A passagem citada está na página 167.

26. José João Teixeira Coelho, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, p. 110.

27. Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 42.

28. Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, p. 77.

29. Para os comerciantes, *idem*. Para as plantações, Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, vol. 2, p. 311.

30. Oliveira Viana, *Populações meridionais do Brasil*, pp. 985-6.

31. Augusto de Lima Jr., *Vila Rica do Ouro Preto*, p. 81.

32. Carta do governador-geral, d. Rodrigo da Costa, de 27 de maio de 1704. Maria Efigênia Lage de Resende, “Itinerários e interditos na territorialidade das Geraes”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, pp. 35-6.

33. Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime*, p. 30.

34. Mapas dos caminhos elaborados nos séculos XVIII e XIX podem ser vistos em Antônio Gilberto Costa (org.), *op. cit.*, pp. 45-59.

35. Escrito aproximadamente em 1750, o relato é do ouvidor-geral de Vila Rica, Caetano da Costa Matoso. CCM, vol. 1, p. 251.

36. Para a localização das choças e material de fabricação, *idem*.

37. Para o caráter comum dos dormitórios, *idem*.

38. André João Antonil, *op. cit.*, p. 167.

39. Para as condições da viagem às Índias, Alexander Valignano, citado por Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 70. Para as condições da viagem ao Brasil, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 53.

40. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, pp. 174-5.

41. Relatório do governador-geral Luís César de Meneses de 1706. *ABN*, vol. 57, 1935, p. 174.

42. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, pp. 170-2.

43. André João Antonil, *op. cit.*, p. 170.

44. Para o preço na Bahia, Affonso de E. Taunay, *História das bandeiras paulistas*, vol. 1, p. 199. Para o preço nas minas, verificado em 1703, André João Antonil, *op. cit.*, p. 170. A relação preço/dias de trabalho foi calculada pelo autor com base na produção média de um minerador nos primeiros tempos da corrida (200 gramas/ano), fornecida por Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 296. Na maioria dos textos originais, o peso está expresso em oitavas e foi convertido em gramas pelo autor.

45. Para o preço em São Paulo, Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, p. 199. Para o preço nas minas, Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, p. 180.

46. Em 1703, ambos os produtos custavam até 4 oitavas de ouro (14 g). André João Antonil, *op. cit.*, p. 170.

47. Este anúncio é a primeira notificação oficial de que a mineração provocava um fenômeno migratório de grandes proporções no Brasil. Baseado nesse fato, o autor estabeleceu o ano de 1697 como sendo o primeiro da corrida do ouro.

48. Carta de Artur de Sá e Meneses de 10 maio de 1698. Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial*, p. 162.

49. Para o hábito culinário, José de Anchieta, *Minhas cartas*, p. 41. Para o modo de preparação, Laura de Mello e Souza, *op. cit.*, p. 42.
50. Carta de Artur de Sá e Meneses de maio de 1698. Basílio de Magalhães, *op. cit.*, p. 162.
51. Para as pipocas, Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, pp. 174-5. Para a farinha, Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 31.
52. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros...”, CCM, vol. 1, pp. 174-5.
53. “Multidões esqueléticas” é expressão de Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 31.
54. Local próximo a Ouro Preto. Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 31.
55. Sermão do padre Antônio Vieira citado por Francisco Eduardo de Andrade, em *A invenção das Minas Gerais*, p. 132.
56. André João Antonil, *op. cit.*, pp. 194-5.
57. Para a carta, Maria Efigênia Lage de Resende, “Itinerários e interditos na territorialidade das Geraes”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, vol. 1, p. 35.
58. Ata da Câmara de Salvador de 14 de junho de 1710. Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 61.
59. Carta de d. Pedro II de 9 de junho de 1703. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, pp. 17-18.
60. Idem.
61. Idem, pp. 18-9.
62. Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*.
63. Basílio de Magalhães, *op. cit.*, p. 162.
64. Para as roças, Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, p. 175. Para a oferta de alimentos, Simão Ferreira Machado, *op. cit.*, p. 994.
65. André João Antonil, *op. cit.*, pp. 169-70.
66. Idem, pp. 169-73.
67. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.
68. Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 344.



69. dem.

70. Em 1709, o Conselho Ultramarino informava ao rei de Portugal: "(...) Esta capitania [de São Paulo e Minas do Ouro] é hoje a mais importante de Vossa Majestade (...)." Pedro Octávio Carneiro da Cunha, "Política e administração de 1640 a 1763", em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *op. cit.*, p. 43. Waldemar de Almeida Barbosa oferece um estudo criterioso do topônimo Minas Gerais no *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, pp. 203-4.

71. Carta régia de 31 de janeiro de 1702. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 100-1.

72. Petição da Câmara de São Paulo de 7 de abril de 1700. *RIHGSP*, vol. 18, 1914, pp. 431-2.

73. "Regimento que se há de guardar nas minas dos Cataguases, e em outras quaisquer do distrito destas capitanias de ouro de lavagem", de 3 de março de 1700. Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 270. "Regimento dos superintendentes, guarda-mores e mais oficiais deputados para as Minas de Ouro" de 19 de abril de 1702. CCM, vol. 1, pp. 311-24. O historiador Friedrich E. Renger, ("O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais", pp. 91-106) explica a importância do regimento de 1702: "Esse 'Código de Minas' ficou em vigor, com algumas modificações, durante todo o século XVIII até o tempo do império. Em seus 32 artigos trata da repartição das minas e o tamanho e distribuição das datas de concessão, e repetidamente do pagamento do quinto, não só do ouro como também do gado."

74. Exemplos de nomeação de paulistas podem ser vistos em atos transcritos na *RAPM*, vol. 4, out./dez.-1897, pp. 777-8 (referente a Antônio Dias de Oliveira) e pp. 785-6 (referente a Salvador Fernandes Furtado de Mendonça).

75. A ata de uma arrematação de data presidida por Garcia Rodrigues, filho de Fernão Dias, pode ser vista nos *ABN*, vol. 65, 1945, p. 66.

76. "Tudo estava sujeito" à "vontade" dos paulistas, escreveu, por volta de 1750, o reinol José Álvares de Oliveira na sua "História do Distrito do Rio das Mortes...". CCM, vol. 1, p. 230. Já Borba Gato, em carta de 29 de novembro de 1708 ao governador Fernando Mascarenhas de Lencastre, reproduzida em José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 235-6, afirmou que qualquer "baiense, por mais poderoso que fosse, que entrasse cá nestas Minas", assim como "o pobre", dependiam do "amparo" dos paulistas.

77. Para a fortuna, inventário e testamento de Salvador Fernandes de Furtado Mendonça, de 1725, Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 216.

78. Idem.

79. Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, vol. 1, p. 235.

80. Idem. Os livros devem ter causado influência especial num dos seus sete filhos, Bento Fernandes de Furtado, autor das "Notícias dos primeiros...", aqui exaustivamente citadas.

81. Idem.
82. André João Antonil, *op. cit.*, pp. 172-3.
83. O favorecimento pode ser constatado nos termos de arrematação de datas presididas por Borba Gato. *ABN*, vol. 65, 1945, pp. 63-9. Ver também Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 196.
84. Diogo de Vasconcelos, *op. cit.*, vol. 1, p. 249.
85. Para exemplo de medida em sintonia com a Coroa, “Despacho de Borba Gato de 6 de dezembro de 1706...”. *ABN*, vol. 65, 1945, p. 48.
86. “Ordem do governador a Borba Gato para entregar a Rabelo Perdigão, datada de 18 de abril de 1701, todo ouro da Fazenda Real que tiver em seu poder.” Idem, pp. 72-3.
87. Friedrich E. Renger, “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”, pp. 91-106.
88. “Termo da entrega de uma carta de S. Majestade a Borba Gato a 14 de outubro de 1701”. A mensagem foi entregue “pelas seis horas da noite”. Idem, p. 81.
89. Para o tempo gasto na jornada pelos caminhos antigo e novo, André João Antonil, *op. cit.*, pp. 184-6.
90. Carta do governador Artur de Sá e Meneses de 24 de maio de 1698. *RIHGSP*, vol. 18, 1913, pp. 271-544.
91. Carlos Magno Guimarães e Flávia Maria da Mata Reis, “Agricultura e mineração no século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 325.
92. O roteiro do chamado Caminho Novo (hoje trecho do roteiro turístico denominado Estrada Real) era o seguinte: a partir do Rio de Janeiro, o viajante atravessava a baía da Guanabara em pequenas embarcações até o porto Estrela, situado no atual bairro de Duque de Caxias. Daí, passava por terra, ainda no atual estado do Rio de Janeiro, pelos municípios de Petrópolis, Itaipava e Paraíba do Sul. Ao cruzar a atual divisa com Minas Gerais, o roteiro continuava pelo que hoje são os municípios de Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora, Santos Dumont, Antônio Carlos e Barbacena. De Barbacena, o viajante tinha duas opções: virar à esquerda e seguir até o rio das Mortes (região de São João del-Rei e Tiradentes) ou continuar na direção norte até os sertões dos Cataguases (atual região de Ouro Preto e Mariana), passando pelos hodiernos Ressaquinha, Carandaí, Cristiano Ottoni, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco.
93. Carta do governador Artur de Sá e Meneses de 26 de outubro de 1700. *RIHGSP*, vol. 18, 1913, pp. 388-90 e 430.
94. Friedrich E. Renger, “A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.),

*op. cit.*, pp. 134-5.

95. Para as sesmarias, Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, p. 175.

96. Ver quadro de mercês produzido por Francisco Eduardo de Andrade, *op. cit.*, pp. 355-8.

97. Para o privilégio nas datas, Jorge Caldeira (org.), *Brasil: a história contada por quem viu*, p. 205. Para o ouro extraído, Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, p. 190. André João Antonil (*op. cit.*, p. 172) cita que o governador tirou “grande cabedal” das Minas.

98. Para o quinto recolhido, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 71. Para o agradecimento, carta de d. Pedro II a Artur de Sá e Meneses de 27 de outubro de 1700. *RIHGSP*, vol. 18, 1913, pp. 271-544.

99. Arrecadação da Coroa em MG, de 1700 a 1705, com quintos (48 kg), taxas de concessão de datas (23 kg) e confiscos (52 kg). Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 344.

100. Para a miséria, Luís Chaves, *D. Pedro II*, p. 15.

101. “Déspota em embrião” é expressão de Mário Domingues, *D. João V*, pp. 11-7. Para o lastro, Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, p. 313.

102. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.

103. Cálculo do autor a partir de tabela fornecida por Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.

104. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 22-34.

105. O quadro integra o acervo da Biblioteca Nacional, em Lisboa. A descrição dos tipos físicos é de Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 5-6 e 11-22.

106. *Oceanos* nº 43, p. 20-1.

107. *ABN*, vol. 57, 1935, p. 186.

108. *Idem*, p. 179.

109. André João Antonil, *op. cit.*, p. 194.

110. *Idem*, pp. 167-8.

111. José Álvares de Oliveira, “História do Distrito do Rio das Mortes...”. CCM, vol. 1, p. 230.

112. *Idem*.

113. Para o número de paulistas, Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 273. Para o de mineradores, André João Antonil, *op. cit.*, p. 167.

114. A informação, de aproximadamente 1750, é do emboaba José Álvares de Oliveira, *op. cit.*, p. 231.

115. Idem.

116. Para os partidos, “Providências do Conselho Ultramarino a respeito da luta dos emboabas de 3 de agosto de 1709”. José Soares de Mello, *op. cit.*, p. 271.

117. Há quase três séculos, a definição de emboaba divide cronistas e historiadores. A polêmica chegou a ser tema de um extenso capítulo de *Emboabas*, clássico de José Soares de Mello, de 1929. O entendimento aqui adotado (emboaba = “pinto calçado”, na língua geral) tem se firmado na historiografia moderna, sendo abarcado, por exemplo, nos recentes e profundos estudos de Adriana Romeiro, como no seu ensaio “Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 535.

118. Para o preço em 1692, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 43. Para o preço em 1703, André João Antonil, *op. cit.*, p. 171.

119. Bento Fernandes Furtado, “Notícias dos primeiros descobridores...”, CCM, vol. 1, pp. 191-2.

120. “Notícia que dá ao R. P. Diogo Soares...”. Afonso de E. Taunay, *Relatos sertanistas*, pp. 171-5.

121. Para os escravos, carta de sesmaria de 1711. *RAPM*, vol. 2, 1897, p. 268.



## Capítulo 8: Som de guerra

Vivendo entre “atritos e malquerenças”, paulistas e emboabas esperavam apenas uma oportunidade para deflagrar a luta.<sup>1</sup> Em 1706, surgiu um ensejo. Naquele ano, vence o contrato de fornecimento de carne nas Minas, monopólio dominado desde 1701 pelo emboaba Francisco do Amaral Gurgel. Dentre os muitos negócios rentáveis nas Minas, o contrato dos açougues era um dos melhores. Basta dizer que em menos de dez anos Gurgel, um assassino fugido do Rio de Janeiro, acumulara uma fortuna de mais de 730 quilos de ouro.<sup>2</sup> Os paulistas, que sempre se queixaram dos altos preços praticados por Gurgel, queriam que o monopólio passasse às mãos deles.

A briga era coisa de graúdos: o novo contrato não seria arrematado por menos de 25 quilos de ouro.<sup>3</sup> Os emboabas saíram na frente, tendo como candidato frei Francisco de Meneses, parceiro de Gurgel. Quando o martelo ia ser batido em favor dos forasteiros, porém, os paulistas ensaiaram uma resistência armada: ou a Coroa revia sua posição ou haveria guerra. A fim de evitar o pior, Lisboa achou por bem suspender o sistema de monopólio.

Os paulistas venceram novamente. E a Coroa conseguiu evitar a luta, mas à custa da ira dos emboabas. A rota de colisão estava traçada.

Na falta de motivo mais robusto, paulistas e emboabas utilizaram um episódio menor para avançar mais uma casa no conflito. Em meados de 1707, num domingo, um forasteiro passava em frente à igreja do arraial de Caeté com uma espingarda a tiracolo quando dois paulistas — o ex-provedor dos quintos Jerônimo Pedroso de Barros e seu cunhado, Júlio César Moreira — resolveram tomar-lhe a arma. O caso poderia ter sido insignificante, não fosse pelo fato de que, naquele exato momento, andava pelo local o emboaba mais poderoso da região, o português Manuel Nunes Viana. O gajo resolveu defender o dono da clavina, armando uma grande confusão.

Fisicamente, Viana não era nada excepcional. Estatura mediana, cara

redonda, olhos castanhos e cabelos pretos: um típico português.<sup>4</sup> Sua fama, entretanto, era de gigante. Uns diziam que ele era vidente e curandeiro e que tinha o corpo fechado; outros, que era um excelente espadachim, assassino frio e cruel.<sup>5</sup> De concreto, sabia-se que chegara ao Brasil, mais especificamente em Salvador, no final do século XVII, com uma mão na frente e outra atrás. Na Bahia, trabalhou como mascate, administrou grandes porções de terra de uma viúva rica, d. Izabel Maria Guedes de Brito, e contrabandeou gado para as Minas do Ouro. Na virada do século, atraído pelo metal precioso, transferiu-se para a região das lavras, onde, sem abandonar o contrabando e a parceria com a viúva, fez fortuna como minerador e fazendeiro. Além das fazendas, seu patrimônio alcançava 700 quilos de ouro, 167 escravos negros e dezenas de armas.<sup>6</sup> Nas Minas, sua base ficava justamente no arraial de Caeté, o cenário da disputa entre paulistas e emboabas em torno de uma reles espingarda.

Não houve luta, não houve tiro. Entre jeitoso e desafiador, Viana conseguiu livrar seu correligionário da encrenca usando somente as palavras. Mesmo “dissaboreados” e fazendo falsas juras de vingança, os paulistas não reagiram quando, sob o aval de Viana, o dono da espingarda foi embora levando a arma.<sup>7</sup> Ao final do episódio, Viana tinha incorporado duas novas famas: protetor dos emboabas e vexador de paulistas.

Naquele evento simples, pela primeira vez os emboabas experimentaram o gosto da resistência. Dali em diante, os forasteiros não mais acatariam de modo servil as ordens e os maus-tratos da gente de serra-acima. O choque agora era questão de tempo.

Um novo entrevero entre correligionários dos dois partidos voltou a ocorrer em junho de 1707, no Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. Dessa vez, houve vítimas. José Machado, o *Jaguara*, um taubateano odiado pelos emboabas, tido como “matador por ofício” e arruaceiro violento, desentendeu-se com o reinol Domingos Ribeiro.<sup>8</sup> Depois da discussão, *Jaguara* se refugiou na casa de um ferreiro, à espera que um tio seu, o rico e poderoso Simão Pereira de Faro, viesse resgatá-lo. O tio de fato foi ao encontro do sobrinho, mas encontrou uma turba enfurecida. Resultado: os forasteiros mataram *Jaguara* e seu tio e depois botaram fogo na casa do ferreiro.

No mesmo ano, no arraial de Caeté, outro paulista pioneiro nos descobrimentos do ouro, José Pardo, foi vítima do levante emboaba. Acusado de facilitar a fuga de dois de seus filhos que haviam matado um português, Pardo foi assassinado na porta de casa com um tiro no peito. Dos ânimos à flor da pele, destilaram-se conspirações. E o desejo de vingança, entrelaçado ao medo, tomou

conta das Minas do Ouro.

No final de 1707, correu no distrito do Rio das Velhas um boato macabro, espalhado não se sabe por qual dos partidos: os paulistas estariam planejando justicar todos os forasteiros da região no dia 10 de janeiro do ano seguinte. As terras do Sabarabuçu seriam cobertas de sangue. A soada teve o efeito prático de unir ainda mais os emboabas. Centenas deles abandonaram lavras e ranchos e se amontoaram ao redor da casa fortificada de Manuel Nunes Viana, em Caeté. A essa altura, o líder dos emboabas acumulava armas e mantimentos, preparando-se para a guerra.

As manobras táticas dos forasteiros perturbaram os paulistas. Enquanto os emboabas se perfilavam sob o comando de Manuel Nunes Viana, os paulistas recorreram ao correligionário mais poderoso de seu partido: Manuel da Borba Gato. Do alto de seu cargo, superintendente das Minas do Ouro, posto mais alto da Coroa na região, Borba Gato imaginou que poderia acabar com a querela com uma simples canetada. No dia 12 de outubro de 1708, ele mandou afixar na porta da capela de Caeté um bando (proclamação pública) em que dava vinte e quatro horas para Viana deixar a região das Minas.<sup>9</sup> Esperto, Borba Gato não mencionou os distúrbios, preferindo tocar em um ponto mais sensível para a Coroa. O paulista acusou o líder emboaba de ser um contrabandista de gado que dava “grande prejuízo” aos cofres de Sua Majestade — denúncia tão verdadeira quanto o fato de que ele, Borba Gato, usando das prerrogativas de seu cargo, também facilitava o contrabando de gado em favor dos paulistas.<sup>10</sup>

No dia seguinte, em vez de abandonar seu fortim em Caeté, Manuel Nunes Viana mandou uma carta — educadamente desaforada — a Borba Gato. Habilidoso com as palavras, Viana intitulou-se um “criado” de Borba Gato, a quem tratou por “meu senhor tenente-general”. Depois de isentar-se da acusação de contrabando, o português desmascarou Borba Gato: o verdadeiro motivo que levava o paulista a bani-lo, disse Viana, era a disputa pelo controle da região. O emboaba então negou que Borba Gato tivesse autoridade para expulsá-lo das Minas: “Não devo obedecer ao que vossa mercê me ordena.”<sup>11</sup>

A reação de Borba Gato foi imediata. Ele divulgou um novo aviso público repetindo a ordem de despejo em vinte e quatro horas, dessa vez com uma advertência grave: caso Viana não obedecesse, seria expulso e todos os seus bens, confiscados.<sup>12</sup> A ameaça não passava de blefe. As Minas ainda não contavam com efetivos militares da Coroa e, mesmo que os paulistas formassem uma milícia, esta não seria páreo para deter a tropa de emboabas sob comando de Viana, que aumentava a cada dia. Sabendo disso, o português não se moveu

de Caeté.

Borba Gato havia se metido numa enrascada. Se não cumprisse a ameaça que fizera, ele e os paulistas ficariam desmoralizados. E se insistisse em fazê-lo, empurraria seu partido para uma batalha perdida. O outrora todo-poderoso superintendente das Minas foi forçado então a reconhecer que os paulistas não mandavam como antes. Optou por um recuo: promoveu um armistício entre Viana e o paulista Jerônimo Pedroso de Barros, pivô do caso da espingarda, e em seguida sumiu do mapa.<sup>13</sup> Não se falou mais de despejo, confisco, nada.



REGIÃO DO RIO DAS VELHAS, UM DOS PALCOS DA GUERRA DOS  
EMBOABAS (POR RUGENDAS)

O vacilo de Borba Gato foi a senha para que os emboabas lançassem a primeira grande ação armada contra os paulistas, deflagrando assim a guerra.<sup>14</sup> Ainda no final de 1708, Manuel Nunes Viana, que já dispunha de mais de 3.000 homens sob suas ordens, comandou uma operação de desarmamento dos paulistas do distrito do Rio das Mortes.<sup>15</sup> Casas foram invadidas, armas, confiscadas, e paulistas, presos debaixo de desaforos e humilhações. O mesmo aconteceu no distrito do Ouro Preto. Com o avanço dos emboabas, a maior parte



dos veteranos de serra-acima fugiu para o distrito do Rio das Mortes ou para São Paulo. Alguns foram presos e um número pequeno tentou resistir, sentindo o peso da ira emboaba.

Em novembro, Viana cercou o Sabarabuçu e ordenou a seus homens que lançassem flechas com estopa incandescente sobre as casas do arraial. Também os campos foram queimados, tanto pelos emboabas, que atacavam, quanto pelos paulistas, que recuavam. Terminada a batalha, o Sabarabuçu estava arrasado, e os paulistas, derrotados.

O distrito do Rio das Velhas e as lavras do Ouro Preto já não eram controlados por seus descobridores, ainda que muitos continuassem vivendo por lá. Aos paulistas, a única porção das Minas que restava sob seu inteiro comando era o distrito do Rio das Mortes.

\* \* \*

O passo seguinte na campanha emboaba foi desprezar todas as instituições oficiais de poder, concentradas nas mãos dos paulistas, e estabelecer um governo paralelo nas Minas. Numa reunião sem amparo legal, comandada por forasteiros poderosos, Manuel Nunes Viana foi aclamado governador-geral das Minas do Ouro, um cargo que não existia na época e que seria superior ao de Borba Gato (superintendente das Minas do Ouro).<sup>16</sup> A provocação não era somente com os paulistas, mas também com a Coroa. Na prática, a aclamação de Viana significava que os emboabas não reconheciam a autoridade do governador da Repartição Sul, Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre, que tinha jurisdição sobre as Minas do Ouro. Numa só tacada, os emboabas desconsideraram Borba Gato, o governador Lencastre e d. João V.

Ciente de que atrairia a ira real, Manuel Nunes Viana tratou de adular d. João V, continuando a recolher o quinto de Sua Majestade. No campo político, o novo “governador” — ou “tirano”, para os paulistas — repetiu os pecados da Coroa e de seus adversários, nomeando criminosos para altos postos da administração. Foi o caso, por exemplo, do novo superintendente das Minas, Matheus de Moura Fogaça, que no ano anterior havia assassinado em público, a facadas, sua irmã Anna de Moura “por ser [ela] mal procedida”.<sup>17</sup> Outro matador notório aproveitado nas hostes de Viana foi Bento do Amaral Coutinho, um tipo carimbado como cruel até pelos emboabas.<sup>18</sup> Nomeado sargento-mor de batalha, Bento do Amaral Coutinho seria o personagem principal do episódio mais sinistro da Guerra dos Emboabas: o Massacre do Capão da Traição.

O caso se deu na virada de 1708 para 1709 no distrito do Rio das Mortes, o

último bastião dos paulistas. Na ocasião, temendo um ataque-surpresa de seus inimigos, os emboabas que viviam na região pediram reforços a Manuel Nunes Viana. O português enviou uma coluna com 200 homens sob comando de Bento do Amaral Coutinho.<sup>19</sup> A notícia de que uma tropa emboaba estava a caminho do Rio das Mortes apavorou os paulistas, e muitos optaram pela fuga preventiva para São Paulo. Presumindo que os homens comandados por Bento do Amaral Coutinho iriam atrás deles, os paulistas armaram uma tocaia, deixando espingardeiros escondidos num capão (porção de mato isolado no meio do campo) próximo ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, no Caminho Geral do Sertão, a estrada que ligava Minas a São Paulo.

A suposição dos paulistas se confirmou: encontrando o arraial vazio, Bento do Amaral Coutinho de fato tratou de seguir os fugitivos, caindo assim na armadilha do capão. Escondidos no matagal, os paulistas dispararam suas armas, causando baixas nas hostes inimigas, mas não a ponto de detê-la. Foi quando então o jogo virou. Furioso, Coutinho deu ordem a seus homens para cercar o capão e fustigar os paulistas sem dó. A batalha foi se arrastando até o ponto em que os paulistas, em menor número, já não tinham como resistir. Houve então uma pausa para negociações, que culminaram num acordo: os paulistas se renderiam a Bento do Amaral Coutinho, que por sua vez garantiria a vida dos presos. Não foi o que aconteceu. Assim que os paulistas depuseram as armas, o chefe emboaba ordenou a seus homens que atirassem, matando os prisioneiros covardemente.<sup>20</sup> O local passou então a se chamar Capão da Traição.<sup>21</sup>

A guerra nas Minas do Ouro logo se fez sentir no Rio de Janeiro. As remessas do metal precioso sofriam atrasos e quebras, formando uma longa cadeia de prejuízos.<sup>22</sup> Sócios de mineradores ficavam sem suas cotas de ouro, comerciantes não conseguiam receber por produtos já entregues, traficantes de escravos ficavam sem pagamento... O calote era generalizado

O governador da Repartição Sul era um dos mais preocupados com a situação. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre temia que a crise afetasse gravemente as rendas de Sua Majestade.<sup>23</sup> O Eldorado português não estava apenas dividido e conflagrado; estava parado.<sup>24</sup> Atarefados com os preparativos de ataque ou de defesa, poucos eram os que cuidavam das lavras.<sup>25</sup> Como consequência, a quantidade de ouro enviada ao rei despencou. A arrecadação do quinto, que fora de 17,6 quilos em 1706, caiu nos dois anos seguintes para 7,7 quilos e 4,2 quilos, respectivamente.<sup>26</sup>

Do Rio de Janeiro, porém, Lencastre pouco podia fazer. Com três anos e meio

no cargo, ele ainda não havia viajado às Minas por causa das ordens reais que o impediam de se ausentar da sede da Repartição Sul. O decreto, contudo, previa uma exceção para as grandes urgências, e nesses casos a chave se invertia: era obrigação do governador subir a serra ou poderia, futuramente, ser acusado de inerte. Em princípios de 1709, Lencastre avaliou que a Guerra dos Emboabas se encaixava no rol de exceções e começou a preparar uma viagem às Minas. Escreveu ao rei contando da “guerra civil” e avisou: se antes a região demandava uma infantaria para estabelecer a ordem, agora precisava de um exército inteiro.<sup>27</sup> Imaginando, contudo, que poderia dissolver os distúrbios apenas com sua autoridade, Lencastre, que não era exatamente uma pessoa sagaz, informou ao rei que iria às Minas “sossegar” as “gentes incultas” que peleavam por lá.<sup>28</sup> Sem medir a distância entre o traço e ato, prometeu “prender os delinquentes cabeças desse tumulto”.<sup>29</sup>

Duas semanas depois, em plena época de final de chuvas, quando os caminhos se tornavam mais intratáveis que nunca, Lencastre tomou o caminho do sertão.<sup>30</sup> Sua comitiva era composta por quatro companhias militares (cerca de cem soldados) e comerciantes que viajavam às Minas interessados em cobrar dívidas e/ou fazer novos negócios.<sup>31</sup> Depois de um mês de viagem, Lencastre se deparou com a realidade da guerra. Ao chegar ao Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar, ele encontrou os paulistas vivendo de um lado do rio e, na outra margem, os emboabas, entrincheirados num fortim de pau a pique guarnecido com fosso e uma ponte levadiça improvisada. Ambos os partidos deram salvas de tiros em homenagem ao governador. Nas semanas seguintes, Lencastre tratou de semear a conciliação. Contudo, por falta de habilidade por parte do governador ou pela teimosia dos beligerantes, ele não teve sucesso. Ao contrário: colheu a antipatia de ambos os lados.<sup>32</sup>

Depois de passar alguns dias no arraial, o governador, abertamente favorável aos paulistas, continuou sua viagem a fim de buscar uma negociação direta com Manuel Nunes Viana. Junto com Lencastre, porém, seguiu o boato de que ele trazia algemas e correntes para prender os emboabas e levá-los a julgamento no Rio de Janeiro.<sup>33</sup> Ainda que falso, o rumor mexeu com os brios dos forasteiros.

O encontro de Lencastre e Viana aconteceu em final de abril ou início de maio de 1709, no sítio das Congonhas, próximo à atual Ouro Preto. O governador da Repartição Sul não teve a recepção que esperava. Viana — a quem Lencastre chamava de “intruso governador” e “régulo” — apareceu no alto de uma colina com seus homens em formação de luta (infantaria no centro e cavalaria dos lados).<sup>34</sup> Uns dizem que o governador da Repartição Sul foi expulso, outros, que

recuou por vontade própria; todos são unânimes em apontar que, tendo feito uma coisa ou outra, ele estava com muito medo.<sup>35</sup>

A retirada do governador animou ainda mais Manuel Nunes Viana. O “tirano” acelerou então a substituição de mestres de campo, tenentes-generais, cabos, capitães, superintendentes e provedores nomeados pela Coroa. Com frequência cada vez maior, seus bandos apareciam fixados às portas das capelas, ora convocando os moradores a se juntarem à milícia, ora estabelecendo pena de morte aos apoiadores dos paulistas — suprema arrogância, pois nem mesmo o governador legítimo podia decretar a pena capital, de competência exclusiva do rei.<sup>36</sup>

Como a velocidade das notícias era mais lenta que o ritmo dos acontecimentos, só no início do segundo semestre de 1709 é que a Coroa tomou conhecimento do que se passava em seu Eldorado. O rei foi informado dos tumultos não por intermédio do governador Lencastre, como seria de se esperar, mas por homens de negócios que viviam no Rio de Janeiro e que, com mais ligeireza, relatavam a amigos de Lisboa as “novas frescas” da colônia.<sup>37</sup> Só uma semana depois de tomar ciência da guerra por intermédio de terceiros é que d. João V recebeu a primeira correspondência de Lencastre. Nela, o governador relatava a disputa violenta entre paulistas e emboabas e comunicava sua intenção de viajar às Minas (a notícia estava defasada: àquela altura, Lencastre já havia voltado ao Rio de Janeiro depois de sofrer a vexatória expulsão imposta por Manuel Nunes Viana no sítio das Congonhas).

Provocados a opinar sobre o caso, conselheiros do rei avaliaram que o desastrado governador não tinha “obrado bem”.<sup>38</sup> Por dois motivos. Primeiro, porque demorou a dar ciência da crise. Segundo, porque, ao partir para as Minas levando consigo cem soldados, havia deixado o Rio de Janeiro desguarnecido. Mesmo supondo que Lencastre já tivesse apaziguado paulistas e emboabas, a Coroa queria ter certeza de que o problema estava definitivamente resolvido. Era preciso “apagar este incêndio” a todo custo, diziam os membros do Conselho Ultramarino, sob o risco de se perder o “inestimável tesouro” do Brasil. E era necessário fazê-lo rapidamente, mesmo que fosse preciso agir ao arrepio da lei: “Nestes casos de sublevação”, sugeriu o conselho, “não é preciso observar a formalidade das leis, principalmente em partes tão remotas em que elas se não podem observar.”<sup>39</sup>

Para a sorte do rei, cinco meses antes de a informação da Guerra dos Emboabas chegar a Lisboa, o substituto de Lencastre já havia sido despachado

para o Brasil. Era Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, de 55 anos, veterano da guerra de Portugal contra a Espanha. A troca da guarda vinha em boa hora. O que paulistas e emboabas precisavam, avaliava o Conselho Ultramarino, era da presença de um governador a quem respeitassem. Mas, enquanto não recebia informações sobre o resultado da viagem de Lencastre às Minas ou sobre a substituição deste por Antônio de Albuquerque, só restava ao rei rezar.

Antônio de Albuquerque desembarcou no Rio de Janeiro em junho de 1709 e não perdeu tempo. Enquanto esperava por Lencastre, que ainda não havia retornado das Minas, ele tratou de preparar sua ida à região do conflito. No dia 11, quando finalmente Lencastre apareceu na cidade, Antônio de Albuquerque oficializou a passagem do cargo e, cinco semanas depois, já estava na estrada, rumo às Minas. Pela terceira vez, a Coroa, na pessoa de um alto funcionário real, ia subir a serra.

O momento escolhido para a viagem não podia ser mais acertado, por duas razões. Uma delas, de ordem climatológica: o início da seca remediara os estragos das chuvas, facilitando tremendamente a jornada. O outro motivo era político: os emboabas experimentavam uma divisão interna que minava a força de Manuel Nunes Viana. Motivo: o “ditador”, como também era chamado pelos paulistas, tinha concedido para si o monopólio dos açougues, o que descontentou alguns de seus aliados.<sup>40</sup> Em Sabará, Viana chegara a enfrentar uma tentativa de levante liderada por um certo padre Campos. O líder emboaba logrou evitar o *putsch*, mas saiu do episódio chamuscado. Antônio de Albuquerque saberia tirar vantagem da situação.

Diferentemente do que havia feito seu antecessor, o novo governador partiu para as Minas do Ouro sem fazer alarde — ou “escoteiramente”, como definiu um cronista da época.<sup>41</sup> Se tanto, sua comitiva tinha doze pessoas.<sup>42</sup> Albuquerque deixou a barba crescer e seguiu viagem vestido como um tropeiro qualquer.<sup>43</sup> Também dispensou a liteira, preferindo ir a pé na maior parte do tempo. Em suma: foi disfarçado.<sup>44</sup>

Depois de 21 dias de viagem, o governador chegou ao arraial de Caeté. Eram quatro horas da tarde e não havia viva- alma nas ruas.<sup>45</sup> Dentro das casas também não havia ninguém. Só um morador permanecia na vila — era Antônio de Miranda. Assim que foi avisado de que o governador se encontrava no lugarejo fantasma, Miranda sugeriu aos homens de Albuquerque que arrombassem a porta da melhor casa do arraial para dar alojamento ao hóspede ilustre. Como se

mostrara disposto a colaborar, o morador solitário de Caeté recebeu a incumbência de localizar Manuel Nunes Viana e avisá-lo de que o governador intimava sua presença.

O “ditador” apareceu à noite, acompanhado de muitos cupinchas.<sup>46</sup> Mas chegou manso, sem ares de autoridade, talvez porque, além de não mais contar com apoio irrestrito na horda emboaba, já soubesse da cólera que despertava na corte.<sup>47</sup> O encontro com Antônio de Albuquerque foi bem diferente do ocorrido com Lencastre: Manuel Nunes Viana humilidou-se diante do novo governador. Não apenas concordou em acabar com a administração paralela nas Minas como se comprometeu, conforme exigia Antônio de Albuquerque, a abandonar definitivamente a região. Em poucos dias, o líder máximo dos emboabas ajuntou seus pertences e se recolheu à Tábua, sua fazenda às margens do rio São Francisco, na Bahia.

O curto governo do “ditador” acabava. E a Coroa voltava a impor as normas na região das Minas.

O banimento de Viana parecia punição, mas na verdade era prêmio. Em vez de castigá-lo por seus graves crimes, como o de lesa-majestade, a Coroa o deixou livre. Livre e ainda por cima senhor de seu pequeno reinado privado no rio São Francisco. Manuel Nunes Viana também conservou parte significativa de sua força política nas Minas. Em vez de serem revogadas, muitas das nomeações que fizera em seu “governo” foram confirmadas por Antônio de Albuquerque. “Seu delito [o de Manuel Nunes Viana] lhe redundou em glória”, resumiria poucos anos depois uma alta autoridade da Coroa.<sup>48</sup>

Se os paulistas haviam tido seus tempos de impunidade, agora era a vez dos forasteiros. Não foi só Viana que escapou de ser punido. Nenhum outro participante do levante emboaba o foi. O rei não estava interessado em promover a justiça. Desejava apenas a volta da tranquilidade nas Minas, a fim de que, uma vez estáveis, elas fizessem correr o ouro para a bolsa real. Afinal, como lembrara certa vez o Conselho Ultramarino ao discutir a Guerra dos Emboabas, era preciso aceitar o fato de que as conquistas são feitas de “ódio ou de amor” e que, diante disso, por vezes, cabia ao soberano agir não como um juiz, mas como um “pai”.<sup>49</sup>

O rei só não contava com uma coisa: mesmo derrotados, os paulistas continuavam sendo o mesmo povo insubmisso de sempre.

Enquanto esteve nos distritos do Rio das Velhas e do Ouro Preto, bastiões dos emboabas, o governador Antônio de Albuquerque se saiu bem. Ainda que tivesse favorecido os forasteiros, ele não se esqueceu de recompor a autoridade dos paulistas que moravam na região, animando-os com cargos e patentes militares. Borba Gato, por exemplo, a despeito de ter sido uma nulidade como contraponto ao governo ditatorial de Manuel Nunes Viana, foi reconduzido ao posto de superintendente das Minas. O plano de pacificação começou a sair do traçado, contudo, quando foi a vez de aplicá-lo no distrito do Rio das Mortes. Lá, Antônio de Albuquerque encontrou os emboabas em polvorosa. A causa da aflição era um novo rumor que circulava: uma coluna paulista marchava desde São Paulo para dizimar os forasteiros que viviam no Rio das Mortes. A fim de tranquilizar os emboabas, o governador se dispôs a ir a São Paulo para conferir se o boato tinha procedência. Se tivesse, ele prometeu, trataria de dissuadir os paulistas.

Antônio de Albuquerque precisou viajar cerca de 280 quilômetros para perceber que as coisas não seriam tão fáceis como ele pensava.

No caminho para São Paulo, o governador itinerante foi obrigado a parar em Guaratinguetá em razão de uma malária contraída na jornada. Certo dia, quando ainda convalescia, ele presenciou uma milícia paulista entrar na vila em “som de guerra”.<sup>50</sup> Eram mais de 2.000 homens — negros, índios e mamelucos na sua maioria — comandados por um paulista branco de família ilustre: Amador Bueno da Veiga.<sup>51</sup>

Mesmo doente, Antônio de Albuquerque chamou Amador para uma conversa, com o objetivo de demovê-lo do plano de vingança. Deixando claro que falava em nome do rei, o governador repreendeu o paulista e seus homens pelo “excesso” com que se “atreviam” naquela marcha.<sup>52</sup> Em seguida, ordenou que dessem meia-volta e retornassem às suas casas. Amador não se intimidou. Disse ao governador que os paulistas não “deixariam de tomar satisfação da sua afronta”.<sup>53</sup> A coluna iria expulsar os emboabas do Rio das Mortes, explicou ele, porque afinal de contas, pela lei, na condição de descobridores, eram os paulistas os “senhores” daquelas minas.<sup>54</sup> Enquanto a discussão não saía do vou/não vai, cabos paulistas mais exaltados “começaram a falar, pela língua da terra [ou seja, o tupi], que melhor era matar” o governador.<sup>55</sup> Antônio de Albuquerque percebeu a trama — tendo morado no Maranhão dos 12 aos 16 anos de idade, acompanhando o pai, funcionário da Coroa, ele dominava a língua dos índios. Como o impasse não se dissolvia e as juras em tupi continuavam no ar, Antônio de Albuquerque resolveu por bem dar por encerrada a negociação. Assim, Amador e seus homens seguiram adiante para o Rio das Mortes, enquanto o

governador, “bem queixoso e assaz molestado”, tomou o caminho de volta para casa, no Rio de Janeiro.<sup>56</sup>

Antônio de Albuquerque enfim teve seu dia de Lencastre.

O governador não digeriu fácil o desaforo dos paulistas. Antes de retornar à capital, ele mandou um emissário ao Rio das Mortes para prevenir os emboabas do ataque. Tendo recebido ordens para viajar “a toda pressa”, o mensageiro, Estevam Rodrigues, cavalgou dia e noite, trocando de cavalo quando necessário.<sup>57</sup> Chegou a seu destino já tarde da noite, mas ainda a tempo de cumprir a missão.

A confirmação de que os paulistas estavam a caminho se alastrou rapidamente no distrito do Rio das Mortes. Uma parte dos emboabas fugiu enquanto outra começou a preparar a resistência. Essa segunda leva — cerca de 260 brancos e 500 escravos — se entrincheirou no Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. Improvisou um fortim e levou para lá tudo o que pudesse ser útil na batalha (mantimentos, foices, porretes, cerca de 300 armas de fogo e munições).<sup>58</sup> Tendo a serra do Lenheiro à frente e o ribeiro do Lenheiro às costas, os emboabas esperaram os paulistas entocados.

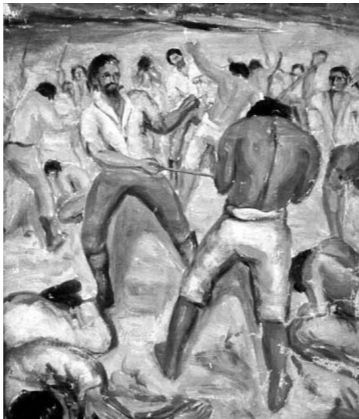
No lado adversário, os homens sob comando de Amador Bueno da Veiga marchavam devagar. A “viagem para as Minas por bem da pátria”, como a milícia se autobatizara, parava a todo momento para arregimentar combatentes. A detença só fazia aumentar o estresse dos emboabas nas barricadas do Arraial Novo. Depois de quase duas semanas encovilados, os “pintos calçados” enviaram um olheiro pela estrada de São Paulo a fim de investigar onde estavam seus inimigos. Com dois dias de caminhada, o espia encontrou a vanguarda paulista, mas não pôde retornar para contar o que tinha visto. Detido, o homem foi desmascarado — uma carta que ele levava o denunciou. Os paulistas não titubearam: assassinaram o espião.

A espera dos emboabas terminou no dia 14 de novembro de 1709, uma quinta-feira. Por volta de duas da tarde, surgiu no alto do morro um cavaleiro com um estandarte encarnado com a figura de São Paulo. Logo atrás, coroando a serra, apareceram Amador Bueno da Veiga e seus 2.000 milicianos. A tropa paulista não era apenas quase três vezes maior que a emboaba. Tinha também mais armas de longo alcance, que poderiam ser decisivas na batalha. Se os combates se estendessem por vários dias — como de fato aconteceu —, o partido dos emboabas teria dificuldade para resistir ao poder de fogo adversário.

Percebendo a desvantagem, os emboabas despacharam mensageiros para os



distritos do Ouro Preto e do Rio das Velhas e também para o Rio de Janeiro com pedidos de reforço aos correligionários que lá viviam. Até a chegada do auxílio, porém, os entrincheirados teriam de se virar sozinhos.



CENA DA GUERRA DOS EMBOABAS (POR NAIR OPROMOLLA)

Os paulistas montaram seu quartel-general numa casa abandonada na parte alta do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. Dali, divididos em dois cordões, desceram os morros. Ao chegarem à praça principal do arraial, já próximo ao fortim emboaba, postaram-se atrás de uma capela e de casas vizinhas, usando-as como escudos. Em vez de ordenar o ataque, Amador Bueno decidiu abrir negociações com os emboabas, mandando o sacerdote Gregório de Souza ao campo inimigo. Já próximo ao fortim, o religioso gritou chamando por seu cunhado — e agora adversário — Ambrósio Caldeira Brant, sargento-mor dos emboabas. Com o aval de seus pares, Caldeira Brant deu alguns passos e pôs-se a dialogar com o cunhado.

A conversa ainda não havia progredido quando foi interrompida por um tiro de pistola, disparado não se sabe se por descuido ou intenção de ferir. Uma

testemunha da cena conta que Caldeira Brant e o religioso se jogaram no chão e, “cosidos com a terra, se recolheram” às suas respectivas trincheiras.<sup>59</sup> Os paulistas aproveitaram a confusão para ganhar terreno: disparando suas armas, avançaram em direção ao fortim. Os emboabas não responderam de imediato. Como a maior parte de suas armas era de curto alcance, eles esperaram os paulistas se aproximar para então mandar chumbo.

Nas hostes bandeirantes, o primeiro a tombar foi o alferes que levava o estandarte encarnado. Vendo o companheiro morto, os paulistas retrocederam, escondendo-se novamente atrás da igreja e das casas adjacentes.

A tarde caiu, veio a noite, e a batalha seguiu na mesma toada: os paulistas atirando de um lado e os emboabas, com menos vigor, respondendo do outro. No dia seguinte, a mesma coisa. Nenhum dos lados se atrevia a empregar manobra mais ousada, preferindo fustigar o inimigo de longe. Mas o partido de São Paulo se dava melhor. Além de estarem em vantagem numérica e possuírem melhor armamento, os paulistas eram atiradores de escol. Para cada baixa que sofriam, provocavam quatro do lado inimigo. Como a passagem estava bloqueada pelos paulistas, os combatentes emboabas tinham de dividir o espaço com cadáveres e moribundos que iam se acumulando no fortim. As condições adversas dos emboabas pioravam hora a hora.

Sabendo da situação precária de seus adversários, os paulistas impuseram uma nova rodada de negociações. Por três vezes, clérigos de São Paulo atravessaram a praça para apresentar uma proposta de acordo ao inimigo: se os emboabas entregassem as armas, os paulistas iriam embora e manteriam “o passado em perpétuo esquecimento”.<sup>60</sup> A oferta, contudo, foi rechaçada pelo negociador dos emboabas, o capitão José Álvares de Oliveira. Como ele próprio contaria quatro décadas depois, os combatentes estavam decididos a lutar até a morte se fosse preciso.

Se os emboabas insistissem naquela “imprudente e pertinaz teima”, o extermínio total era de fato um horizonte possível.<sup>61</sup> A batalha entrara no seu quarto dia e não havia o menor sinal do reforço pedido aos compatriotas do Rio de Janeiro e de outros cantos das Minas. Caso o socorro não chegasse e os combates prosseguissem no ritmo em que vinham, os emboabas não teriam chance. Ou eles tentavam uma manobra para reverter o quadro ou seriam dizimados.

Ainda no quarto dia da luta, os emboabas enfim decidiram não apenas mudar, mas inverter a estratégia de guerra: em vez de resistir, eles partiriam para a ofensiva.

Dois emboabas de “ânimo intrépido”, Francisco Barreto de Faria e Domingos Gonçalves, foram escalados para uma operação arriscada.<sup>62</sup> De madrugada, aproveitando a escuridão, eles deveriam se esgueirar até o campo inimigo com um pequeno grupo de milicianos. Então, colocariam fogo nas casas onde os paulistas se alojavam, forçando-lhes a fuga. Assim que os integrantes do partido de São Paulo saíssem das casas, seriam então alvejados por atiradores posicionados dentro do fortim. Era grande a chance de o intento falhar e os combatentes-incendiários serem mortos. Naquela mesma noite, alguns emboabas haviam tentado sair do fortim e o resultado tinha sido desastroso.

Pouco antes da hora marcada para o início da operação, os chefes emboabas decidiram suspendê-la. Motivo: não se sabia mais se os paulistas continuavam dentro das casas, já que inexplicavelmente eles tinham parado de atirar. Na dúvida, o comando emboaba reviu as ordens: enquanto a situação não ficasse clara, nenhum emboaba sairia do fortim.

Ainda de madrugada, vigias da cidadela emboaba perceberam uma movimentação no alto dos morros. Quando o dia começou a nascer, soube-se por fim o que era: para surpresa dos emboabas, os paulistas batiam em retirada.

Desconfiados de que a fuga não passava de um truque, os emboabas decidiram levar adiante o plano pirômano: a turma de assalto foi enviada à praça e pôs fogo nas casas e na igreja usadas pelos paulistas. Pouco antes de as chamas destruírem a maior parte do arraial, os emboabas tiveram a certeza de que seus inimigos haviam mesmo escapado.

A guerra acabara de um modo inusual: os mais fortes recuaram e os mais fracos, depois de vencerem, arruinaram uma parte daquilo que defendiam.

Por que, estando prestes a vencer a batalha, os paulistas abandonaram a luta? Teriam se amedrontado diante da encarniçada resistência emboaba? Tinham eles alguma deficiência desconhecida pelos adversários? Essas são dúvidas que há três séculos pairam sobre o episódio.<sup>63</sup> Se uma resposta completa não é possível, algumas pistas já foram levantadas. Quando decidiu pela debandada, possivelmente o partido de São Paulo já soubesse que o reforço emboaba estava a caminho — de fato, três dias depois da fuga dos paulistas, o socorro emboaba chegou ao Rio das Mortes. Outra hipótese que poderia explicar o recuo seria uma suposta divisão interna no partido de São Paulo.<sup>64</sup> “Fosse pelo motivo que fosse”, conforme diria mais tarde o capitão José Álvares de Oliveira ao relembrar a batalha, “fugiram os paulistas.”<sup>65</sup>

Nas hostes emboabas, as baixas foram da ordem de 10% dos combatentes — dos 760 homens que entraram em luta, cerca de 80 morreram ou se feriram.<sup>66</sup>

Do lado paulista, as baixas foram bem menores: algo em torno de 2%, ou seja, cerca de 40 dos 2.000 milicianos.<sup>67</sup> Já na contabilidade geral dos dois anos e meio de guerra, os paulistas perderam infinitamente mais: os bandeirantes já não eram os senhores das Minas. Na definição maldosa do capitão José Álvares de Oliveira, depois de anos de “insolência”, os paulistas experimentavam “a queda da soberba”.<sup>68</sup> A verdade se descortinava: os descobridores do Eldorado português haviam tirado grande proveito dele, mas, diferentemente do que imaginavam, não eram os donos daquele tesouro.

## Notas

1. “Atritos e malquerenças” é expressão de J. Capistrano de Abreu. *Capítulos da história colonial*, p. 168.
2. Para a fortuna de Gurgel, André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, pp. 172-3.
3. Para o valor, carta do provedor da Fazenda das Minas, Luís de Almeida Corrêa, de 24 de março de 1708. Adriana Romeiro, “Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, pp. 534-5.
4. A descrição ficou apontada no diário do registro do Rio Grande, de 14 de maio de 1717. Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, p. 209.
5. Seu caráter lendário pode ser visto num documento anônimo de aproximadamente 1750, intitulado “Notícia de Manuel Nunes Viana”. CCM, vol. 1, pp. 294-5.
6. Para o ouro, André João Antonil, *op. cit.*, pp. 172-3. Para os escravos e as armas, inventário de Manuel Nunes Viana, em José Soares de Mello, *Emboabas*, pp. 131-2.
7. “Dissaboreados” é expressão do autor anônimo da “Relação do princípio...”, de aproximadamente 1750. CCM, vol. 1, pp. 194-202.
8. A fama de “matador por ofício” e arruaceiro é atestada pelo emboaba José Álvares de Oliveira. CCM, vol. 1, pp. 231-2.
9. A íntegra do bando está em Jorge Caldeira (org.), *Brasil: a história contada por quem viu*, pp. 213-4.
10. O contrabando praticado por paulistas sob a complacência do então superintendente Borba Gato é sugerido, em 1706, pelo governador-geral, Luís César de Meneses, em relatório enviado a d. Pedro II. “Das Villas...”, *ABN*, vol. 57, 1935, pp. 176-7. Francisco Eduardo de Andrade dissecou a questão em *A invenção das Minas Gerais*, pp. 197-201.
11. Carta de Manuel Nunes Viana de 13 de outubro de 1780. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 229-31.
12. *Idem*, p. 81.
13. Para o armistício, carta de Borba Gato de 29 de novembro de 1708. *Idem*, p. 234.
14. O teatro de guerra, com todas as operações deflagradas, está registrado nos excelentes mapas de Eduardo Canabrava Bareiros, em *Episódios da Guerra dos*

### *Emboabas e sua geografia.*

15. O tamanho da tropa de Viana variou conforme relatos da época transcritos em José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 259 e 261-2. Luiz de Almeida Correia d'Albuquerque fala em 3.000, Manoel de Sousa, em 15 mil, e, por fim, Frei Francisco de Meneses calcula em 30 mil. Este último número é obviamente exagerado, já que, na ocasião, segundo o padre Andreoni, a população das Minas envolvida na mineração era de 30 mil (André João Antonil, *op. cit.*, p. 167). Optou-se aqui, portanto, pelo número conservador (3.000), utilizado também por Ronaldo Vainfas no *Dicionário do Brasil colonial*, p. 372.

16. Para a aclamação, carta de Bento do Amaral Coutinho de 16 de janeiro de 1709, transcrita em José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 237-45, e autor anônimo, “Relação do princípio...”, CCM, vol. 1, pp. 198-9.

17. Para a autoria do crime, carta do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de 16 de fevereiro de 1709. José Soares de Mello, *op. cit.*, p. 254. Para o motivo, Adriana Romeiro, *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, p. 90.

18. Após matar Inácio Gago da Câmara com mais de sessenta facadas, Coutinho saiu fugido do Rio de Janeiro para as Minas do Ouro. O crime está descrito na carta do governador citada na nota anterior. *Idem*, pp. 254-5. O emboaba José Álvares de Oliveira descreveu Coutinho como “homem grave e valeroso, porém, com algum tanto de cruel”. “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, p. 233.

19. Para o número de homens, CCM, vol. 1, p. 233.

20. O emboaba José Álvares de Oliveira descreve o episódio como “ação cruenta”, “tirano massacre” e “ímpia execução” (...). *Idem*, pp. 233-4. O próprio Bento do Amaral Coutinho, em carta ao governador de 16 de janeiro de 1709, sugere que os paulistas estavam desarmados. José Soares de Mello, *op. cit.*, p. 243. O número de mortos é motivo de polêmica entre historiadores. Pesquisas recentes tendem a rejeitar teses antigas que computavam dezenas de vítimas fatais.

21. O Capão da Traição fica em São João del-Rei (MG), mas sua localização exata sempre foi motivo de divergência entre cronistas e historiadores. Um marco oficial aponta o suposto local como sendo a atual praça Senhor do Bom Jesus Matozinhos, no bairro Matozinhos.

22. Para os reflexos da guerra, carta de Domingos Duarte de Carvalho de 23 de janeiro de 1709 e carta de Luiz de Almeida Correia d'Albuquerque de 6 de fevereiro de 1709. *José Soares de Mello*, *op. cit.* pp. 256-61.

23. Em carta ao rei de 14 de fevereiro de 1709, por quatro vezes, Lencastre citou o reflexo da crise na arrecadação da Fazenda Real. *Idem*, pp. 248-54.

24. Termo da junta realizado no Rio de Janeiro em 16 de janeiro de 1709: “Com

esta inquietação e [este] tumulto, tem cessado e está impedido todo o negócio das Minas...” Idem, p. 247.

25. Carta do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de 14 de fevereiro de 1709. Idem, p. 250.

26. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 71.

27. Carta do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de 14 de fevereiro de 1709. Idem, pp. 248-54.

28. Um exemplo da estultice de Lencastre: na comitiva para as Minas, ele levou o desembargador Antonio Luis Peleja alegando que este poderia ajudar nas negociações por ter “conhecimento e trato” com os paulistas. Quando soube do fato, por intermédio do próprio governador, o Conselho Ultramarino estranhou “mui severamente” o gesto. Além de ser figura non grata aos paulistas, o auxiliar escolhido por Lencastre já cumprira pena por “crime gravíssimo”. “Providências do Conselho Ultramarino a respeito da luta dos emboabas” de 12 de agosto de 1709. Idem, pp. 272-9. Segundo Diogo de Vasconcelos, o governador “não primava sobre os mediócrs enviados a governar a América”. *História antiga das Minas Gerais*, vol. 2, p. 64.

29. Carta do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de 14 de fevereiro de 1709. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 248-54.

30. Para as chuvas, idem, p. 250.

31. Para os comerciantes, carta de Domingos Duarte de Carvalho de 23 de janeiro de 1709. Idem, p. 258.

32. A antipatia é relatada por José Álvares de Oliveira, um dos interlocutores de Lencastre no Rio das Mortes, na “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, p. 235.

33. Duas cartas do governador ao rei, de 14 e 16 de fevereiro de 1709, transcritas em José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 248-56, revelam sua visão pró-paulistas.

34. Para “intruso governador” e “régulo”, carta do governador Fernando Martins Mascarenhas de Lencastre de 16 de fevereiro de 1709. Idem, p. 254.

35. Para os relatos unânimes a respeito do medo, Eduardo Canabrava Barreiros, *op. cit.*, p. 96.

36. As nomeações e os bandos são citados em documento do Conselho Ultramarino de 12 de agosto de 1709. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 273 e 276.

37. O primeiro documento da Coroa a acusar a Guerra dos Emboabas, produzido pelo Conselho Ultramarino, data de 3 de agosto de 1709 e tem como fonte de informação duas cartas de moradores do Rio de Janeiro (Domingos Duarte de Carvalho e Luiz de Almeida Correia d’Albuquerque), escritas, respectivamente, a 23 de janeiro e 6 fevereiro do mesmo ano. Deduz-se pela leitura do documento

do conselho que, quando da sua redação, ainda não haviam chegado a Lisboa as duas cartas de Lencastre, de 14 e 16 de fevereiro, em que ele tratava dos tumultos. Cópias integrais do documento do conselho e das cartas estão em José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 248-60 e 268-72.

38. . Idem, pp. 272-9.

39. Idem, *ibidem*, pp. 274-8.

40. “Relação de um morador...”, CCM, vol. 1, p. 207. Adriana Romeiro faz uma análise da cisão emboaba no excelente *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, pp. 292-302.

41. André Gomes Ferreira, “Dou parte do que sei e vi”, CCM, vol. 1, p. 213.

42. Cronistas da época divergem sobre os acompanhantes de Antônio de Albuquerque. Fala-se em “um só escravo” (CCM, vol. 1, p. 207), um capitão, dois soldados, um ajudante e quatro criados (CCM, vol. 1, p. 213), um ajudante, um sargento e três soldados (CCM, vol. 1, p. 235) e, por fim, “doze homens” (CCM, vol. 1, p. 247).

43. “Relação de um morador...”, CCM, vol. 1, p. 207.

44. Em dois relatos da época, lê-se que ele foi “secretamente” (CCM, vol. 1, p. 199) e “sem ser sentido” (CCM, vol. 1, p. 247).

45. Para o horário, “Relação do princípio...”, CCM, vol. 1, pp. 199-200. Para as ruas desertas, “Dou parte do que sei e vi”, CCM, vol. 1, pp. 213.

46. Para o horário, *idem*, p. 214. Para os acompanhantes, Adriana Romeiro, *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, p. 294.

47. Para a mansidão, Adriana Romeiro, *Paulistas e emboabas no coração das Minas*, p. 294. A cólera da corte está expressa em documento do Conselho Ultramarino de 12 de agosto de 1709. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 272-9.

48. Conde de Assumar, governador das Minas entre 1717-21, no seu *Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720*, p. 154.

49. “Providências tomadas pelo Conselho Ultramarino a respeito da luta” de 23 de novembro de 1709. José Soares de Mello, *op. cit.*, pp. 283-4.

50. Para a expressão “som de guerra”, carta do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sem data. Jorge Caldeira (org.), *op. cit.*, pp. 222.

51. Para o efetivo, *idem*, p. 223.

52. *Idem*, p. 222.

53. *Idem*, p. 223.

54. *Idem*.



55. “Notícia do descobrimento das minas do ouro (...)”, CCM, vol. 1, p. 247.
56. Carta do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sem data. Jorge Caldeira (org.), *op. cit.*, p. 224.
57. “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, pp. 227-42. O autor, o emboaba José Álvares de Oliveira, não foi apenas testemunha, mas também uma das figuras principais da resistência ao ataque paulista. A reconstituição do ataque que segue pelos parágrafos seguintes foi feita, em grande parte, com base no relato de José Álvares.
58. Para as armas brancas, *idem*. Para as armas de fogo, “Relação do princípio...”, CCM, vol. 1, pp. 194-202.
59. José Álvares de Oliveira, “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, pp. 227-42.
60. *Idem*.
61. *Idem*.
62. *Idem*.
63. Quatro décadas depois de participar dos combates, José Álvares de Oliveira titubeou em apresentar, na sua “História do distrito do Rio das Mortes...”, uma conclusão definitiva sobre os motivos que levaram os paulistas a fugir. Ao reconstruir o episódio e levantar hipóteses, recheou o texto com termos e expressões como “talvez”, “também poderia ser...”, “fosse pelo motivo que fosse...” etc. CCM, vol. 1, p. 239.
64. Quem desenvolveu a hipótese, com elementos factíveis, em 1752, foi o padre Manuel da Fonseca, citado por Eduardo Canabrava Bareiros, *op. cit.*, pp. 127-8.
65. José Álvares de Oliveira, “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, p. 239.
66. *Idem*.
67. Um cronista anônimo escreveu, por volta de 1750, que os paulistas contaram “vinte e tantos feridos e outros tantos mortos”. “Relação do princípio...”, CCM, vol. 1, p. 201. Como é de se supor que tenha havido mais feridos que mortos, é aceitável presumir que as baixas totais não tenham passado de quarenta.
68. José Álvares de Oliveira, “História do distrito do Rio das Mortes...”, CCM, vol. 1, p. 239.



## Capítulo 9: O grande governador da Ilha dos Lagartos

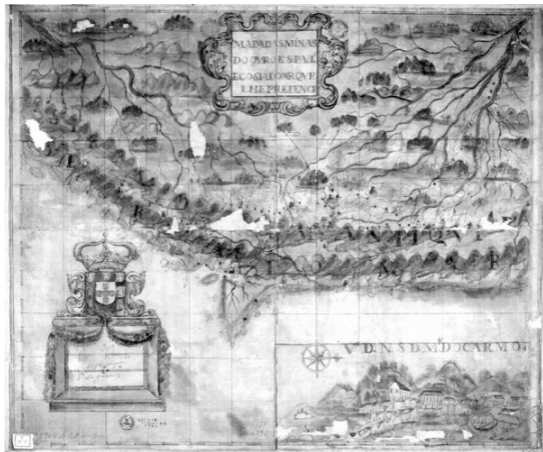
Terminada a guerra, d. João V entendeu o sinal: para que o ouro da colônia jorrasse sobre Lisboa, era preciso que o Estado português pesasse a mão sobre as Minas. Ainda em 1709, o rei começou a fazê-lo.

Naquele ano, uma parte da gigantesca Repartição Sul, com sede no Rio de Janeiro, foi desmembrada e passou a chamar-se Capitania da Coroa de São Paulo e Minas do Ouro.<sup>1</sup> A primeira consequência da medida foi a instalação da administração portuguesa na área das lavras auríferas, tudo aquilo que os paulistas sempre temeram. Apesar de São Paulo — elevada à condição de cidade — ser a sede oficial da capitania, seus três primeiros governadores passaram menos tempo lá do que nas Minas, onde tinham casa, a primeira da região com cobertura de telhas.<sup>2</sup>

Dois anos depois da instalação da capitania, foi criada a primeira vila das Minas. No dia 8 de abril de 1711, um domingo, os moradores do arraial de Nossa Senhora do Carmo foram convocados à praça pelo governador Antônio de Albuquerque (a pedido do rei, depois da Guerra dos Emboabas, ele trocara o posto de governador da Repartição Sul pelo de governador de São Paulo e Minas do Ouro). Diante do povo, Antônio de Albuquerque rebatizou o arraial com o nome de Vila de Nossa Senhora do Carmo. Vereadores e juizes foram eleitos, funcionários administrativos foram escolhidos e, juntos, todos ergueram uma casa com teto de palha para fazer as vezes de Câmara.



DETALHE DE UM MAPA DA  
COMARCA DE SABARÁ DE 1778



MAPA DE 1717 COM OS CAMINHOS PARA AS MINAS,  
COM DESTAQUE PARA A VILA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Terminada a tarefa na primeira vila, o governador itinerante continuou seu périplo pelas Minas levando o Estado português ao sertão. Ainda em 1711, no dia 8 de julho, na região compreendida pelos arraiais e pelas lavras do Ouro Preto, Antônio Dias, Padre Faria e Tripuí, foi fundada Vila Rica. Oito dias depois, o Sabarabuçu foi rebatizado e passou a se chamar Vila de Nossa Senhora da Conceição (em breve, sede da comarca de Sabará).

Junto com o aparato administrativo, d. João V mandou a fatura. Por trás da pomposa comitiva real que criava as vilas estava a velha “fome de ouro” portuguesa. Em 1713, poucos meses depois de tomar posse, o substituto de Antônio de Albuquerque, Brás Baltazar da Silveira, arrancou dos moradores das Minas um acordo extraordinário para el-rei: a partir do ano seguinte, o quinto deixaria de ser calculado com base na produção, tarefa sempre difícil pela

precariedade do aparato fiscal, e seria substituído por uma cota anual de 30 arrobas de ouro, o equivalente a 442 quilos. A cota de 30 arrobas vigorou por quatro anos, sendo diminuída posteriormente para 25 arrobas (368 quilos). Nessa nova mudança, não houve camaradagem por parte do rei. Para compensar o corte na contribuição, a Coroa passou a confiscar das câmaras das vilas o dinheiro arrecadado com as “passagens” (imposto cobrado dos viajantes em estradas e travessias de rios).

A investida fiscal logo apresentou resultados: entre 1714 e 1720, apenas com o quinto, Lisboa faturou 2,8 toneladas de ouro.<sup>3</sup>

Constatando as vantagens de transformar os “sertões incultosos” num pedaço efetivo de Portugal, a Coroa avançou com seu plano.<sup>4</sup> Em 1720, quando as Minas já contavam com oito vilas e impressionantes 250 mil habitantes (200 mil brancos e mestiços e 50 mil escravos), a região foi novamente “promovida”.<sup>5</sup> Depois de se tornar independente em relação ao Rio de Janeiro era a vez de as Minas se separarem de São Paulo. No dia 2 de dezembro daquele ano, a fim de fortalecer ainda mais o aparelho burocrático que gerenciava o Eldorado português, d. João V assinou um alvará criando a primeira divisão administrativa do interior do Brasil. Nascia a capitania de Minas Gerais.

Não foi um parto tranquilo. Como diria o terceiro governador da capitania, conde de Assumar, Minas era “a tumba da paz e o berço da rebelião”.<sup>6</sup>



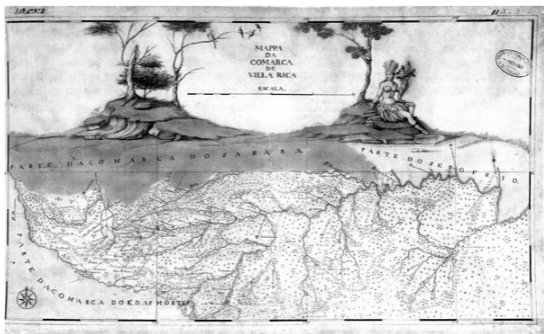
MAPA DA COMARCA DE SABARÁ PRODUZIDO NO SÉCULO XVIII

No mesmo ano de sua elevação à condição de capitania autônoma, Minas foi palco de uma nova revolta. O motivo central era o de sempre: a disputa pelo ouro. Vendo a produção do metal precioso bater recorde ano após ano, a Coroa percebeu que só ela continuava ganhando a mesma quantidade de ouro, já que cobrava o quinto por meio de uma cota fixa. A fim de fazer com que a arrecadação do quinto acompanhasse o aumento na produção, Lisboa anunciou a

volta da coleta de 20% do ouro extraído. E com uma novidade: Minas teria sua própria Casa de Fundição. Ou seja, em vez de recolherem o dinheiro devido ao rei no Rio de Janeiro, onde até então funcionava a Casa de Fundição, os mineradores teriam os fiscais bem próximos deles. A conclusão era óbvia: com os coletores de quintos olhando por cima de seus ombros, seria muito mais difícil girar a roda da sonegação — que, por baixo, andava pela casa dos 20%.<sup>7</sup>

Em Vila Rica, a reação foi violenta. Potentados locais — todos eles portugueses, alguns dos quais antigos líderes emboabas que haviam lutado contra os paulistas — passaram a patrocinar tumultos e motins. O objetivo era um só: forçar a Coroa a suspender a criação da Casa de Fundição das Minas.<sup>8</sup> O clima se deteriorou rapidamente e evoluiu para a violência. De madrugada, com seus cavalos a galope, mascarados armados entravam na vila dando vivas ao povo e morte aos enviados d'el-rei. Numa dessas investidas, arrombaram e saquearam a casa do ouvidor-geral da comarca, Martinho Vieira de Freitas, um homem odiado na região, e o expulsaram das Minas.

Se quisesse evitar que os cofres reais fossem afetados pela possível diminuição do fluxo de ouro, como acontecera no período da Guerra dos Emboabas, Lisboa precisava agir rápido.



MAPA DE VILA RICA DE 1778

O governo das Minas não estava nas mãos de um frouxo como Fernando

Martins Mascarenhas de Lencastre, nem nas de um ladino como Antônio de Albuquerque. A autoridade da hora era o alfacinha linha-dura Pedro Miguel de Almeida Portugal, o conde de Assumar. O governador não gostava do emprego. Aturava-o só porque, sendo parte da nobreza decaída, vivia um período de dificuldades financeiras.<sup>9</sup> O conde detestava do fundo d'alma tudo o que movia e não se movia nas Minas. “Lastimoso e desgraçado país o das Minas”, dizia ele.<sup>10</sup> “Os dias nunca amanhecem serenos, o ar é um nublado perpétuo, tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre”, praguejava o conde. Para o governador, a maldição das Minas eram duas. Seu povo: “homens brutos e facínoras (...), cheios de todo o gênero de maldades, luxúrias, cobiças, dolos, invejas, homicídios, contendas, enganos, malícias e murmurações; (...) execrandos, ignominiosos, soberbos, arrogantes, inventores de todos os males e desobedientes; sem juízo, sem ordem, sem amizade, sem fidelidade e sem compaixão.” Em segundo lugar na lista de infelicidades das Minas, o conde apontava a riqueza metálica escondida debaixo da terra. “O ouro encerra e oculta em si muitas fezes...”, definiu, desta vez com poucas palavras.

A violência do governador não ficava só no discurso, como puderam testemunhar os moradores da região em julho de 1720. No dia 16, escoltado por quarenta dragões (soldados da cavalaria) e 1.500 escravos, ele entrou em Vila Rica e brutalizou. Mandou incendiar as casas dos insurretos, prendeu-os e mandou-os para o Rio de Janeiro, a pé e acorrentados. (Os emboabas enfim eram a caça do dia.) Não satisfeito, o governador condenou à morte, sem julgamento, um dos agitadores: Filipe dos Santos, um português pobre e analfabeto que abandonara a mulher em Lisboa e, nos sertões, ganhava a vida como condutor de bestas. Filipe foi enforcado em praça pública, e seu corpo, arrastado por cavalos pelas ruas de Vila Rica. Por fim, o que sobrou dele foi esquartejado — a cabeça foi pendurada no pelourinho; e os membros, expostos ao longo das estradas.<sup>11</sup>

Por que Filipe foi morto de modo tão bestial se nem mesmo era figura de proa do movimento? É o governador quem responde: para que o “exemplo horroroso” nunca fosse esquecido. Afinal, como também dizia o conde de Assumar, “lá por dentro [das Minas] é como no inferno”.

Enquanto nas Minas o ouro manava e o pau comia, Portugal se transformava. Pela primeira vez na história do Império Português, sobrava dinheiro à Coroa — um fato, aliás, que a corte se esmerava em exibir.

A Europa estava simplesmente perplexa com o tamanho da riqueza ostentada



por Lisboa. Em 1718, ao enviar uma missão diplomática ao Vaticano, d. João V aproveitou a oportunidade para mostrar às embaixadas sediadas em Roma e ao papa — de quem compraria o título de *Rei Fidelíssimo* — que finalmente Portugal era uma nação rica. Sob comando do conde de Galveias (futuro governador de Minas Gerais), a entrada da comitiva na cidade exalou um fausto tão raro que por um bom tempo embaixadores europeus evitaram copiar o gesto pela impossibilidade de competir em luxo com o colega português.<sup>12</sup>

A ideia de que não bastava possuir uma fortuna, mas que era preciso exibi-la, tinha um mentor: d. João V. Filho, neto e bisneto de reis que deviam na praça, d. João V era obcecado em provar, a todo instante e em todos os lugares, que sua condição era diferente. Esforçava-se em imitar o brilho de seu colega francês recém-falecido, Luís XIV, o chamado *Rei Sol*. Se a corte francesa respirava opulência, afetação e grandeza, Lisboa também seria assim. Se a residência de Luís XIV fora o deslumbrante Palácio de Versalhes, com seu trono de prata de dois metros e meio, d. João V mandaria construir em Portugal um palácio à altura.

Sob o patrocínio do ouro do Brasil e a influência de d. João V e de sua esposa austríaca, Maria Ana, a corte de Lisboa se afrancesou. A começar pelo rei, uma vitrine ambulante da riqueza de Portugal. D. João V “vestia-se de Paris”.<sup>13</sup> Gostava de perucas (ora negras, ora loiras, ora alvíssimas) que se elevavam às alturas até cair sobre seus ombros, em cachos. O pulso era escondido em rendas trabalhadas.<sup>14</sup> As sobancelhas, esculpidas. Os lábios, pintados na cor de sangue. Para compor o cenário em que se apresentava, Sua Majestade preferia “mármore raros, metais finos, gemas rebrilhantes, macias sedas de cores vivas, tapetes fofos, coches ornados de esculturas, como palácios de ouro ambulantes”.<sup>15</sup>

De Luís XIV, o monarca português imitava também a aversão pelos assuntos da administração do reino. “Ele odeia o trabalho, ama o fausto e os gastos, e não creio que alguém possa desviá-lo destas inclinações”, escreveu em 1714 o cônsul de Gênova em Lisboa, Pietro Francesco Viganego.<sup>16</sup> Não era exagero. O que d. João V gostava era de futilidades. Numa época em que seu embaixador em Viena estava envolvido em negociações políticas que teriam impacto em toda a Europa, d. João V lhe escreveu a pedir que averiguasse por que a corte daquele país havia proibido carruagens que tivessem mais de quatro rodas.<sup>17</sup>

Para o rei, viver era sinônimo de divertir-se. Se ele visitava os campos de treinamento de seu exército, não era para tratar das guerras que Portugal lutava no Oriente — e quase sempre perdia. “Era para utilizar por um dia a sua

maravilhosa tenda de campanha, palácio portátil.”<sup>18</sup> Por vezes, ao presidir reuniões de seu conselho, enquanto os sábios discutiam assuntos sérios, d. João V se distraía com um presente que ganhara do papa: uma miniatura do Vaticano em madeira.<sup>19</sup>

Um dos programas prediletos do rei era rezar. Carola, ele decorara um imenso repertório de orações e gastava horas a desfiá-las. Não perdia missa; ao contrário, multiplicava-as. Adorava a todos os santos, com especial atenção, quem diria!, para um frade que no século XIII vivera na miséria e pregara a humildade: São Francisco de Assis. No convento de Odivelas, aonde ia com frequência e passava horas sem fim, d. João V tinha um aposento pessoal “cor de fogo”. Não ia somente atrás de Deus. Era madre Paula quem ele buscava...<sup>20</sup>

Por mais que tentasse, contudo, d. João V não conseguia se ombrear com Luís XIV. Um exemplo: o *Rei Sol* não só se deliciava com as peças de Molière — repletas de ironia em relação à nobreza, à burguesia e à plebe ambiciosa —, como cedera ao dramaturgo, por quatorze anos, o palco do Palais-Royal. Já d. João V mandou estrangular e depois queimar em praça pública, em Lisboa, o dramaturgo carioca Antônio José da Silva. Chamado de *O Judeu*, o dramaturgo era “muito mais superficial” que Molière “nas suas sátiras e muito menos ousado na sua crítica social e na reprodução dos vícios do seu tempo”.<sup>21</sup> Ainda assim, incomodava. Acusado de ser “judaizante recidivo”, o verdadeiro crime do dramaturgo carioca era outro: escrever uma comédia rococó que tinha entre os personagens “o grande governador da *Ilha dos Lagartos*”. Sim, a “*Ilha dos Lagartos* — um lugar onde não havia justiça — era Portugal, e seu “grande governador”, d. João V.

A camada de verniz que embalava o requinte da nobreza portuguesa era tênue. Fora dos ambientes fechados da corte, Portugal continuava sendo uma nação desvalida. Em Lisboa, fediam as ruas, tomadas por lixo, mendigos e cães.<sup>22</sup> Em Alfama, na Mouraria e no Bairro Alto, sobreviviam-se precariamente em cubículos de dois cômodos, sem água canalizada ou instalações sanitárias. Poucos na cidade usavam sapatos, e o traje mais comum eram andrajos. Como a corte quase tudo importava do exterior, também não havia emprego. A agricultura estava mais largada que antes, e a indústria, murcha como sempre.

Em maio de 1714, o cônsul de Gênova já previa o futuro de Portugal: sob d. João V, não haveria ouro que bastasse à nação. Naquele mês, Viganego constatou estupefato que faltava dinheiro na praça de Lisboa mesmo tendo chegado 579 quilos de ouro do Brasil poucos dias antes. A situação, dizia o cônsul, era “alarmante”. “(...) Refletindo sobre os estados que possui o rei de Portugal e

sobre o grande comércio que aqui se faz, ele deveria ser um dos mais ricos príncipes da Europa”, escreveu Viganego.<sup>23</sup>

De todos os péssimos reis que Portugal viu surgir com prodigalidade, o “grande governador da *Ilha dos Lagartos*” foi seguramente um dos piores. Recebeu um tesouro e se tornou refém dele.

Depois de conseguir, por quase quatro séculos, defender suas fronteiras e ampliar as terras do reino, Portugal andava para trás. Começava um período de dependência em relação ao Brasil.

O sonho do ouro em breve iria se transformar em vício.

## Notas

1. A área da capitania equivalia aos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.
2. A casa ficava na atual cidade de Mariana (MG). Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, vol. 2, p. 140.
3. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, pp. 71-2.
4. “Sertões incultosos” é expressão de Bento Fernandes Furtado. “Notícias dos primeiros descobridores (...)”, CCM, vol. 1, pp. 170-2.
5. As cinco novas vilas eram: Vila de São João del-Rei (8/12/1713), Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe (29/1/1714), Vila de Pitangui (9/6/1715) e Vila de São José del-Rei (19/1/1718). Para a população, Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 40.
6. Assumar usou a expressão no seu *Discurso histórico...*, p. 59.
7. O índice de sonegação é aventado por dois dos maiores estudiosos do tema, Alexandre de Humboldt e Roberto C. Simonsen, na obra clássica do segundo, *História econômica do Brasil*, pp. 253 e 284.
8. Um dos envolvidos no motim de 1720 era o português Pascoal da Silva Guimarães, que exercera papel importante na Guerra dos Emboabas. Desde sua fazenda na Bahia, Manuel Nunes Viana também trabalhou para desestabilizar a administração das Minas.
9. Para as dificuldades financeiras, ver o estudo crítico de Laura de Mello e Souza em *Discurso histórico...*, pp. 28-30.
10. Esta e as demais citações do conde transcritas entre aspas neste e nos parágrafos seguintes foram retiradas do *Discurso histórico...*, pp. 59-193. O texto foi escrito pelo conde depois que ele deixou o Brasil e, naquela mesma época, publicado anonimamente em Portugal. Deve-se a Laura de Mello e Souza a elucidação definitiva da autoria, conforme seu brilhante estudo crítico que integra o *Discurso histórico...*, pp. 13-56.
11. O fim de Filipe dos Santos é nebuloso. A história oral absorveu o episódio dos cavalos e do esquiteamento. Trabalhos históricos recentes questionam que tenham acontecido, mas ainda não há elementos que componham uma versão alternativa.
12. Mário Domingues, *D. João V*, pp. 132-9.
13. Oliveira Martins, *História de Portugal*, p. 440.
14. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 5-6.
15. Idem, pp. 385-95.

16. Carta de Viganego de 9 de janeiro de 1714. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 121-2.
17. O embaixador era Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, e sua missão, mediar a crise aberta na Europa com a subida de Maria Teresa, rainha da Hungria, ao trono do império alemão. Sobre a questão das carruagens, Mário Domingues, *O marquês de Pombal*, pp. 67-77.
18. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 385-95.
19. Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 442.
20. *Idem*, pp. 441 e 449.
21. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 335-9
22. A descrição de Lisboa à época é de Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 94-7.
23. Carta de Viganego de 5 de maio de 1714. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 230.



## Capítulo 10: Um presente para o rei

D. João V era egoísta, vaidoso, perdulário, mulherengo, obsceno, despótico, intolerante. Muito mais que tudo isso, era um monarca de sorte.

Depois de perder a Guerra dos Emboabas e, por consequência, o controle das lavras por eles descobertas, muitos paulistas abandonaram as Minas do Ouro e voltaram à velha lida: caçar índios, amestrar sertões, descobrir ouro. Em 1718, Sebastião Pinheiro Raposo (neto de Antônio Raposo Tavares) encontrou o metal precioso na região da nascente do rio das Contas, no vale da Tromba, interior da Bahia. A mineração em terras “baienses”, como se dizia na época, continuava proibida, mas Sebastião, um homem de violência extrema, não se assombrou. Meteu oitenta homens na lavra e começou a garimpar. Em pouco tempo, deparou-se com um veio de riqueza excepcional, o que fez com que deslocasse mais cinquenta pessoas de sua comitiva para o trabalho, incluindo mulheres e crianças indígenas.<sup>1</sup> Tendo encontrado grandes pepitas, Sebastião reuniu, segundo consta, 132 quilos de ouro num só dia.<sup>2</sup>

A notícia do novo achado atravessou o Atlântico e chegou aos ouvidos do rei. Animado com as perspectivas de maiores lucros, d. João V liberou a mineração na Bahia. O resultado foi excelente. Além de lucrar com o ouro do rio das Contas, d. João V se fartou com o metal de outras lavras baianas, como Jacobina, Araçuaí e Minas Novas do Fanado.<sup>3</sup> Toda essa região, por suas características geográficas e pela precariedade do aparato estatal, era praticamente imune à fiscalização da Coroa. Ainda assim, num período de doze anos, apenas em Araçuaí e Minas Novas do Fanado, a Coroa recolheu como pagamento do quinto uma média anual de 100 quilos de ouro.<sup>4</sup>

Os achados da Bahia, contudo, eram nada se comparados ao que acontecia do outro lado da colônia.

Em 1718, parecia que a sorte havia abandonado um veterano paulista, de 64 anos, que vagava por longínquos sertões a oeste de São Paulo a prear índios. Pascoal Moreira Cabral Leme estava a cerca de 1.600 quilômetros de Minas Gerais, num lugar que viria a ser, trinta anos depois, a capitania de Mato Grosso. Dos 56 homens brancos que levava em sua comitiva, tinha perdido 16, incluindo um filho. Uma parte de seus escravos havia sido capturada e devorada pelos índios. A viagem já durava dois anos, mas Pascoal — “experto na milícia dos sertões” — não pensava em retornar.<sup>5</sup> Queria continuar caçando coxipones.<sup>6</sup> Ao subir o riacho Coxipó-Mirim, o bandeirante percebeu que o barranco brilhava. Não tendo levado bateias, alavancas, almocafres ou carumbés, ferramentas com que se minerava à época, Pascoal e seus homens não tiveram dúvidas: puseram-se a cavar com as mãos.<sup>7</sup> Logo descobriram que o que luzia era ouro. “Muitos dotes de ouro!”, como o próprio paulista mais tarde escreveria ao rei.<sup>8</sup> O bandeirante decidiu então alargar as pesquisas minerais. Dividiu a comitiva, deixou uma parte dela catando pepitas no Coxipó-Mirim e, com a outra, seguiu adiante. Não andou muito. Num local que depois seria batizado de Forquilha, o bandeirante viu índios enfeitados com botoques de ouro. (Duzentos e vinte e seis anos depois de Cristóvão Colombo ter vivido experiência semelhante ao chegar à América, Pascoal repetia a cena — de certa forma, redimindo Pedro Álvares Cabral, que desejou tê-lo feito na descoberta do Brasil mas não conseguiu.) Pascoal aprisionou os índios, tomou-lhes os enfeites e os fez mostrar onde o metal brotava. Descoberto o local, o bandeirante e seus homens mineraram até o final do dia, quando então se reuniram para dividir o butim e o ouro lavrado. Houve quem ficasse com 360 gramas, e os mais sortudos, com 410 gramas. De noite, os homens de Pascoal fizeram uma festa no acampamento para se despedir da pobreza e dar “uns aos outros os parabéns de suas fortunas”.<sup>9</sup>



CARGA DAS MONÇÕES (POR OSCAR PEREIRA DA SILVA)

No ano seguinte, d. João V recebeu uma carta do Brasil informando dos novos achados de “rica pinta de grandeza de ouro”.<sup>10</sup> Era a vez de o rei celebrar.

Pascoal Moreira Cabral Leme não liderou sozinho por muito tempo a mineração no Mato Grosso. No final de 1722, dois bandeirantes que buscavam ouro por aquelas bandas — o sorocabano Miguel Sutil e seu sócio português, João Francisco, *O Barbado* — mandaram alguns escravos carijós à mata, à procura de mel. Os índios só voltaram à noite, porém não traziam mel, mas sim 23 grãos de ouro que totalizavam cerca de 460 gramas. No raiar do dia, Sutil e *O Barbado* foram ao local onde seus escravos haviam encontrado o ouro. Os felizes sócios então viram que ali o metal precioso brotava à flor da terra. Naquele dia, recolhendo o ouro com as mãos, Sutil juntou pouco mais de 7 quilos, e *O Barbado*, 2 quilos.<sup>11</sup> O lugar foi batizado de Sutil.

Tão logo a notícia circulou na colônia, teve início uma nova fase da corrida do ouro. “Das Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de toda a capitania de São Paulo, abalaram-se muitas gentes [para Mato Grosso], deixando casas, fazendas,



mulheres e filhos...”, relatou um cronista da época, José Barbosa de Sá.<sup>12</sup> O destino era um arraial que nascera junto às lavras, de nome Cuiabá. Em apenas um ano, só de São Paulo saíram cerca de 2.000 pessoas.<sup>13</sup> Ainda nas palavras do cronista, a corrente humana se lançava na nova aventura “como se [os sertões mato-grossenses] fossem a Terra da Promissão [Terra Prometida] ou o Paraíso encoberto em que Deus pôs nossos primeiros pais”.<sup>14</sup>

Para chegar ao “Paraíso encoberto”, contudo, era preciso antes enfrentar o inferno.<sup>15</sup> O caminho de São Paulo a Cuiabá pelas “estradas móveis” — rios traiçoeiros que se interligavam por quase todo o trajeto — fazia as primeiras jornadas dos paulistas ao Sabarabuçu parecerem um passeio.<sup>16</sup> Enquanto o sobe-e-desce até as montanhas mineiras durava, no início, dois meses, a viagem a Cuiabá, nos primeiros tempos da corrida mato-grossense, demorava sete meses.<sup>17</sup> (Sete meses era o tempo que se levava para ir de Lisboa a Goa, nas Índias, passando pelo Cabo da Boa Esperança.<sup>18</sup>) A demora tinha um porquê: as monções, como ficariam conhecidas as expedições de São Paulo a Mato Grosso, passavam por uma prova de obstáculos e resistência. Da capital paulista, seguia-se a pé por aproximadamente 120 quilômetros até Araritaguba, próximo a Itu, onde um porto dava acesso ao caudaloso rio Tietê. Ali, os viajantes embarcavam em canoas que, além da carga, levavam até dez pessoas, incluindo piloto, contrapiloto, proeiro e cinco remadores. Depois de deslizar mais de 900 quilômetros pelas águas do Tietê, os aventureiros eram obrigados a buscar outros rios. Primeiro, o Paraná (180 quilômetros rio abaixo), depois o Pardo (460 quilômetros contra a correnteza), Camapoã (100 quilômetros), Coxim (250 quilômetros de “fúnebre e horrorosa viagem”), Taquari (560 quilômetros de águas de “muita violência”), Paraguai (240 quilômetros), Porrudos (150 quilômetros) e, finalmente, o rio Cuiabá (400 quilômetros, novamente contra a correnteza).<sup>19</sup> Ao todo, a “via dolorosa” tinha cerca de 3.500 quilômetros.<sup>20</sup> Por ela, nos primeiros anos da corrida, passaram comboios de até trezentas canoas, levando três mil pessoas.<sup>21</sup>

Viajando praticamente às cegas, as primeiras monções foram um laboratório funesto. Um ano especialmente ruim foi o de 1720, quando ninguém conseguiu chegar a Cuiabá. Em um dos comboios, a morte levou todos os integrantes. Quem vinha atrás encontrou os corpos dos companheiros estirados nos barrancos dos rios ou crispados nas redes de dormir.

Dentro d’água, os perigos eram incontáveis. Feitas de cascas de árvore ou, posteriormente, de troncos escavados, as canoas com frequência se arrebetavam em pedras, viravam nas corredeiras ou eram sugadas por

redemoinhos. As cachoeiras (mais de cem) eram outra temida barreira natural.<sup>22</sup> As de menor risco eram enfrentadas com as canoas amarradas. Já as quedas maiores, quando conhecidas, eram evitadas, mas nesse caso era preciso tomar variantes por terra levando as canoas às costas. O choque com troncos ou mesmo árvores inteiras que flutuavam nos rios podia destruir a canoa, arremessar carga e homens n'água ou ainda lançar dentro da embarcação ninhadas inteiras de aranhas, vespas, marimbondos, formigas, carrapatos ou vermes.



CARGA DA CAVALARIA GUAICURUS (POR DEBRET)

Grandes ou pequenos, os animais eram inimigos onipresentes. Pelo ar, além dos já citados, vinham pernilongos, muriçocas e borrachudos. Dentro d'água, cardumes de piranhas, arraiais de um metro e grandes jacarés. Em terra, onças e cobras causavam pavor. Havia também as pragas, que arrasavam as poucas plantações que vingavam pelos caminhos. “O milho que se plantava na terra, antes de nascer, o comiam os ratos; depois de nascido, o que escapava dos ratos, o destruíam os gafanhotos, e o que chegava a espigar (...) e granava, o comiam os pássaros”, relatou em 1769, com tintas egípcias, José Barbosa de Sá.<sup>23</sup> Além de atacarem a plantação, os ratos devoravam os mantimentos. Eram tantos e tão devastadores que, para livrar-se deles, houve quem comprasse um casal de gatos

por 460 gramas de ouro.<sup>24</sup> O investimento se justificava. Não só porque as primeiras crias desses bichanos foram vendidas, cada uma, a 82 gramas de ouro, mas sobretudo porque a defesa dos viveres significava muitas vezes a diferença entre morrer e viver no dia seguinte.<sup>25</sup> A exemplo do que ocorrera em Minas Gerais, a escassez de alimentos e a fome marcaram os primeiros anos da fase mato-grossense da corrida do ouro. Só em 1723, chegaram a Cuiabá os primeiros porcos e galinhas.<sup>26</sup> O gado foi levado depois.

A viagem e a permanência em Cuiabá também eram dificultadas pelo ambiente insalubre. Causadas por picadas de insetos ou ingestão de água contaminada, sobretudo a do rio Paraná, doenças “malignas” (ou seja, tifo) e “maleitas” (malária) deixavam os homens com “pernas e barrigas inchadas e as cores de defunto”.<sup>27</sup> No arraial de Mato Grosso, a febre matou tanto numa ocasião que se enterravam diariamente doze corpos ou mais.<sup>28</sup>

Chuva na cabeça, sol na nuca, pestes, fome, feras... Nada disso era mais assustador do que um encontro com os guaicurus e os paiaguás, índios guerreiros por excelência. Calcula-se que só os guaicurus — exímios cavaleiros — tenham matado cerca de 4.000 pessoas no trajeto das monções.<sup>29</sup> Os paiaguás — habilidosos canoeiros — não eram menos perigosos: em apenas duas investidas, ceifaram mais de 700 vidas. Pelo que se deduz dos relatos da época, o trauma deixado por esse povo indígena foi maior.

Até 1725, os paiaguás eram desconhecidos dos brancos. Naquele ano, contudo, apareceram de forma espetacular ao atacar um comboio na região do rio Paraguai, no Pantanal Mato-Grossense. Dos 600 integrantes da expedição, salvaram-se apenas dois.<sup>30</sup> Na década seguinte, as investidas dos paiaguás não saltaram um ano sequer, sempre da mesma maneira. Escondidos na mata e nas margens dos rios, com os corpos inteiramente pintados e as cabeças enfeitadas com penas, eles acompanhavam os comboios, sem serem notados. Assim que suas vítimas alcançavam um ponto propício para o ataque, centenas de índios se punham na água com suas velozes canoas, de três a quatro lugares, e investiam contra as monções. Ao som de berros horripilantes, lançavam flechas e azagaias e desferiam golpes de porrete. Quando porventura havia reação com disparo de armas de fogo, os paiaguás inclinavam suas canoas, fazendo-as de escudo. Os selvagens sabiam que, de quando em quando, seus inimigos eram obrigados a carregar suas pistolas ou arcabuzes, e era nesse momento que os paiaguás endireitavam as embarcações e desferiam nova saraivada de flechas e azagaias. Para desnortear seus oponentes, os índios tinham outro recurso: afundar as próprias canoas, enchendo-as de água, para logo em seguida fazê-las emergir

novamente noutro ponto do rio.

Em 1730, um ataque dos paiaгуás causou prejuízos à bolsa de d. João V. Em junho daquele ano, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, ouvidor de Cuiabá, recebeu a missão de levar do Mato Grosso para São Paulo 884 quilos de ouro para serem quintados.<sup>31</sup> Como a fama dos paiaгуás era grande, a comitiva, de 400 integrantes, vinha bem armada, com canoas municiadas na frente e na retaguarda — armas que de pouco serviram na chacina promovida pelos paiaгуás naquele dia.

O ataque seguiu o padrão. Primeiro, ouviram-se os berros. Em seguida, de um sangradouro do rio Paraguai, surgiram cerca de 300 índios, divididos em oitenta canoas. Eram 9 horas da manhã.<sup>32</sup> A primeira reação de muitos escravos índios que compunham a monção foi se atirar na água e tentar fugir a nado. Os paiaгуás, contudo, os interceptavam facilmente, matando-os quase todos.

O rio, antes cristalino, turvou-se de púrpura. Muitos homens do comboio, entrincheirados numa das margens, ainda resistiam, mas era uma luta insana. Mesmo sabendo que provavelmente seriam mortos, os selvagens se atiravam na frente dos brancos com o objetivo de fazê-los descarregar suas armas e gastar munição. A cada paiaгуá que tombava, vinha outro atrás, e mais outro, e mais outro... Os tiros foram ficando mais dispersos. Às 2 horas da tarde, depois de cinco horas de luta, a pólvora e a munição estavam no fim. Os índios, contudo, pareciam já estar satisfeitos com o estrago. Formaram então duas linhas com suas canoas e se retiraram da cena de guerra. Logo depois, uma chuva compacta caiu sobre mortos e vivos.

Aos poucos, os sobreviventes foram se reencontrando. Por inevitável, deu-se então a funesta contabilidade da batalha. O corpo do ouvidor, vestido apenas com calções e botas, foi um dos primeiros a ser encontrado. Acabou sepultado num pântano, assim como os 106 corpos localizados.<sup>33</sup>

Além de raptarem uma portuguesinha, os selvagens levaram canoas, armas e roupas dos integrantes da monção. Também recolheram ao menos parte dos 884 quilos de ouro que eram conduzidos pelo ouvidor. Mais tarde, o metal precioso foi escambado pelos paiaгуás com seus parceiros brancos que viviam às margens do rio Paraguai, os espanhóis da cidade de Assunción. Negociaram mal os índios. O metal roubado foi trocado por produtos que valiam um quinto do ouro — a uma certa dona Quitéria Barhy, deram 2,7 quilos de ouro por um prato de estanho.<sup>34</sup>

De maneira tosca, os índios se rendiam à cobiça.

Posteriormente, expedições de revanche enviadas ao pantanal causaram

estragos nas hostes paiaguás, mas não detiveram os selvagens. Os ataques dos índios nadadores só começaram a declinar em 1735. Os paiaguás, contudo, nunca foram vencidos pelo homem branco — eles só cairiam sob o jugo de outra nação indígena, os guaicurus, seus antigos aliados, com quem passaram a guerrear na segunda metade do século XVIII.

Depois de extinguir os paiaguás, os guaicurus começaram a sofrer seu próprio processo de decadência. À medida que a corrida do ouro avançou sobre o Mato Grosso, a população guaicuru diminuiu. Até que por fim, com a colonização da região, os índios-cavaleiros foram dizimados por completo.

D. João V perdeu o ouro da monção do ouvidor Lanhas Peixoto (a comissão da Coroa teria ficado entre 106 e 177 quilos, dependendo do critério adotado no momento da quintagem).<sup>35</sup> Mas ainda assim não se pode dizer que tenha ficado no prejuízo.

Na segunda metade da década de 1730, depois de praticamente esgotar o ouro de aluvião da região de Cuiabá, os mineradores voltaram a tomar o rumo do oeste. Andaram cerca de 500 quilômetros até encontrar grandes depósitos de ouro no rio Guaporé e nos ribeirões Santana e Brumado, local onde surgiria o arraial de Mato Grosso. Seguindo mais adiante, em 1745, ocuparam lavras no rio Corumbiara, no atual estado de Rondônia, a uma distância de 4.400 quilômetros de São Paulo e 5.000 quilômetros de Vila Rica, em Minas.

De início, a Coroa recebeu comissões desprezíveis de ouro, mas rapidamente o volume foi aumentando. Em 1721, o governador da capitania de São Paulo, Rodrigo Cezar de Meneses, também responsável pelo território mato-grossense, enviou a Lisboa cerca de meio quilo do metal referente aos quintos recolhidos de forma espontânea por um minerador de Cuiabá.<sup>36</sup> Em 1727, a mesma autoridade remeteu ao rei 156 quilos de ouro cuiabano — ou seja, em apenas seis anos, um aumento de 31.100%.<sup>37</sup>

Não há dados exatos que indiquem quanto a Coroa e os aventureiros lucraram com as lavras mato-grossenses e rondonienses, mas é possível imaginar que foi muito. Calcula-se que, só no reinado de d. João V, as minas da região tenham produzido 29 toneladas de ouro, peso equivalente ao de sete elefantes adultos.

Em 1725, enquanto fervia a corrida do ouro no Mato Grosso, chegavam a São Paulo notícias de novos achados em outro canto da colônia.

Depois de três anos e meio enfurnado no sertão, quando já era dado como

morto, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva reapareceu. Contou que estivera perambulando pelos desertos de Goiás, na mesma região onde, 43 anos antes, se aventurara com seu pai, o lendário *Anhanguera* (“diabo velho”), a caçar índios e a procurar minas de ouro. Com relação ao ouro, dessa vez Bueno da Silva encontrou o que buscava, como provavam os 28 quilos do metal precioso que trazia nos embornais.

Já desfrutando da riqueza metálica de Minas Gerais, da Bahia e da região Mato Grosso/Rondônia, Portugal ganhava seu quarto Eldorado na América.

Goiás tinha duas grandes vantagens em relação ao Mato Grosso. Primeiro, o acesso era mais fácil. Segundo, o cerrado goiano era bem menos insalubre que os pântanos sul-mato-grossenses, o que facilitava as jornadas e a fixação dos aventureiros. Assim, foi intenso o *rush* no novo centro aurífero da colônia. Apesar dos entraves costumeiros (escassez de alimentos, fome, violência e índios bravios — dessa vez, os caiapós), em pouco tempo a região central da colônia já não era mais um vazio. Em sete anos, surgiram pelo menos oito arraiais.<sup>38</sup> Nos cinco anos seguintes, mais cinco.<sup>39</sup>

Diferentemente do que ocorrera em Minas Gerais, na Bahia e no Mato Grosso, os achados auríferos de Goiás estavam espalhados por uma extensa área, o que favorecia o povoamento. Em 1737, quase todo o sul de Goiás já estava habitado. Subindo rumo ao norte, os aventureiros extrapolaram as atuais fronteiras de Goiás e começaram o desbravar o atual estado do Tocantins, onde fundaram os povoados de Arraiais e Natividade. Só em Natividade, a mineração chegou a empregar mais de 40 mil escravos.<sup>40</sup>

Do outro lado do Atlântico, o rei acompanhava a evolução da empreitada por meio das remessas de ouro que lhe eram enviadas. Em 1730, a Coroa recebeu 29 quilos do metal precioso, referentes aos quintos goianos e tocantinenses. Nos anos seguintes, o tributo arrecadado na região aumentou de forma exponencial: 312 quilos (1735), 431 quilos (1741), até o pico de 608 quilos (1753).<sup>41</sup>

Um presente especial foi mandado a d. João V em março de 1734: uma pepita de 20 quilos encontrada em Goiás.<sup>42</sup> (Sim, era o torrão que, 142 anos depois, d. Luís I, pentaneto de d. João V, encontraria por acaso nos cofres reais durante uma vistoria!) A pepita havia sido encontrada, menos de dois anos antes, num lugar de natureza fantástica. Chamava-se Água Quente. A lavra ficava próxima a um lago profundo de água quente (daí o nome), salobra e levemente enxofrada.<sup>43</sup> Próximo dali, havia uma cachoeira abismal, conhecida como Machadinho.<sup>44</sup> O descobridor do torrão, um paulista de Parnaíba, de nome Amaro Leite Moreira, não pôde ficar com ele.<sup>45</sup> Como apareceu um suposto

dono do terreno a pleitear o direito sobre a pepita, o caso foi parar na incipiente Justiça goiana. Foi um processo rumoroso e, ao final, o veredicto foi polêmico: o torrão — um dos maiores extraídos no Brasil no século XVIII — não ficaria com o homem que o encontrou nem com o suposto dono do terreno. Seria enviado de presente a d. João V.<sup>46</sup>

De Goiás, a pedra desceu a São Paulo e depois subiu à Bahia, onde por fim foi embarcada para Lisboa.<sup>47</sup> Não se sabe se d. João V gostou do torrão tanto quanto seu pentaneto o faria um século e meio depois. Pelo menos o rei evitou transformar a pepita em dinheiro ou joias, como era de seu costume.

A pepita teve a sorte de sobreviver intacta; seu descobridor, nem tanto. Depois de perder o torrão, Amaro Leite Moreira deixou Goiás e, perseguindo rumores de minas riquíssimas, foi parar no Mato Grosso. Lá, fundou um arraial e continuou a minerar, mas sua cota de sorte havia acabado. Amaro passou mais tempo combatendo os índios araés do que trabalhando em sua lavra. Quando morreu, por volta de 1770, era um homem pobre.<sup>48</sup>

O local onde o torrão foi encontrado também teve uma vida curta, além de conturbada. Outras grandes pepitas foram encontradas em Água Quente, de 2,7 e 4,6 quilos, fazendo com que a fama da região corresse a colônia. Em pouco tempo, havia 16 mil homens trabalhando nas lavras de Água Quente, mas a euforia não durou. Em razão da insalubridade da região, do mesmo jeito que apareceu, a turba foi-se embora.<sup>49</sup>

## Notas

1. Carta de Miguel Pereira da Costa ao vice-rei, conde de Sabugosa. Francisco de Assis C. Franco, *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*, pp. 333-4.
2. Ainda que ignorada por alguns autores, a versão foi assimilada por Roberto C. Simonsen (*História econômica do Brasil*, p. 282) e Virgílio Noya Pinto (*O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 81).
3. A partir de 1757, os dois últimos passaram a fazer parte de MG.
4. Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*, vol. 6, p. 100.
5. “Experto...” é expressão usada por José Barbosa de Sá na sua “Relação das povoações do Cuiabá...”. Escrito em 1769, o texto é ainda hoje a principal fonte de informação sobre os primórdios da mineração mato-grossense.
6. Povo indígena já extinto que habitava a região do rio Cuiabá (MT).
7. Almocafre é uma pequena enxada de ponta. Carumbé era uma caixa de madeira sem tampa que os escravos equilibravam na cabeça para transportar material, sobretudo cascalho.
8. Carta de Pascoal Moreira Cabral Leme a d. João V de 15 de julho de 1722. Francisco de Assis C. Franco, *op. cit.*, pp. 219-20.
9. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, pp. 5-58.
10. Carta do conde de Assumar de 3 de abril de 1719. Affonso de E. Taunay, *História das bandeiras paulistas*, vol. 1, p. 307.
11. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, pp. 5-58.
12. Idem.
13. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 2, p. 25.
14. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, pp. 5-58.
15. Um cronista anônimo da época afirmou que os rios pelos quais se viajava de São Paulo a Cuiabá eram comparáveis aos “do inferno”. “Notícia 8ª prática”, Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 3, p. 173.
16. “Estradas móveis” é expressão de Sérgio Buarque de Holanda, em *Monções*.
17. Para o tempo da jornada a Minas Gerais, André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, pp. 181-2. Para o de Cuiabá, Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, p. 269.
18. A comparação é de Charles R. Boxer. Idem, p. 274.
19. Distâncias calculadas, em léguas, por Francisco José Lacerda e Almeida



(Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 2, p. 139) e convertidas por mim em quilômetros. Os comentários entre aspas são do cronista anônimo da “Notícia 8ª prática”, transcrita por Taunay. *Idem*, vol. 3, pp. 173-94.

20. “Via dolorosa” é expressão de Affonso de E. Taunay. *Idem*, vol. 2, p. 111.

21. Em 1726, o governador Rodrigo Cezar de Menezes comandou pessoalmente uma monção com trezentas canoas e três mil passageiros. Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 277.

22. Para as cachoeiras, Francisco José Lacerda e Almeida, citado por Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 2, p. 139.

23. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, p. 15.

24. *Idem*, p. 16.

25. Para as crias, *idem*.

26. *Idem*, p. 13.

27. *Idem*.

28. O fato ocorreu em 1737. *Idem*, p. 37.

29. Sérgio Buarque de Holanda, *Monções*, p. 167.

30. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, p. 15.

31. Para a quantidade de ouro, José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, p. 26. Outros dois cronistas do episódio, João Antônio Cabral Camelo e Domingos Lourenço de Araújo, citam volumes menores: 162 e 295 quilos, respectivamente. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 3, pp. 137-48. Acompanhando autores como Sérgio Buarque de Holanda, Virgílio Noya Pinto e Charles R. Boxer, optou-se aqui pelo relato de Barbosa de Sá.

32. A principal fonte do ataque é o relato de um dos sobreviventes, João Antônio Cabral Camelo. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 3, pp. 137-43.

33. Para o número de mortos, João Antônio Cabral Camelo, *idem*. José Barbosa de Sá apresenta um número diferente: 12 sobreviventes entre os cerca de 600 membros da monção. Nesse caso, optei pela conta do cronista que participou da contagem dos corpos.

34. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 2, p. 75.

35. O percentual do quinto tanto poderia ter sido 20%, como regia a norma à época, quanto 12%, porcentagem estabelecida pelo governador de Minas Gerais, d. Lourenço de Almeida, por conta própria, sem consulta à Coroa, a partir de 25 de maio de 1730.

36. Affonso de E. Taunay, *op. cit.*, vol. 2, p. 25.

37. *Idem*, p. 59. Ao converter arrobas e oitavas em quilos, Taunay se equivocou nos cálculos, aumentando em 28 quilos a quantidade de ouro.

38. Barra, Minas de Nossa Senhora de Santana (depois, Vila Boa de Goiás), Ouro Fino, Ferreiro, Anta, Santa Cruz, Guarinos e Meia Ponte.
39. Natividade, Crixás, Traíras, São José do Tocantins e São Félix.
40. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 108.
41. Idem, pp. 109-10.
42. Carta do cônsul francês em Lisboa, De Montagnac, de 16 de março de 1734. Idem, pp. 156-7.
43. Sobre a lagoa, Luiz Antônio da Silva e Sousa. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”, pp. 429-510.
44. “Infalivelmente se abisma tudo aquilo que nele [Machadinho] caiu”, escreveu Raimundo José da Cunha Matos na sua “Corografia histórica da província de Goiás”, p. 266.
45. O descobridor foi identificado por José Martins Pereira de Alencastre, “Anais da província de Goiás”, p. 71.
46. O pleito e a oferta ao rei foram registrados pelo cônego Luiz Antônio da Silva e Sousa, que viveu na região a partir da década de 1780 e chegou a governador de Goiás, na sua “Memória sobre o descobrimento...”, p. 488. A oferta também foi relatada, no século XIX, pelo historiador e posteriormente presidente da província de Goiás José Martins Pereira de Alencastre (*op. cit.*, p. 71). Wilhelm Ludwig von Eschwege (*op. cit.*, pp. 65 e 213), que no início do século XIX ocupou o posto de diretor-geral das Minas do Ouro do Brasil, atestou que, “por ser muito rara”, a pepita de Água Quente foi incorporada aos tesouros reais de Portugal. Em setembro de 1807, no Gabinete de Mineralogia de Lisboa, Eschwege constatou que a “grande pepita” fazia parte de “uma lista dos principais espécimes da coleção”. A hipótese de que o torrão seja um dos maiores encontrados no Brasil no século XVIII é levantada, entre outros, pelo historiador Afonso de E. Taunay, que estudou o tema por mais de quarenta anos. *História geral das bandeiras paulistas*, vol. 11, pp. 140-1. Não há registro de outro torrão de ouro de 20 quilos doado à Coroa portuguesa no século XVIII, assim como, no acervo dos tesouros reais de Portugal, existe um único registro de pepita com esse peso extraída no Brasil (*Tesouros reais*, p. 34). Conclui-se portanto que se trata da mesma pedra.
47. Carta do cônsul De Montagnac de 16 de março de 1734. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 156-7.
48. Carta de Luís Pinto de Sousa de 4 de maio de 1769. Francisco de Assis C. Franco, *op. cit.*, p. 263.
49. Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, pp. 338-9.



## Capítulo 11: Matéria e bizzarria

A corrida do ouro foi marcada por uma prática, quase um ritual. Acontecia desde o momento em que o metal brotava nos ribeiros até a hora em que parte dele era recolhida aos cofres reais, em Lisboa. E quase todos a adotavam, do escravo mais sacrificado ao paulista mais rico, do contrabandista mais procurado ao governador mais poderoso: enganar a Coroa era o negócio predileto de boa parte dos que lidavam com o ouro.

É impossível calcular o volume do metal precioso que foi sonegado ou contrabandeado no século XVIII, mas certamente se trata de uma quantidade imensa. Um único caso ilustra o fenômeno. Pouco antes do Natal de 1731, aportou no Tejo uma frota com 14 navios, vinda do Rio de Janeiro. Trazia uma fortuna em ouro: para o rei, 3,9 toneladas, e para particulares, 12,7 toneladas. A rigor, o quinto referente àquele carregamento já tinha sido recolhido, mas nos gabinetes reais pairava a desconfiança de que a Coroa estava sendo roubada. Para tirar o assunto a limpo, determinou-se então a abertura de todas as cartas que vinham no correio da frota. Ao lerem as missivas, funcionários da Coroa descobriram que só naquela frota o contrabando de ouro superava 250 quilos. Os infratores, contudo, não foram punidos — el-rei se contentou com o pagamento do imposto devido.<sup>1</sup>

A batida teve um impacto tão grande que, três meses depois, quando uma frota baiana chegou a Lisboa, seus passageiros espontaneamente confessaram a posse de 2,3 toneladas de ouro sobre as quais não haviam recolhido o quinto.<sup>2</sup>

A todo momento o rei era enganado, mas não só ele. Para tapear o patrão, enganar o sócio, iludir o ouvidor, driblar o governador e, todos juntos, roubarem do rei, valia tudo: esconder grãos no cabelo encrespado, ocultar saquinhos com pó de ouro no rabo dos bois, encafiar pepitas dentro das selas dos cavalos ou nos fardos de algodão...<sup>3</sup> A lista era infinita. Não havia ameaça de prisão, controle de estradas, confisco de bens ou deportação para a África que desse jeito na sonegação. A desfaçatez chegou ao cúmulo em 1727. Naquele ano, três caixas

com 51 quilos de ouro do quinto recolhido no Mato Grosso foram enviadas a Portugal. Lacrada com selos reais, a carga foi vigiada durante todo o percurso, de Cuiabá a Lisboa, passando por São Paulo e pelo Rio de Janeiro. Mesmo assim, em princípios de 1728, quando os caixotes foram abertos no Paço Real, na presença do rei e de nobres da corte, não havia ouro, mas sim chumbo de caça. Quem teria sido o ladrão? O provedor de Cuiabá, Jacinto Barbosa Lopes? O provedor de São Paulo, Sebastião Fernandes do Rego? Ou o próprio governador de São Paulo, Rodrigo Cezar de Meneses, responsável pela operação? Aberta uma devassa, a culpa recaiu sobre Fernandes do Rego, que de resto era um vigarista. É muito provável, entretanto, que ele não tenha agido sozinho. Uma versão do caso foi contada em 1769 pelo escritor José Barbosa de Sá: “Quem fez a versão do ouro em chumbo não foi a mão humana, mas sim a Divina Justiça.”<sup>4</sup> O motivo? Segundo Barbosa de Sá, ninguém aguentava mais pagar os quintos.

Mesmo quando o tributo era religiosamente pago, nem sempre o ouro chegava às mãos do rei. Na travessia do Atlântico, era preciso vencer piratas, tempestades e a falta de segurança dos navios. Em 1726, uma nau de guerra de d. João V, a *Santa Rosa*, carregada de ouro e pólvora, explodiu quando fazia o trecho Recife-Lisboa. Dos 600 tripulantes e soldados, salvaram-se oito, agarrados a um mastro. Perderam-se as 5,7 toneladas de ouro que o navio trazia para o rei e particulares.<sup>5</sup>

Os prejuízos eram constantes e enormes. E as fraudes, desconhecidas. Ainda assim, muito ouro entrava nos cofres reais.



### CONTABILIDADE DO OURO, DE 1756

Nos seus 43 anos de reinado, uma avalanche de ouro caiu sobre d. João V. A França acompanhou com interesse a escalada financeira do soberano português. Por intermédio de espíões plantados nos gabinetes da corte e nas vielas de Belém, o cônsul francês em Lisboa, De Montagnac, vigiava cada frota que chegava do Brasil.<sup>6</sup> Em cartas cifradas enviadas à França, em que palavras eram substituídas por números (821 = ouro; 840 = segredo, 548 = Minas), ele informava a Luís XV sobre a crescente prosperidade da Coroa portuguesa.<sup>7</sup> Praticamente todas as cartas desse período fazem menção a fartos carregamentos de ouro. Expressões como “fortuna imensa” e “fortuna jamais esperada” eram empregadas com constância. No dia 2 de junho de 1722, ao comunicar a chegada de uma frota com “riquezas surpreendentes”, De Montagnac anotou com seu bico de pena: “A mesma pessoa [que forneceu a informação] me assegurou que (...) se ela não tivesse visto a relação [da carga da frota] nas mãos do rei (...) não teria jamais acreditado.”<sup>8</sup>

A evolução das remessas para a Coroa era de fato assombrosa. Em apenas 28

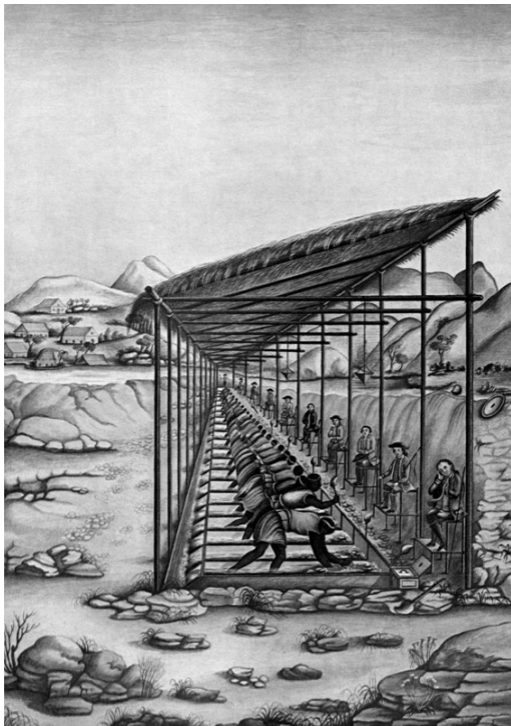
anos, houve um salto de 5.767%, com os despachos aumentando de 196 quilos (1713) para 946 quilos (1720), 3,4 toneladas (1725), 4,2 toneladas (1731), até o pico de 11,5 toneladas (1741).<sup>9</sup>

D. João V não poderia ser um rei mais feliz. Goiás, Mato Grosso, Bahia e, acima de tudo, Minas Gerais (com duas novas áreas de mineração, Pitangui e Paracatu) produziam freneticamente. Em 1745, a produção anual de ouro no Brasil já beirava 15 toneladas.<sup>10</sup>

E o metal amarelo não era a única alegria do rei na colônia. Sua sorte viera em dobro.

Milhões de anos antes de Pedro Álvares Cabral chegar a Porto Seguro, o território da futura colônia do Brasil fora afetado por um fenômeno geológico de grandes proporções. As profundezas da Terra foram tomadas por uma onda de calor brutal, e o miolo do planeta ferveu. Quando a temperatura atingiu 3.815° C, porções de carbono enterradas no solo sofreram mutações espetaculares. Então, da massa vulcânica ardente desprenderam-se cristais transparentes de tom amarelado, esverdeado, rosa e branco leitoso. Com o tempo, devido à pressão no interior da Terra, essas pedras foram expulsas para camadas próximas à superfície e algumas chegaram a romper o solo. Assim brotaram os diamantes no Brasil.<sup>11</sup>

A América Portuguesa estava entre as nove províncias gemológicas do mundo, o que vale dizer que seu solo era impregnado de pedras preciosas, sobretudo a mais valiosa delas, o diamante. Até a década de 1720, na colônia e na metrópole, quase ninguém sabia disso, e por um detalhe: somente na Índia extraíam-se diamantes; não se cogitava que as gemas existissem também na América. Mas havia, e em quantidades jamais vistas.



LAVAGEM DE DIAMANTE NO SERRO DO FRIO EM PINTURA DE  
APROXIMADAMENTE 1770 (POR CARLOS JULIÃO)

Catando ouro, os garimpeiros do arraial do Tejuco, bem como os de toda a comarca do Serro do Frio, em Minas Gerais, costumavam encontrar aquelas pedrinhas esbranquiçadas e brilhantes, mas não imaginavam que elas tivessem valor. Assim, usavam-nas apenas para se divertir, como tentos para marcar jogos.<sup>12</sup> Alguns poucos espertalhões, entre eles o corrupto governador de Minas Gerais, d. Lourenço de Almeida, identificavam as gemas e, sem alarde, recolhiam-nas com os garimpeiros a troco de nada ou quase nada.<sup>13</sup> Só em 1729, na iminência de ser desmascarado, é que d. Lourenço de Almeida anunciou a “descoberta” a Lisboa. Então, a partir da década de 1730, as frotas do Brasil passaram a trazer para o rei, além do ouro, cofres cheios de diamantes.<sup>14</sup> De quebra, vinham também outras pedras preciosas, as “gemas fogosas” (enormes topázios, rubis e safiras), que acabariam por transformar os Setecentos europeus no chamado “século da cor e da fantasia”.

Da primeira partida de diamantes que recebeu, d. João V separou alguns e os enviou ao papa Clemente XII. Era uma forma de agradar a Igreja e mostrar ao mundo, por intermédio de Roma, que Portugal bamburrara mais uma vez. Funcionou. Não só o Santo Padre, mas monarcas de toda a Europa enviaram mensagens a d. João V parabenizando-o pela nova descoberta que haveria de “regenerar e felicitar o universo”.<sup>15</sup>

Portugal emanava sua boa ventura. Na capital e em vários pontos do reino, as ruas foram tomadas por procissões em agradecimento a Deus por tanta felicidade. Nas igrejas, te-déuns intermináveis foram entoados, e nos salões da corte, “festas esplêndidas” comemoraram a prosperidade do império.<sup>16</sup>

No final da primeira metade do século XVIII, próximo de completar 250 anos de dominação portuguesa, o Brasil pela primeira vez assumia um papel de relevância na geopolítica mundial: a colônia se tornara mais importante que a metrópole. Era o Brasil que sustentava a Coroa, boa parte da nobreza portuguesa e o que restara do império.

Na verdade, todo o globo sentiu o impacto do volume colossal de ouro que era despejado pelas lavras do Brasil. Na condição de maior produtor mundial do metal precioso, Portugal passou a irrigar a economia da Europa, provocando aumento nos preços e ampliação dos mercados. A superoferta de moeda chegou a estimular o nascente capitalismo.<sup>17</sup> Em 1728, um ano após entrar na Academia Francesa, Montesquieu já notava que o ouro do Brasil estava impulsionando o desenvolvimento do norte da Europa, sobretudo na Inglaterra.<sup>18</sup> Era fato. Como principal parceira comercial e política de Lisboa, Londres sorvia



quantidades extraordinárias de ouro. Os livros contábeis ingleses registram que em 1697, ano em que se iniciou a corrida do ouro no Brasil, Portugal gastou 125 mil libras esterlinas com produtos ingleses. Trinta anos depois, o valor subira 972%, alcançando 1,34 milhão de libras esterlinas.<sup>19</sup> Apatacada com o ouro do Brasil, Londres avançava para tomar de Amsterdã o posto de centro financeiro da Europa.

A d. João V, nada disso interessava. Não lhe dizia respeito o impacto que o ouro do Brasil provocava no mundo. A única coisa com que o rei realmente se importava era saber o que o ouro podia comprar.

Luxo, pavoneio, ostentação, suntuosidade: era isso o que d. João queria, era com isso que ele se ocupava. Para mostrar a seus súditos e ao mundo o quanto era rico, el-rei “fazia da generosidade um espetáculo”.<sup>20</sup> Era preciso ampliar o cais do Tejo? Pois que a nova doca fosse construída inteiramente em mármore. O convento das Francesinhas de Lisboa precisava de uma píxide para guardar hóstias? Logo se encomendava uma rica peça em prata — e que se danassem os votos de austeridade das capuchinhas. Enquanto seus ancestrais haviam angariado prestígio patrocinando expedições ao fim do mundo, d. João V tentava repetir o êxito, mas de outra forma: distribuindo presentes. O rei oferecia fortunas como se fossem mimos. Em 1730, ele mandou um caixote de barras de ouro para a princesa das Astúrias, e no ano seguinte a rainha da Espanha recebeu regalo idêntico. O núncio Bichi, de Roma, ganhou 72 barras do metal precioso em 1732. Quando o núncio Cavalieri morreu, d. João enviou 24 barras de ouro à família para ajudar no enterro. Em 1739, o rei chegou ao máximo da generosidade ao presentear o cardeal Oddi com uma caixa de brilhantes, não se esquecendo de oferecer uma lembrança ao portador da encomenda: oito barras de ouro.<sup>21</sup> O rei não gostava de impressionar apenas os nobres. Para celebrar a entrada de uma missão diplomática portuguesa no Vaticano, moedas de ouro com a efigie de d. João V foram atiradas aos populares que assistiam à passagem do cortejo nas ruas de Roma.

É difícil saber se os brindes fizeram aumentar no exterior o prestígio de Portugal, mas uma coisa é certa: em muitos cantos da Europa, d. João V — também chamado de *O Magnânimo*, eufemismo para perdulário — era tido equivocadamente como o monarca mais rico do continente. Um dos que embarcaram no engano foi o sacerdote inglês John Wesley. “Negociantes que viveram em Portugal”, escreveu ele em meados do século XVIII, “informam-nos que o rei tinha (...) mais ouro armazenado, cunhado ou não, do que todos os demais príncipes da Europa reunidos.”<sup>22</sup>

Enricados com as benesses concedidas pelo rei e com os negócios e cargos que tinham no Brasil, os nobres portugueses tentavam acompanhar o brilho de seu monarca. Ao som de pavanas e minuets, os bailes eram desfiles de opulência. Os homens exibiam insígnias cravejadas de pedras preciosas no peito, sapatos com fivelas de ouro e casacos de seda com botões de diamantes (d. José, filho do rei, tinha um com oitenta fechos de brilhantes).<sup>23</sup> Com seus “dorsos brancos e desnudos” e seios comprimidos, as mulheres eram vitrines vivas de peças em ouro, pedras preciosas e pérolas.<sup>24</sup> As joias estavam por toda parte: nos cabelos, nos pescoços, nas orelhas, nos colos, nos braços, nos pulsos, nos dedos da mão, nos sapatos, nos vestidos...

A riqueza era tamanha que até a plebe teve direito a um pequeno quinhão. Depois de construírem fortunas no levo e traz de ouro, comerciantes, financistas, contrabandistas e artesãos passaram a ostentar certas grandezas. Uma ou outra matrona do beco do Pocinho podia ter um par de brincos de diamantes ou um pendente de ouro. Como compensação por uma vida de trabalho duro, minhotos analfabetos enriquecidos no Brasil eram enterrados em caixões forrados de seda e detalhes em ouro. O fausto deixou de ser exclusividade da nobreza, e isso incomodou profundamente a aristocracia. O mal-estar foi tão grande que d. João V chegou a baixar normas — olímpicamente ignoradas — para tentar pôr um freio no “excesso” de luxo, inclusive no dos caixões.<sup>25</sup>

O arremedo de *Rei Sol*, é claro, não precisava cumprir as chamadas “pragmáticas” — para o rei e a rainha, não havia limite para a magnificência. Só d. Maria Ana da Áustria, mulher de d. João V, tinha 520 joias — enfeites de grande valor que muitas vezes acabavam esquecidos no fundo de um cofre por terem saído da moda.<sup>26</sup> Não era incomum uma peça recém-fabricada ser desprezada só porque, entre a encomenda e a entrega, seu estilo se tornara *démodé*.<sup>27</sup> Sim, já naquela época as tendências eram voláteis e os estilos, traiçoeiros. Era preciso estar atento. Um diplomata baseado em Paris tinha a tarefa de manter o casal real a par da última moda nos salões da capital francesa, sobretudo no que dizia respeito a joias.

A partir de 1724, ficou mais fácil para d. João V e d. Maria Ana acompanhar a evolução da ourivesaria francesa. Naquele ano, a Coroa Portuguesa redirecionou suas encomendas, antes feitas prioritariamente em Roma e em Londres, para Paris — mais especificamente, para a oficina de Thomas Germain, o melhor entre os melhores joalheiros franceses, cuja família abastecia Versalhes havia mais de meio século.<sup>28</sup> Num dos primeiros pedidos feitos a Thomas Germain, uma baixela em prata, d. João V mostrou que tipo de

cliente ele era: as centenas de peças do aparelho (pratos, talheres, saleiros, galheteiros, molheiras, chaleiras, açucareiros, terrinas, *vaisselles de table, déjeuners et services de toilette* etc.) pesavam juntas 1,4 tonelada.<sup>29</sup> Nos 24 anos seguintes, ao se tornar o fornecedor número um do monarca português, Germain fabricaria não apenas algumas das mais lindas e caras joias do século XVIII. Ele ajudaria a revolucionar a ourivesaria mundial, fazendo com que as grandes peças em ouro, antes leves e planas, ganhassem peso e volume, tornando-se tridimensionais. Isso obviamente só foi possível graças à grande cópia do metal precioso que continuava brotando das minas do Brasil. Sem o ouro da Colônia, seria inviável fabricar uma peça como a custódia da igreja Patriarcal, desenhada por Germain. Com mais de um metro de altura, a custódia consumiu 17 quilos de ouro, fora as 4.100 pedras preciosas e semipreciosas, entre diamantes rosa, rubis, esmeraldas e safiras do Ceilão.<sup>30</sup>

A riqueza da custódia da igreja Patriarcal, inédita para uma peça religiosa, representava uma porção ínfima dos gastos de d. João V com o luxo das coisas do espírito. Se era para Deus, para seus templos e para seus representantes na Terra, o rei português abria a carteira sem dó. Cabedais imensos da Coroa foram desviados para bancar objetos de devoção, dotes para freiras, missas pelas almas do purgatório, paramentos de sacerdotes... À Nossa Senhora das Necessidades, o rei carola deu uma coroa de ouro. Para a imagem de São Bento, um anel de diamantes.<sup>31</sup> Tamanha generosidade, como seria natural, despertou a vocação de milhares de portugueses, que se entregaram a Deus mediante a patronagem da Coroa. No reinado de d. João V, o corpo religioso de Portugal chegou a reunir 200 mil pessoas, cerca de 8% da população. Só na igreja Patriarcal, empregavam-se 400 pessoas, entre elas o patriarca, os principais (24), prelados (72), cônegos (20), beneficiados (73), mestres de cerimônia, acólitos e capelães (mais de 30) e cantores e músicos (130).<sup>32</sup> Quando parecia não mais haver ordem religiosa em Portugal que não estivesse sob os auspícios da Coroa, d. João começou a apadrinhar templos no exterior, como a igreja de São Francisco de Badajoz, na Espanha, e o presépio de Belém, na Palestina. O parasitismo beato que drenava os cofres reais portugueses arrancou um desabafo de um dos conselheiros mais brilhantes do rei, Alexandre de Gusmão: “A fradaria absorvenos, a fradaria suga tudo, a fradaria arruína-nos!”<sup>33</sup>

A propaganda real se esforçava em divulgar que o mecenato piedoso de d. João V tinha como única inspiração o engrandecimento do espírito, mas nem tudo era devoção. A construção da capela de São João Batista da igreja de São Roque, em Lisboa, era uma amostra. Segundo a lenda forjada pela Casa Real,

numa visita à igreja de São Roque, em 1742, d. João V teria notado que todas as capelas do templo eram luxuosas e bem conservadas, menos a última do lado esquerdo, dedicada a São João Batista. O monarca quis saber o motivo da discrepância e foi informado então que a miséria da capela se devia ao fato de que ela era a única da igreja a não contar com o resguardo de uma irmandade. Inconformado com a desfeita com o santo que levava seu nome, d. João decidiu assumir-se como protetor da capela.<sup>34</sup> Seu primeiro gesto foi determinar a contratação do melhor arquiteto de Roma para desenhar e construir um novo santuário para São João Batista.

A encomenda de fato existiu. Mas o motivo era mais de ordem política que celestial. D. João queria mostrar, pela enésima vez, a saúde dos cofres reais e a força de seu reinado.

Naquele mesmo ano, a Coroa contratou não um mas dois arquitetos do primeiríssimo time da escola italiana: Nicolo Salvi, que se dedicava havia sete anos em Roma à construção de sua obra-prima, a Fontana de Trevi, e Luigi Vanvitelli, recém-laureado pelo papa com o título de “arquiteto de São Pedro”. Em cartas enviadas à dupla, a Coroa informou que eles teriam liberdade total para desenhar a nova capela, mas havia uma condição: que ela fosse “das mais ricas e de melhor gosto”. “(...) Fica na liberdade do mesmo arquiteto”, dizia uma das cartas, “usar de toda a casta de mármore mais raros e vistosos (...) e igualmente de ornamentos de bronze doirados, de forma que na dita capela resplandeça primorosamente o precioso da matéria com a bizarría da arte.”<sup>35</sup> A Coroa esclareceu que os materiais mais nobres disponíveis no mercado deviam cobrir não apenas o retábulo da capela, mas também as laterais, o teto, a entrada, a balaustrada, o piso e os degraus. Dado o aviso (e escancarado o cofre), a Coroa repassou as medidas exatas do nicho que a capela ocupava na igreja de São Roque e deixou então os arquitetos trabalharem. Ou melhor, não deixou.

Todo desenho enviado a Lisboa para aprovação não parecia bom e, ao ser devolvido a Roma, era acompanhado de inúmeras críticas e sugestões. Salvi e Vanvitelli refaziam o projeto, tornavam a mandá-lo ao rei, mas ainda assim nada agradava. Por que não puxar um pouquinho mais aqui, aumentar acolá, enfeitar mais o teto...? As alterações se arrastaram por anos, até que Salvi e Vanvitelli por fim se renderam à “estética do poder” de d. João V.<sup>36</sup>

A capela foi construída em Roma, e em Roma mesmo começou a ser usada para os propósitos políticos do rei português. Logo depois de concluído, o santuário foi levado de um canto a outro da cidade, montado e desmontado várias vezes, para que os romanos e estrangeiros pudessem admirar a obra idealizada

pelo *Magnânimo*. Misto de embaixada e joia itinerante, a capela foi exibida no palácio Capponi-Cardelli e na mansão do cardeal Cienfuegos. Depois foi armada na igreja de Sant'Antonio dei Portoghesi, onde foi sagrada pelo Santo Padre em pessoa, Bento XIV.

Terminado o périplo por Roma, a capela foi desmontada mais uma vez e seguiu por terra, 100 quilômetros, até o porto de Civitavecchia. De lá, suas partes e peças foram embarcadas em três navios para Lisboa. Trinta e sete dias depois, tendo vencido 2.400 quilômetros pelo mar, o santuário chegou a seu destino final.

A montagem durou um ano e os retoques mais dois. No dia 13 de janeiro de 1751, pouco mais de oito anos depois de encomendada, a capela finalmente foi aberta ao público. Não estava inteiramente pronta (faltavam duas grandes pinturas de cenas bíblicas e alguns painéis), mas mesmo inacabada já era uma das mais ricas capelas do mundo. Os enxertos no projeto impostos pela Coroa Portuguesa fizeram bem à obra, que terminou por representar um ponto de inflexão na evolução da arquitetura e da arte sacra portuguesas.<sup>37</sup> Como queria a Coroa, o espetáculo ia do chão ao teto e nem um centímetro quadrado ficava reservado ao ordinário. Ouro, prata, mármore, lápis-lazúli, ágata, ametistas, alabastros... O esplêndido mosaico a retratar a Virgem Maria recebendo o anjo Gabriel, as imensas colunas azuladas, as esculturas de anjos dourados no teto, as cortinas tecidas com fios de ouro, o portão de ferro trabalhado, o arco, a mesa do altar... Tudo invocava o olhar do fiel.

A capela de São João Batista não foi a única megaobra de arte financiada com o ouro do Brasil. Uma lista das mais extasiantes certamente incluiria a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra, com seus móveis de madeiras exóticas, piso de mármore raros, teto pintado e detalhes em ouro, tão bela quanto qualquer palácio francês. Ou ainda o interior da igreja de São Francisco do Porto, cujo altar, colunas e pilares consumiram 200 quilos de ouro.

A macromania de d. João, contudo, nem sempre resultou em construções de bom gosto. Em Mafra, a 40 quilômetros ao norte de Lisboa, o rei decidiu transformar o ouro do Brasil em pedra e acabou por erigir uma “monstruosidade apocalíptica”.<sup>38</sup> A obra brotou de uma promessa de d. João convertida em capricho. Em 1711, com três anos de casado, o rei ansiava por um herdeiro. Então jurou a Deus construir um convento em Mafra caso obtivesse a graça de ter um filho. D. José, o rebento, nasceu em 1714, e em 1717 foi assentada a pedra inaugural do mosteiro.

Como convinha aos franciscanos, que iriam habitá-lo, o projeto previa um edifício com dimensões modestas, com capacidade para abrigar treze frades.

Nos anos seguintes, porém, o crescente volume de ouro que chegava do Brasil fez com que o rei alterasse os planos. Por que não aproveitar a oportunidade para adotar a última moda entre monarcas e nobres europeus? Ou seja, construir junto ao mosteiro um palácio para passar as férias de verão em atividades como caça, jogos e bailes.<sup>39</sup> Afinal de contas, Luís XV tinha Versalhes, Pedro, o Grande, czar da Rússia, havia inaugurado poucos anos antes um palácio de verão em São Petersburgo, e na Áustria os Habsburgo se preparavam para construir Schönbrunn nos arredores de Viena. D. João V não queria ficar atrás, ou melhor, faria tudo para se colocar à frente de seus congêneres.

O projeto original de Mafra foi então jogado fora e em seu lugar nasceu mais um plano megalomaniaco de d. João. Em vez de aposentos para treze frades, o convento teria capacidade para 300. E anexo a ele seriam erguidos uma basílica e um palácio de verão para o rei, formando um conjunto de prédios com 880 salas e quartos, 4.500 portas e janelas, 154 escadarias e 29 pátios internos. Ocuparia um terreno descomunal: 38 mil metros quadrados, um pouco maior que a área do Coliseu de Roma. Para se ter ideia de quão dilatados eram os espaços, os quartos do rei e da rainha seriam separados por um corredor de 232 metros.

A vila de Mafra era pequena, tinha cerca de 200 moradores. Somada aos lugarejos em derredor (Azambujal, Gonçalves, Gropinhos, Lombo da Vila, Cachoça, Rocheira, Amoreira, Póvoa, Quintal e Vale de Carreiro), a população não passava de 800 pessoas.<sup>40</sup> Depois do início das obras, não mais. A necessidade de mão de obra causou um impacto formidável na região. No pico dos trabalhos, chegaram a atuar simultaneamente na construção 45 mil operários e artesãos, que viviam amontados num imenso aglomerado de pequenos cômodos de pau, jocosamente chamado de *ilha da madeira*. O trânsito nas estradas da região era intenso, com um vai e vem de milhares de carros de boi que transportavam pedra, cal e tijolos para a obra. Certas colunas de pedra precisaram ser puxadas por cem bois.



### BIBLIOTECA DE MAFRA

Em volta da obra, existia um aparato extraordinário. Como não havia artesãos suficientes para dar conta do sem-número de colunas, abóbadas, arcos e outros intrincados detalhes do projeto, foi preciso criar no local uma escola de belas-artes. A segurança de todo o complexo era feita por 7.000 soldados, e o hospital que atendia os doentes e acidentados possuía 2.000 leitos. Era perigoso trabalhar em Mafra: na fase mais aguda dos trabalhos, morriam 22 pessoas por dia, em média.<sup>41</sup>

Enquanto o prédio era erguido, d. João V fazia o que mais gostava: ia às compras. Para recheiar o palácio e a basílica, ele mandou trazer da Itália toneladas de mármore, 58 grandes estátuas e um precioso conjunto de peças sacras. De Paris, vieram as grades de ferro e os dois relógios das torres. Das oficinas da Antuérpia e de Liège, saíram quase todos os 110 sinos (217 toneladas de bronze).<sup>42</sup>

D. João amava a obra de Mafra e a visitava regularmente. Mas depois de uma década ele começou a achar que os trabalhos estavam demorando demais. O rei então baixou uma norma que deixou assombrados os responsáveis pela

construção: custasse o que custasse, a basílica deveria estar pronta a 22 de outubro de 1730, data em que seria consagrada numa exuberante cerimônia pública. A escolha não era aleatória: naquele dia, o rei completaria 41 anos.

Como a veneta real nunca era questionada, não houve outro recurso senão o de reforçar as equipes — e mais uma vez correr aos cofres. A Coroa obrigou camponeses a abandonar suas lavouras para trabalhar na obra e comprou mais 1.276 bois para acelerar os carretos.<sup>43</sup> Nem todos, porém, compactuavam com a obsessão do rei. Uma parcela da população local, por exemplo, ficou irritada, conforme registrou o cônsul francês em Lisboa, De Montagnac. “[Os súditos] nada mais fazem que se lamentar e murmurar por todos os lados”, comentou o cônsul em carta a Luís XV. As queixas, contudo, eram feitas de forma velada “pelo temor que [as pessoas] têm dos castigos”. “D. João V é bastante despótico para fazer tudo o que quer”, anotou De Montagnac.<sup>44</sup>

Três dias antes da data marcada, o soberano e sua corte entraram na vila de Mafra com suas carruagens enfeitadas, puxadas por soberbos cavalos. “Espetáculo, espetáculo, espetáculo.”<sup>45</sup> E no domingo, el-rei comemorou seu aniversário presidindo a cerimônia de sagração da basílica.

Mesmo inacabado, o complexo de Mafra era um dos monumentos de maior envergadura da Europa. Num futuro próximo, seria brindado com outros luxos, como uma biblioteca de 83 metros de comprimento com piso de mosaico de mármore. Por fora, contudo, o complexo nunca deixaria de ser um caixote comprido e sem graça, símbolo do desregramento de um rei oco.

Quem assistia ao movimento nos canteiros de obras de d. João V podia pensar que havia recursos para tudo, ou mais ainda, que o dinheiro sobrava. Não era verdade, e os moradores da vila de Mafra sabiam disso. Parte das terras confiscadas para abrir os caminhos que levavam à obra não fora exatamente expropriada; roubada seria o termo correto. A Coroa simplesmente deu o calote nas indenizações ou pagou o quanto quis.<sup>46</sup> Operários que calçaram as estradas de Mafra também tiveram os salários atrasados várias vezes, o que gerou inclusive uma greve em 1732.

Sentindo-se vexado, o povo do lugar fez circular um panfleto em que acusava as velhacarias da Coroa e criticava os gastos desmedidos de Mafra. “Temo”, dizia um trecho do manifesto, “que aos olhos de Deus [a obra] seja tão mal recebida.”<sup>47</sup> Não era só o povo que enxergava que algo estava errado. Um dos membros mais sábios do Conselho Ultramarino, António Rodrigues da Costa, fluente em latim, grego, italiano, francês e espanhol, percebia que d. João V



metia Portugal num buraco. Escrevendo ao diretor da Casa da Moeda do Brasil, Manuel de Souza, o conselheiro foi taxativo: o rei se desfazia do ouro com “empregos inúteis”. “Aqui [em Lisboa]”, dizia o sábio, “só se procura que venha do Brasil muito ouro para Sua Majestade, e todo será pouco para se gastar inutilmente.”<sup>48</sup>

Com uma das mãos, d. João esbanjava o tesouro da América e com a outra, cavava a sepultura de seu reino. A inoperância administrativa do rei deixava a indústria em estado de abandono, as terras, incultas, e o comércio, nas mãos de estrangeiros. Se o ouro do Brasil faltasse repentinamente, observavam diplomatas estrangeiros, Portugal não sobreviveria seis meses, quedando-se à mercê de uma possível invasão estrangeira.<sup>49</sup> Um dos nobres portugueses de maior relevo da época, d. Luís da Cunha, via o problema com clareza. Dizia ele, em 1738, que d. João V “para conservar Portugal necessita totalmente das riquezas do Brasil”.<sup>50</sup>

Tal qual vaticinava o panfleto praguento que circulava na vila de Mafra, o ouro do Brasil era menos dádiva que perdição.

Por mais que comprasse, por mais que se enfeitasse, por mais que construísse, por mais que rezasse ajoelhado em alfaias de ouro, d. João nunca deixou de ser um homem melancólico e constantemente doente. O pouco viço que tinha foi-se embora no dia 10 de maio de 1742, quando, aos 52 anos de idade, sofreu um ataque apoplético. Não morreu, mas iniciava ali um lento e doloroso definhar. D. João perdeu os movimentos do lado esquerdo do corpo e assistiu à doença evoluir dia após dia. O rei “murchou”, e ao murchar agarrou-se com mais força ainda ao fanatismo.<sup>51</sup> Requisitou para sua cabeceira a imagem de Nossa Senhora do Carmo e prometeu à ordem do Senhor dos Passos uma pensão anual de 5.000 cruzados pelo tempo que vivesse.<sup>52</sup> Se por trás da jura a Deus havia uma “secreta intenção de suborno”, não funcionou.<sup>53</sup> No dia 31 de julho de 1750, quando faltavam menos de seis meses para a inauguração da sua amada e dispendiosa capela de São João Batista, d. João morreu. Tinha 61 anos de idade (43 de governo e oito de enfermidade). O rei não pôde carregar aos céus o metal precioso que tanto apreciava. Já o cadáver, envolto em veludo carmesim ricamente bordado a fios de ouro, baixou à terra levando algum.<sup>54</sup>

O metal precioso que d. João gastou com tanta prodigalidade em vida e que enfeitou sua morte faria falta já na sua partida. O funeral — esplêndido — custou caro e, como não havia dinheiro suficiente nos cofres da Coroa, foi preciso recorrer a contribuições.<sup>55</sup>

Depois de girar o mundo e fazê-lo girar, Portugal continuava parado no mesmo lugar.

## Notas

1. Cartas do cônsul De Montagnac de 1º e 8 de janeiro e 1º de abril de 1732. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, pp. 154 e 237-8.
2. Idem.
3. Casos oficialmente delatados, segundo Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Jornal do Brasil, 1811-1817*, pp. 234-5.
4. José Barbosa de Sá, “Relação das povoações...”, p. 23.
5. Carta do cônsul De Montagnac de 19 de novembro de 1726. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 150-1.
6. Em 2005, consultei a correspondência do cônsul e de outros diplomatas franceses baseados em Lisboa no século XVIII. As cartas estão nos Archives Nationales e Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Quai D’Orsay), em Paris. Da leitura das cartas, depreende-se quão vasta era a rede de informantes da França. A correspondência foi analisada de forma brilhante por Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*
7. Os códigos mudavam constantemente e a chave criptográfica era obtida em livros pré-combinados. As cartas eram escritas com largas entrelinhas para que, posteriormente, o espaço vazio fosse preenchido com o texto decodificado. Numa carta decodificada, pode-se ver, por exemplo, que a sequência 995-248-251-351-445-337-252-849-605-909 significava: “A frota do Rio de Janeiro não vem rica.” Carta de De Saint Julien de 7 de julho de 1761, Archives Nationales (Paris).
8. Carta de De Montagnac de 2 de junho de 1722. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 148.
9. Para as remessas, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 248-52.
10. Idem, p. 114.
11. Lucas Figueiredo, “Serra Leoa é aqui”, pp. 114-9.
12. Joaquim Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, p. 49.
13. Em 1702, Antônio do Rosário escreveu que os diamantes do Brasil eram enviados a Lisboa “não em bisalhos [ou seja, bolsinhas], mas em caixas”. Júnia Ferreira Furtado, “O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 304. Em 1731, d. Lourenço de Almeida voltou a Portugal com 18 milhões de cruzados, uma fortuna na época. Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, p. 30.

14. “Afirma-se que [a frota de 1734] é muito rica em diamantes, havendo um de 140 quilates”, escreveu De Montagnac em 31 de agosto e em 7 de setembro daquele ano. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 157.
15. J. M. Pereira da Silva, *História da fundação do Império Brasileiro*, citado por Joaquim Felício dos Santos, *op. cit.*, p. 50.
16. *Idem.*
17. Uma análise do impacto do ouro do Brasil na macroeconomia mundial está em Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 238-334.
18. Carlos Prieto, *A mineração e o Novo Mundo*, p. 96.
19. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 291-2.
20. Mário Domingues, *D. João V*, p. 9.
21. Lucas Figueiredo, “Em busca do ouro”, p. 7.
22. Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, p. 333.
23. Uma imagem de d. José com o casaco está em *Tesouros reais*, p. 237.
24. “Dorsos brancos e desnudos” é expressão de Mário Domingues, *O marquês de Pombal*, p. 292.
25. A regra dos caixões está no capítulo XVIII da Pragmática de Santa Madalena, de 1749.
26. Inventário das joias que deixou a rainha d. Maria Ana de Áustria. *Oceanos* nº 43, p. 82.
27. *Idem*, p. 114.
28. Teresa de Jesus Vital dos Santos Silva, *A extracção de gemas brasileiras e a joalheria portuguesa (1729-1807)*, p. 25.
29. *Tesouros reais*, p. 291.
30. A peça faz parte do acervo do Tesouro da Sé de Lisboa.
31. Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 304-9.
32. J. P. Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 439-40.
33. *Idem*, p. 440.
34. A lenda foi imortalizada pelo frei Cláudio da Conceição, cronista oficial do reino. António Filipe Pimentel, “Uma joia em forma de templo”, pp. 146-64.
35. *Idem*, pp. 148-9.
36. *Idem*, p. 162.
37. *Idem*, p. 146.

38. “Monstruosidade apocalíptica” é expressão de Mário Domingues, *op. cit.*, p. 5.
39. Sobre o modismo, ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1640-1750)*, pp. 258-9.
40. *Idem*, p. 260.
41. Para os números de pessoal, soldados e leitos, Luís Filipe Marques da Gama, *Mafra: palácio nacional*, p. 2. Para os bois e as mortes, Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 157-69.
42. Luís Filipe Marques da Gama, *op. cit.*, p. 9.
43. Para os bois, Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 157-69. Para os camponeses, carta do cônsul De Montagnac de 28 de fevereiro de 1730. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 122.
44. Carta do cônsul De Montagnac de 28 de fevereiro de 1730. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 122.
45. “Espetáculo, espetáculo ...” é expressão de Mário Domingues, *op. cit.*, p. 7.
46. Joaquim Verissimo Serrão, *op. cit.*, pp. 261-2.
47. *Idem*.
48. Carta de António Rodrigues da Costa de 3 de fevereiro de 1720. Charles R. Boxer, *op. cit.*, pp. 374-5.
49. Mário Domingues, *op. cit.*, p. 10.
50. Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 333.
51. “Murchou” é termo de Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 297-304.
52. Para a requisição, Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 443. Para a promessa, Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 297-304.
53. “Secreta intenção de suborno” é expressão de Mário Domingues, *op. cit.*, pp. 297-304.
54. *Idem*.
55. *Idem*.



## Capítulo 12: Triunfo do sertão

Na virada do século XVII para o XVIII, logo após a descoberta do ouro em Minas Gerais, Nossa Senhora ganhou seu primeiro templo na região, no vilarejo de Ouro Preto. Não era grande coisa: uma capela de pau a pique com teto de palha. Uma década depois, como o arraial havia crescido muito, a capela já não comportava o número de fiéis. Foi preciso então construir uma nova igreja. O segundo templo era bem maior e mais decorado que o original. Sua estrutura era feita de madeiras nobres, e a sacristia ostentava uma imagem de Nossa Senhora do Pilar estofada a ouro. Passaram-se 24 anos e o santuário da Virgem voltou a ficar pequeno. Dessa vez então, os confrades mantenedores da igreja pensaram grande: demoliram-na e em seu lugar levantaram uma “construção solidíssima” de paredes grossas, portada imponente e “curvas caprichosas”.<sup>1</sup>

Enquanto duraram as obras desse terceiro templo, o santíssimo sacramento da igreja foi transferido para a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Caquende. Terminada a primeira fase da construção, em 1733, o sacramento, sob escolta de uma procissão, foi devolvido à Pilar. Milhares de pessoas foram atraídas pelo evento, entre elas um certo Simão Ferreira Machado, que depois escreveria um livrete contando o que vira naqueles dias.<sup>2</sup> Nas entrelinhas da obra, batizada de *Triunfo eucarístico*, Machado mostrava que o sertão havia mudado, não era mais sertão.

Naquele domingo, 24 de maio de 1733, Vila Rica estava especialmente enfeitada e em nada lembrava o “acampamento mineiro sem atrativos” de três décadas antes.<sup>3</sup> Como escreveria Simão Ferreira Machado, a capital de Minas Gerais era então “um teatro à vitória dos esplendores do ouro”, a “cabeça de toda a América”, a “pérola preciosa do Brasil”.<sup>4</sup> Suas boas casas e sobrados geminados exibiam mantas de seda e damasco nas janelas. As vielas haviam sido perfumadas com essências aromáticas e cobertas com flores. No caminho da procissão, recém-aberto, foram trespassados de um lado a outro das calçadas cinco arcos.

A comemoração na verdade havia começado quase um mês antes. De fins de abril a 2 de maio, as ruas da vila haviam sido tomadas por desfiles de máscaras. No dia 3, foi a vez do cortejo com as bandeiras de Nossa Senhora do Rosário e da custódia do santíssimo sacramento. Nas seis noites que antecederam a grande procissão, toda a vila foi iluminada com lanternas.



VILA RICA (POR RUGENDAS)

O ponto máximo da festa — a procissão e a missa — deveria ter ocorrido no sábado, 23 de maio, mas como choveu foi transferido para o dia seguinte. Terminada a cerimônia, o sacramento estava de volta à sua casa, e o novo templo, enfim batizado. Do lado de fora, contudo, a multidão não arredava pé. Faltava ainda o espetáculo. O rito sagrado se desmanchou então numa inebriante festa. Um alemão com capa de veludo roxa costurada a fios de ouro rompeu o silêncio com toques de clarim. Vinha montado num cavalo com arreios de veludo vermelho e fitas douradas na cauda. Logo atrás, surgiram pajens, ninfas,

foliões fantasiados de planetas, dois cupidos, quatro anjos, bandos de confrades metidos em opas brancas, dragões a disparar seus mosquetes aos céus, negros a tocar clarinetas e, por fim, um homem vestido com “roupas de ouro” com uma miniatura de montanha, também coberta de ouro, nas mãos.<sup>5</sup>

*El hombre dorado* não era mais uma lenda da América Espanhola. Vivia em Vila Rica e num domingo de manhã se apresentava à multidão.



SABARÁ (POR RUGENDAS)

A comemoração continuou por mais três dias. De tarde, na arena improvisada em uma praia de rio, eram realizadas cavalhadas e touradas; de noite, no tablado armado junto à nova igreja, serenatas e apresentações das comédias *El secreto a voces*, *El príncipe prodigioso* e *El amo criado*. Quando as atividades acabavam, os nobres, os ricos e o alto clero de Vila Rica se juntavam ao governador de Minas Gerais, o conde de Galveias, para saborear um banquete.

A riqueza e a suntuosidade chamaram muito mais a atenção do autor de *Triunfo eucarístico* do que os aspectos religiosos da celebração. No texto, Deus, Jesus e Nossa Senhora são evocados 21 vezes, enquanto o ouro é mencionado 149 vezes. “(...) A cobiça do coração humano [é] difícil ou impossível de contentar”,

explicou  
o  
cronista.

Em  
meados  
do  
século  
XVIII,  
Minas  
Gerais  
reunia o  
que  
havia de  
melhor  
na  
colônia.  
Com  
apenas  
50 anos  
de

TRIUNFO  
**EUCARÍSTICO,**  
EXEMPLAR DA CHRISTANDADE LUSITANA  
em publica e xalvação da Fé na solemne Transladação  
1733 DIVINISSIMO  
**SACRAMENTO**  
da Igreja de S-nhora do Rosário, para hum novo Templo  
**DA SENHORA DO PILAR**  
EM  
**VILLARICA,**  
CORTE DA CAPITANIA DAS MINAS.  
Aos 24. de Mayo de 1733.  
DEDICADO A SOBERANA SENHORA  
**DO ROSARIO**  
PELOS IRMÃOS PRETOS DA SUA IRMANDADE,  
e a instância dos meiros exposto á publica noticia  
Por **SIMAM FERREIRA MACILADO**  
natural de Lisboa, e migrador nas Minas//  
**LISBOA OCCIDENTAL.**  
NA OFFICINA DA MUSICA, DEBAIXO DA PROTECCÃO  
dos Patriarchas São Domingos e São Francisco.  
M.DCCXXXV  
Com as licenças e cessarias.

CAPA DA PRIMEIRA EDIÇÃO  
DO TRIUNFO EUCARÍSTICO

ocupação pelo homem branco, a capitania batia com folga a Bahia (250 anos), São Paulo (220) e o Rio de Janeiro (190 anos). O ouro operara uma revolução.

O antigo Sabarabuçu, por exemplo, havia se transformado num centro urbano de alinhos caprichosos. A minúscula e exuberante capela de Nossa Senhora do Ó,



na Vila de Nossa Senhora da Conceição, sede da comarca de Sabará, tinha pinturas em motivos orientais, como pagodes.

A antiga Vila de Nossa Senhora do Carmo fora elevada à cidade (a primeira de Minas e a nona da colônia) e sede de bispado, em 1745. Passara a se chamar Mariana, em homenagem à rainha, d. Maria Ana de Áustria. Mariana contava com uma prestigiada escola para padres (Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte), onde se ensinava latim. Na catedral da Sé, um colossal órgão alemão Arp Schnitger, de 1.039 flautas e seis metros de altura, animava as missas de domingo.<sup>6</sup>

O arraial do Tejuco, por sua vez, era a cabeça do Distrito Diamantino, uma grande área demarcada de extração de diamantes onde tudo, inclusive a entrada, era controlado pela Coroa. Tinha uma cena urbana intensa e requintada.

A região do Rio das Mortes, que servira de palco para as batalhas mais aguerridas da Guerra dos Emboabas, se convertera num importante polo comercial e de serviços. Em 1729, as vilas de São João del-Rei (ex-Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar) e São José del-Rei (ex-Ponta do Morro) contavam com 305 estabelecimentos mercantis e de ofícios.<sup>7</sup>

Mariana, Tejuco, Vila do Príncipe, São João del-Rei, São José del-Rei, Sabará... Minas Gerais já contava com inúmeros centros urbanos, mas nenhum se igualava a Vila Rica. Em meio século de existência, período em que sua população branca passou de zero a 30 mil, o berço da corrida do ouro se transformara numa pequena metrópole. Em 1732, Francisco Tavares de Brito, conhecedor das Minas Gerais, informava à Coroa que Vila Rica — “um Potosí de ouro”, segundo ele — era “mais soberba e opulenta que todas” as vilas da região.<sup>8</sup> Era mais que isso: era a urbe mais desenvolvida da colônia, um canteiro de obras em permanente evolução. Entre 1744 e 1757, as inconvenientes pinguelas que atravessavam os córregos e ribeiros da vila foram substituídas por cinco grandes pontes.<sup>9</sup> Eram “sólidos viadutos de alvenaria ciclópica”, construídos com a melhor pedra da região e uma decoração rebuscada (arcos romanos, cruzeiros, grandes bancos, guarda-corpos etc.).<sup>10</sup> As pontes faziam par com os chafarizes — em onze anos (1752 a 1763) foram edificadas pelo menos sete; em meados do século XVIII, já eram mais de cinquenta.<sup>11</sup> Além de resolver o problema de abastecimento de água potável, os chafarizes — o conjunto mais bonito do Brasil Colônia — enchiam a vila de graça com suas formas divertidas (conchas, seres carrancudos, cabeças bochechudas esguichando água pela boca, serpentes entrelaçadas...). Alguns chegavam ao requinte de fornecer informações sobre a qualidade da água com inscrições em

latim na pedra.

Menos lúdico era o Palácio do Governador. Com suas intimidantes muralhas e guaritas suspensas, lembrava um forte. As formas e o volume do descomunal edifício — concebido por um engenheiro militar especialista em artilharia, José Fernandes Pinto de Alpoim — comunicavam que o rei, apesar de estar longe, tinha os olhos (e a mão pesada) sobre Vila Rica.<sup>12</sup> Para além de seu caráter simbólico, o palácio cumpriu um importantíssimo papel na vila: erguido no alto do morro de Santa Quitéria, ele fez a ligação dos dois mais antigos povoados da região (Antônio Dias e Ouro Preto). Atraídos pelo status do palácio, foram surgindo outros edifícios no local, fazendo com que o mato que cobria o morro viesse abaixo e desse lugar a um soberbo casario barroco, construído em volta de uma praça retangular. (Dois séculos e meio depois, o conjunto, com poucas alterações, seria um cartão-postal conhecido em todo o mundo.)<sup>13</sup>

Em meados do século XVIII, Minas Gerais não era apenas a mais urbana das capitanias, mas também a mais populosa. Viviam lá uma parte substancial dos 600 mil portugueses que haviam migrado para o Brasil no vácuo da corrida do ouro.<sup>14</sup> Com a melhora nas condições de vida da região, muitos desses portugueses tinham trazido mulher e filhos, abandonando o antigo estilo de vida eminentemente predatório. Junto com baianos, paulistas, fluminenses, pernambucanos e africanos, construíram uma sociedade — uma sociedade diversa das que existiam na colônia. Diferentemente do que acontecia em centros tradicionais como São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a população de Minas contava com uma forte presença de homens livres, e o nível de mobilidade social era coisa rara no mundo ocidental. Com inúmeras oportunidades girando em torno da mineração, o maltrapilho de ontem podia ser o potentado de amanhã.

Havia sempre muito trabalho e, por vezes, boa remuneração para profissionais tidos como marginais em outras praças (carpinteiros, ferreiros, tecelões, ourives, boticários, tropeiros, taberneiros, estalajadeiros etc.). Até os escravos, sobretudo as escravas, tinham chance de ascender socialmente. Em 1733, o governador de Minas Gerais baixou um decreto em que proibia “mulheres desonestas” [mestiças e negras amantes de homens brancos] de frequentar a igreja com “vestidos ricos e pomposos” e de transitar pelas ruas do Tejuco em suas cadeirinhas carregadas por escravos, gestos, segundo o conde de Galveias, “alheios e impróprios de sua condição”.<sup>15</sup> Perda de tempo. As mancebas de cor permaneceram no topo das preferências dos varões das Minas — que o diga João Fernandes de Oliveira, contratador dos diamantes no Tejuco e filho de uma das

famílias mais ricas e poderosas de Portugal. Depois de comprar por 800 mil-réis a parda analfabeta Chica da Silva, em 1753, João Fernandes a alforriou e fez dela sua concubina, com direito a sobrado na rua da Ópera, roupas finas, joias e um plantel de 104 escravos. Viveram juntos durante dezessete anos e tiveram treze filhos. Em Minas, como Chica houve muitas.<sup>16</sup>

As combinações possíveis na sociedade mineira eram caleidoscópicas. Mineradores, fazendeiros e comerciantes xucros formavam proles de homens refinados. Em vez de criarem seus filhos para os ofícios que os tinham enriquecido, eles mandavam seus herdeiros para a Universidade de Coimbra, uma das melhores instituições da Europa, para estudar direito, teologia, medicina ou matemática. Entre 1750 e 1758, a maioria dos luso-brasileiros matriculados em Coimbra era de Minas Gerais.<sup>17</sup>

Em regra geral, o comércio dava mais dinheiro que a mineração. Acabara-se o tempo em que os moradores da região compravam apenas produtos básicos, como açúcar, farinhas, carnes, cachaça, ferramentas de mineração e roupas grosseiras. Em meados dos Setecentos, os moradores da capitania tinham um padrão de demanda europeu. Louças, especiarias, móveis e tecidos finos vinham das Índias. Da Europa, chegavam espelhos, tapeçarias, livros, instrumentos musicais, azeites, vinhos e joias. Mulas e cavalos já substituíam o índio e o escravo negro como principal meio de transporte de cargas e de passageiros.

O setor de serviços era igualmente dinâmico. Como já não havia terras de sobra nos centros urbanos e os melhores terrenos eram disputados literalmente a peso de ouro, surgiu uma figura impensável poucos anos antes: o corretor imobiliário.<sup>18</sup> Outra atividade lucrativa que surgiu a reboque do *rush* foi a agiotagem. Nas lavras de Vila Rica, por exemplo, padre Faria “enriqueceu com o ouro que lá Deus lhe deu, pondo-o a razão de juro na cidade do Rio de Janeiro”.<sup>19</sup> O negócio da fé também era um ímã poderoso para atrair ouro. Dentro da igreja, tudo era pago. Na missa, quem comungava pagava 4 gramas de ouro e quem não comungava, 2 gramas. Um batismo saía por 4 gramas, um casamento por 11, e um serviço fúnebre, 14. Era preciso abrir a carteira e desembolsar 57 gramas de ouro para mandar rezar uma missa cantada. E se o culto incluísse sermão, a fatura subia para 72 gramas.<sup>20</sup>

Tal qual seu distante rei, os súditos da Coroa em Minas não economizavam quando se tratava de agradar a Deus. As associações leigas (ordens terceiras, irmandades e confrarias) disputavam entre si qual conseguia erigir as maiores e mais luxuosas igrejas. Os artesãos da região costumavam receber pedidos elaborados, como o da capela-mor da igreja matriz de Catas Altas do Mato

Dentro. Ao custo aproximado de 9,6 quilos de ouro, foram encomendadas, entre outras peças, “uma figura de pelicano com três ou cinco filhos tirando-lhe sangue do peito” e uma mesa com “pés de camelo ou garras de leão”.<sup>21</sup>

A partir da década de 1720, a construção de templos religiosos se multiplicou e vários deles foram erguidos simultaneamente. Em 1740, enquanto Vila Rica assistia ao soerguimento da capela de Nossa Senhora das Mercês e dos Perdões e acompanhava os trabalhos do altar de São José da matriz de Nossa Senhora do Pilar, Mariana, a 12 quilômetros de distância, via subir a matriz de Nossa Senhora do Rosário de Sumidouro.<sup>22</sup> As igrejas estavam no alto dos morros, nas praças, nas ladeiras, às vezes uma ao lado da outra. Só Nossa Senhora da Conceição ganhou oito matrizes.<sup>23</sup> Santo Antônio mereceu seis, e São Francisco de Assis, cinco.<sup>24</sup> Por fora, a maioria não chamava atenção, a não ser, porventura, pelo porte grandioso. Mas por dentro, mesmo as pequeninas eram de uma beleza delirante: cores, formas, luzes, sombras e muito ouro — só o douramento das talhas da nave central e da capela-mor da matriz do Pilar de Vila Rica consumiu 434 quilos do metal precioso. Muitos templos se assemelhavam a teatros de ópera, com camarotes faustosos e tribunas. As esculturas, as pinturas, os móveis finos e as riquíssimas peças sacras remetiam ao luxo dos palácios. Era o Barroco que, com um século de atraso em relação à Europa, chegava a Minas para mostrar a força da Igreja e do Estado e encantar os fiéis.

Diferentemente das igrejas barrocas do Rio de Janeiro e de Salvador, as de Minas expressavam não uma arte copiada de Portugal, mas um estilo próprio, coisa inédita até então. Do ouro, nascia uma cultura. Uma cultura mestiça. Como os brancos desprezavam qualquer tipo de trabalho manual e os negros em geral só recebiam tarefas pesadas ou pouco elaboradas, os ofícios artesanais acabavam sobrando para a grande legião de mestiços. Menos influenciados pelo que acontecia fora da colônia, esses artistas populares impregnavam suas obras com a alma das Minas. Ou seja, faziam refletir em cada talha e em cada pintura o sofrimento e a sensualidade negra das senzalas de suas mães e a brutalidade e a inventividade da casa-grande de seus pais. Era o que acontecia, entre outros, com Antônio Francisco Lisboa.

Filho de Isabel (escrava, possivelmente africana) e de Manoel (construtor português radicado em Minas Gerais), Antônio nasceu em Vila Rica, em 1730 ou 1738.<sup>25</sup> Muito cedo foi iniciado nos trabalhos artesanais — aos 15 anos, atuava ao lado do pai na construção do Palácio do Governador. Enquanto o pai, na condição de arrematante (empreiteiro) da obra, se dedicava aos aspectos técnicos, Antônio cuidava dos detalhes artísticos. E era bom no que fazia. Em troca de 1,8 grama

de ouro por dia, ele esculpia e projetava.<sup>26</sup> Antônio era versátil: trabalhava tanto a madeira quanto a pedra e sabia executar imagens, retábulos, altares, púlpitos, lavatórios de sacristia, portadas de igrejas, chafarizes e móveis. Foi o artista mais habilidoso, se não também o precursor na colônia, na escultura em pedra-sabão, um material até então usado apenas para fazer painéis e tubos de canalização de água.

Antônio teve fases diversas, todas exuberantes. Na juventude, moldou na pedra mulheres voluptuosas; na velhice, soldados romanos disformes, “aflitivas figuras”.<sup>27</sup> Antes dos 30 anos, ele já era contratado para os trabalhos mais complexos de Minas, entre eles, sua obra-prima: a igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica, iniciada em 1766.<sup>28</sup> Antônio é responsável não só pela decoração do interior e da portada do templo, mas também pelo projeto arquitetônico. Em ambas as tarefas, revolucionou a arte. Antes de existir essa igreja, os templos mineiros tinham a forma de monótonos caixotes. Depois dela, não mais. Para evitar o traçado arquitetônico tradicional, Antônio recorreu a formas circulares e elípticas. As torres, em vez de quadradas, eram roliças. E não ficavam na frente da igreja, mas sim recuadas, quase na lateral da construção. Os detalhes mágicos da igreja se contam às dezenas. Quatro deles:

1) Canos em forma de canhão escoam do alto do prédio a água das chuvas — todo dia de temporal é um espetáculo;

2) Na fachada principal, há uma figura doce e bizarra: um Cristo seráfico (Jesus Cristo como um anjo) com asas formadas por ramos de folhas;

3) Com mais de quatro metros de altura, o lavabo da sacristia, todo em pedra-sabão, tem a alegria de um carrossel;

4) Há também a pintura do teto, não de autoria de Antônio Francisco Lisboa, mas de outro mestiço prodigioso: Manoel da Costa Ataíde, mineiro de Mariana. Com 300 metros quadrados, o painel mostra Nossa Senhora da Porciúncula subindo aos céus, cercada de anjos com seus instrumentos musicais. A pintura é um choque, e não só pela força de vermelhos e azuis que começam insulsos nas bordas e vão crescendo em tons cada vez mais vivos em direção ao centro. Mas sobretudo pela corajosa transgressão: entre os tradicionais anjinhos loiros de cabelo anelado há os de nariz abatado, cabelo crespo e pele escura. E Nossa Senhora é uma mulatona de coxas grossas e ancas largas.

Antônio Francisco Lisboa produziu compulsivamente e deixou sua marca em mais de uma dezena de cidades, vilas e arraiais. Apesar de ter idealizado e construído algumas das igrejas barrocas mais belas do mundo, não há notícia de que tenha recebido pagamento maior que 406 gramas de ouro por um

trabalho.<sup>29</sup> Aos 39 anos de idade (ou 47), foi acometido de uma doença não identificada que progressivamente lhe mutilou o corpo. Passou então a trabalhar com ferramentas atadas às mãos, e, como não podia mais andar, era suspenso por escravos até o alto dos andaimes. Esteve ativo até os 76 anos (ou 84). Quando morreu, dois anos depois de parar de trabalhar, morava de favor na casa de uma nora.

Com o tempo, a partir da incorporação de aspectos fantasiosos à sua história, Antônio Francisco Lisboa transformar-se-ia num personagem de contornos mitológicos, uma espécie de quasímodo irascível, devasso e genial. O artista, uma das figuras mais sensacionais dentre as muitas que passaram pelo palco da corrida do ouro, ficaria eternizado sob a alcunha de *Aleijadinho*.

Ele foi o mais talentoso, mas não foi o único. O conjunto de artistas mais atuante e criativo do Brasil no século XVIII era formado por dezenas de entalhadores, escultores, pintores e douradores, quase todos esquecidos.<sup>30</sup>

Além de propiciar a aparição de uma fina escola de arquitetura e artes plásticas, a corrida do ouro estimulou o surgimento do movimento musical de expressão mais elevada nas Américas no século XVIII.<sup>31</sup> Mais uma vez, o fenômeno tinha Minas Gerais como centro irradiador e os mestiços como força criativa.

No espaço de três décadas, o arraial do Tejuco teve sete regentes e aproximadamente cem músicos.<sup>32</sup> Em Vila Rica, núcleo musical mais efervescente da colônia, atuaram de forma profissional não menos que 250 instrumentistas.<sup>33</sup> Os conjuntos musicais, com até dezesseis integrantes, tinham instrumentos variados, como violino, viola, contrabaixo, trompa, clarim, clarinete, flauta, oboé, fagote, órgão, cravo, atabaque e harpa.<sup>34</sup> Tocavam em missas, serenatas, concertos e até em enterros. À luz de velas, nas pequeninas e esplêndidas casas de ópera de Vila Rica, Vila de Nossa Senhora da Conceição e do Tejuco, músicos animavam dramas, comédias e óperas para plateias exclusivamente masculinas.<sup>35</sup> Ainda em vida, Mozart (1756-1791), Vivaldi (1678-1741) e Haydn (1737-1806) tiveram suas composições executadas nas Minas.

Os músicos que faziam a trilha sonora da corrida do ouro não ganhavam muito dinheiro, mas trabalho não faltava. As câmaras das vilas e as irmandades religiosas sempre lançavam editais públicos para contratar conjuntos musicais e encomendar composições para eventos especiais. Em 1755, por exemplo, Manuel Lopes da Rocha recebeu 250 gramas de ouro para fornecer a banda e o coro das festas de Vila Rica naquele ano.<sup>36</sup> A grande demanda por músicas

exclusivas, sobretudo para eventos religiosos, ocupou gerações de compositores. Suas obras eram inspiradas em dois temas recorrentes: solidão e religiosidade, sentimentos comuns ao homem que buscava a sorte nas Minas. A região revelou alguns excelentes compositores e pelo menos um genial: o organista José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita, que provavelmente nasceu em Minas Gerais e, tudo indica, era mestiço. Com atuação em Diamantina e Ouro Preto, Lobo de Mesquita deixou cerca de quarenta obras conhecidas.<sup>37</sup>

A literatura e a poesia fecham o rol dos subprodutos culturais da corrida do ouro.

A pujança da economia da região permitiu que muitos moradores de Minas Gerais fossem poupados do trabalho bruto a que haviam se submetido seus avôs e pais e se tornassem íntimos das letras. Em vez de gastar as horas do dia a bater o ouro ou a conduzir mercadorias no lombo de burros, essa classe de privilegiados lia os enciclopedistas e discutia, em círculos fechados, temas ligados ao arcadismo e ao iluminismo. Com o tempo, passaram de meros consumidores de livros a escritores, deixando vivas contribuições à língua portuguesa — na colônia, foram os autores de Minas Gerais quem primeiro superaram a complexa linguagem arcaica portuguesa e passaram a se expressar com frases curtas, claras, diretas e racionais, criando a base de uma literatura genuinamente brasileira.<sup>38</sup>

A expressão máxima desse movimento foi o poeta Cláudio Manuel da Costa. Nascido em Mariana e educado no Rio de Janeiro e em Coimbra, ele era um dos homens mais ricos da capitania — seus negócios se estendiam por áreas como pecuária, fabricação de tecidos e mineração. Com seus sonetos que falavam de ouro, rocha, mineração e angústia com o fisco, Cláudio Manuel chegou a ser considerado o melhor poeta de língua portuguesa em fins do século XVIII.<sup>39</sup>

Não era só em Minas Gerais que o impacto do *rush* se fazia sentir. Toda a colônia era outra.

Nas primeiras cinco décadas da corrida do ouro, surgiu no Brasil uma economia interna que independia de Portugal. Sorocaba (vila paulista localizada a 700 quilômetros de Vila Rica) era a prova acabada do vigor da economia aurífera. Todo ano, a vila sediava a maior feira comercial da colônia, voltada sobretudo para os mercados de Minas Gerais e de seus fornecedores. O principal produto negociado eram as bestas de carga, criadas no Rio Grande do Sul. Por volta de 1750, cerca de 10 mil animais eram vendidos anualmente na feira de

Sorocaba, fazendo girar uma robusta rede de comércio e de serviços. As hospedarias e tabernas ficavam repletas de homens de negócio, vendedores de produtos finos, artistas de circo, jogadores profissionais, trapaceiros e “mulheres de vida alegre”.<sup>40</sup>

Diferentemente de um século antes, quando o Brasil era formado por núcleos economicamente independentes, havia agora mais integração. A conexão criada com o comércio de bestas na feira de Sorocaba (Rio Grande do Sul/São Paulo/Minas Gerais) era uma das muitas que haviam sido tecidas no vácuo da corrida do ouro. Na segunda metade do século XVIII, picadas facilitavam o trânsito intenso entre Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso — estas duas últimas regiões, já independentes de São Paulo, formavam capitânicas próprias. O Mato Grosso por sua vez também se ligava diretamente ao Pará por intermédio do rio Madeira. E desde 1732 o gado da Bahia seguia direto para as regiões auríferas de Goiás.

Outra novidade, também fruto direto do *rush*, foi o deslocamento do eixo econômico e administrativo da colônia. Se até o século XVII o Nordeste fora a região mais rica e populosa do Brasil, no século XVIII foi a vez do Centro-Sul. Em 1763, por causa sobretudo de sua proximidade com as lavras de ouro, o Rio de Janeiro substituiu Salvador como capital da colônia, uma mudança que afetaria para sempre o Brasil. Ao escoar para a Europa a maior parte do metal precioso da colônia e, no sentido inverso, receber boa parte dos escravos e produtos destinados às lavras, o porto do Rio de Janeiro se tornou o mais importante da América Portuguesa.

A busca do ouro e num segundo momento a exploração das lavras contribuíram para a integração da colônia, mudaram seu eixo geopolítico e lhe propiciaram um mercado interno, mas não só isso. Também consolidaram o alargamento das fronteiras, iniciado no século XVII com a expansão da pecuária. Quando o *rush* tomou o rumo do oeste paulista e avançou por Goiás, Mato Grosso e Rondônia, o que acontecia na prática era a invasão do território espanhol — mais uma vez, paulistas e portugueses mandavam às favas o Tratado de Tordesilhas. A insistente violação e ocupação das terras da América Espanhola se mostrou um bom negócio para Portugal. Em 1750, quando as duas Coroas redesenharam as fronteiras do Novo Mundo, no Tratado de Madri, prevaleceu a tese do *uti possidetis* — ou seja, a posse de direito derivava da posse de fato. Como portugueses e luso-brasileiros haviam ocupado muito mais terras que espanhóis e hispano-americanos, o Brasil triplicou de tamanho. Graças em parte aos esforços da corrida do ouro, as fronteiras brasileiras somariam 8,5



milhões de quilômetros quadrados, território 15 vezes maior que o da França, 17 vezes o da Espanha e 93 vezes o de Portugal. No futuro, apenas quatro países teriam mais terras que o Brasil: Canadá, China, Estados Unidos e Rússia.

Na era do ouro, o Brasil se agigantou em tamanho e também em população. Nos cem anos arredondados da corrida, a população não-indígena da colônia passou de 300 mil para 3,5 milhões. Só as áreas de lavras auríferas congregavam 600 mil pessoas, um sexto dos habitantes da América Portuguesa.<sup>41</sup> A massa humana do Brasil já era 20% maior que a de Portugal.

## Notas

1. “Construção solidíssima” e “curvas caprichosas” são expressões de Paulo Krüger Corrêa Mourão, *As igrejas setecentistas de Minas*, p. 43.
2. *Triunfo eucarístico* foi publicado pela primeira vez em 1734, em Lisboa. A íntegra está na *RAPM*, vol. 6, jul./dez.-1910, pp. 985-1016.
3. “Acampamento mineiro sem atrativos” é expressão de Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa*, p. 109.
4. Simão Ferreira Machado, “Triunfo eucarístico”, *RAPM*, vol. 6, jul./dez.-1910, pp. 996, 1000 e 1015.
5. *Idem*.
6. O órgão continua em atividade na Sé de Mariana. Em 2010, havia dois concertos semanais ([www.orgaodase.com.br](http://www.orgaodase.com.br)).
7. Edgard de Cerqueira Falcão, *Relíquias da terra do ouro*, p. 36, com dados de Herculano Veloso.
8. Francisco Tavares de Brito, “Itinerário geográfico...”, *CCM*, vol. 1, pp. 907-8.
9. Pontes dos Contos (1744), do Padre Faria (1750), do Rosário (1753), de Marília (1755) e do Pilar (1757).
10. “Sólidos viadutos...” é expressão de Edgard de Cerqueira Falcão, *op. cit.*, p. 28.
11. Os sete chafarizes são Passo do Antônio Dias (1752), Glória (1753), Alto da Cruz do Padre Faria (1757), Marília (1759), Contos (1760), Barão de Ouro Branco (1761) e Alto das Cabeças (1763). Para a meia centena, Sylvio de Vasconcellos, *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*, p. 7.
12. José Fernandes Pinto de Alpoim é autor, entre outros, do manual “Exame de artilharia que compreende aritmética, geometria e artilharia, com quatro apêndices”.
13. A praça Tiradentes é a principal de Ouro Preto. O palácio abriga hoje o Museu de Ciência e Técnica.
14. Para os imigrantes, Laura de Mello e Souza, *Desclassificados do ouro*, p. 42.
15. Bando do governador de Minas Gerais de 2 de dezembro de 1733. Joaquim Felício dos Santos, *Memória do Distrito Diamantino*, p. 56.
16. No memorável *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, Júnia Ferreira Furtado demole os estereótipos construídos pela má historiografia e pela mídia e mostra que a relação da ex-escrava com o contratador, para além de uma grande história de amor, era típica das Minas Gerais do século XVIII.

17. Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, vol. 2, pp. 336-7.
18. Liana Maria Reis, “Criminalidade escrava nas Minas Setecentistas”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 479.
19. Frei Agostinho de Santa Maria citado por Augusto de Lima Jr., *op. cit.*, p. 200.
20. Carta de d. Braz da Silveira de 2 de junho de 1716. Charles R. Boxer, *op. cit.*, p. 199.
21. Célio Marcelo Alves, “A imagem religiosa setecentista em Minas Gerais”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, vol. 1, p. 436.
22. Paulo Krüger Corrêa Mourão, *op. cit.*, p. 145.
23. Mariana, Sabará, Conceição do Mato Dentro, Ouro Preto, Piranga, Santa Bárbara, Congonhas do Campo e Serro (topônimos atuais). *Idem*, p. 28.
24. Santo Antônio: Ouro Branco, Tiradentes, Glaura, Calambau, Piranga e Diamantina. São Francisco de Assis: Sabará, Mariana, Ouro Preto, Diamantina e São João del-Rei (topônimos atuais). *Idem*, p. 29.
25. Documentos oficiais da época referem-se às duas datas, sendo difícil estabelecer qual é a correta.
26. Para o salário, Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 32.
27. “Aflitivas figuras” é expressão de Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*
28. Um belo livro sobre o templo — ligeiro, culto, acessível, bem escrito e ricamente ilustrado — é *A igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica*, de Francisco de Paula Vasconcellos Bastos.
29. Pagamento em parcelas referente ao altar-mor da igreja de São Francisco de Ouro Preto. Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 139.
30. Entre os identificados estão Antônio da Costa Santeiro, Antônio Francisco Braga, Bazílio Pereira da Silva, Domingos Carvalho Pinheiro, Felipe Vieira, Francisco de Faria Xavier, Francisco Vieira Servas, Francisco Xavier Carneiro, Francisco Xavier de Brito, Francisco Xavier Meireles de Rabelo, Garcia de Souza, Jacinto Ribeiro, Jerônimo Félix Teixeira, João de Carvalhaes, João de Deus Veras, João Lopes Maciel, João Nepomuceno Correia e Castro, Joaquim de Nazareth, José Coelho de Noronha, José de Meireles Pinto, José Gervásio de Souza Lobo, José Joaquim da Natividade, José Martins Lisboa, José Soares de Araújo, Lourenço Rodrigues de Souza, Luiz Pinheiro, Manoel de Matos, Manoel Dias, Manoel Francisco de Araújo, Manoel Gomes da Rocha, Manoel Gonçalves Valente, Manoel Rabelo de Souza, Manoel Ribeiro Rosa, Manoel Vieira Pinto, Matias Antônio, Padre Félix Antônio Lisboa, Pedro Miranda, Sebastião Gonçalves

Soares, Silvestre de Almeida Lopes e Valentim Correa Paes. A relação é de Célio Marcelo Alves, *op. cit.*, pp. 446-9.

31. Francisco Curt Lange, “A música barroca”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *op. cit.*, p. 139.

32. *Idem*, p. 157.

33. *Idem*, p. 156.

34. *Idem*, p. 147.

35. Auguste de Saint-Hilaire assistiu a um espetáculo como esse na casa da ópera de Vila Rica, na virada de 1816 para 1817, segundo relata em *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 73. Dos teatros da época, o de Ouro Preto continua de pé e, em 2010, estava bem preservado.

36. Francisco de Paula Vasconcellos Bastos, *op. cit.*, p. 74.

37. Deve-se ao musicólogo Francisco Curt Lange a descoberta e recuperação da obra de Lobo de Mesquita, bem como de outros compositores brasileiros que atuaram em Minas Gerais no século XVIII.

38. Sylvio de Vasconcellos, *op. cit.*, p. 6.

39. A afirmação é de Sérgio Buarque de Holanda. Ronaldo Vainfas (org.), *Dicionário do Brasil colonial*, pp. 122-3.

40. “Mulheres de vida alegre” foi a expressão usada por F. L. Abreu Medeiros, em 1864, ao definir nas suas “Curiosidades brasileiras” a prostituição na feira de Sorocaba. O texto, na íntegra, está em Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, pp. 197-9.

41. Para a variação no século, Roberto C. Simonsen (*op. cit.*, p. 271), citando Contreras Rodrigues e Humboldt. Para a população em áreas de lavoura, Caio Prado Jr., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 1163.



## Capítulo 13: Os que não sonharam

O ouro que moldou o Brasil e encantou a Europa foi o mesmo que provocou um desastre na África. A corrida do ouro contribuiu largamente para uma das maiores tragédias da humanidade: a escravidão negra.

No Brasil, ao contrário dos índios, que contavam com alguma proteção dos jesuítas, os escravos africanos não tinham benfeitores. É verdade que o cativo já existia na colônia antes da descoberta do metal precioso e é verdade também que continuou existindo depois do *rush*. Mas sem dúvida o século XVIII representou a pior fase da servidão na América Portuguesa e muito por causa da mineração. Dos 3,3 milhões de escravos trazidos da África entre meados de 1500 (início do tráfico) e 1888 (data da abolição), 600 mil (18%) trabalharam nas minas no período da corrida do ouro.<sup>1</sup> A mineração na América Portuguesa consumiu 10% de todos os escravos africanos exportados para o mundo no século XVIII.<sup>2</sup>

O enxame humano que foi obrigado a trocar a África pelo Brasil para fazer girar a economia do ouro alimentou um dos movimentos migratórios mais agudos do planeta. Enquanto um continente era mutilado, colonizava-se outro. Até 1693, a população negra em Minas Gerais era zero. Mas já na virada do século, com o fracasso do emprego da mão de obra indígena nas lavras, a importação de escravos africanos disparou. Os senhores das Minas começaram comprando 2.000 “peças” por ano, mas com o incremento da mineração esse número aumentou para 4.000 (1717-1723), 6.000 (1723-1735), até atingir o pico de 7.360 escravos por ano (1739-1741).<sup>3</sup>

Essa demanda extraordinária — vinte escravos por dia só para Minas Gerais — abalou as estruturas do mercado negreiro internacional. Os traficantes que atuavam na ponta do negócio (africanos que capturavam seus inimigos ou mesmo membros de suas próprias tribos) e os intermediários (europeus que vendiam os escravos nos portos da África) não estavam preparados para atender o aumento da procura. Num primeiro momento, tentou-se resolver o problema intensificando a barbárie: caçadores de escravos de Angola, do Congo e do Gabão, tradicionais fornecedores de mão de obra para a América Portuguesa, fizeram eclodir mais guerras internas naquelas paragens, com o intuito de

aumentar o número de escravos capturados. Ainda assim, a ampliação da oferta não saciou os mineradores, produtores e comerciantes que viviam no Brasil. A solução então foi recorrer a um fornecedor menos procurado: a Costa da Mina.

Em 1721, um consórcio formado por grandes traficantes de escravos da Bahia fundou no porto de Ouidá, no reino de Daomé, o primeiro entreposto de escravos administrado por luso-brasileiros. O entreposto funcionava na velha fortaleza de São João Batista, fundada pelos portugueses em 1680.<sup>4</sup> Do ponto de vista dos mineradores da América Portuguesa, a iniciativa foi um sucesso. A presença dos traficantes baianos na Costa da Mina rapidamente fez crescer a oferta de escravos. A explicação é simples: com uma só tacada, pôde-se planejar melhor a caça e o transporte dos cativos para o Brasil e afastar os atravessadores europeus. Como os baianos compravam grandes quantidades de mina, como era chamado o negro da Costa da Mina, toda a região passou a viver em função da fortaleza. Em poucos anos, Ouidá era o principal porto de embarque de escravos para o Brasil.

No interior da Costa da Mina, homens, mulheres e crianças eram caçados tal qual animais. Havia predileção pelos indivíduos dos reinos de Iguira, Wassá, Akien e Adansi, que possuíam bom conhecimento de mineração. Além de dominarem as técnicas de lavagem do ouro de aluvião e a exploração de terrenos de cascalho, os negros-mina tinham fama de ser mais fortes e resistentes a doenças que os angolanos. Nas regiões de mineração do Brasil, eles eram tidos também como uma espécie de amuleto. Dizia-se que os pretos-mina — facilmente reconhecidos pela beleza física e pelas cicatrizes em forma de risco nas têmporas — tinham o poder sobrenatural de descobrir novos depósitos de ouro.

Uma vez capturadas, as “peças” eram amarradas umas às outras por libambos (correntes de ferro com argolas que prendiam tornozelos, mãos e pescoços) e então eram levadas à fortaleza de São João Batista, onde eram trocadas por fumo, cachaça, tecidos e armamentos. Ao passarem das mãos dos traficantes africanos para as dos baianos, os cativos deixavam de ser tratados como feras e passavam a ser manipulados como gado. Na primeira fase do cativeiro, os escravos permaneciam trancados na fortaleza por cerca de um mês, período em que eram curadas possíveis feridas de caça e também aplacadas frequentes revoltas. Para amainar os ânimos mais acirrados, negros que não se conformavam com a nova condição de servo eram mortos na frente do grupo e jogados dentro de um pequeno fosso.

Terminada a quarentena, era hora de partir. Apesar da curta distância que

separava a fortaleza e o porto de Ouidá (4 quilômetros), o trajeto era feito em quatro dias. Era o tempo necessário para cumprir uma dolorosa cerimônia de adeus. Num determinado ponto, as meninas e mulheres eram obrigadas a dar sete voltas em torno de uma árvore, enquanto os meninos e os homens davam nove. O gesto tinha o sentido de “desorientar” o cativo para que ele esquecesse o lugar de onde viera. (O rito, contudo, não era aceito sem resistência: num ponto mais adiante, os prisioneiros davam três voltas em torno de uma grande árvore, tentando recuperar sua origem.) A última parada era a mais longa. Durante três dias, os escravos eram deixados ao relento para uma nova triagem. Era quando as punições e execuções se intensificavam a fim de subjugar os cativos mais renhidos e prepará-los para a longa travessia.

No dia seguinte, ao amanhecer, os escravos passavam pelo “ponto do não retorno”, um portal improvisado que representava o fim de tudo o que haviam vivido na África. E aí sim eram amontoados nos navios que os levariam para o outro lado do Atlântico.



ESTRADA EM OUIDÁ, NO BENIN, QUE LEVA “AO PONTO DO NÃO  
RETORNO”

Os navios negreiros que aportavam nas águas verdes do porto de Ouidá eram chamados, sem nenhum exagero, de “tumbeiros”. As condições de vida a bordo eram subumanas, e a sobrevivência, incerta. Em cada viagem (aproximadamente 6.000 mil quilômetros), eram transportados de 200 a 700 escravos. Durante 35, 40 ou 50 dias (respectivamente, de Ouidá ao Recife, a Salvador e ao Rio de Janeiro), os cativos tinham de se espremer em pequenos porões, deitados no chão ou em beliches de madeira. Como não havia banheiros, o local onde os negros dormiam, comiam e defecavam era o mesmo. O choque era tão grande que muitos adoeciam, se deprimiam e até mesmo se suicidavam. Calcula-se que, de cada carga de 700 escravos, 140 em média morriam antes de chegar ao destino.<sup>5</sup> Em alguns casos, a mortalidade era superior a 50%.<sup>6</sup> A seu modo, até o rei de Portugal, ao saber das matanças que ocorriam nos “tumbeiros”, apiedou-se da infelicidade dos negros. Não moveu um dedo para impedir o tráfico ou para suavizar a vida a bordo, mas determinou que todos os escravos fossem batizados antes de embarcar.<sup>7</sup> Assim, os negros que perdessem a vida iriam direto para o reino do Céu.

Na chegada ao Brasil, novo trauma. Para diminuir a capacidade de articulação dos escravos, os vendedores procuravam eliminar as conexões que porventura eles ainda conseguiam manter. Filhos eram separados dos pais, mulheres eram apartadas de seus maridos e membros de uma mesma comunidade eram desunidos. Procurava-se misturar indivíduos de tribos inimigas e de línguas diferentes, dificultando assim a comunicação e o entrosamento. Quanto mais o corpo do cativo estivesse sadio e a alma destrozada, mais ele valia.<sup>8</sup>

Geralmente seminuas ou em andrajos, as “peças” eram expostas em mercados. Ali, ao ar livre e à vista do público, os negros eram apalpadados, pesados e tinham os dentes vistoriados. Como em qualquer outro setor, os preços variavam conforme a oferta e a demanda. Por volta de 1703, um negro “ladino” (ou seja, que falava português, estava adaptado ao cativo e sabia executar algum ofício) era vendido em Minas Gerais por 1 quilo de ouro, quase o mesmo que um bom cavalo de montaria.<sup>9</sup> Na Bahia, praça onde atuavam muitos atacadistas, os custos eram menores, mas mesmo lá a flutuação nos preços acompanhou a escalada da corrida do ouro. Em 1692, pouco antes da descoberta das minas, um escravo custava em Salvador 143 gramas de ouro. Duas décadas depois, valia 478 gramas, um aumento de 234%.<sup>10</sup>

Em meados do século XVIII, cada proprietário de escravos em Minas Gerais possuía em média 13 “peças”, mas não raro os plantéis ultrapassavam cinquenta





NAVIO NEGREIRO (POR RUGENDAS)

cabeças.<sup>11</sup> Os negros cativos estavam por toda parte. Em Vila Rica, em 1735, eles eram 20.863. Na Vila de Nossa Senhora do Carmo, no mesmo ano, 26.892.<sup>12</sup> Até o longínquo arraial de Água Quente, em Goiás, onde fora encontrada a pepita de 20 quilos de d. João V, chegou a ter 16 mil gentios d'África.<sup>13</sup>

Nas regiões auríferas, os negros eram empregados nas mais diversas atividades (pecuária, agricultura, comércio, prestação de serviços, trabalhos domésticos), mas o setor que absorvia os maiores contingentes era a mineração. Nas minas, os cativos atuavam em todas as fases do processo: bateavam, construíam barragens, drenavam leitos de rios, transportavam material etc. Para que não roubassem o produto de seu trabalho, eram vigiados por feitores — a exceção acontecia com os faiscadores, que tinham liberdade de ação, devendo apenas, uma vez por semana, apresentar uma quantidade específica de ouro a seus donos. Os pretos-mina deram uma grande contribuição à corrida do ouro, emprestando as técnicas de mineração desenvolvidas por seus ancestrais, mais evoluídas que a dos portugueses e luso-brasileiros. Foram os cativos, por exemplo, que disseminaram o uso da bateia de madeira, que acabou substituindo os tradicionais pratos de estanho dos portugueses, e introduziram o método de captar as partículas menores de ouro com telas feitas de couro de boi.

Nas minas, os escravos trabalhavam pesado: a jornada ia do alvorecer ao pôr do sol. Os bateadores passavam doze horas por dia, em média, metidos até a cintura em córregos de água gelada. Enquanto os pés estavam sempre frios, a temperatura do restante do corpo oscilava conforme as condições do tempo — às

vezes num só dia havia sol escaldante, chuva e vento frio. O choque térmico com frequência causava vômitos, febre, tremores e disenteria aguda, evoluindo muitas vezes para reumatismo, pleurite e pneumonia.<sup>14</sup> Para os escravos que trabalhavam dentro de minas subterrâneas, o problema era outro: os acidentes. Escoras malfeitas, infiltrações e desleixo por parte dos administradores, uma mistura fatal e constante, acabavam geralmente em desmoronamento. Outra modalidade de extração de ouro mortífera era a dos escravos mergulhadores. A tarefa consistia em mergulhar em rios mais profundos e recolher para dentro de um saco, usando uma pequena enxada (almocafre), o cascalho do fundo dos leitos. Tudo era feito sem equipamento algum, apenas com a força de braços e pernas e do fôlego. O resultado aparecia em poucos anos: o dono da lavra enriquecia e o negro acabava seus dias tuberculoso ou pneumônico.

Não bastasse a dura faina nas minas, fora do horário de expediente, os cativos em geral mereciam de seus proprietários um tratamento aviltante. Eram servidas apenas duas refeições por dia, compostas geralmente de angu, feijão, farinha de mandioca e sal. Às vezes, o cardápio era reforçado com cabeças ou vísceras de animais, e, quando aparecia carne, havia uma boa chance de ela estar estragada (alguns mineradores tinham o hábito de comprar comida apodrecida, vendida a preços baixos). Na ração diária, não faltavam o fumo e a cachaça, paliativos para a fome, mas quando nem isso resolvia comia-se até ratos.<sup>15</sup>

De noite, em senzalas mal protegidas contra o frio e a chuva, os negros dormiam no chão. Quando adoeciam ou sofriam um acidente, contavam apenas com Deus e com seus conhecimentos de medicina natural. A assistência médica na colônia era péssima, mas pior ainda em Minas Gerais — Vila Rica teve seu primeiro cirurgião somente em 1734, e este quase nunca atendia escravos.<sup>16</sup>

A relação entre senhores e escravos, no entanto, ia além do binômio dominador-dominado. Era comum que os brancos se afeiçoassem aos negros, escolhendo entre estes os seus protegidos. Também não era raro que entre um e outro houvesse espaço para negociação e pactos, fazendo com que o negro também fosse protagonista de sua história.<sup>17</sup>

Nem todos os cativos aceitavam de bom grado a sina que lhes coubera nas minas do Brasil. Muitos fugiam para os matos mais afastados ou fechados, chegando a formar comunidades-esconderijos, os quilombos, onde viviam em companhia de outros indivíduos marginalizados, como brancos pobres, negros forros, índios e bandidos. Para sobreviver, praticavam a pesca, a coleta e a caça. Também roubavam e garimpavam ouro, que, nas sombras da noite, era trocado por produtos em tabernas de ex-escravos. Nem todos os forros eram solidários

com os foragidos. Em Minas Gerais, aproximadamente 15% dos capitães do mato (caçadores de negros fujões) eram ex-escravos.<sup>18</sup> Para cada “peça” recuperada viva, os capitães do mato recebiam até 90 gramas de ouro. Mas na eventual morte da presa durante a caçada o prêmio baixava para 21 gramas (nesse caso, como prova do serviço cumprido, o contratante recebia a cabeça do negro conservada em sal).<sup>19</sup>

Aos fugitivos capturados vivos, reservava-se o inferno: palmatória, açoite em praça pública (no pelourinho ou no tronco) e decepamento de orelhas. Os carrascos tinham uma série de instrumentos de ferro para torturar os negros, como máscaras, marcadores à brasa, vira-mundos (peças que prendiam simultaneamente punhos e tornozelos), *anjinhos* (anéis que, apertados com chaves de parafuso, esmagavam os dedos) e calcetas (bolas presas no tornozelo).

Uma opção à fuga era a coartação, a compra da própria liberdade. Muito comum em Minas Gerais, a coartação era um bom negócio para o proprietário de escravos, que chegava a cobrar preços acima dos de mercado. Os negros pagavam pela alforria com o ouro que garimpavam nos domingos, única folga semanal a que tinham direito. O pagamento era feito a prestações e costumava ser quitado entre três e seis anos.<sup>20</sup>

Depois de libertos, a maioria dos africanos permaneceu no Brasil — por estar integrada à vida da colônia ou pela impossibilidade de retornar à terra natal. Mas cerca de oito mil, muitos dos quais haviam chegado ao Brasil ainda crianças, voltaram.<sup>21</sup> Os “retornados” levavam na bagagem a cultura da colônia, como técnicas de carpintaria, marcenaria e arquitetura. Por vezes, carregavam também um punhado de ouro.<sup>22</sup> Era com esse ouro — e mais o sobrenome de seus antigos donos (Silva, Souza, Santos, Amaral, Rocha, Monteiro, Campos etc.) — que eles começavam uma vida nova.<sup>23</sup>

A imensa maioria dos africanos trazidos ao Brasil não viveu muito e morreu aqui mesmo. Na capitania de Minas Gerais, em meados do século XVIII, a vida útil de um escravo na mineração variava de 10 a 12 anos.<sup>24</sup> Após esse período, os que haviam sobrevivido (50% do total) estavam tão debilitados que já não prestavam para o trabalho nas minas.<sup>25</sup> Recebiam então alguma tarefa mais branda à espera do dia da desencarnação. Quando essa hora chegava, costumava-se pôr o defunto na porta de alguma igreja para que o pároco se encarregasse dos despojos. Ou então enterrava-se o cadáver numa cova rasa, à mercê dos cães.<sup>26</sup> Depois disso, se a carteira permitia, o minerador voltava ao mercado para comprar mais um preto.

Apesar de “durarem” pouco, os negros respondiam às expectativas dos

mineradores. Como a produtividade per capita variou entre 108 e 200 gramas de ouro por ano, é possível imaginar que, afora as variações espetaculares típicas do negócio, cada negro tenha rendido um total de 1.080 a 2.400 gramas.<sup>27</sup> Ou seja, na pior das hipóteses, depois de pagarem o investimento feito com as “peças”, os mineradores obtinham um lucro de 8% a 480%.<sup>28</sup> Nada mau.

Ao final da corrida do ouro, só em Minas Gerais, havia 189 mil escravos africanos ou afro-americanos, o equivalente a 46% da população da capitania.<sup>29</sup> Tratava-se da maior população escrava do Novo Mundo.<sup>30</sup> No mesmo período, ainda em Minas, somando os negros e os moradores de Minas que tinham sangue africano nas veias (cativos, forros e mulatos nascidos livres), o número saltava para 329 mil (81% da população).<sup>31</sup>

As Minas Gerais do ouro eram um pedaço da África no Brasil.<sup>32</sup>

Se poucos negros puderam reconstruir suas histórias na África, muitos deixaram aqui, no Brasil, suas marcas. Graças em boa medida à demanda por braços nas minas, o Brasil é hoje o país com a maior população afro-descendente do mundo.<sup>33</sup>

## Notas

1. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, p. 135.
2. Thomas E. Skidmore, *Uma história do Brasil*, p. 93.
3. A. J. R. Russell-Wood, *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, p. 164.
4. Atual sede do Museu de História de Ouidá, a fortaleza é considerada pela Unesco patrimônio cultural da humanidade. Em 2005, quando a visitei, ela estava bem cuidada e era um importante ponto de turismo interno da África Ocidental, procurada também por europeus e norte-americanos.
5. Rubim Santos Leão de Aquino e outros, *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*, p. 119.
6. Thomas E. Skidmore, *op. cit.*, p. 33.
7. Ordem de d. João V de 29 de novembro de 1719. Diogo de Vasconcelos, *História antiga das Minas Gerais*, vol. 2, p. 164.
8. Lucas Figueiredo, “Rumo aos garimpos”, p. 11.
9. André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, p. 117.
10. Cálculos do autor a partir de dados fornecidos por Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 44.
11. Douglas Cole Libby, “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 433.
12. Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 296.
13. Raimundo José da Cunha Matos, “Corografia histórica da província de Goiás”, p. 339.
14. A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, pp. 174 e 196.
15. Para os ratos, Laura de Mello e Souza, citando Stuart Schwartz, em “Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações”, em Fernando A. Novais (dir.) e Laura de Mello e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil*, vol. 1, p. 291.
16. Era o médico francês Antônio Labedrene. A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, pp. 177 e 402.
17. Para uma visão da escravidão que vai além do “imaginário do tronco”, ver Douglas Cole Libby e Eduardo França Paiva, *A escravidão no Brasil*.
18. Carlos Magno Guimarães, “Escravidão e quilombos nas Minas Gerais do século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta

(orgs.), *op. cit.*, p. 449.

19. *Idem*, pp. 450-2.

20. Eduardo França Paiva, “Depois do cativeiro: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, pp. 506 e 509.

21. Lucas Figueiredo, *op. cit.*, pp. 8-11.

22. Em 2005, quando estive no Benin (país onde o francês é a língua oficial e a maioria da população se comunica em fon, iorubá, bariba e dendi, línguas locais), ouvi nas ruas descendentes de “retornados” se cumprimentando em português (“bom dia!”, “como passou?”, “bem, obrigado”). Eles apreciam pratos da culinária brasileira, como farofa e feijoada, e dançam samba e boi-bumbá. Construída no século XIX, a mesquita central de Porto Novo, no Benin, tem o traçado de uma igreja católica do Brasil Colônia.

23. Com o conhecimento e o ouro que trouxeram do Brasil, os “retornados” formaram uma elite no Benin. Em 2005, um dos beninenses mais ricos e poderosos, Karin da Silva, era neto de um “retornado”, Honório da Silva, mandado para o Brasil aos 14 anos de idade.

24. A. J. R. Russell-Wood, *op. cit.*, p. 175.

25. *Idem*.

26. *Idem*, pp. 196-7.

27. Para a produtividade per capita de 200 gramas/ano, Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 296. Para a de 108 gramas/ano, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 69. A. J. R. Russell-Wood (*op. cit.*, p. 178) considera “importantes” as estimativas, mas observa que duas características da mineração no século XVIII eram a imprevisibilidade e a sorte.

28. No cálculo, levou-se em consideração os preços de um escravo em épocas e locais diferentes: Minas Gerais em 1703 (1 quilo de ouro) e Bahia em 1723 (478 gramas).

29. Dados referentes a 1805. Douglas Cole Libby, “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 419.

30. Eduardo França Paiva, “Depois do cativeiro: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 505.

31. Douglas Cole Libby, “As populações escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *op. cit.*, p. 419.

32. Dois séculos após o fim da corrida do ouro, Minas Gerais possuía 9,5 milhões

de negros e pardos (50,6% da população). Continuava sendo um pedaço da África no Brasil.

33. Thomas E. Skidmore, *op. cit.*, p. 16.



## Capítulo 14: O arrepio do medo

Se d. João V havia tentado ser o *Rei Sol* de Portugal, d. José I, seu filho e sucessor, aclamado em 1750 aos 36 anos de idade, contentou-se em ser um *Rei Sombra*.

Indolente e apagado, d. José nunca quis saber dos assuntos da Coroa. Nos seus 25 anos de reinado, delegou praticamente todo o poder a um de seus auxiliares mais talentosos — Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro marquês de Pombal — e cuidou do que realmente lhe interessava: os jogos de malha, as caçadas, as touradas, os recitais de ópera e as amantes.

No início do reinado de d. José, a situação dos cofres reais era periclitante. “Ele [o rei] não tem dinheiro, tampouco tropas ou navios e, poderia mesmo acrescentar, não possui crédito nem recursos que o permitam obtê-lo (...)”, anotou à época o conde de Baschi.<sup>1</sup> Ainda assim, com as minas do Brasil a render gordas remessas de ouro, queimadas tão logo entravam em Lisboa, o rei teve o sossego garantido. Comprava muito, divertia-se, descansava.

A paze e a alegria duraram cinco anos.

No dia 1º de novembro de 1755, um sábado, o céu amanheceu azul e sem nuvens. O regrado sol de outono aquecia Lisboa a uma média de 14°C; não fazia frio nem calor.<sup>2</sup> Como a manhã estava agradável e era feriado (dia de Todos os Santos), a família real não perdeu a chance: bem cedinho, enquanto os sinos da capital repicavam chamando os fiéis à missa, o rei, a rainha e os herdeiros partiram para mais um dia de ócio e diversão no paço de Belém.

Com seis anos de idade, Goethe, o futuro escritor e poeta alemão, não estava em Lisboa naquele dia. Mas soube que, na capital portuguesa, por volta de 9h40, tudo mudou. Anos depois, ele escreveria sobre o episódio que lhe causara tanto impacto na infância: “Decerto em tempo algum o demônio do terror espalhou por toda a terra, com tanta rapidez e tanta força, o arrepio do medo”.<sup>3</sup>



O primeiro sinal foi um ronco alto e prolongado que saiu de dentro da terra,  
uma  
espécie  
de  
“trovão



subterrâneo”.<sup>4</sup> Depois que a terra rugiu, o mal se materializou. Começou com leves tremores e logo evoluiu para um abalo forte e demorado que, com movimentos ondulatórios, jogou a cidade para cima e em seguida para baixo. Era um terremoto de 9 graus na escala Richter, o pior ocorrido na Europa até então e um dos mais mortíferos da história.<sup>5</sup>

Quando a casa em que vivia veio a baixo, por sorte Jacome Ratton, um jovem de 19 anos, conseguiu sair dos destroços e correr para a rua.<sup>6</sup> Nunca se esqueceria do cheiro de enxofre que vinha do Tejo — igual ao que exalava a lagoa de Água Quente, em Goiás, onde 23 anos antes fora encontrada a famosa pepita de ouro de 20 quilos.<sup>7</sup> Após sentir o perfume do diabo, Ratton olhou ao redor e viu que uma fenda se abrira na rua, grande o suficiente para tragar uma

carroça com todos os seus cavalos, que relinchavam de pavor. Próximo a Ratton, uma mulher, também jovem, apertava sobre o peito o filho morto.

Aos poucos, em meio à densa poeira levantada pelos escombros, mais sobreviventes foram aparecendo nas ruas, a gemer, a gritar ou simplesmente tomados por um silêncio catatônico — alguns haviam perdido as pernas ou as mãos. “Quase não se podia dar um passo sem pisar num morto ou num moribundo”, recordaria um sobrevivente.<sup>8</sup>

Dentro dos edifícios o quadro era talvez pior. Das quarenta igrejas da cidade, todas lotadas no momento do terremoto, 35 haviam desabado sobre sacerdotes e fiéis. Só no convento de São Francisco, os cadáveres se contavam às centenas, incluindo 282 frades. Muitos dos que não haviam morrido nos desmoronamentos estavam agora presos sob vigas, colunas ou paredes tombadas. Nas ruínas do que outrora fora uma casa, sentada no chão, trêmula, uma mulher agarrada a uma criança suplicava por água. Um inglês que assistia à cena tentou explicar a ela que todos precisavam sair correndo dali, pois o teto começava a desabar. Não houve tempo. “(...) Naquele instante, caiu uma enorme pedra de uma parede oscilante que desfez ambas em pedaços, a ela e à criança.”<sup>9</sup>



RUÍNAS DA BASÍLICA DE SANTA MARIA, EM LISBOA, EM DESENHO  
FEITO

## DOIS ANOS DEPOIS DO TERREMOTO DE 1755

Do outro lado da cidade, em Belém, onde o terremoto se fizera sentir com menos intensidade, a família real estava aturdida, mas bem. Pode-se dizer que, indiretamente, d. José I escapou da morte graças ao ouro do Brasil — o paço de Belém fora comprado dos herdeiros do conde de Aveiras, 29 anos antes, com o metal precioso da colônia. No momento do abalo, o edifício bicentenário sacudiu mas se manteve de pé.<sup>10</sup> O rei correu para um lado, a rainha e seus filhos para outro.<sup>11</sup> Depois, nos jardins do palácio, já a salvo, d. José viu ao longe a região central de Lisboa coberta pela poeira. Ao ser informado de que a cidade fora destruída, caiu prostrado entre choro e ais.

Nas partes altas de Lisboa, os sobreviventes ainda tentavam escapar do terremoto que engolia a cidade. Por instinto, os que podiam andar fugiam para a zona portuária — menos edificada e, teoricamente, mais segura. Uma corrente de desventurados (homens, mulheres e crianças, alguns nus ou em farrapos) marchava na mesma direção. Sem saber, seguiam um caminho que os levaria à morte.

Depois do terremoto veio o tsunami.

Ondas de até vinte metros de altura se formaram no mar e, pela foz do Tejo, entraram Lisboa adentro, por 250 metros, arrastando barcos, casas, destroços, carruagens, vivos e mortos. Na vazante, carregaram tudo de volta.

Mais uma vez, o Atlântico atravessava o destino de Portugal.

Tudo não demorou mais que sete minutos. Ao final, 15 mil pessoas — o equivalente a 6% da população da cidade — estavam mortas.<sup>12</sup> Sucumbiram plebeus (como o sapateiro José Duarte) e nobres (como a condessa de Lumiães).<sup>13</sup>

Ainda naquela noite, assistiu-se ao terceiro capítulo fúnebre da tragédia: os incêndios. No momento do terremoto, o interior de muitas igrejas estava iluminado por lamparinas, e seus altares, repletos de velas acesas em honra dos santos. Com os tremores, as luminárias e candelas caíram, fazendo com que o fogo se alastrasse por cortinas e móveis e depois pela estrutura de madeira dos edifícios. De noite, com imensas labaredas a saltar de um prédio a outro, as ruínas da capital eram uma grande fogueira. Tão grande que, de Belém, onde permanecia d. José, podia-se ver a luz das chamas a iluminar a catástrofe.

Quando enfim o dia clareou, foi possível entender que Lisboa ainda não tinha terminado sua descida aos infernos. Sob uma fina chuva de cinzas, cães famintos se alimentavam da carne dos cadáveres. Na verdade, disputavam-nos com os

saqueadores, que roubavam qualquer coisa de valor que não tivesse sido tragada pela terra, levada pelas águas ou consumida pelo fogo. Uma testemunha viu quando um homem removeu os escombros de um edifício e desenterrou uma mulher que gritava por socorro. Não era um salvador. Depois de tomar-lhe as joias (“ricas peças de diamante”), o ladrão “entulhou mais a mulher”, jogando pedras sobre ela.<sup>14</sup> Malfeitores que não conseguiam remover anéis e brincos dos cadáveres e dos moribundos resolviam o problema decepando dedos e orelhas de suas vítimas.<sup>15</sup> Os assaltos nem sempre eram a pior parte da agressão, que por vezes acabava em estupro ou assassinato.

Quem escapou à ira da natureza e à sanha dos homens teve de lutar depois contra a fome e a peste. E contra o medo.

Lisboa ardeu por seis dias seguidos. Durante meses, a terra tremeu a pequenas intensidades. O cheiro de enxofre, que não cedeu, se misturou ao dos cadáveres insepultos. Como não havia condição de enterrar tantos defuntos, passou-se num dado momento a empilhá-los nas portas das igrejas, delegando a Deus a tarefa de coveiro.

Outras regiões de Portugal, como Algarves, também sofreram com a destruição. Mas era pouco comparado ao que tinha acontecido a Lisboa. Uma terça parte da capital não havia mais; apenas 3.000 de suas 20 mil casas continuavam habitáveis. O magnífico Real Teatro da Ópera, recém-concluído, estava destruído. O mesmo tinha acontecido com alguns símbolos da capital, como o Palácio da Inquisição e as igrejas Patriarcal e do Carmo.

As perdas iam além: o terremoto, o maremoto e os incêndios haviam atingido, se não a alma, certamente o coração de Portugal. Ou seja, o ouro do Brasil. Boa parte do tesouro comprado ou feito com o metal precioso da colônia se perdeu. Desapareceu o cais de mármore que tanto orgulho dera a d. João V, e não restou uma só peça da baixela de prata feita por Thomas Germain. No Paço da Ribeira, o prejuízo foi total: joias, peças, barras e moedas de ouro.<sup>16</sup> Salvou-se, contudo, todo o dinheiro guardado nos cofres do Erário Real — “graças a Deus”, comentaria a rainha ao escrever à sua mãe, que vivia na Espanha.<sup>17</sup>

A Providência Divina — ou terá sido a sorte? — poupou algo mais: o torrão de ouro de 20 quilos.

\* \* \*

Desde o momento zero do terremoto, uma pergunta rondava a nação portuguesa: por quê?

Em 1755, ninguém podia imaginar que a porção de terra na qual Portugal se

assentava era instável. A explicação para o fenômeno estava numa ciência que àquela altura engatinhava: a geologia. Atualmente, sabe-se que, em vez de ter uma estrutura compacta, o planeta é formado por um mosaico de chapas justapostas — uma imagem possível seria a de uma bola de vidro quebrada em grandes pedaços e depois mal colada. Para azar de Portugal, seu território está perigosamente enclavado na junção de duas placas tectônicas, como são chamadas as tais chapas. Resultado: quando a placa eurásiana ou a placa africana se movimentam, a terra treme em Portugal. E quando a fricção das placas acontece sob o mar, como no dia 1º de novembro de 1755, o oceano “balança” e, ato contínuo, forma-se uma cadeia de grandes ondas, que se propaga em círculo — um efeito parecido com o de uma pedra jogada na água. Como essas informações eram desconhecidas em 1755, uma grande parte da população, inclusive o rei, se apegou a uma explicação mais simples: Portugal tinha sido castigado por Deus.<sup>18</sup>

Escrevendo a um amigo em Londres, um mercador que sobrevivera aos eventos daquele dia comparou-os à destruição de Sodoma e Gomorra, as cidades que, segundo o Gênesis, teriam sido destruídas pela ira divina em razão dos pecados de seus habitantes.<sup>19</sup> Houve quem avançasse sobre a hipótese de Portugal ter sido punido pelo modo perdulário com que gastava o ouro do Brasil. Alguns ainda traziam na memória um trecho do panfleto que, duas décadas antes, circulara nos canteiros de obra de Mafra: “Temo que aos olhos de Deus [a construção] seja tão mal recebida”.<sup>20</sup> E se os arautos do apocalipse estivessem certos? E se a explicação técnica das placas tectônicas, que surgiria no futuro, servisse apenas para esconder uma verdade brutal: a de que, não podendo conter o ouro do Brasil, o subsolo de Portugal era a morada de Satã?

Fosse correta a tese do fenômeno geológico ou a da vingança dos Céus, o certo é que d. José I se transformou em um rei medroso. Depois do evento, ele simplesmente se recusou a voltar ao paço de Belém, preferindo se mudar com a família real para barracas de lona instaladas nos jardins do palácio. E o apavoramento não passou com o tempo. Nos 22 anos que lhe restaram, d. José nunca tornou a viver sob um teto com estrutura de pedra.

Era preciso reconstruir Lisboa, o rei sabia disso. Mas sabia também que ele próprio seria incapaz de liderar a missão. Assim, mais uma vez, d. José delegou poderes excepcionais a seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o governante de fato. E então, agarrado à sua paúra, foi viver o sossego dos omisso.



MARQUÊS DE POMBAL

Como seus olhos penetrantes e o queixo proeminente já denunciavam, o futuro marquês de Pombal era a antítese do monarca português.<sup>21</sup> No pós-terremoto, o ministro foi ágil e sobretudo eficiente. Aos vivos, tratou de dar, na medida do possível, comida, barracas de lona e atendimento médico. Aos mortos, assegurou a moradia para o descanso eterno — em três modalidades: cova rasa, tumba coletiva ou um saco de pedras no fundo do mar. E aos saqueadores e bandidos que aproveitaram a desordem para barbarizar, reservou a forca.

Pombal tinha pressa. Decorridos apenas 28 dias da hecatombe, ele fez publicar dois decretos com as primeiras medidas para o reerguimento de Lisboa.

Os documentos traziam inclusive o desenho de novas praças e casas. Em algumas áreas, as obras começaram assim que o terreno foi limpo.

Apesar da rapidez com que se planejavam e construía as obras, o projeto era bom. No lugar da cidade de vielas e becos, surgia uma nova Lisboa, com ruas e avenidas largas e praças dilatadas. O antigo casario modesto cedia espaço a edifícios de três ou mais andares. O ritmo com que Pombal conduzia os trabalhos era impressionante. Já no primeiro aniversário da tragédia, era possível ver em Lisboa muitos prédios novos e ruas terraplanadas.<sup>22</sup> A Coroa bancava a reconstrução de igrejas e distribuía subsídios até para o restauro de residências e palacetes particulares.

Mais uma vez, o ouro da colônia pagava a conta.

Quarenta e seis dias após o terremoto, foi enviada ao Brasil a primeira fatura. El-rei em pessoa assinou uma carta aos moradores de Minas Gerais na qual pedia um “subsídio voluntário” para reerguer os edifícios públicos de Lisboa.<sup>23</sup> Mensagens foram enviadas a outras capitanias, todas com um conteúdo semelhante: d. José dizia que “contava com o amor de seus súditos” e requeria a “contribuição de um donativo gracioso”.<sup>24</sup> Obviamente, o caso nada tinha a ver com amor, e muito menos o imposto era voluntário ou gracioso.

Em assembleia realizada em julho de 1756, os procuradores das câmaras de Minas Gerais “anuíram aos desejos do monarca” e ofereceram pagar — durante dez anos e apenas durante dez anos — uma sobretaxa sobre a venda de escravos, cavalos, vinho e cachaça.<sup>25</sup> Na ata da reunião, os representantes de Minas deixaram registrado que, findo o prazo, o “subsídio voluntário” deixaria de ser cobrado, “sem que para isso fosse necessário recorrer à Sua Majestade”.<sup>26</sup>

Em 1757, a capitania mandou a primeira cota do “donativo”: 150 quilos de ouro. No ano seguinte, mais 137 quilos.<sup>27</sup> E assim Minas Gerais e as demais capitanias da colônia foram ajudando a pagar a reconstrução de Lisboa, mas não sem alguma má vontade ou mesmo resistência. Ouviam-se queixas por todo canto, porém não havia saída. De Lisboa, Pombal exigia o sacrifício dos súditos d’el-rei e quando preciso recorria à força.



### PRAÇA DO COMÉRCIO, RECONSTRUÍDA DEPOIS DO TERREMOTO

Nos dez anos estipulados para a vigência do “subsídio voluntário”, só Minas Gerais contribuiu com um total de 1,32 tonelada de ouro.<sup>28</sup> Depois houve mais. Findo o prazo combinado, os coletores de impostos receberam ordens secretas de Lisboa para continuar com a cobrança.<sup>29</sup> O povo acusou a má-fé da Coroa e classificou como ilegal a extensão da coleta. Não houve como evitá-la, contudo. Pombal fez chegar às câmaras “ameaças assustadoras” e instou os colonos a se conformarem “com a vontade do governo”.<sup>30</sup>

Para azar dos povoadores do Brasil, a ganância de Lisboa não parou de crescer. Uma nova taxa, incidente sobre a venda de “produtos da terra” e “gêneros do reino”, foi imposta às vilas de Minas Gerais. Até o final do reinado de d. José, a capitania despejaria na capital portuguesa mais 1 tonelada de ouro.<sup>31</sup>

Com o dinheiro entrando, o rei pôde agilizar a reconstrução da capital — e também praticar o hobby preferido da Casa Real: comprar. D. José começou por cuidar dos santos. A imagem de Nossa Senhora do Cabo da Rosa ganhou duas ricas coroas que totalizavam 126 brilhantes, dezoito rubis e 56 esmeraldas.<sup>32</sup> Nossa Senhora da Conceição também foi presenteadada com duas coroas, feitas com um quilo e meio de ouro.<sup>33</sup>

O rei se lembrou ainda de recompor uma das maiores extravagâncias de seu



pai: a baixela de prata feita por Thomas Germain, que fora perdida no terremoto. Para substituir o aparelho malogrado, d. José I encomendou um novo em folha a François-Thomas Germain, que após a morte do pai, Thomas Germain, em 1748, herdara a prestigiada oficina no Louvre. O pedido, feito menos de oito meses após o cataclismo, era o retrato da imoderação do monarca: 1.270 peças. Mais de 120 artesãos chegaram a trabalhar simultaneamente na baixela, uma das maiores da Europa.<sup>34</sup>

Esse não foi o único serviço de mesa que François-Thomas Germain fez para d. José. Em 1764, o rei incumbiu o ourives de fabricar um aparelho para almoço em ouro maciço, uma raridade. Apenas seis pequenas peças (duas colheres, dois garfos e duas facas) consumiram quase meio quilo do metal precioso.<sup>35</sup> Antes mesmo de ficar pronto, o conjunto impressionava. Na edição de 8 de setembro de 1766, o jornal francês *Avant Coureur* se derramou em elogios ao saleiro em forma de concha de vieira.<sup>36</sup> A beleza e a graça de alguns utensílios (o puxador da tampa de um copo tinha o formato de abacaxi) faziam par com a engenhosidade de outros (um oveiro possuía uma cavidade em cada extremo: uma circular, para servir o ovo cozido em pé, e uma oval, para servi-lo deitado, conforme a moda da época).<sup>37</sup>

O destino, porém, não ajudou d. José. Ele não chegou a ver a baixela de prata nem o aparelho em ouro. Para tristeza do monarca, em 1765, François-Thomas Germain faliu e sua oficina interrompeu a produção. Como não devolveu o dinheiro que havia recebido, o ourives passou a integrar a galeria dos que, na base da gatunagem, se locupletaram com o ouro do Brasil.<sup>38</sup>

D. José seguiu gastando até o último dia em que ocupou o trono. Deu sequência à excêntrica obra do palácio de Mafra e todo ano, só com equitação, caçadas e óperas, torrava em média 640 quilos de ouro.<sup>39</sup> Não sobrava dinheiro para outra coisa que não fosse atender os interesses da corte e prover seu conforto.

Sem receber salários havia 18 meses, soldados e oficiais esmolavam nas ruas com as fardas rotas e as armas enferrujadas.<sup>40</sup> A Coroa estava — ou melhor, continuava — quebrada e muitos sabiam disso. “O rei está a dever a todo o pessoal da sua casa”, informava um militar inglês baseado em Portugal.<sup>41</sup> Em 1764, uma fofoca chegou aos ouvidos de um ministro da Áustria: o fornecedor de carnes dos palácios reais finalmente tinha conseguido receber um terço do que lhe deviam, mesmo assim depois de muito se queixar.<sup>42</sup> O próprio cônsul da Áustria, Stockler, cobrava ostensivamente de d. José, mas sem sucesso, uma dívida de quatro quilos e meio de ouro.<sup>43</sup>

Para diminuir os buracos e bancar os desperdícios, o marquês de Pombal — um homem que literalmente tinha pedras no coração — arrochava o Brasil.<sup>44</sup> Só em pagamento do quinto, ele exigia de Minas Gerais 1,5 tonelada de ouro todos os anos.<sup>45</sup> O problema era que não havia tesouro que chegasse para d. José.

Em 1777, o rei ficou doente e, vendo-se à beira da morte, tratou de cumprir mais uma tradição dos soberanos portugueses: escreveu uma carta com recomendações à mais velha de suas quatro filhas e futura sucessora, d. Maria Francisca, princesa do Brasil, pedindo a ela que pagasse as dívidas da Casa Real quando assumisse o trono.<sup>46</sup>

Naquele mesmo ano, nas primeiras horas do dia 24 de fevereiro, uma segunda-feira, os sinos das igrejas de Lisboa repicaram o dobre de finados. D. José I estava morto. Ainda de madrugada, ao ouvirem o aviso, muitos de seus súditos saíram às ruas e se abraçaram de felicidade.<sup>47</sup>

## Notas

1. Mary del Priore, *O mal sobre a Terra*, p. 92.
2. As condições do tempo foram registradas por um inglês que estava em Lisboa naquele dia. Trechos de seu relato e o de outras testemunhas, aos quais recorri para compor este capítulo, estão no excelente *O mal sobre a Terra*, de Mary del Priore.
3. Citado por Mário Domingues. *O marquês de Pombal*, p. 214.
4. Idem, p. 177.
5. Em meados de 2010, o terremoto ocupava o décimo lugar na lista dos piores da história em número de vítimas fatais.
6. Mary del Priore, *op. cit.*, p. 110.
7. O cheiro enxofrado da lagoa de Água Quente foi descrito pelo padre Luiz Antônio da Silva e Sousa na sua “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”, pp. 429-510.
8. Carta anônima, Lisboa, 18 de novembro de 1755. Mary del Priore, *op. cit.*, p. 131.
9. Idem, *ibidem*, p. 127.
10. Atualmente, o palácio é a residência oficial do chefe de Estado português. Em 2009, era possível fazer visitas guiadas aos sábados.
11. Carta da rainha d. Mariana Vitória de 4 de novembro de 1755. Idem, p. 142.
12. O cálculo do número de vítimas é do sempre preciso Kenneth Maxwell, citado por Mary del Priore, *op. cit.*, p. 167.
13. Mary del Priore, *op. cit.*, pp. 171 e 173.
14. Manuscrito anônimo da livraria do conde de Arrochela. Idem, p. 125.
15. Idem, p. 133.
16. *Tesouros reais*, p. 18.
17. Carta da rainha d. Mariana Vitória de 4 de novembro de 1755. Mary del Priore, *op. cit.*, p. 142.
18. Para a crença do rei, Mário Domingues, *op. cit.*, p. 215.
19. Trecho do relato está em Mary del Priore, *op. cit.*, p. 109.
20. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal (1640-1750)*, pp. 261-2.
21. Praticamente todos os retratos de Pombal, como a tela de autor desconhecido do acervo do Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, o mostram com olhos

penetrantes e queixo proeminente.

22. Mário Domingues, *op. cit.*, p. 203.

23. Carta régia de 16 de dezembro de 1755. Raimundo José da Cunha Matos, *Corografia histórica da província de Minas Gerais*, p. 271.

24. Mary del Priore, *op. cit.*, pp. 207-8.

25. Raimundo José Cunha Matos, *op. cit.*, p. 271.

26. Idem.

27. Cálculos do autor a partir de cifras fornecidas por Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 273.

28. Cálculo do autor a partir de cifras fornecidas por Raimundo José da Cunha Matos. Idem.

29. Raimundo José da Cunha Matos, *op. cit.*, p. 272.

30. Idem.

31. Cálculos do autor a partir de cifras fornecidas por Raimundo José da Cunha Matos. Idem, p. 273.

32. *Tesouros reais*, p. 331.

33. Idem.

34. Idem, pp. 291-2.

35. Idem, pp. 320-1.

36. "(...) La salière est d'une forme très ingénieuse. Ce sont deux poissons qui paraissent sortir de l'eau et qui soulèvent des espèces de feuilles marines sur lesquelles est posée la coquille qui forme la salière (...)" [O saleiro tem uma forma muito engenhosa. São dois peixes que parecem sair da água, carregando folhas marinhas sobre as quais está pousada a concha que forma o saleiro.] Idem, pp. 293, 320-1.

37. Idem, p. 320.

38. "Seguiu-se [após a falência] um período de troca de correspondência [entre a Coroa e o ourives], onde se entrevê pelo tom duro das cartas a existência de disputas resultantes de pagamentos indevidos, envios em falta, contratos não cumpridos etc." Idem, p. 291.

39. Cálculo do autor a partir de cifra fornecida por Caetano Beirão em *D. Maria I*, p. 79.

40. Mário Domingues (*op. cit.*, p. 348) e Caetano Beirão (*op. cit.*, p. 20).

41. Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 17.

42. Idem.

43. Cálculo do autor a partir de cifra fornecida por Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 17.
44. “Na autópsia que lhe fizeram [a Pombal] (...), encontraram-lhe o coração (...) coberto de uns grãos duros, que lembravam pedras.” Mário Domingues, *op. cit.*, p. 398.
45. Prevalecia a cota de 100 arrobas, equivalentes a 1.474 quilos.
46. “Recomendações que faz El-Rei Nosso Senhor à sua muito amada e prezada filha a Sereníssima Princesa do Brasil, sua imediata sucessora no governo deste Reino e seus domínios.” Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 2.
47. *Idem*, p. 1.





## Capítulo 15: Esfarrapada fortuna

Quando aos 42 anos d. Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana deixou de ser a princesa do Brasil e passou a ser a rainha d. Maria I, é provável que ela não soubesse muita coisa sobre a mineração no Brasil. Não por culpa dela. A primeira mulher a ocupar o trono de Portugal simplesmente não tinha sido preparada para o posto.<sup>1</sup> Era gentil, religiosa, dotada de sensibilidade artística, mas, do ponto de vista administrativo, incapaz. Para piorar a situação — a de d. Maria, a do povo português e a do império — ela não podia contar com a ajuda do marido (e ao mesmo tempo tio), d. Pedro III, um homem de “temperamento apagado” na definição gentil da historiografia oficial portuguesa.<sup>2</sup>

D. Maria iniciou seu reinado perdida e triste. Não se sabe o motivo — talvez fossem os boatos de que seria alvo de um atentado —, mas na sua aclamação, a 13 de maio de 1777, a rainha recendia uma certa melancolia, como notaram alguns convidados.<sup>3</sup> Mesmo assim, estava imponente (com seu indefectível penteado em forma de edifício) e especialmente encantadora (ainda que não fosse uma mulher bonita, d. Maria não era feia). A cerimônia foi grandiloquente. Trombetas anunciaram a entrada da rainha e, em seguida, um interminável cortejo de nobres, embaixadores estrangeiros e autoridades do clero desfilou diante de sua real presença. No banquete, uma surpresa: a estreia da baixela de François-Thomas Germain, que finalmente havia sido entregue (ainda que incompleta) pelo falido ourives francês.<sup>4</sup> Mas além da pompa lá estava também a tristeza de d. Maria, talvez a anunciar a trágica sina que o futuro reservava a ela e a Portugal.

Dezesseis anos antes da assunção de d. Maria I, um espião francês baseado em Lisboa fez chegar a Paris uma notícia perturbadora. Acostumado a relatar a chegada de grandes carregamentos de ouro à capital portuguesa, daquela vez o agente de Luís XV contava exatamente o contrário: a frota que aportara no Tejo em julho de 1761 havia trazido pouco dinheiro — “coisa que muito preocupa o comércio”, afirmou.<sup>5</sup> Sem saber, o espião antecipava uma novidade que em

breve  
abalaria  
o  
mundo:  
o ouro  
de  
aluvião  
do Brasil  
estava



D. MARIA I

chegando ao fim.

Durante décadas, muitos imaginaram que duraria para sempre o ouro que se catava à flor da terra na América Portuguesa. Em 1706, por exemplo, o governador-geral da colônia, d. Rodrigo da Costa, iludiu o rei de forma involuntária ao afirmar que, “enquanto o mundo durar, se não poderão extinguir as minas”.<sup>6</sup> Cinco anos depois, contudo, o lúcido governador de São Paulo e



Minas do Ouro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, alertava a Coroa: “A lavra de riberões não é perdurável.”<sup>7</sup> Entre a quimera e a realidade, a Coroa preferiu a primeira. Só isso explica o fato de que Portugal nunca se preparou para o inevitável, ou seja, a extinção das minas de aluvião do Brasil.

Como o esgotamento do tesouro não se deu de forma abrupta e sim gradual, Lisboa demorou a se dar conta do problema. Os primeiros sinais da decadência chegaram mesmo a ser ignorados. Em Minas Gerais, os últimos depósitos de ouro verdadeiramente ricos haviam sido encontrados na década de 1730, quando a produção anual na capitania atingiu o pico de 10,6 toneladas.<sup>8</sup> Nessa época, cada escravo produzia cerca de 200 gramas de ouro por ano.<sup>9</sup> Na década seguinte, porém, quando já não era tão fácil extrair o ouro, a produção anual per capita baixou para 108 gramas.<sup>10</sup> E cairia ainda mais, atingindo 72 gramas por volta de 1780.<sup>11</sup>

O início da queda na produção do metal precioso em Minas Gerais coincidiu com o aumento na de Goiás e do Mato Grosso, o que contribuiu para mascarar o fenômeno. Para Lisboa, a sensação não era de baixa, mas, ao contrário, de alta. No período 1735-1739, o Brasil havia produzido uma média anual de 14,13 toneladas de ouro e no quinquênio seguinte, 14,14 toneladas — ou seja, um leve crescimento.<sup>12</sup> O dado, contudo, era viciado. Na comparação dos dois períodos, Minas Gerais apresentava uma queda de 5,6% (de 10,6 para 10 toneladas anuais).<sup>13</sup>

A miragem do crescimento da produção durou até meados da década de 1750, quando era extraída na colônia uma média impressionante de 15,7 toneladas de ouro por ano, o equivalente ao peso de quatro elefantes adultos.<sup>14</sup> Foi o auge da produção. A partir daí, contudo, com o início da decadência das lavras de Goiás e do Mato Grosso, inaugurou-se um ciclo de queda — veloz, vertiginoso e irrecuperável. E não só do ouro, mas também do diamante.

Quando d. Maria I subiu ao trono, o Brasil ainda rendia 8,1 toneladas de ouro ao ano.<sup>15</sup> Era, sem dúvida, uma quantidade expressiva do metal precioso, suficiente para bancar muitas das extravagâncias da corte. Mas não havia mais dúvidas: o período das vacas gordas tinha chegado ao fim. Naquela época, por um breve tempo, pareceu que a Coroa estava sintonizada com o problema. A rainha mandou suspender as obras públicas, fechou fábricas do Estado que davam prejuízo e vendeu 2.000 cavalos das estrebarias reais. O surto de parcimônia, contudo, durou pouco.

Como filha de d. José I e neta de d. João V, era natural que d. Maria gostasse de joias fastosas e caras. A rainha costumava fazer tantos pedidos aos joalheiros

portugueses da família Pollet (Ambrósio, Adão e David) que certa vez o guarda-joias da Coroa, José António Pinto da Silva, se queixou da dificuldade que tinha para encontrar bons lapidários de diamantes em Portugal.<sup>16</sup> Em 1790, d. Maria encomendou a Ambrósio Gottlieb Pollet uma insígnia com a imagem de um carneiro — a famosa Ordem do Tosão de Ouro, um sinal de distinção concedido exclusivamente a membros da família real e à alta nobreza (nesse caso, a condecoração era para o infante d. João, segundo filho da rainha). Poucas joias reais acumuladas nos 771 anos da monarquia portuguesa são tão belas e ricas quanto esta.<sup>17</sup> Excepcionalmente grande (ela ia do peito até quase o umbigo do homenageado), a insígnia era montada sobre uma base de ouro cravejada com 184 rubis, 400 brilhantes (um deles, de 31 quilates) e uma grande safira do Ceilão.<sup>18</sup>

A vida da corte era uma festa eterna, sobretudo no Palácio de Queluz, a deslumbrante quinta de recreio do rei-consorte, situada a 12 quilômetros de Lisboa. Era lá que a família real e a nobreza se divertiam com as corridas de novilhas, as óperas, os espetáculos de fogos de artifício, os shows com cavalos amestrados e os teatros de fantoches. Era lá também que o rei-consorte exercia um de seus maiores dons: plantar abacaxis. Toda vez que a família real se abalava a Queluz, seguiam juntos móveis, tapetes, joias e, sob uma escolta especial que a vigiava dia e noite, a querida baixela de François-Thomas Germain.<sup>19</sup> O aparelho foi uma das sensações da festa de casamento do infante d. João com a princesa espanhola Carlota Joaquina (ele com 18 anos, ela com 10), realizada no palácio em 1785. A baixela, contudo, não foi a única coisa que impressionou os espanhóis. D. Maria presenteou todos os integrantes da comitiva da Espanha com uma infinidade de mimos comprados em Paris (caixas, relógios, bengalas, espadas, cordões de ouro etc.). O exagero foi de tal ordem que sobraram peças, não poucas, mas muitas, a ponto de se tornarem um problema. A Coroa até que tentou repassar as joias a comerciantes franceses, mas elas foram recusadas sob a alegação de que tinham saído de moda.<sup>20</sup>

Enquanto as lavras do Brasil secavam, a Coroa Portuguesa gastava suas energias tentando revender o excesso de presentes que comprara. Talvez tenha sido melhor assim, pois em breve o dinheiro novamente se tornaria raro em Lisboa.



PALÁCIO DE QUELUZ

No período de 1727 a 1760, auge da produção aurífera, a Coroa havia cunhado, em média, 1 conto e 155 mil-réis em moedas de ouro por ano, uma fortuna.<sup>21</sup> Daí em diante, porém, a quantidade de dinheiro que circulava na economia sofreu um impacto tremendo. No decênio 1761-1770, a cunhagem anual de moedas de ouro caiu 18%. A queda continuaria no período 1771-1780 (mais 50%) e 1781-1790 (53%).<sup>22</sup> Ou seja, na penúltima década do século XVIII, a injeção de moedas de ouro que a economia portuguesa recebia anualmente era um quinto do que fora três décadas antes. O dinheiro estava desaparecendo.

Num primeiro momento, a reação de funcionários graduados da Coroa — como o ministro Martinho de Mello e Castro e o visconde de Barbacena — foi atribuir a queda nas remessas de ouro para Lisboa a um suposto aumento da sonegação no Brasil. Contrabando havia, obviamente, mas essa não era a causa do problema. Em 1791, quando a queda continua na produção já completava três décadas e meia, a Junta da Fazenda ainda apontava a sonegação como principal causa do fenômeno. Num relatório enviado ao rei, a Junta da Fazenda sugeriu que a Coroa deveria “promover a (...) cobiça dos mineiros para que cada dia se animem a maiores serviços e mais extensos descobrimentos”.<sup>23</sup> A proposta nada tinha de original. Dez anos antes, o governador de Minas Gerais, d. Rodrigo José de Meneses, tinha mandado fixar nas portas das igrejas um comunicado aos habitantes da capitania: era preciso buscar novos veios de ouro pois a maioria das antigas lavras estava exaurida.<sup>24</sup>

Ambos, a Junta da Fazenda e o governador, estavam errados. Não havia por que procurar novos depósitos de ouro de aluvião nas tradicionais áreas mineradoras. Simplesmente porque eles não existiam. Nessas áreas, era nas rochas matrizes que o metal precioso se apresentava em volumes maiores. E estas, por causa de sua dureza, eram um obstáculo praticamente invencível aos mineradores, que contavam com poucos recursos técnicos e cada vez menos fôlego financeiro.

Não passava pelas cabeças ilustres dos conselheiros da rainha que a saída era mudar o sistema de extração de ouro. Ninguém se atrevia a sugerir a introdução de novos métodos de mineração ou a implantação de uma política de apoio ao minerador. Aliás, atrevia-se sim, mas acabava falando sozinho. Foi o que aconteceu com José Vieira Couto, brilhante intelectual nascido no Rio de Janeiro e formado em Coimbra, filho de uma importante família de mineradores do Tejuco. Em 1799, Couto enviou um estudo a Lisboa no qual comparava os diferentes estágios da mineração no Brasil, na Inglaterra, na França e na Rússia. E concluía: “Estas nações (estrangeiras), não obstante manterem muitas minas

abertas e em trabalho ativo, que são como tantas escolas práticas para seus mineiros, todavia não cessam de publicar obras sobre esse objeto e de instruir o povo por todas as maneiras possíveis.”<sup>25</sup> Ou seja, para que as minas do Brasil continuassem provendo a felicidade de Portugal, o progressista José Vieira Couto sugeria investir em educação e capacitação. Não se sabe o que os conselheiros da rainha acharam do estudo ou mesmo se algum deles chegou a lê-lo. Couto nunca recebeu uma resposta.<sup>26</sup>

Numa colônia onde, após três séculos de ocupação, por proibição da Coroa, não havia uma única universidade ou uma tipografia, era realmente fora de propósito querer investir no futuro. A Coroa só conseguia pensar em uma providência: arrochar ainda mais os colonos para que eles, talvez de forma mágica, fizessem o ouro sair da terra.

Portugal continuava com a mesma mentalidade predadora de 1500. E iria pagar caro por isso.

Quando o metal precioso começou a rarear, as debilidades do sistema de mineração ficaram evidentes. Em 1799, ao debruçar-se sobre as causas do declínio da mineração a pedido da Coroa, Joaquim Veloso de Miranda fez um diagnóstico perfeito. Segundo ele, o negócio do ouro era calçado apenas na sorte e no trabalho bruto dos mineradores e de seus escravos. “Nenhuma arte, nenhuma indústria foram aqui jamais conhecidas. (...) Admira que no decurso de um século os [os mineradores] vindouros pouco melhorassem neste gênero de serviço”, afirmou.<sup>27</sup> O que até então parecia ser um método perfeito de “fabricar” dinheiro a partir do mero esforço braçal de escravos era, na verdade, uma cilada. Quanto mais os mineradores progrediam no negócio, mais dependiam da mão de obra escrava. Mas com o esgotamento do ouro de aluvião, o quadro ficou delicado: os mineradores precisavam de um número cada vez maior de escravos — um “bem” caro, frágil e cujo mercado era controlado por oligopólios — mas, como contrapartida, obtinham cada vez menos metal precioso. Em 1751, a Câmara de Vila Rica já alertava que muitos mineradores que aparentavam ser ricos eram na verdade pobres, pois deviam altas somas aos vendedores de escravos.<sup>28</sup> Por causa de seu alto preço, as “peças d’África” em geral eram compradas a crédito com prazo de pagamento de três a quatro anos. Os juros eram altíssimos: até 10% ao mês.<sup>29</sup> Logo que teve início a decadência das lavras, um ciclo irreversível se instalou: os mineradores passaram a ter dificuldades cada vez maiores em honrar seus compromissos com os traficantes de escravos. E os traficantes, por sua vez, como não recebiam, cortavam o

crédito dos mineradores, que assim ficavam sem os escravos de que precisavam para extrair o ouro. Dois números demonstram a profundidade do problema. Em 1741, quando o entusiasmo ainda reinava nas lavras, Minas Gerais importou 7.360 escravos. No final da década de 1770, o número havia caído para quatro mil, uma queda de 46%.<sup>30</sup>

Como as economias de Goiás, Mato Grosso e, em menor escala, Minas Gerais estavam atreladas à mineração, a crise no setor teve um grande impacto nessas capitanias. Em Minas, o crescimento até então vertiginoso dos centros urbanos cessou, e teve início um processo de fuga para as áreas rurais. Funcionários da Coroa que enxergavam no ouro a única serventia da colônia passaram a descrever a capitania não mais como “um teatro à vitória dos esplendores do ouro”, como o fora em 1733 no *Triunfo eucarístico*.<sup>31</sup> Quarenta e sete anos depois, em carta dirigida ao ministro Martinho de Melo e Castro, um dos principais colaboradores da rainha, d. Rodrigo José de Meneses usou palavras trágicas — e exageradas — para descrever o estado da capitania que governava: “povos exauridos”, “decadência incrível”, “cadavéricas minas”.<sup>32</sup>

Muitos deixaram registradas suas impressões sobre a derrocada da mineração. De acordo com esses testemunhos, por onde quer que se andasse nas áreas de extração de ouro, o cenário que se via era parecido: falências em efeito dominó, comércio em baixa, miséria em alta e debandada de mineradores (sobretudo em Goiás e Mato Grosso, que demoraram bem mais que Minas a encontrar paliativos para a crise). Escrevendo sobre o que testemunhara em Minas Gerais em 1800, o escritor José Vieira Couto afirmou:

*Espanta ao viajero observador a suma decadência destas povoações de Minas (...). [Quem] transita de arraiais a arraiais vê que tudo são ruínas, tudo despovoação. Nota que só muito poucos lugares de longe em longe ainda se sustêm e parecem um pouco mais animados. (...) Alguns mineiros, a maior parte deles empenhada ou falida, cobertos de lodo e cheios de esperanças às portas de suas minas ou à margem dos rios, ainda lutam, ainda pretendem ter mão na esfarrapada fortuna.*<sup>33</sup>

A queda na rentabilidade das minas deixava sequelas por todos os lados. Mineradores e homens de negócio, por exemplo, pararam de enviar seus filhos ao exterior. Depois de liderar, em 1750, o ranking de luso-brasileiros matriculados em Coimbra, Minas Gerais não teve um único inscrito nos anos de 1764 e 1765.<sup>34</sup> Se entre os ricos o quadro era desanimador, nas classes mais pobres a situação era ainda pior. Na gestão do governador Antônio de Noronha (1775-1780), Minas Gerais reduziu sensivelmente os salários da tropa. Os cabos

de esquadra, que ocupavam um dos níveis mais baixos da hierarquia militar, tiveram o valor de seus proventos cortados em 56%. De 0,9 grama de ouro, a diária foi reduzida a 0,4 grama.<sup>35</sup>

Portugal economizava na miséria, transformando-a em insignificância. Mais um sinal de que, depois de quase um século de fartura, a riqueza fácil tinha chegado ao fim.

## Notas

1. No reinado de d. José I, apesar de sua condição de virtual sucessora, d. Maria não teve assento no conselho do rei, nem sequer como ouvinte. Logo depois da posse, o embaixador espanhol em Lisboa escreveu a Carlos III: “(...) La Reyna como el rey su esposo han entrado con muy poco conocimiento de los negocios, y señaladamente la soberana.” Caetano Beirão, *D. Maria I*, p. 102.
2. A definição está em *Tesouros reais* (p. 141), publicação do Instituto Português do Patrimônio Cultural, ligado à Secretaria de Estado da Cultura de Portugal.
3. Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 123, reproduz o relato de um convidado que testemunhou a tristeza da rainha.
4. Para a estreia da baixela, *Tesouros reais*, p. 292. Em 2005, peças do aparelho ficavam expostas no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa.
5. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 183.
6. José João Teixeira Coelho. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, *RAPM*, vol. 8, jan./jul.-1903, p. 500.
7. Carta do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de 7 de agosto de 1711. José Soares de Mello, *Emboabas*, p. 267.
8. Para a produção, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.
9. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, p. 296.
10. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 69.
11. José João Teixeira Coelho, *op. cit.*
12. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.
13. *Idem.*
14. *Idem.*
15. *Idem.*
16. Nuno Vassallo e Silva. “Os Pollet, joalheiros de d. Maria I”, p. 66.
17. As peças mais ricas e belas da monarquia portuguesa foram reunidas em 1991 na exposição *Tesouros reais*. O catálogo da mostra (*Tesouros reais*), que traz o toσό em destaque, evidencia a posição superior que a joia ocupa no acervo.
18. *Tesouros reais*, p. 153-5.
19. *Idem.*, pp. 35-6 e 101.
20. *Oceanos* nº 43, p. 127.



21. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 311.
22. Cálculos do autor a partir de números fornecidos por Virgílio Noya Pinto. Idem.
23. “Ponderações da Junta da Fazenda...”. *RAPM*, vol. 6, jan./mar.-1901, pp. 153-73.
24. Carla Maria Junho Anastasia, *A geografia do crime*, p. 42.
25. P. M. Bardí, *O ouro no Brasil*, p. 43.
26. Idem.
27. Augusto de Lima Jr., *A capitania das Minas Gerais*, p. 51.
28. A. J. R. Russel-Wood, *Escravos e libertos no Brasil Colonial*, p. 161.
29. Idem.
30. Idem, p. 164.
31. Simão Ferreira Machado, “Triunfo eucarístico”, *RAPM*, vol. 6, jul./dez-1910, p. 1000.
32. “Exposição do governador d. Rodrigo José de Menezes...”, *RAPM*, vol. 2, abr./jun.-1897, pp. 311-27.
33. José Vieira Couto, “Memória sobre as minas ...”, pp. 55-166.
34. Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo I, vol. 2, p. 337.
35. Cálculo do autor a partir de cifras fornecidas por Maria Efigênia Lage de Resende, “Saberes estratégicos: Tiradentes e o mapa das almas”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 2, p. 611.



## Capítulo 16: Fanfarrões

Se para a Coroa, que nunca fora de se importar em demasia com os déficits no caixa, a crise na mineração era apenas uma fonte de preocupação, para a colônia era uma catástrofe. Além de verem seus lucros encolherem dia após dia, os mineradores sentiam uma piora substancial no tratamento que lhes era dispensado por Lisboa. O principal foco de tensão era a cobrança do quinto.

Quando em 1750 a Coroa acertara com os representantes de Minas Gerais que o quinto não poderia ficar abaixo de 100 arrobas (1.474 quilos), ninguém podia imaginar que a produção na capitania iniciara um (ainda imperceptível) movimento de declínio. Nos primeiros treze anos em que o novo sistema de cobrança vigorou, tudo correu bem. Os mineiros só deixaram de cumprir a cota mínima em três oportunidades: 1752, 1758 e 1760. Mesmo assim não se pode dizer que a Coroa tenha tido algum prejuízo. Ao contrário. Nos demais anos, o pagamento superou o montante mínimo estipulado, fazendo com que Lisboa recebesse mais ouro do que esperava — para ser exato, faturou um total de 20,5 toneladas, 1,3 tonelada além do mínimo combinado.<sup>1</sup>

À medida, porém, que o abatimento nas lavras foi crescendo, os mineiros, como seria natural, passaram a ter dificuldade em honrar o compromisso com Lisboa. Os quintos recolhidos em 1763, por exemplo, ficaram 250 quilos aquém da cota mínima.<sup>2</sup> Em 1766, a quebra foi um pouco menor: 209 quilos.<sup>3</sup> A partir desse ano, a coisa piorou de vez. Nunca mais os mineiros conseguiriam mandar para a metrópole os 1.474 quilos de ouro da cota. E em alguns anos o resultado seria constrangedor, como aconteceu em 1788, quando a arrecadação alcançou apenas 609 quilos (41% da cota).<sup>4</sup>

Fiando-se ainda em que a causa central do problema era a sonegação, a Coroa acochou (ainda mais) a colônia. Logo no primeiro ano em que os mineradores não conseguiram cumprir integralmente a cota do quinto, 1763, Lisboa aplicou um instrumento de cobrança fiscal que se tornaria sinônimo de tirania: a derrama. O objetivo da derrama era obrigar os colonos a completarem a parcela do quinto não recolhido. Os meios utilizados iam da pressão à violência física.

Não existia um regulamento específico que estipulasse a forma de cobrança, os valores ou o período. Só uma coisa era certa: todos pagavam, na forma de novos impostos sobre a posse de escravos e transações comerciais, pedágio nas estradas etc. Havia formas de coleta ainda mais abusivas. Sem nenhum aviso prévio, guardas armados costumavam invadir residências para efetuar o confisco, operações que usualmente acabavam em violência e prisões.

A inquietude, é claro, tomou conta das sociedades que viviam em áreas de mineração, mas a Coroa não se importava com isso. A única meta era irrigar as finanças reais.

Por esse ponto de vista, a primeira derrama foi um sucesso. Arrecadou 194 dos 250 quilos de ouro que faltavam para completar a cota do quinto.<sup>5</sup> Em 1771, quando os traumas da primeira derrama ainda não tinham sido curados, a Coroa recorreu mais uma vez ao expediente. A intenção era recolher 634 quilos de ouro referentes ao pagamento a menor ocorrido no período 1769-1771. Mesmo com toda a violência, o resultado da derrama foi pífio: 147 quilos, o que não chegava a um quarto do volume pretendido.<sup>6</sup>

Relação de Ouro que se produziu, e barras que se fizeram pelas Comarcas da Cap.  
de Minas Geraes em a anno de 1765. 66. 67.

Comarcas	Comarcas	Anos	Ouvas	Barras	Valor das Barras
Camaras	Barachana	1765	16.763	2.503	
		66	16.763	13.502	
		67	3.623 3/4	13.235	
	Capinari	1765	12.361		
		66	13.260 3/4		
	Toguari	1765	16.283 3/4		
		66	2.832		
	Ourofino	1765	2.053		
		66	4.525		
	Tucujy	1765	4.720		
		66	4.350		
			1765	7.644 3/4	
		66	7.650 3/4		
		67	7.650 3/4		
			167.621 3/4		
Camaras	Tupiza	1765	1.740 3/4	104	
		66	2.431 3/4	142	6.328.000
		67	1.363 3/4	36	3.732.000
	San Lazaro	1765	1.620 3/4		
		66	2.364 3/4		
	Tabule	1765	1.323 3/4		
		66	536 3/4		
	Quangui	1765	445		
		66	466 3/4		
	Santa Isabel	1765	639		
		66	373 3/4	3	2.520.700
	São Luis	1765	326 3/4	17	2.125.000
66		326 3/4	17	1.022.000	
Nacare	1765	26 3/4	2	230.000	
	66	143 3/4	1	380.000	
São Luis	1765	30 3/4	2	387.0237	
	66	291 3/4	2	362.0038	
Nacare	1765	177 3/4	4	1.151.0010	
	66	4.916 3/4	100	72.249.0725	
Ouro Preto	1765	4.732 3/4	120	37.032.0765	
	66	3.507 3/4	80	17.535.0772	
São Antonio	1765	542 3/4			
	66	346 3/4			
São Antonio	1765	710 3/4			
	66	4380 3/4	20	22.793.0531	
	1765	3.513 3/4	10	24.793.0341	
	66	303 3/4	30	73.333.0743	
			de 372 3/4		
Camaras	Cabelle	1765	2.314 3/4	10	1.163.0063
		66	2.447 3/4	30	2.088.0453
		67	2.345 3/4	3	2.001.0033
	Santo Antonio	1765	4.843 3/4	63	
		66	4.212 3/4	67	
	Camaçari	1765	1.630	24	
		66	1.827 3/4	13	
	Santo Antonio	1765	1.353 3/4	13	
		66	1.800 3/4	21	
	Santo Antonio	1765	2.430 3/4	20	1.350.0000
		66	1.342 3/4	26	3.240.0000
	Santo Antonio	1765	2.031 3/4	28	3.052.0750
66		1.210	3	2.320.0000	
Espírito Santo	1765	242			
	66	1.000 3/4	30	2.830.0250	
Santo Antonio	1765	2.045 3/4	200	42.608.0640	
	66	1.834 3/4	227	23.008.0700	
Santo Antonio	1765	2.022	205	45.780.0637	
	66	1.840	0	1.500.373	
		1765	7.840	5	120.0300
			de 333 3/4		
			184.038 3/4		

CONTABILIDADE DA PRODUÇÃO AURÍFERA DE MINAS GERAIS NO  
PERÍODO 1765-1767

Além de aguentar a sanha da Coroa, os colonos tinham de lidar com a corja

que compunha boa parte dos funcionários nomeados pelo rei e seus representantes. Juizes corruptos ou pusilânimes, governadores arbitrários, capitães-mores que abusavam de seus poderes, fiscais que protegiam contrabandistas, soldados que nas horas vagas roubavam cavalos...<sup>7</sup> Havia de tudo. No Serro do Frio, entre 1779 e 1783, o ouvidor Joaquim Manoel de Seixas Abranches deveria representar a instância máxima da Justiça, mas prevaricava. Sempre vestido com roupas cor-de-rosa, ele achacava os ricos, abusava das moças e nomeava escroques para cargos públicos. O “ensandecido Seixas” chegou a ser preso pelo governador mas em pouco tempo foi solto e teve todos os cargos restituídos (ouvidor, corregedor, intendente do ouro e provedor dos defuntos e ausentes, das capelas e dos resíduos). O responsável pelo indulto? A rainha d. Maria.<sup>8</sup>

Em Minas Gerais, a vida ficou pior em outubro de 1783, quando Luís da Cunha Meneses, o conde de Lumiares, assumiu o governo da capitania. Era um sujeito vil e cruel que chantageava e extorquia os súditos da rainha e mandava espancar quem não cumpria suas ordens. No segundo ano de seu mandato, Meneses mandou construir em Vila Rica, bem em frente ao palácio que ocupava, um prédio grande e sinistro que serviria ao mesmo tempo de sede da Câmara e cadeia.<sup>9</sup> Num escárnio involuntário, foram projetadas para o teto do edifício quatro estátuas de tamanho avantajado simbolizando a prudência e a temperança (que Meneses não possuía), a justiça (que só funcionava nos interesses da Coroa) e a força (que, oferecida a mancheias por Lisboa, os moradores de Minas Gerais não suportavam mais).

Quando terminou o mandato de Meneses, em 1788, os mineiros se sentiram aliviados, mas o desafogo durou pouco. Em julho do mesmo ano, o novo governador, Luís Antônio Furtado de Mendonça, o visconde de Barbacena, chegou com ordens expressas de cobrar os quintos atrasados, que somavam a exorbitância de 8,8 toneladas. Vinha aí mais uma derrama, possivelmente a pior de todas. Se só 10% da dívida fossem cobrados, já representariam uma sangria crucial para os mineiros.

Nas ruas, nas estalagens, nos ranchos à beira das estradas, o assunto era um só: a derrama. A notícia sobre os planos da Coroa circulou com rapidez na capitania, provocando sentimentos que iam do abatimento à indignação — sobretudo indignação, que transbordava em panfletos apócrifos. Um dos panfletos que mais incomodava a Coroa eram as “Cartas chilenas”, uma crítica ácida, embalada em versos satíricos nos quais um imaginário poeta de nome *Critilo* (na verdade, o escritor Tomás Antônio Gonzaga) desfiava as malvezas do *Fanfarrão Minésio*,

o tirano governador do Chile (na realidade, Luís da Cunha Meneses, então governador de Minas Gerais).

Ouvidor de Vila Rica, Tomás Antônio Gonzaga fazia parte de um grupo de conspiradores composto majoritariamente por membros de uma elite ilustrada (Gonzaga estudara direito em Coimbra) e um tanto quanto decaída (o poeta tivera problemas fiscais). Alguns de seus pares eram:

- Inácio José de Alvarenga Peixoto, também poeta. Escrevera sobre o sacrifício dos escravos “pardos, pretos, tintos e tostados” nas lavras. Era minerador e passava por uma fase ruim. Pouco antes do anúncio da nova derrama, ele havia gastado demais tentando modernizar a extração de ouro em suas terras e estava afundado em dívidas. Vivía a correr dos credores;
- Francisco de Paula Freire de Andrade, comandante militar de Minas Gerais, fazendeiro e minerador;
- Cláudio Manoel da Costa, escritor, funcionário do governo da capitania, produtor clandestino de tecidos e minerador;
- José Aires, coronel, grande proprietário de terras e parente de mineradores;
- José de Oliveira Rolim, padre e contrabandista de ouro.

Diferente dos demais conspiradores, pela posição social e poder aquisitivo, era:

- Joaquim José da Silva Xavier, minerador frustrado, ex-tropeiro e ex-mascate. Aos 43 anos de idade, ele ocupava o reles posto de alferes do Regimento de Dragões. Protético amador, era chamado de *Tiradentes*. Um radical entre moderados, um franco entre dissimulados, ele defendia — publicamente e em qualquer lugar (de bordéis a residências de ricos mercadores) — uma revolução que tornasse Minas Gerais independente de Portugal. “Era pena”, dizia o alferes, “que uns países tão ricos como estes [as Minas Gerais] estivessem reduzidos à maior miséria, só porque a Europa, como esponja, lhe estivesse chupando toda a substância.”<sup>10</sup>

Com todas as suas diferenças, os conjurados refletiam o que Minas Gerais se tornara em menos de cem anos: uma terra que via além da metrópole.

Novas ideias circulavam na colônia, graças sobretudo aos homens que haviam estudado em Coimbra sob os auspícios do ouro do Brasil. As principais referências dos conspiradores mineiros não eram d. Maria I e seus ministros vesgos, mas os iluministas da Europa, os revolucionários franceses, que estavam prestes a derrubar a monarquia de Luís XVI, e os libertadores da América do Norte, que treze anos antes haviam conseguido a independência dos Estados Unidos.



TIRADENTES ESQUARTEJADO, EM TELA DE 1893

Apesar das inspirações magníficas, os conspiradores sonhavam mais baixo. Queriam apenas que a capitania (e não a colônia) se desgarrasse de Portugal. A instalação de um regime democrático não estava no horizonte dos conjurados, bem como a abolição da escravidão. O farol da Inconfidência Mineira (nome com o qual o movimento passaria à história) não era propriamente a política, mas sim a economia — ou melhor, a economia da elite. O poder e a riqueza é que estavam em jogo, não uma noção mais ampla de liberdade. Os inconfidentes não pensavam em fundar uma nação. Desejavam tão somente dominar os

rendosos postos da burocracia estatal, eliminar os monopólios comerciais de Portugal e livrar-se das mordidas da Coroa sobre o fruto das (já magras) minas de ouro. O negócio da conspiração eram os negócios.<sup>11</sup>

E foi justamente por causa dos negócios que a conjuração chegou ao fim. Um dos conspiradores, Joaquim Silvério dos Reis, um dos homens mais ricos de Vila Rica, delatou seus companheiros ao governador. O traidor acreditava que, em troca da informação, teria suas dívidas com a Coroa perdoadas ou pelo menos aliviadas quando da execução da derrama. Com as informações passadas por Silvério dos Reis, o governador conseguiu dissolver o movimento sem maiores dificuldades. Ao serem interrogados, praticamente todos os inconfidentes, à exceção de Tiradentes, negaram participação na trama, alegando desde mal-entendidos a bravatas feitas sob efeito de álcool.

A maioria dos conjurados foi punida com o desterro para a África. Tiradentes teve a pior pena: só ele foi condenado à morte. (Cláudio Manoel da Costa foi um caso à parte. Antes de ser julgado, ele foi encontrado morto na prisão, dependurado por uma corda, possivelmente assassinado.) Tiradentes, o ponto mais frágil da urdidura, teve o fim mais cruel. Depois de amargar três anos de prisão, ele foi enforcado, decapitado e esquartejado. Para que os súditos da Coroa nunca se esquecessem da lição, a cabeça de Tiradentes foi encravada numa estaca e exposta em praça pública em Vila Rica, e seus membros, espalhados pela estrada que levava ao Rio de Janeiro.

O martírio de Tiradentes certamente ensinou algo aos mineiros, mas também à Coroa. Temendo novas revoltas, a derrama foi cancelada.



## Notas

1. Cálculo do autor a partir de números fornecidos por Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, pp. 73-4.
2. Idem.
3. Idem.
4. Idem.
5. Sérgio Buarque de Holanda, “Metais e pedras preciosas”, em Sérgio Buarque de Holanda (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo 1, vol. 2, p. 339.
6. Cálculo do autor a partir de números fornecidos por Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 64.
7. Para irregularidades envolvendo juizes, capitães-mores, fiscais e soldados, Carla Maria Junho Anastasia (*A geografia do crime*, pp. 71, 73, 79 e 126-7) e Wilhelm Ludwig von Eschwege (*Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 109 e 112). Para o caso dos governadores, José João Teixeira Coelho, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, pp. 88-94.
8. A história do ouvidor é contada por Carla Maria Junho Anastasia, *op. cit.*, pp. 120-8.
9. O prédio abriga hoje o Museu da Inconfidência.
10. ADIM, vol. 5, p. 117.
11. Escrito há mais de três décadas pelo brasilianista Kenneth Maxwell, o brilhante *A devassa da devassa* desvelou os mitos que cercavam a Inconfidência Mineira e revelou seu caráter profundamente econômico. Ainda hoje, a obra é a principal referência sobre o tema. Ver também *O manto de Penélope*, de João Pinto Furtado.



## Capítulo 17: Da inutilidade do ouro

D. Maria I venceu facilmente a batalha da Inconfidência Mineira, mas sua guerra, assim como acontecia com outros monarcas europeus, era muito maior. E no confronto mais ampliado, os insurgentes estavam levando a melhor.

Aqueles não eram tempos amenos para quem usava uma coroa. Num período de apenas dezessete anos, a Europa tinha testemunhado o Reino Unido perder sua colônia na América (1776) e os franceses mandarem Luís XVI e sua mulher, Maria Antonieta, para a guilhotina aos gritos de “liberdade, igualdade e fraternidade” (1793). A execução do rei e da rainha da França abalou profundamente d. Maria I. Na verdade, agravou seu estado psicológico, que já era precário. Mesmo antes do regicídio, ela demonstrava sinais de abatimento por uma série de perdas recentes. Em 1786, com a morte de d. Pedro III, a rainha ficara viúva. Dois anos depois, uma nova tragédia lhe ocorreu: d. José, filho mais velho e futuro sucessor, morreu de varíola aos 27 anos. A triste sina da rainha ainda não estava completa. Menos de dois meses depois de enterrar o filho, d. Maria perderia de uma só vez a filha Mariana Vitória, de 19 anos, e o neto recém-nascido, Gabriel, ambos igualmente levados pela varíola.

Depois da sucessão de infortúnios em família e do início da crise do absolutismo na Europa, a rainha, que sempre fora uma mulher infeliz, perdeu a vontade de viver.<sup>1</sup> Os pintores já não conseguiam retratá-la sem mostrar a melancolia que transbordava de sua alma.<sup>2</sup> A rainha falava cada vez menos, comia pouco e, em outubro de 1791, passou a manifestar aflições noturnas e sono entrecortado.<sup>3</sup> Na virada do ano, já não havia pessoa na corte que não soubesse que d. Maria definhava.

A doença da rainha se tornou pública nos primeiros dias de janeiro de 1792, quando, com extremo cuidado, a *Gazeta de Lisboa* noticiou que a soberana se encontrava “alguma coisa indisposta”.<sup>4</sup> Na verdade, ela estava bem pior que isso. No dia 27 daquele mesmo mês, d. Maria I sofreu seu primeiro surto emocional — “um frenesi completo”, definiu o ministro Luís Pinto numa carta a um colega.<sup>5</sup> A moléstia avançava. Quando assistia a um espetáculo no teatro do Paço de Salvaterra, no dia 2 de fevereiro (78 dias antes da execução de Tiradentes), d. Maria foi acometida de um ataque de demência.<sup>6</sup>

Aos 58 anos, a rainha ficara louca.

Depois do episódio no teatro, Sua Majestade se aprofundou na insanidade. Tirando um ou outro momento de razão, passou a viver num mundo de delírios tormentosos — ora dizia que já estava morta e não tinha entranhas; ora afirmava estar vendo o defunto do pai, d. José I. Entre um desvario e outro, vagava aos gritos pelos corredores do Palácio de Queluz.

Ainda no mês de fevereiro, o conselho da rainha percebeu que o tratamento ministrado pelos médicos portugueses — composto basicamente de banhos e lavagens intestinais — não a tiraria daquele estado catatônico. Chegou-se então à conclusão de que o melhor a fazer era chamar o “grande médico alienista” daqueles tempos, o padre inglês Francis Willis, que conseguira alguns avanços ao tratar de outro monarca louco: George III, rei da Inglaterra.<sup>7</sup> O embaixador de Portugal em Londres, Cipriano Ribeiro Freire, recebeu ordens de contratar o médico pela quantia que este pedisse — “sem limitação alguma”, frisou o ministro Luís Pinto, encarregado do assunto.<sup>8</sup> Num primeiro momento, o doutor tentou se livrar da missão, alegando estar velho para deixar a Inglaterra. Mas, diante dos apelos (e de uma gorda remuneração), acabou aceitando.

Para cuidar da rainha em tempo integral, o psiquiatra cobrou uma fortuna: 10 mil libras à vista (3,2 milhões de reais em valores de janeiro de 2010), mais mil libras para cada mês de trabalho em Lisboa, sendo passagens e despesas à parte.<sup>9</sup>

Em março de 1792, o doutor Willis já se encontrava na capital portuguesa. Não se sabe que tratamento aplicou, mas o fato é que a rainha melhorou um pouco mas logo em seguida mergulhou novamente na insânia. Como d. Maria não voltava à lucidez, o psiquiatra prognosticou que a doença era grave e que a cura, se houvesse, seria demorada. O ideal, aconselhou Willis, era levar a rainha para Londres, onde ele teria meios mais adequados para cuidar dela. Como a sugestão da viagem não foi acatada, o psiquiatra fechou a conta (pelo contrato, algo em torno de 14,5 mil libras, o equivalente a 4,5 milhões de reais em 2010) e voltou para casa.<sup>10</sup>

Nos 24 anos seguintes, sempre lunática, d. Maria I teria uma existência sofrida.

Para a Coroa, o drama revelou uma novidade: o dinheiro, que servia para tantas coisas, em casos como o da rainha, era inútil.

## Notas

1. No dia 4 de fevereiro de 1792, ao descrever o histórico de saúde da rainha, a fim de auxiliar o médico que iria tratá-la, o ministro Luís Pinto afirmou: “(...) Esta senhora sempre teve um temperamento triste.” Caetano Beirão, *D. Maria I*, p. 408.
2. Ver duas pinturas de Giuseppe Troni posteriores a 1789 (uma que adorna o retábulo do altar-mor da capela da Bemposta e outra que decora a Sala da Música do Palácio Nacional de Queluz), além da tela oval do Museu dos Coches (Lisboa), sem data, mas presumivelmente posterior a 1788.
3. Caetano Beirão, *op. cit.*, pp. 407-17.
4. *Gazeta de Lisboa*, nº 2, de 10 de janeiro de 1792. Idem, p. 409.
5. Ofício de Luiz Pinto a Diogo de Carvalho de 21 de janeiro de 1792. Idem.
6. Ângelo Pereira citado por Laurentino Gomes, *1808*, p. 354.
7. “Grande médico alienista” é expressão de Caetano Beirão, *op. cit.*, 414.
8. Carta do ministro Luís Pinto de 4 de fevereiro de 1792. Idem, p. 408.
9. Para o valor cobrado, Caetano Beirão, *op. cit.*, p. 415. A atualização e a conversão monetárias são minhas, com auxílio das calculadoras on-line do Banco da Inglaterra ([www.bankofengland.co.uk/education/inflation/calculator/flash/index.htm](http://www.bankofengland.co.uk/education/inflation/calculator/flash/index.htm)) e do Banco Central do Brasil ([www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp?id=convmoeda](http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp?id=convmoeda)).
10. Idem.



## Capítulo 18: Da utilidade do ouro

Logo que foi constatada a incapacidade mental de d. Maria I, no início de 1792, o governo de Portugal caiu nas mãos do jovem d. João (futuro d. João VI), segundo filho da rainha. Foi um problema. Com 24 anos de idade, o príncipe regente (título que seria confirmado oficialmente só em 1799) não tinha traquejo para os assuntos da administração — natural, aliás, pois seu irmão mais velho, d. José, morto quatro anos antes, é que estava sendo preparado para assumir o trono. D. João era tímido, deprimido, supersticioso e vacilante.<sup>1</sup> Para piorar o quadro, sua mulher, d. Carlota Joaquina, tinha com ele uma relação que, com boa vontade, pode ser definida como hostil. E isso não era o pior.

Na França, a revolução evoluía de forma surpreendente, passando do Terror no campo interno para um expansionismo voraz no campo externo. Em 1796, com apenas 27 anos, Napoleão Bonaparte se tornara comandante do Exército francês, e logo seu apetite por poder seria sentido na Europa — Portugal incluído.

O presente de d. João era desventuroso e, em relação ao futuro, ele nada podia esperar do ouro do Brasil. Na colônia, a produção das minas continuava em queda livre. No ano em que d. João assumiu oficialmente a regência, as lavras renderam apenas 4,4 toneladas do metal precioso, pior nível em 94 anos.<sup>2</sup> O Brasil de d. João VI não rendia sequer um terço do Brasil de d. João V, seu bisavô.<sup>3</sup>

Com o presente em perigo e o futuro comprometido, restava a Portugal o passado — um passado repleto de aventuras e de glórias. Do ouro do Brasil, porém, quase nada sobrara. Em cem anos, Portugal torrara mais da metade do metal precioso produzido no mundo naquele período (1.000 toneladas de um total de 1.887 toneladas).<sup>4</sup>

Os portugueses haviam deixado o maior tesouro encontrado até então no mundo ocidental escorrer de suas mãos. Para a sorte da Inglaterra.

Em  
janeiro  
de 1701,  
nos



D. JOÃO VI

primórdios da corrida do ouro, o governador-geral do Brasil, João de Lencastre, escreveu ao rei, d. Pedro II, para contar as novidades do tesouro que se ia encontrando em Minas Gerais. Pela qualidade dos achados, Lencastre previa uma era de fartura para Portugal, mas fazia um alerta, quase um presságio: se o ouro fosse usado apenas para bancar compras na França, Inglaterra, Holanda e Itália, todo o proveito daquele enorme empreendimento ficaria com os países estrangeiros.<sup>5</sup>

Apenas oito anos depois, o alerta de Lencastre já deixara o rol das suspeitas e se tornara realidade. “E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moedas para os reinos estranhos, e a menor parte é a que fica

em Portugal e nas cidades do Brasil (...)", afirmava em 1709 o padre italiano Giovanni Antonio Andreoni, radicado na Bahia.<sup>6</sup>

A advertência de Lencastre não foi ouvida e a de Andreoni, feita tarde demais.

Em 1703, quando a Coroa já sabia da existência das minas de ouro no Brasil mas ainda não botara as mãos na riqueza (naquele ano, o quinto rendeu apenas 6 quilos), Portugal selou seu destino ao assinar com a Inglaterra um pacto comercial de três cláusulas (240 palavras).<sup>7</sup> Pelo Tratado de Methuen, a venda de tecidos e outras manufaturas inglesas em território português seria beneficiada com a isenção de impostos. Em contrapartida, a Inglaterra abria seu mercado aos vinhos produzidos em Portugal. O acordo era uma maravilha para a Inglaterra, já que o império português tinha uma população imensa e quase nada de indústrias têxteis. Já para Portugal, do ponto de vista econômico, o pacto não era tão vantajoso. Prometia algum ganho naqueles tempos de crise, mas um ganho moderado, já que o vinho dos portugueses era menos essencial que o tecido dos ingleses. Por outro lado, o tratado não assegurava que a renda obtida com os vinhos ficaria com os portugueses. Isso porque a maioria das vinícolas de Portugal pertencia a ingleses ou tinha capital inglês — ou seja, boa parte do dinheiro acabaria retornando à Inglaterra. Havia ainda outro ponto negativo que só ficaria claro no futuro: o tratado estimularia os proprietários de terra em Portugal a substituírem o cultivo de alimentos, sobretudo cereais, por plantações de uvas para vinhos, gerando a necessidade de importação de víveres... ingleses!



## LONDRES NO SÉCULO XVIII

Uma década após a assinatura do Tratado de Methuen, quando o ouro começou a entrar em Lisboa com mais largueza, o verdadeiro significado do pacto comercial se revelou: Portugal — comprador edaz — estava predestinado a viver sob um “estado de dependência semicolonial” em relação à Inglaterra — vendedor agressivo.<sup>8</sup> Enquanto os portugueses enviavam a Londres poucos produtos e ainda por cima de baixo valor agregado (vinhos, frutas, azeite, lã de má qualidade, sal, açúcar, cortiça, couros e pau-brasil), no sentido inverso a pauta de exportações inglesa para Portugal era diversificada e altamente lucrativa (lã de boa qualidade, linho, seda, algodão, cereais, farinha, bacalhau, laticínios, ferro, ferragens, cordame, papel, vidro, pólvora, carvão e cobre).

Havia outra diferença substancial na forma como os dois países comerciavam. Enquanto a Inglaterra se manteve controlada na compra de produtos portugueses, o contrário não aconteceu com Portugal, que se entregou a um consumismo desavergonhado nos mercados ingleses. Antes de Methuen, os produtos portugueses representavam 4,1% da cesta de importações da Inglaterra. Depois do tratado, esse percentual continuou estável — 6,1% (1704), 5,5% (1707), 4,7% (1710), 4,4% (1712) —, atingindo o nível mais alto (e relativamente modesto) em 1742: 7,1%. Já no caso de Portugal, foi uma festa. Nos três anos anteriores ao pacto, Portugal comprou uma média de 6,1% das exportações inglesas. No ano seguinte à assinatura do tratado, esse percentual saltou para 12,2%, e já em 1705 alcançou o pico de 15,2%.<sup>9</sup>





### CENTRO DE LONDRES NO SÉCULO XVIII

Assim, durante todo o século XVIII, grande parte do ouro extraído no Brasil fez apenas uma escala em Portugal (ou às vezes nem isso) e acabou em Londres, onde fazia tilintar as caixas registradoras dos comerciantes e industriais. Em 1738, por exemplo, calcula-se que a Inglaterra tenha ficado com quase 60% de todo o ouro produzido no Brasil naquele ano, ou seja, 8 toneladas.<sup>10</sup> O processo de transferência de riqueza não foi apenas forte, mas prolongado. Duas décadas depois, o metal precioso da América Portuguesa continuava vertendo com abundância para Londres. “O comércio [de Portugal] está quase todo nas mãos dos ingleses, cujo número é bastante grande; estes recolhem todo o ouro e toda a prata deste país”, escreveu um italiano que residia na capital portuguesa na época.<sup>11</sup> Um ano após o terremoto de Lisboa, quando Portugal comprava freneticamente para abastecer e reconstruir a capital, o país desembolsou 1,3 milhão de libras para cobrir o déficit na balança comercial com a Inglaterra. O valor era 3.426% maior que o de 1697, primeiro ano do *rush*.<sup>12</sup>

A transferência do ouro para Londres era ostensiva. Quando aproximava-se a época do desembarque das frotas brasileiras na capital portuguesa, o Tejo ficava coalhado de navios ingleses de nomes como *Expedition*, *King George*, *Hampden* e *Duke of York*. Com uma ponta de inveja, em 1725 o cônsul francês em Lisboa, De Montagnac, anotou numa carta a Paris: “(...) Quando se aguarda em Lisboa a chegada de uma frota, há sempre algum navio de guerra inglês sobre o qual os negociantes daquela nação embarcam furtivamente as partidas de ouro que receberam do Brasil como retorno de suas mercadorias.”<sup>13</sup> “Algum navio” foi o modo suave que o cônsul encontrou para descrever o que acontecia. Mais correto seria classificar o fenômeno como um ataque ou até mesmo assalto. Dos navios que entraram no porto de Lisboa em 1721, metade eram ingleses. Dois anos depois, o índice pulou para 75% (391 naus de um total de 517).<sup>14</sup>

Navios, barcos e pacotes ingleses zarpavam de Lisboa rumo a Falmouth (porto britânico na entrada do Canal da Mancha) com seus porões abarrotados de *moedores* (moeda de ouro portuguesa) e barras do metal precioso. Em 1760, só o *Expedition* fez cinco viagens no trecho Lisboa-Falmouth levando um total aproximado de 1,9 tonelada de ouro.<sup>15</sup> De Falmouth, o ouro seguia para Londres, mais precisamente para a Bartholomew Lane, no coração da City (distrito financeiro da capital inglesa), onde funcionava a imponente sede do Banco da Inglaterra.<sup>16</sup> Uma parte do ouro era depositada nos cofres do banco e outra parte seguia para a Casa da Moeda, onde era derretida e transformada em *guinéus* (antiga moeda inglesa).

Quanto mais ouro brotava no Brasil, mais as oficinas da Casa da Moeda inglesa trabalhavam. Antes da descoberta do metal precioso na colônia portuguesa, a Inglaterra havia levado 136 anos (1558-1694) para cunhar 15 milhões de libras em ouro. A partir do momento em que as minas do Brasil entraram em operação, a Casa da Moeda de Londres demorou um quarto do tempo (1694-1727) para amoedar mais que o dobro daquele volume: 33 milhões de libras em ouro.<sup>17</sup>

A Inglaterra, que não produzia ouro, amava o metal precioso tanto quanto Portugal. Porém, de um modo particular. Diferentemente da nação ibérica, onde o ouro não repousava por muito tempo nas caixas-fortes da Coroa, não havia muita ânsia em Londres por gastar o dinheiro em bens supérfluos. A preocupação era oposta: não deixar que as importações (leia-se gastos) superassem as exportações (ou seja, os lucros). Durante todo o século XVIII, enquanto Lisboa comprava a rodo, Londres manteve o padrão de suas despesas no exterior. Em cem anos, em apenas quatro oportunidades (1718, 1781, 1787 e

1788) a Inglaterra gastou mais com as importações do que lucrou com as exportações.<sup>18</sup>

O dinheiro significava para os ingleses muito mais que acesso ao luxo ou a garantia do ócio. Para eles, o tesouro de uma nação não era medido pela quantidade de metal precioso que ela conseguia produzir ou acumular, mas pelo que, a partir do dinheiro, ela conseguia criar. Essa concepção econômica foi sintetizada em 1776 por um ex-professor de filosofia moral escocês chamado Adam Smith. Naquele ano, Smith lançou na praça, ao preço de uma libra e 16 xelins (o equivalente a 13 gramas de ouro), um livro que mudaria os parâmetros da macroeconomia. Nas 510 páginas da primeira edição de *A riqueza das nações*, ele demonstrou o quanto era equivocada a “ideia popular” de que “o grande negócio é ter dinheiro” e que “um país rico (...) é aquele que tem muito dinheiro”.<sup>19</sup> Se fosse assim, explicou o economista, Portugal seria um país rico, coisa que estava longe de ser. Na visão de Smith, o ouro na verdade fizera mal a Portugal. Antes de possuir o Brasil — uma das “colônias mais ricas e mais férteis do mundo”, na definição do escocês —, os portugueses fabricavam produtos.<sup>20</sup> Contudo, depois da descoberta do ouro, completou ele, os portugueses deixaram suas indústrias definharem, acreditando que poderiam comprar tudo que quisessem, já que eram donos de uma terra onde o dinheiro literalmente brotava do chão. Tolice, pregava o economista. O ouro por si só não tornava ninguém ou nenhum país ricos. “Dinheiro é instrumento”, dizia.<sup>21</sup>

A Inglaterra sabia disso. Em meados de 1750, a partir de um conjunto de fatores, entre eles a monumental quantidade de ouro acumulado no comércio com Portugal, os britânicos começavam a liderar uma revolução que transformaria o mundo. Uma série de inventos voltados para os setores de tecelagem, fiação, energia e siderurgia deflagrou um processo que, em pouco tempo, colocaria as máquinas como centro do sistema de produção. Na sua edição de 11 de março de 1776, a *Birmingham Gazette* noticiou:

*Na última sexta-feira, uma máquina a vapor (...) foi posta em funcionamento em Bloomfield Colliery (...) na presença de alguns homens de ciência cuja curiosidade fora estimulada pela possibilidade de ver os primeiros movimentos de uma máquina tão singular e poderosa (...). [A máquina foi] inventada pelo sr. [James] Watt após muitos anos de estudo e grande variedade de experiências custosas e trabalhosas.*

Com a invenção da máquina a vapor e, por conseguinte, de uma nova fonte de energia, pequenas oficinas puderam crescer e se transformar em grandes fábricas. Em 1800, o equipamento já era usado em trinta minas de carvão, 22

minas de cobre, 28 fundições, 17 cervejarias e oito usinas de algodão da Grã-Bretanha. Demoraria um pouco mais para chegar a Lisboa — por falta de visão e de dinheiro.

Se do ponto de vista econômico a aliança comercial com a Inglaterra representou um péssimo negócio para Portugal, do ponto de vista político foi talvez a salvação do império lusitano. Mais do que produtos, Lisboa comprava a proteção de Londres.

Os altos lucros que a Inglaterra obtinha em Portugal justificavam que a primeira mantivesse a segunda sob sua proteção. E Lisboa precisava fortemente do guarda-chuva londrino. Ameaçada de forma incansável pela França e pela Espanha, que almejavam seu território e suas colônias, Portugal recorria ao abrigo inglês para manter sua soberania e suas terras. Foi assim durante todo o século XVIII.

Assim, graças à Inglaterra, mesmo não contando com a mesma liquidez dos tempos de sua mãe, de seu avô, de seu bisavô e de seu tataravô, o príncipe regente e futuro d. João VI ainda conservava a estabilidade do trono — e algum dinheiro para gastar. No último ano do século mais glorioso de Portugal, o Brasil produziu cerca de 4,4 toneladas de ouro.<sup>22</sup> Só os quintos de Minas Gerais renderam à Coroa 588 quilos do metal precioso.<sup>23</sup> Eram volumes bem menores que os verificados no passado, mas nada desprezíveis. Em realidade, o ouro do Brasil ainda era a maior fonte de renda da Coroa portuguesa.

Com o amparo da Inglaterra e o ouro da colônia, d. João VI tinha tudo do que precisava para repetir a doce existência de seus ancestrais — e assim o fez. A fim de facilitar a vida de sua mulher, que morava no Palácio de Queluz, o príncipe regente mandou pavimentar os 12 quilômetros da estrada que ligava aquela vila a Lisboa. Também mandou plantar no caminho frondosas árvores compradas em Londres.<sup>24</sup> Para o Palácio de Mafra, onde residia, d. João VI adquiriu seis fabulosos órgãos.<sup>25</sup> Desse modo, sem grandes abalos ou pesadas labutas, d. João consumia os dias. Até que mais uma vez tudo mudou.

## Notas

1. Laurentino Gomes, *1808*, p. 32-3.
2. Virgílio Noya Pinto, *O ouro do Brasil e o comércio anglo-português*, p. 114.
3. Estima-se que no período 1750-54, no reinado de d. João V, a média da produção anual de ouro tenha sido de 15,8 toneladas. Para o quinquênio 1795-99 (d. João VI), a média anual é de 4,4 toneladas. Idem.
4. Para as 1.000 toneladas, ver nota nº 27 do capítulo 2. Para as 1.887 toneladas, João Antônio de Paula, citando Zimmermann, em “A mineração do ouro em Minas Gerais no século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 298.
5. Carta de d. João de Lencastre de 12 de janeiro de 1701. Charles R. Boxer, *A idade de ouro do Brasil*, p. 64.
6. André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, p. 194.
7. Para o quinto recolhido, Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 71.
8. A título de quintos, Lisboa recebeu 6 quilos de ouro em 1703 e 441 quilos em 1714. Idem. “Estado de dependência semicolonial” é definição de Kenneth Maxwell. *A devassa da devassa*, p. 26.
9. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 260-5.
10. Idem, pp. 86 e 299.
11. Mary del Priore, *O mal sobre a Terra*, p. 92.
12. Cálculo do autor a partir de números fornecidos por Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 285-6.
13. Carta do cônsul De Montagnac de 1º de maio de 1725. Idem, p. 300.
14. Idem, p. 296.
15. Cálculo do autor a partir de cifras fornecidas por Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 302.
16. Desde 1788, a sede do banco funciona no mesmo edifício. Um museu anexo exhibe barras e moedas de ouro.
17. Pierre Vilar, *Ouro e moeda na história*, p. 284.
18. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, pp. 255-7.
19. Adam Smith, *A riqueza das nações*, vol. 1, p. 359.
20. Idem, p. 89.

21. Idem, p. 365.
22. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.
23. Idem, p. 75.
24. Maria Inês Ferro, *Queluz: o palácio e os jardins*, p. 29.
25. Luís Filipe Marques da Gama. *Maфра: palácio nacional*, p. 10.



## Capítulo 19: Adeus, Lisboa

Na virada de 1806 para 1807, após uma campanha militar impecável, Napoleão Bonaparte dominou quase toda a Europa. Faltavam apenas a poderosa Grã-Bretanha e seu pobre aliado, Portugal. Como não tinha condições de tomar Londres na base da pólvora e da baioneta, o imperador francês lançou mão de uma ardilosa jogada diplomática: decretou o bloqueio aos produtos ingleses em toda a Europa, ameaçando invadir as nações que não o atendessem. D. João VI se viu assim numa encruzilhada: obedecer a Napoleão significaria atrair a ira inglesa e não obedecer resultaria em consequências igualmente terríveis.

Portugal não tinha a menor possibilidade de enfrentar um (a Inglaterra) nem outro (a França). Como a Coroa passara anos sem investir no seu arsenal de guerra, ele estava raquítico. Seus navios de guerra em condições de uso eram 27, enquanto que a Inglaterra tinha 880.1 Ou seja, um ataque pelo mar ou pela foz do Tejo seria letal.

Aproveitando-se do caráter indeciso de d. João VI, Napoleão enviou um ultimato a Portugal em julho de 1807. Exigia não só que Lisboa embargasse os produtos ingleses mas também que declarasse guerra contra Londres. Uma situação difícil, tão difícil que d. João não podia suportá-la. Depois de reunir seu conselho no Palácio de Mafra, o regente definiu o destino de Portugal: para evitar ter que dizer sim ou não a Napoleão, o rei simplesmente iria fugir para o Brasil, levando consigo a família real, membros da nobreza, boa parte do aparato do Estado e o máximo de dinheiro que conseguisse.

No dia 29 de novembro daquele mesmo ano, às 7 horas da manhã, o rei, a família real e seu entourage, composto de cerca de 15 mil pessoas, abandonaram Lisboa sob escolta de navios de guerra ingleses.

No dia 30, as tropas napoleônicas tomaram a capital portuguesa. O general Junot, que comandou a ofensiva sobre Lisboa, encontrou os cofres reais quase raspados. D. João tinha carregado, além de muitos objetos de valor, como a baixela Germain, metade das moedas em circulação na metrópole.2 O ouro do Brasil, quem diria, retornava a seu berço.

Muita coisa havia ficado em Lisboa, contudo. Eram tesouros que a criadagem real chegara a empacotar mas que d. João VI não tivera tempo ou condições de levar. No cabedal que o rei largara para trás, e que agora caía nas mãos de Napoleão, estavam joias, tapeçarias, móveis finos, 2.000 quilates de brilhantes em estado bruto etc.<sup>3</sup> Poucos dias depois da invasão de Lisboa, o imperador francês começou a receber em Paris dezenas de caixotes com o butim. Dentro de um dos caixotes, comentou-se à época, haveria uma pepita de ouro rara, de 20 quilos.<sup>4</sup> Era o torrão encontrado 75 anos antes em Água Quente.



PARTIDA DA COMITIVA DE D. JOÃO VI PARA O BRASIL (POR NICOLAS DELERIVE)



## Notas

1. Laurentino Gomes, *1808*, p. 58.
2. Para o montante levado, idem, p. 75. Para a baixela, *Tesouros reais*, p. 292.
3. Para os brilhantes, *Tesouros reais*, p. 17.
4. “(...) Segundo rumores que correram, [a pepita] foi roubada pelos franceses em 1807”, escreveu em 1833 o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege. *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 65.





## Capítulo 20: O gigante deitado

Quando d. João VI desembarcou na Bahia no escaldante verão de 1808, a mineração agonizava na colônia. Naquele ano, os quintos de Minas Gerais, a joia do sistema, renderiam apenas 447 quilos de ouro, menos de um quarto do que fora sete décadas antes.<sup>1</sup> E para o futuro próximo as perspectivas eram sombrias.

A primeira ação do príncipe regente a repercutir no campo da mineração foi a criação do Banco do Brasil, em outubro de 1808. Uma das finalidades da instituição era trocar barras de ouro que estivessem em poder de particulares por moedas e, depois, também por cédulas, as primeiras a circular em todo o império português (metrópole incluída). A segunda medida de d. João nesse campo demorou um pouco e revelou uma mudança no comportamento da Coroa. Em vez de reforçar o aparato fiscal e exigir novos esforços dos colonos, d. João decidiu investir na pesquisa do negócio que sustentava Portugal havia um século.

Em 1809, o príncipe regente convocou ao Brasil o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, grande especialista em geologia. Sua principal missão: estudar as causas da decadência da extração de ouro e encontrar um meio de reativar o setor. Ou, segundo as palavras do próprio barão: “Eu devia, por meio de conselhos, fazer reviver nos mineiros o espírito da mineração.”<sup>2</sup>

Nascido numa fazenda em Hesse, região central da Alemanha, Eschwege era engenheiro, naturalista e militar e, além disso, possuía conhecimentos de economia e direito. Era tudo o que se podia esperar de um germânico com tal formação: cerebral, metódico, minucioso e funcional. Em 1803, em troca de um salário de 600 mil-réis (equivalente a pouco menos de um quilo e meio de ouro) Eschwege havia largado um emprego no departamento de minas de Richelsdorf, na Alemanha, e se mudado para Lisboa, a convite do governo de Portugal.<sup>3</sup> Espírito ativo, ele logo descobriria jazidas de carvão (Santarém), chumbo e prata (Coimbra e Aveiro).

O  
barão  
tinha 32  
anos  
quando  
aceitou  
o  
segundo  
convite  
d e d.  
João VI  
e



BARÃO WILHELM LUDWIG VON ESCHWEGE

transferiu-se de Portugal para o Brasil. No dia 30 de janeiro de 1810, ele embarcou no navio *João Magnânimo*, em Lisboa, e 58 dias depois avistou o Pão de Açúcar — “uma montanha de forma curiosa”, definiu Eschwege.<sup>4</sup> Ainda no navio, ele achou divertido quando alguém lhe mostrou um desenho da serra do Mar, que ele avistava do convés, com a forma de um gigante deitado. Na ilustração, pairava sobre a serra uma entidade mágica (“um gênio”, segundo o barão) a lhe ordenar: “Levanta-te e domina!” Nunca mais Eschwege se esqueceria daquele desenho.<sup>5</sup>

Depois de um século de ignorância e improvisação na extração do ouro, a ciência finalmente desembarcava no Brasil — com uma pitada de misticismo.

Nos seus primeiros 15 meses na colônia, o barão estudou todo o material que lhe caiu nas mãos sobre a mineração no Brasil e aproveitou para montar na capital um gabinete mineralógico com exemplares nativos. Em julho de 1811, colocou o pé na estrada. Seu rumo: Minas Gerais.

“Extremamente desagradável e penosa.” Assim o barão definiria aquela viagem de 23 dias. Além dos transtornos incontornáveis (o sol tórrido na cabeça durante o dia, o frio enregelado das noites e o péssimo estado de conservação da estrada), a Coroa contribuiu como pôde para o suplício de Eschwege. Para começar, o guia que arranjaram para o barão (“um bom amigo”) era um contrabandista que levava dinheiro falso para repassar nas minas. Em segundo lugar, não havia conforto algum. O pouso onde Eschwege dormia após horas de cavalgada muitas vezes não passava de um abrigo sobre estacas e sem paredes. Seu travesseiro e cama eram sacas de sal ou cangalhas fedorentas. E a base do café da manhã, quando havia café da manhã, era feijão preto (“um horror”). Certo dia, Eschwege pernitoou numa fazenda na companhia de um defunto fresco. Noutra, ao subir uma serra à beira de um precipício, escapou de morrer quando um boi caiu do céu quase em cima de sua cabeça. Por fim, esfomeado, tentou roubar um frango (não conseguiu) de um mineiro que negara lhe vender comida. E, para azedar de vez o humor do alemão, seu barômetro inglês, uma peça de estimação que ele sempre levava nas viagens, quebrou.<sup>6</sup>

No caminho para Minas Gerais, o barão se deparou com os vestígios dos tempos gloriosos da corrida do ouro. Um homem lhe contou a respeito do “aleijado de mãos estropiadas” que recém-terminara de esculpir as estátuas dos profetas que Eschwege vira na vila de Congonhas do Campo. O alemão presenciou também as marcas da decadência: ruínas de antigos arraiais, lavras abandonadas e, por todo lado, pilhas e mais pilhas de cascalho retirado do fundo dos córregos.

No dia 7 de agosto, o passado esplendoroso e o presente opaco da mineração se mostraram simultaneamente ao barão. “Vi pela primeira vez ouro bruto lavado”, escreveria Eschwege. Era uma pepita de 230 gramas.<sup>7</sup>

O barão montou sua base na decaída Vila Rica (“hoje só é rica na memória”, anotou em seu diário) e de lá realizou inúmeras expedições a palmilhar o território mineiro.<sup>8</sup> Nas andanças, aprendeu a amar os índios e a detestar negros e mestiços. Além da profunda pesquisa de campo, Eschwege se debruçou sobre documentos contábeis, analisou leis baixadas nos últimos cem anos, leu memórias e colheu relatos de pessoas envolvidas com a mineração. No final, vaticinou que, no futuro, com alguma disciplina, o Brasil poderia desempenhar

“um papel importante entre os países mais poderosos do mundo”.<sup>9</sup> Mas para o presente, seu diagnóstico foi amargo: a Coroa estava matando a galinha dos ovos de ouro.

Segundo o barão, nada tinha sido mais danoso para a mineração no Brasil que a legislação imposta pela Coroa. Para ele, o erro havia sido focar as regras exclusivamente na cobrança do quinto, deixando aos mineradores a tarefa de definir os processos de extração como bem entendessem. “O governo”, afirmou Eschwege, “julgava inesgotáveis os depósitos minerais, que cada um podia explorar da maneira que mais lhe conviesse. Esquecia-se de que eles se esgotariam rapidamente por força (...) dos processos de lavra ambiciosa.”<sup>10</sup> Ou seja, em vez de proteger o setor que representava sua maior fonte de renda, a Coroa acabou impondo à extração do ouro uma dinâmica autofágica. “Na realidade, entregou-se um tesouro a ignorantes, que não sabiam preservá-lo, e a juristas, que nada fizeram senão estabelecer medidas legais inoportunas. (...) Assim, não poderia a mineração deixar de decair”, sentenciou o alemão.<sup>11</sup>

Era enorme a sucessão de equívocos. O barão ficou pasmo, por exemplo, com o processo de transformação do ouro em barras. Os fundidores — a maioria ex-cozinheiros — não tinham qualquer formação técnica.<sup>12</sup> Assim que o calor do forno derretia o ouro *in natura*, eles usavam mercúrio para separar o metal precioso de corpos estranhos, como ferro, cobre e antimônio. De acordo com Eschwege, o emprego de mercúrio era responsável pela perda de 4,4% do ouro processado. “Que nesses processos grandes melhoramentos podem ser introduzidos, qualquer pessoa entendida em fundição percebe”, afirmou.<sup>13</sup>

Ao apresentar sua análise sobre as causas da decadência da mineração, o geólogo alemão propôs uma série de medidas para reerguer o setor. Começava pela “abolição completa do sistema minerário” praticado até então e a adoção de uma legislação “completamente nova”.<sup>14</sup> Depois de jogar no chão tudo o que fora feito em cem anos, a Coroa deveria criar uma repartição para gerenciar os aspectos técnicos e burocráticos do negócio. Com um detalhe: os integrantes desse novo órgão, “do presidente até o mais humilde escrevente”, deveriam entender das “ciências da mineração”, conforme, ainda segundo Eschwege, era “costume nos países em que a mineração e a metalurgia estão em pleno florescimento”.<sup>15</sup>

A pequena revolução do barão previa também que a Coroa amainasse sua cobiça: o “exorbitante” percentual do quinto deveria ser diminuído pela metade (de 20% para 10%).<sup>16</sup> Ou era isso ou era nada. Com um rasgo de ironia incomum à sua personalidade, Eschwege comentou que, se a intenção do rei era

preservar o sistema vigente, focado apenas no combate agressivo ao contrabando, o melhor que a Coroa tinha a fazer era construir “uma Muralha da China” ao redor de Minas Gerais.<sup>17</sup>

Fechando seus estudos, o barão colocou sobre a mesa de d. João VI duas notícias, uma boa e outra má. A má era que não havia o que fazer para aumentar a produção do ouro de aluvião. Aquele tesouro estava mesmo chegando ao fim. A boa notícia era que ainda existia uma “grande riqueza” enterrada no subsolo do Brasil, nos mesmos locais das lavras decadentes.<sup>18</sup> Eram jazidas de ouro de beta, ou seja, o filão do metal precioso de onde se desprendera o ouro de aluvião. Esse novo gênero do metal precioso, pouco ou quase nada conhecido na colônia, apresentava-se em volumes ainda maiores que o ouro de aluvião. Só que para chegar até ele seria preciso método e investimento, pois as jazidas não se situavam sob a superfície da terra, mas em suas entranhas.

Eschwege havia feito sua parte. Agora era a vez da Coroa.

O barão acreditava firmemente na sua visão cartesiana de como corrigir os problemas da mineração no Brasil. Por ingenuidade, admitia ser possível que Portugal e Brasil aceitassem placidamente se transformar em algo parecido com a Alemanha.

Para mostrar a certeza que tinha no sucesso de suas propostas, o geólogo recrutou sócios e, junto com eles, entrou no leilão de uma mina de ouro decadente (a mina da Passagem, próxima a Mariana) que estava indo a pregão para pagar as dívidas de seu antigo proprietário. Com um lance equivalente a 12 quilos de ouro, pagos a crédito, a sociedade encabeçada pelo barão arrematou a mina.<sup>19</sup>

Enquanto tocava seu novo negócio, Eschwege tentou fazer com que os mineradores seguissem seu exemplo. Em vão. Todas as técnicas que ele tentava implantar — como estudo prévio do solo, uso de maquinário e construção de galerias subterrâneas — não eram aceitas pelos mineradores (uns “ignorantes”, dizia o barão) e pelos funcionários da Coroa (“rábulas” aferrados a preconceitos).<sup>20</sup> O desconfiado público de Eschwege não se cansava de lhe fazer a mesma pergunta: com a adoção do novo sistema, quanto ouro extra seria possível obter de forma imediata. O barão explicava que seus processos eram de longo prazo e que nada viria em pouco tempo. “Não estamos acostumados com isso”, ele ouvia.<sup>21</sup> “O exemplo ensinou-me”, desabafaria o geólogo anos depois, “que tais propostas só serviam para me criar inimigos e invejosos.”<sup>22</sup>

Além de não ter seus métodos aceitos, o barão virou alvo de zombarias e se

viu isolado. De um lado, era boicotado por mineradores e funcionários da Coroa. E de outro, não contava com o respaldo de d. João VI (finalmente aclamado rei após a morte da louca Maria I, em 1816). O barão nunca conseguiu, por exemplo, que o soberano baixasse o percentual do quinto, como pedira. “As representações que fiz nesse sentido de nada valeram, pois só se tinha em vista o presente e não o futuro”, escreveria depois um frustrado Eschwege.<sup>23</sup>

A corrida do ouro minguou nos primeiros anos do século XIX até que um dia, sem que ninguém mais se desse conta, se extinguiu. Se se pode estabelecer uma data oficial para o sepultamento de um dos fenômenos mais impactantes do mundo no século XVIII, essa seria o ano de 1810, quando o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege tentou, sem sucesso, fazer com que o Brasil saltasse do passado diretamente para o futuro. Mas o tempo presente — o momento que o barão tentou evitar e que acabou por impensá-lo — era justamente o fim da corrida.

Em 1813, dois anos depois daquele final de tarde em que o geólogo alemão entrou pela primeira vez em Vila Rica, a mineração na capitania estava em estado lastimável.<sup>24</sup> O exército de 80 mil escravos que um dia trabalhara nas lavras da região estava reduzido a 11 mil cabeças.<sup>25</sup> A maior parte dos que ainda resistiam no negócio (636 mineradores, que tocavam as 631 lavras restantes) estava endividada quando não em situação de pobreza.<sup>26</sup> A degringolada chegou a tal extremo naquele ano que a Coroa se viu obrigada a lançar mão de medidas para aliviar os mineradores — e, como de costume, fez bobagem. O equívoco: tentar ressuscitar o velho sistema colocando-o dentro de uma bolha de proteção artificial. Um alvará proibiu os credores que buscavam receber dívidas de mineradores de executar os débitos ou penhorar lavras, escravos, equipamentos e ferramentas dos devedores.<sup>27</sup> Uma exceção seria aberta no caso dos credores que quisessem assumir integralmente a lavra de seus devedores. Essa circunstância, porém, pouco ocorria — o que um traficante de escravos do Rio de Janeiro ou um vendedor de mulas de Sorocaba iria fazer com uma lavra falida em Minas Gerais? Os efeitos da lei foram os piores possíveis. Sem ter garantias de que iriam receber por entregas futuras, os fornecedores do setor, que sempre haviam vendido a prazo, se retraíram ainda mais. Assim, além de endividada, a classe dos mineradores ficou sem crédito e com fama de caloteira. “Esta lei (...) veio dar o golpe de misericórdia na mineração”, avaliou Eschwege.<sup>28</sup>

Com o ouro escasseando nas lavras e o crédito desaparecendo no mercado,



mais e mais mineradores abandonaram a atividade. Um ano depois de promulgada a regra, o número de lavras em operação em Minas Gerais era de apenas 565 (10% menos que no ano anterior) e os escravos que nelas trabalhavam estavam reduzidos a 6.493 (queda de 41%).<sup>29</sup> Era um fim melancólico.

Naquele ano de 1814, as lavras mineiras renderam 819 quilos de ouro — ou seja, nem sombra dos 10.637 quilos produzidos no auge da corrida.<sup>30</sup> Por sua vez, o faturamento da Coroa com os quintos da capitania não passou de insignificantes 299 quilos, quase um sétimo do que já fora um dia.<sup>31</sup>

Auguste de Saint-Hilaire, naturalista francês que viajava pelos arredores de Vila Rica naquela época, anotou: “A paisagem toma um ar triste (...). Se se avistam algumas casas, ordinariamente estão em ruínas. (...) Continuamente se avistam escavações para lavagens de ouro; a terra vegetal foi toda eliminada, com ela desapareceu a vegetação e nada mais ficou senão montes de cascalho.”<sup>32</sup> No cenário de miséria e degradação ambiental, Saint-Hilaire percebeu que resistia uma teimosia, um sonho: “Hoje em dia não existem em torno de Mariana mais que quatro lavras em exploração, mas a gente pobre vai procurar no leito dos córregos as parcelas de ouro que as enxurradas levam em seu meio.”<sup>33</sup>

A corrida do ouro havia acabado, mas ainda era preciso sepultá-la. O enterro aconteceu no dia 12 de agosto de 1817, e o último prego do caixão foi cravado por d. João VI.

Naquele dia, o rei assumiu finalmente que o sistema que bancara quatro gerações da Casa de Bragança já não ficava mais de pé. Divulgou então uma carta régia em que reconhecia que Minas Gerais se encontrava em “estado de decadência” devido ao fim do ouro de aluvião.<sup>34</sup> “Já se acham lavrados a maior parte dos terrenos que eram fáceis de trabalhar”, afirmou el-rei. Junto com o lamento, d. João anunciou um pacote de medidas que visavam “animar este importantíssimo ramo de indústria e riqueza nacional”.<sup>35</sup> A principal delas impunha uma inversão total nas regras do setor. Em vez de os mineradores tradicionais terem preferência na exploração do ouro, como ocorria havia mais de um século, a prioridade seria concedida a um novo tipo de empresa: sociedades abertas, controladas por acionistas (“capitalistas”, como dizia el-rei), que podiam inclusive ser estrangeiros.<sup>36</sup> A partir daquele momento, o minerador audacioso, forjado no exemplo de gigantes como Fernão Dias, Borba Gato e os Bartolomeu Bueno da Silva (filho, pai e avô), se tornou um tipo do passado. Saíam de cena os homens que se moviam mais pela cobiça do que pela sensatez.

E entravam no palco, também com cobiça, mas guiadas pela razão, as empresas estrangeiras, majoritariamente inglesas, de nomes como Imperial Brazilian Mining Association, Anglo-Brazilian Gold Company e Reid, Irving & Company.<sup>37</sup>

Diferentemente dos mineradores tradicionais, os acionistas iriam mirar não o lucro rápido (e fugaz), mas os ganhos sustentáveis (e maiores) a longo prazo.

O escravo, esse sim, continuaria sendo o combustível que alimentava o sistema.<sup>38</sup>

Graças à resistência portuguesa e às tropas inglesas, que expulsaram de Portugal os soldados de Napoleão, d. João VI retornou a Lisboa em abril de 1821. Além de politicamente enfraquecido, estava endividado.<sup>39</sup>

Antes de deixar o Brasil para nunca mais voltar, el-rei raspou os cofres do Banco do Brasil.<sup>40</sup> D. João também levou consigo o símbolo máximo da realeza — a coroa feita sob medida para ele, no Rio de Janeiro, com dois quilos e meio do ouro nativo.<sup>41</sup> Essa seria a única coroa real que restaria a Portugal. Pelos mais variados motivos (vicissitudes do tempo, política e cobiça), as que tinham sido fabricadas antes desapareceram. E depois não haveria outras — a monarquia seria extinta em Portugal em 1910.<sup>42</sup>

Descontente com a falta de apoio a seus trabalhos, o barão Wilhelm Ludwig von Eschwege regressou a Portugal três meses após a partida do rei. “Aconselho a todos os que não dispõem de força absoluta dispensar-se de apresentar propostas de melhoramentos quer em Portugal, quer no Brasil, porque será vencido e inutilizado”, sentenciaria ele anos depois.<sup>43</sup>

Eschwege escreveria seis livros e dezenas de trabalhos sobre a mineração no Brasil. Continuaria trabalhando até os 76 anos de idade, mais por paixão do que por necessidade. Demorou alguns anos, como previsto, mas sua mina de ouro em Minas Gerais acabou por fim revelando bons resultados. Por um longo período, o barão recebeu os frutos do seu investimento.<sup>44</sup>

Venceram a paciência e o método.

Em 1835, Minas Gerais foi oficialmente declarada “uma província agrícola”.<sup>45</sup>

## Notas

1. Para o quinto de 1810, Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 202. Virgílio Noya Pinto (*O ouro do Brasil e o comércio anglo-português*, p. 75) afirma que os quintos recolhidos em Minas em 1738 alcançaram 1.981 quilos.
2. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *op. cit.*, p. 42.
3. Para o salário em mil-réis, Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 391. A conversão em quilos de ouro é minha.
4. Idem, p. 178.
5. Oito anos depois, quando publicou seu *Jornal do Brasil (1811-1817)*, Eschwege relembrou o episódio e reproduziu o desenho no livro. Idem.
6. Idem, pp. 217-57.
7. Idem, p. 254.
8. Idem, p. 257.
9. Idem, p. 178.
10. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 83.
11. Idem, vol. 2, p. 275.
12. Para os ex-cozinheiros, idem, vol. 1, pp. 147-9.
13. Idem.
14. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 59.
15. Idem.
16. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 134.
17. A primeira vez que Eschwege usou a figura de linguagem da Muralha da China foi em 1818, quando, ainda vivendo no Brasil, publicou seu *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 267. Gostou tanto da analogia que voltou a citá-la, quinze anos depois, em *Pluto brasiliensis* (vol. 1, p. 135).
18. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 266.
19. Cálculo do autor a partir de cifra oferecida por Friedrich E. Renger em anexo do *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 396.
20. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 149.
21. Idem, p. 162.
22. Idem, p. 149.

23. Idem, p. 134.

24. “Cheguei lá ao entardecer.” Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 257.

25. São de Wilhelm Ludwig von Eschwege os cálculos de 80 mil homens (“Notícias e reflexões...”, p. 752) e 11 mil homens, que desconsidera faiscadores, ou seja, trabalhadores autônomos. *Jornal do Brasil (1811-1817)*, p. 269.

26. São de Wilhelm Ludwig von Eschwege os cálculos de mineradores e lavras (*Jornal do Brasil - 1811-1817*) e a afirmação sobre o endividamento (*Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 116).

27. Alvará de 17 de novembro de 1813. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 116-7.

28. Idem.

29. São de Wilhelm Ludwig von Eschwege os números de 1814 (idem, vol. 2, pp. 20-50), o plantel de escravos em 1813 (“Notícias e reflexões...”, p. 752) e as lavras em 1813 (*Jornal do Brasil - 1811-1817*, p. 269).

30. Para a produção de 1814, Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 2, pp. 20-49. A produção de 10.637 quilos refere-se à média anual do quinquênio 1735-39. Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 114.

31. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 202, e Virgílio Noya Pinto, *op. cit.*, p. 73.

32. Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 68.

33. Idem, p. 80.

34. “Carta régia ordenando...” Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 121-2.

35. Idem.

36. Além da carta régia citada na nota nº 34, o sistema era definido pelos “Estatutos para as sociedades das lavras...”. Idem, pp. 122-6. A expressão “capitalistas” foi usada por d. João VI no aviso de 3 de março de 1825. Idem, p. 127.

37. Em 1824, a Imperial Brazilian Mining Association adquiriu o direito de lava da mina do Gongo Soco (MG), de onde extraiu cerca de 11 toneladas de ouro entre 1826 e 1839. Antônio Gilberto da Costa (org.), *Cartografia da conquista do território das Minas*, p. 110. Na primeira metade do século XIX, a mina da Passagem (MG) foi vendida ao inglês Thomas Bawden, que em 1859 a revendeu à Anglo-Brazilian Gold Company. Waldemar de Almeida Barbosa, *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*, p. 242.

38. Entre 1826 e 1839, a Imperial Brazilian Mining Association chegou a empregar “até 800 homens, na sua grande maioria escravos”. Antônio Gilberto da Costa (org.), *op. cit.*, p. 110.
39. Para as dívidas, Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, pp. 420-8.
40. *Idem*, p. 413.
41. A coroa e o cetro foram feitos por Inácio Luís da Costa na oficina do ourives Antônio Gomes da Silva. *Tesouros reais*, pp. 128-33.
42. *Idem*, p. 127.
43. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 149.
44. “Com uma exploração adequada, [a mina da Passagem] tem dado sempre saldo”, escreveu ele em 1833. *Idem*, p. 46. Depois que o barão saiu da sociedade, a mina da Passagem trocou de mãos três vezes e rendeu toneladas de ouro a seus novos donos. Foi fechada na década de 1980 e transformada em atrativo turístico. O sonho não envelheceu. Em 2009, visitei a mina com minha família. Descemos a uma profundidade de 120 metros num carrinho de mina (*trolley*) e percorremos galerias subterrâneas. Depois de uma diligente busca, meus dois filhos (Mateus, 6 anos, e Inácio, 4) acreditaram ter encontrado pequenos grãos de ouro, e o mais velho deles sugeriu que eu contasse a história neste livro.
45. Mensagem do presidente de Minas Gerais, Antônio Paulino Limpo de Abreu, à Assembleia Legislativa. Eduardo Frieiro, citando Francisco Iglésias, *Feijão, angu e couve*, p. 125.



## Capítulo 21: O que restou e o que ficou

Duas décadas antes do fim da corrida do ouro, um dos mais lúcidos e competentes funcionários da Coroa, José João Teixeira Coelho, fez um exercício de projeção para o futuro. E se o ouro do Brasil um dia acabasse?, perguntou a si mesmo. A resposta que encontrou tinha tons apocalípticos. Coelho previu, por exemplo, a debacle de Minas Gerais. Faltando o ouro, disse ele, os mineradores irão embora, provocando uma crise em cascata: sem clientes, os produtores rurais abandonariam suas lavouras e os negociantes fechariam seus comércios, deixando juízes, fiscais e soldados sem ter o que fazer.<sup>1</sup> Em resumo, Minas voltaria a ser o sertão.

O prognóstico estava errado.

Os grandes depósitos de ouro de aluvião se extinguíram, mas as regiões auríferas continuaram de pé. Naqueles pouco mais de cem anos, a exploração do metal precioso tinha criado ao seu redor uma economia complexa e dinâmica que, mesmo com a decadência da mineração, continuou forte e ativa. As cenas de miséria que Saint-Hilaire presenciara nos arredores de Vila Rica nos últimos dias de 1816 não eram uma miragem, mas também não diziam tudo. O ouro tinha deixado uma herança invisível.

Durante todo o século XVIII, a corrida do ouro havia puxado o desenvolvimento da agricultura, e com o término do *rush* muitos mineradores bem-sucedidos aproveitaram o capital acumulado para investir em culturas de cereais, cana-de-açúcar, fumo e algodão.<sup>2</sup> A partir da década de 1830, três legados do ouro — as fortunas dos negociantes de Sorocaba, os grandes plantéis de escravos do Centro-Sul e as linhas de tropas que ligavam o interior e o litoral — foram fundamentais na implantação das lavouras de café de São Paulo e do Rio de Janeiro. E o café mostrar-se-ia um produto de exportação vital para a economia do Brasil nos 140 anos seguintes.<sup>3</sup>

Era verdade realmente que a comarca de Vila Rica murchou e perdeu parte de sua população entre 1776 a 1821, mas era verdade também que, no mesmo período, o número de habitantes da comarca do Rio das Mortes quase triplicou.<sup>4</sup> O que diferenciava as duas regiões tinha a mesma raiz: o ouro. Em Vila Rica (e, com mais intensidade ainda, em Goiás e no Mato Grosso), os mineradores e homens de negócio demoraram um pouco mais para encontrar alternativas à mineração, ao passo que no Rio das Mortes essas duas classes aplicaram seus capitais na produção de alimentos, criação de gado e fabricação de tecidos.

A herança do metal precioso se estendia a outras áreas além da econômica. Estimulada pela corrida do ouro, a imigração tinha contribuído muito para, em cerca de cem anos, transformar uma colônia esquelética de 300 mil habitantes em uma colônia robusta com 3,6 milhões de pessoas.<sup>5</sup> Ademais, a busca do metal ajudara a ocupar e a proteger as fronteiras do Brasil.

Só uma coisa não restou: o ouro. À exceção de uma ou outra moeda, barra ou pepita, tudo se foi.<sup>6</sup>

Das cerca de 1.000 toneladas de ouro extraídas no Brasil na época do *rush*, calcula-se que mais de 800 toneladas tenham seguido para a Europa.<sup>7</sup> Essa impressionante massa de metal precioso ajudou a fortalecer o nascente capitalismo, mas fez mais que isso.<sup>8</sup> O ouro do Brasil, apesar de ter tido como destino prioritário a Inglaterra, foi pulverizado por toda a Europa. Só a França utilizou, no século XVIII, 86 toneladas do metal precioso da América Portuguesa para cunhar moedas.<sup>9</sup> Cerca de 30% das moedas francesas fabricadas em 1786 tiveram como matéria-prima o ouro do Brasil.<sup>10</sup>

Como seria previsível, Portugal reteve apenas uma pequena parte do metal precioso da colônia. Além de tudo o que gastou, Lisboa perdeu grandes volumes de ouro em eventos como o terremoto de Lisboa (1755) e o incêndio do Paço de Madeira (1794). Outra parte foi afanada dos cofres reais, ano após ano.<sup>11</sup> Cada banquete oferecido pela Coroa, cada viagem da família real também era um desfalque.<sup>12</sup> Aos portugueses, o ouro serviu para comprar status, prover o luxo e erguer construções. Justificou ainda a própria vocação do império e lustrou sua história. De resto, pouco sobrou.

Do miúdo, ainda há bastante coisa em Portugal fabricada ou paga com o ouro do Brasil — peças sacras e joias na sua maioria.<sup>13</sup> Conservam-se nas mãos do Estado Português 1.370 objetos de ourivesaria fabricados na França no século XVIII, entre eles peças da baixela de François-Thomas Germain.<sup>14</sup> Algumas pepitas também se salvaram, bem como moedas e barras de ouro.<sup>15</sup> As peças

compõem um acervo de enorme valor histórico bem como financeiro. Mas, em comparação com o volume de ouro extraído do Brasil, é uma ninharia.

Do que sobrou em poder do Estado português, uma pequena parte foi parar em museus.<sup>16</sup> A maioria das peças foi trancada em cofres-fortes cuja localização é segredo de Estado.<sup>17</sup> Até meados de 2010, quando este livro foi para o prelo, algumas delas nunca tinham sido mostradas ao público. Já outras levaram séculos para serem vistas pelos cidadãos comuns. Nessa última categoria, está uma relíquia: o torrão de Água Quente.

Ao contrário do que diziam os boatos de 1807, a pepita de 20 quilos não tinha sido roubada pelas tropas de Napoleão quando da invasão de Lisboa. Os franceses bem que tentaram, mas chegaram tarde.

Logo depois que as tropas de Napoleão tomaram a capital portuguesa, o barão Eschwege, que ainda trabalhava em Lisboa naquela época, foi obrigado a assessorar os invasores na vistoria do Gabinete de Mineralogia da Coroa. Os franceses estavam interessados nas preciosidades que o gabinete guardava, entre elas o torrão de Água Quente. Acompanhado do barão, o general francês Margaron foi até o local e, de posse de uma lista com os principais espécimes da coleção, inquiriu o diretor da repartição, Vandeli, sobre “a grande pepita”.<sup>18</sup> Para desgosto do general, o funcionário lhe informou que d. João VI havia levado o torrão para o Brasil.

Dois anos e meio depois, quando se mudou para o Brasil, Eschwege foi incumbido por d. João de organizar o novo Gabinete de Mineralogia. O barão então se lembrou do episódio da pepita de Água Quente e, querendo incorporá-la ao acervo, questionou o rei sobre o paradeiro da pedra. D. João lhe disse que “nada sabia a respeito”.<sup>19</sup> E assim ficou a palavra do antigo diretor do gabinete, que jurava que o rei tinha levado o torrão, contra a palavra do próprio d. João, que afirmava desconhecer o paradeiro da pepita.

Demorou dezesseis anos para que o mistério fosse solucionado.

Quando d. João VI morreu, em 1826, procedeu-se o espinhoso inventário de seus bens. Com algum esforço, foi possível determinar o que pertencia à Coroa, e que portanto deveria retornar aos cofres reais, e o que era de propriedade pessoal do rei, bens que seriam partilhados entre os herdeiros. Dentre as peças do primeiro item, estava o torrão.<sup>20</sup> Ou seja, d. João havia conseguido sim evitar que a pepita caísse nas mãos de Napoleão. Mas por algum motivo ignorado (Desinformação? Desconfiança? Apego à pedra?), o rei não a entregou a Eschwege. De forma consciente ou não, el-rei protegeu o torrão. E permitiu assim com que ele, depois de viajar de Goiás a Lisboa, de Lisboa ao Rio de



Janeiro e novamente do Rio de Janeiro a Lisboa, encontrasse refúgio nos cofres reais da capital portuguesa.

O torrão permaneceu guardado — e até certo ponto ignorado — durante 55 anos. Até que d. Luís I, rei de Portugal e bisneto de d. João VI, encontrou a pepita ao fazer uma vistoria na casa-forte do Palácio das Necessidades num triste dia de fevereiro de 1876.<sup>21</sup>

D. Luís viu a pedra e se encantou.<sup>22</sup> O povo português demoraria ainda 115 anos para ter o mesmo privilégio.

O torrão de Água Quente só seria exposto publicamente em 1991.<sup>23</sup> A exibição foi realizada em Lisboa e durou 29 dias. Nesse período, a pedra, juntamente com joias e outras peças feitas com o ouro do Brasil, foi vista por 27.867 visitantes.<sup>24</sup>

No mesmo ano, o torrão foi mostrado em outra exposição, em Bruxelas, também por um período curto.<sup>25</sup> Da capital belga, a pedra voltou aos cofres reais portugueses, onde, longe da luz, permanece à espera de que um dia alguém a descubra novamente.

## Notas

1. José João Teixeira Coelho, *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, pp. 174-5.
2. Em 1822, o pároco de Catas Altas escreveu: “(...) Passando alguns dos mineiros a agricultores, foram penetrando os sertões, estabelecendo-se em grandes fazendas (...)” Tarcísio R. Botelho, “A família escrava em Minas Gerais no século XVIII”, em Maria Efigênia Lage de Resende e Luiz Carlos Villalta (orgs.), *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*, vol. 1, p. 460.
3. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, p. 268; Thomas E. Skidmore, *Uma história do Brasil*, p. 75; Rubim Santos Leão de Aquino e outros, *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais*, p. 221.
4. De 82.781 habitantes foi a 213.617. Kenneth Maxwell, *A devassa da devassa*, p. 110.
5. Roberto C. Simonsen (*op. cit.*, p. 271), citando Contreras Rodrigues e Humboldt.
6. Entre as poucas instituições brasileiras que possuem pepitas, moedas e barras de ouro do século XVIII estão o Banco Central e o Museu Histórico Nacional.
7. Virgílio Noya Pinto, *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*, p. 228.
8. Idem, pp. 324-34, e Roberto C. Simonsen, *op. cit.*, p. 268.
9. A descoberta foi feita pelos franceses Christian Morrison, Cécile Morrison e Jean-Noël Barrandon a partir de exames de física nuclear. Os cálculos tiveram como base a quantidade de paládio — elemento químico encontrado de forma singular no ouro brasileiro — detectado nas moedas francesas. Lucas Figueiredo, “Riqueza em movimento”, pp. 30-2.
10. Idem.
11. *Tesouros reais*, pp. 17-8 e 34.
12. Idem, pp. 196-7.
13. Centenas de peças podem ser vistas no catálogo *Tesouros reais*.
14. Idem, p. 293.
15. Idem, pp. 34-6.
16. O melhor acervo é o do Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa.
17. Entrevista com a diretora do Palácio Nacional da Ajuda, Isabel Silveira Godinho, em 2005.
18. Wilhelm Ludwig von Eschwege, *Pluto brasiliensis*, vol. 1, p. 213. O barão se

equivoca na data ao dizer que o evento ocorrera em setembro de 1807, quando na verdade d. João VI só abandonaria Lisboa dois meses depois.

19. Idem.

20. “Inventário e partilha por óbito de d. João VI” e “Espólio de d. João VI”. Idem, p. 24.

21. *Diário de Notícias*, 6 de março de 1876: “Joias da Casa Real — O pedaço de ouro — Esclarecimentos”, p. 1.

22. Idem.

23. Entre 1821 e 1991, o acervo do qual o torrão faz parte foi exibido a “minorias privilegiadas” e ainda assim em “circunstâncias especiais”. Uma dessas ocasiões ocorreu em 1986, quando a comitiva do então presidente José Sarney, em visita a Lisboa, foi brindada com uma exposição fechada, no Palácio da Ajuda, intitulada *Ouros do Brasil*. Além do torrão de Água Quente, Sarney viu a coroa de ouro feita no Brasil para d. João VI. *Tesouros reais*, pp. 13 e 34, e entrevista com a diretora do Palácio Nacional da Ajuda, Isabel Silveira Godinho, em 2005.

24. *Tesouros reais*, p. 15.

25. Exposição *Triomphe du Barroque*, na Europália 1991.





GALERIA DOS REIS DE PORTUGAL  
ENTRE 1385 E 1826

*Dinastia de Avis.*

- D. João I 1385-  
1433
- D. Duarte I 1433-  
1438
- D. Afonso V 1438-  
1481
- D. João II 1481-  
1495  
1495-

- D. Manuel I 1521
- D. João III 1521-  
1557
- D. Sebastião I 1557-  
1578
- D. Henrique I 1578-  
1580
- D. António I 1580

### *Dinastia Filipina*

- Filipe I 1581-  
1598
- Filipe II 1598-  
1621

- Filipe III 1621-1640

*Dinastia de Bragança*

- D. João IV 1640-1656
- D. Afonso VI 1656-1683
- D. Pedro II 1683-1706
- D. João V 1707-1750
- D. José I 1750-1777

- D. Maria I 1777-1816
- Com regência do príncipe d. João (1792-1816)
- D. João VI 1816-1826



## Notas

1. *Diário de Notícias*, 6 de março de 1876: “Jóias da Casa Real — O pedaço de oiro — Esclarecimentos”, p. 1.
2. Portugal teve lucro no Brasil a partir dos últimos anos do século XVI, primeiramente com o açúcar. Roberto C. Simonsen, *História econômica do Brasil*, p. 121.
3. *Diário de Notícias*, 6 de março de 1876: “Jóias da Casa Real — O pedaço de oiro — Esclarecimentos”, p. 1.
4. *Tesouros reais*, pp. 40-1.
5. Carta do embaixador d. António Saldanha a d. Luís da Cunha de 11 de dezembro de 1756. Idem, pp. 40-1.
6. *Tesouros reais*, pp. 42-195.
7. Idem, pp. 153-5.
8. Idem, pp. 248-51.
9. Para o achado do rei, *Diário de Notícias*, 6 de março de 1876: “Jóias da Casa Real — O pedaço de oiro — Esclarecimentos”, p. 1. O peso bruto da pepita é 20.420 gramas, e estima-se que ela contenha 4.590 gramas de ouro. Suas medidas são: 190 x 245 x 185 mm. *Tesouros Reais*, p. 34.
10. A raridade foi atestada pelo engenheiro de minas Wilhelm Ludwig von Eschwege, considerado o “pai” da geologia do Brasil. No início do século XIX, ele afirmou que o torrão era “o maior espécime extraído no Brasil”. *Pluto brasiliensis*, vol. 1, pp. 65 e 218. A hipótese de que o torrão seja um dos maiores encontrados no Brasil no século XVIII também é levantada por Affonso de E. Taunay. *História geral das bandeiras paulistas*, vol. 11, pp. 140-1.
11. Para o desaparecimento de pepitas na casa-forte, *Tesouros reais*, p. 34.
12. A remoção da pedra e o baile foram noticiados pelo *Diário de Notícias* de 6 de março de 1876: “Jóias da Casa Real — O pedaço de oiro — Esclarecimentos”, p. 1.
13. Idem.



ATUALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO  
DOS TOPÔNIMOS

TOPÔNIMOS CITADOS (CATEGORIA)	NOME ATUAL (LOCALIZAÇÃO)
-------------------------------------	-----------------------------

Água Quente (lugar)	Entorno de Niquelândia (GO)
------------------------	--------------------------------

Alto Peru (região)	Bolívia
-----------------------	---------

Antônio Dias	Ouro Preto (MG)
--------------	-----------------

(lugar)

Araçuaí (lugar)      Araçuaí (MG)

Araritaguaba  
(lugar)      Porto Feliz (SP)

Arraial Novo  
de Nossa  
Senhora do  
Pilar      São João del-Rei  
(MG)

Arraias  
(arraial)      Arraias (TO)

Assunción  
(cidade)      Assunción  
(Paraguai)

Biraçoiaba (lugar) Araçoiaba (SP)

Brumado (rio, lugar) Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)

Caeté (arraial) Caeté (MG)

Cananeia (lugar) Cananeia (SP)

Casa da Casca (lugar) Local não identificado em Minas Gerais

Castela (reino) Espanha

Cataguases  
(região)

Região com  
núcleo em Ouro  
Preto (MG)

Catas Altas  
(lugar)

Catas Altas (MG)

Catas Altas do  
Mato Dentro  
(lugar)

Catas Altas (MG)

Cavalcante  
(arraial)

Cavalcante (GO)

Ceilão (reino)

Sri Lanka

Ceuta (possessão portuguesa)	Ceuta (enclave espanhol no nor da África)
Colônia do Sacramento (lugar)	Colônia do Sacramento (Uruguai)
Congonhas do Campo (freguesia)	Congonhas (MG)
Corumbiara (rio, lugar)	Corumbiara (RC)
Costa da Mina (região)	Região costeira Costa do Marfir Gana, Togo,

Benin, Nigéria e  
Camarões

Coxipó-Mirim  
(rio, lugar) Cuiabá (MT)

Crixás (arraial) Crixás (GO)

Daomé (reino) Benin

Distrito  
Diamantino  
(região) Região com  
núcleo em  
Diamantina (MG)

Embaú (lugar) Cruzeiro (SP)

Forquilha Cuiabá (MT)

(lugar)

Garganta do

Embaú

(acidente

geográfico)

Cruzeiro (SP)

Gongo Soco

(mina)

Barão de Cocais

(MG)

Guaporé (rio,

lugar)

Vila Bela da

Santíssima

Trindade (MT)

Guaratinguetá

(vila)

Guaratinguetá

(SP)

Índias (região)

Extremo Oriente



notadamente Índ  
Paquistão, Irã,  
China, Japão,  
Filipinas e  
Indonésia

Itabaiana  
(região)

Itabaiana (SE)

Itaverava  
(lugar)

Itaverava (MG)

Itu (arraial,  
vila)

Itu (SP)

Ivituruí (lugar)

Serro (MG)

Jacobina  
(lugar)

Jacobina (BA)

Mato Grosso  
(arraial)

Vila Bela da  
Santíssima  
Trindade (MT)

Meia Ponte  
(arraial)

Pirenópolis (GC)

Minas de N.  
Senhora de  
Santana  
(arraial)

Goiás (GO)

Minas do Ouro  
(região)

Minas Gerais

Minas Novas  
do Fanado  
(região)

Minas Novas  
(MG)

Natividade  
(arraial)

Natividade (TO)

Nova Espanha  
(vice-reino  
espanhol)

México e uma  
parte da Costa  
Rica e dos EUA  
(Arizona,  
Califórnia,  
Colorado,  
Nevada, Novo  
México e Utah)

Novo Mundo (região)	Continente americano
Ouidá (lugar)	Ouidá (Benin)
Ouro Preto (lugar, arraial)	Ouro Preto (MG)
Padre Faria (lugar)	Ouro Preto (MG)
Paracatu (arraial)	Paracatu (MG)
Paranaguá (lugar)	Paranaguá (PR)
Parnaíba (vila)	Santana de

	Parnaíba (SP)
Passagem (mina)	Passagem de Mariana, distrito de Mariana (MG)
Piratininga (vila)	São Paulo (SP)
Pitangui (vila)	Pitangui (MG)
Ponta do Morro (lugar, arraial)	Tiradentes (MG)
Potosí (lugar)	Potosí (Bolívia)
Ribeirão do Carmo (lugar)	Mariana (MG)

Rio das Contas (lugar)	Rio de Contas (BA)
Rio das Mortes (distrito ou região)	Região com núcleo em São João del-Rei (MG)
Rio das Velhas (distrito ou região)	Região com núcleo em Sabará (MG)
Rio Gualacho (lugar)	Barra Longa (MG)
Sabará	Região que

(comarca)	abarcava terras Minas e da Bahia com núcleo em Sabará (MG)
Sabarabuçu (região)	Região com núcleo em Sabará (MG)
Santa Bárbara (lugar)	Santa Bárbara (MG)
Santana (rio, lugar)	Vila Bela da Santíssima Trindade (MT)
Santos (povoado)	Santos (SP)

São Caetano  
(arraial)

Monsenhor Hort  
distrito de  
Mariana (MG)

São Félix  
(arraial)

Minaçu (GO)

São João del-  
Rei (vila)

São João del-Re  
(MG)

São José del-  
Rei (vila)

Tiradentes (MG)

São Paulo de  
Piratininga  
(vila)

São Paulo (SP)



São Vicente  
(vila)                      São Vicente (SP)

Serro do Frio  
(comarca)                Região com  
núcleo no Serro  
(MG)

Silésia (região)        Polônia e  
República Tcheca

Sítio das  
Congonhas  
(lugar)                    Arredores de  
Ouro Preto (MG)

Sumidouro  
(lugar)                    Fidalgo, distrito  
de Pedro

Sutil (lugar) Leopoldo (MG)  
Cuiabá (MT)

Taubaté (lugar, vila) Taubaté (SP)

Tejuco Diamantina (MG)  
(arraial)

Traíras Tupiraçaba,  
(arraial) distrito de  
Niquelândia (GO)

Tripuí (lugar) Ouro Preto (MG)

Vila Boa de Goiás (GO)  
(arraial,

vila)

Vila de Nossa  
Senhora da  
Conceição

Sabará (MG)

Vila de Nossa  
Senhora do  
Carmo

Mariana (MG)

Vila do  
Príncipe

Serro (MG)

Vila Nova da  
Rainha

Caeté (MG)

Vila Rica

Ouro Preto (MG)



## FONTES

### ARQUIVOS DE DOCUMENTOS

Archives Nationales (Paris)  
Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte)  
Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)  
Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (São Paulo)  
Quai D'Orsay — Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris)  
Universidade de Coimbra (Coimbra)

### COLEÇÕES DE FONTES PRIMÁRIAS

*Anais da Biblioteca Nacional (ABN)*  
Autos de Devassa da Inconfidência Mineira (ADIM)  
Código Costa Matoso (CCM)  
*Revista do Arquivo Público Mineiro (RAPM)*  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB)*  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (RIHGMG)*  
*Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP)*

### ACERVOS HISTÓRICOS

Bank of England (Londres)  
Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra (Coimbra)  
British Museum (Londres)  
Capela de São Miguel da Universidade de Coimbra (Coimbra)  
Casa do Brasil (Ouidá/Benin)  
Igreja de São Francisco (Porto)  
Mosteiro dos Jerónimos (Lisboa)  
Musée da Silva (Porto Novo/Benin)  
Musée d'Histoire d'Ouidah (Ouidá/Benin)  
Museu da Igreja de São Roque (Lisboa)

Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa)  
Museu Nacional dos Coches (Lisboa)  
Palácio de Belém (Lisboa)  
Palácio de Mafra (Mafra)  
Palácio de Queluz (Queluz)  
Palácio Nacional da Ajuda (Lisboa)  
Science Museum (Londres)

## BIBLIOGRAFIA

- ABDALA, Mônica Chaves. “Sabores da tradição”. *RAPM*, vol. 2, 2006, pp. 119-129.
- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed. Brasília: EdUnb, 1963.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. “Anais da província de Goiás”. *RIHGB*, t. 28, 3º trimestre, 1864, pp. 5-349.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALVES FILHO, Ivan. *Brasil: 500 anos em documentos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime: violência nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC-Minas, 2008.
- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *O rei-máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EdUnb, 1993.
- AQUINO, Rubim Santos Leão de; VIEIRA, Fernando Antônio da Costa; AGOSTINO, Gilberto Werneck; ROEDEL, Hiran. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais: da crise do escravagismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Revolução Industrial e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *Épocas de Portugal econômico*. Lisboa: Clássica, s/d.

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- BARBOSA DE SÁ, José. “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos”. *ABN*, vol. 23, 1901, pp. 5-58.
- BARDI, P. M. *O ouro no Brasil*. São Paulo: Banco Sudameris, 1988.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. *Episódios da Guerra dos Emboabas e sua geografia*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.
- BEIRÃO, Caetano. *D. Maria I (1777-1792): subsídios para a revisão da história do seu reinado*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1934.
- BOXER, Charles R. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CALDEIRA, Jorge. *Brasil: a história contada por quem viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2002.
- CASTRO, Sílvio. *A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- CERQUEIRA E SILVA, Ignacio Accioli de. *Memórias históricas e políticas da província da Bahia*. Vol. 6. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1940.
- CHAVES, Luís. *D. Pedro II*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1959.
- Código Costa Matoso: coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papeis*. Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos (coords.). Estudo crítico de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo. 2 vols. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999.
- COELHO, José João Teixeira. *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*. Introdução por Francisco Iglésias. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- COLOMBO, Cristóvão. *Diários da descoberta da América: as quatro viagens e o testamento*. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- CORTÉS, Hernán. *O fim de Montezuma: relatos da conquista do México*. Porto Alegre: L&PM, 1996.
- COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2004.
- COSTA, Leonor Freire; ROCHA, Maria Manuela; SOUSA, Rita Martins de. “O ouro cruza o Atlântico”. *RAPM*, nº 41, 2005, pp. 70-87.
- COUTO, José Vieira. “Memória sobre as minas da Capitania de Minas Gerais:

- suas descrições, ensaios e domicílios próprios à maneira de itinerário”. *RAPM*, vol. 10, jan./jun.-1905, pp. 55-166.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEL PRIORI, Mary. *O mal sobre a Terra: uma história do terremoto de Lisboa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas minas houve no ano de 1720*. Estudo crítico de Laura de Mello e Souza. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.
- DOMINGUES, Mário. *D. Manuel I e a epopeia dos descobrimentos*. Lisboa: Romano Torres, 1960.
- \_\_\_\_\_. *D. João III: o homem e sua época*. Lisboa: Romano Torres, 1962.
- \_\_\_\_\_. *D. João V: o homem e sua época*. Lisboa: Romano Torres, 1964.
- \_\_\_\_\_. *O Marquês de Pombal: o homem e sua época*. 3ª ed. Lisboa: Romano Torres, 1970.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. “Notícias e reflexões estatísticas da Província de Minas Gerais”. *RAPM*, vol. 4, 1889, pp. 737-62.
- \_\_\_\_\_. *Pluto brasiliensis*. 2 vols. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Jornal do Brasil (1811-1817): ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas*. Notas introdutórias de Friedrich E. Renger e Douglas Cole Libby. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002.
- EVERAERT, John.; STOLS, Eddy (orgs.). *Flandre et Portugal: au confluent de deux cultures*. Bruxelas: Fonds Mercator, 1991.
- FALCÃO, Edgard de Cerqueira. *Relíquias da terra do ouro*. São Paulo: F. Lanzara, 1946.
- FERRO, Maria Inês. *Queluz: o palácio e os jardins*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico; Londres: Scala Publishers, 1997.
- FIGUEIREDO, Lucas. “Em busca do ouro”. *Estado de Minas*, caderno especial *Ouro de Minas: 300 anos de história*, nº 1, 15 de maio de 2005, pp. 5-13.
- \_\_\_\_\_. “Riqueza em movimento”. *Estado de Minas*, caderno especial *Ouro de Minas: 300 anos de história*, nº 2, 22 de maio de 2005, pp. 30-2.
- \_\_\_\_\_. “Raízes do Brasil”. *Estado de Minas*, caderno especial *Ouro de Minas: 300 anos de história*, nº 4, 5 de junho de 2005, pp. 15-7.
- \_\_\_\_\_. “Rumo aos garimpos”. *Estado de Minas*, caderno especial *Ouro de Minas: 300 anos de história*, nº 4, 5 de junho de 2005, pp. 8-11.
- \_\_\_\_\_. “Serra Leoa é aqui”. *Rolling Stone*, nº 7, abril de 2007, pp. 114-9.
- FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas*

- do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.
- FRIEIRO, Eduardo. *Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GAMA, Luís Filipe Marques da. *Maфра: palácio nacional*. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1994.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. Col. Intérpretes do Brasil, vol. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História geral da Civilização Brasileira: o Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Tomo II. Vol. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: época colonial: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I. Vol. 1. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira: época colonial: administração, economia e sociedade*. Tomo I. Vol. 2. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Informação sobre as minas de São Paulo*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 19-?.
- LEY, Willy; CAMP, Sprague de. *Da Atlântida ao Eldorado*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1963.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *Vila Rica do Ouro Preto: síntese histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1957.
- \_\_\_\_\_. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978.
- LUÍS, Washington. *Na capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Col. Intérpretes do Brasil, vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.



- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar da. *Memórias para a história da capitania de São Vicente hoje chamada de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 1953.
- MAGALHÃES, Basílio de. *Expansão geográfica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- MARTINS, J. P. Oliveira. *História de Portugal*. 15ª edição. Lisboa: Guimaraes Editores, 1968.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais (1837)*. Vol. 2. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1981.
- \_\_\_\_\_. “Corografia histórica da província de Goiás”. *RIHGB*, t. 37, 2º trimestre, 1874, pp. 213-398.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MELLO, José Soares de. *Emboabas*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1979.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- Minhas cartas, por José de Anchieta*. São Paulo: Associação Comercial de São Paulo; Editora Melhoramentos; Pateo do Collegio, s/d.
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *As igrejas setecentistas de Minas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.
- NATAL E SILVA, Collemar. *História de Goiás*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Estabelecimento Gráfico Mundo Médico, 1935.
- NOVAIS, Fernando A. (dir.); MELLO E SOUZA, Laura de (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PEIXOTO, Afrânio. *História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.
- PIMENTEL, António Filipe. “A ourivesaria luso-brasileira do ciclo do ouro e dos diamantes”. *Oceanos*, nº 43. Lisboa: CNCDP, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Percursos do barroco nos caminhos do Atlântico: o culto e o tesouro açorianos do Senhor Santo Cristo dos Milagres”. *Oceanos*, nº 43. Lisboa: CNCDP, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Uma joia em forma de templo: a capela de São João Baptista”. *Oceanos*, nº 43. Lisboa: CNCDP, 2000.
- PINTO, Virgílio Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português: uma*

- contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Col. Intérpretes do Brasil, vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Col. Intérpretes do Brasil, vol. 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- PRIETO, Carlos. *A mineração e o Novo Mundo*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- RAMOS, Donald. “Do Minho a Minas”. *RAPM*, vol. 44, jan./jun.-2008, pp. 132-53.
- RENGER, Friedrich E. “O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais”. *RAPM*, ano 42, nº 2, jul./dez.-2006, pp. 91-106.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). *História de Minas Gerais: as Minas Setecentistas*. 2 vols. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.
- ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas: ideias, práticas e imaginário político no século XVIII*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. ABN, vol. 13, 1889, pp. 2-261.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal (1640-1750)*. Lisboa: Verbo, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Portugal e o mundo nos séculos XII a XVI: um percurso de dimensão universal*. Lisboa: Verbo, 1994.
- SILVA, Teresa de Jesus Vital dos Santos. *A extração de gemas brasileiras e a joalheria portuguesa (1729-1807)*. Lisboa: Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras: Departamento de História, 2004.
- SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. “Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da capitania de Goiás”. *RIHGB*, t. 12, 4º quadrimestre, 2ª ed., 1874, pp. 429-510.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil: 1500/1820*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

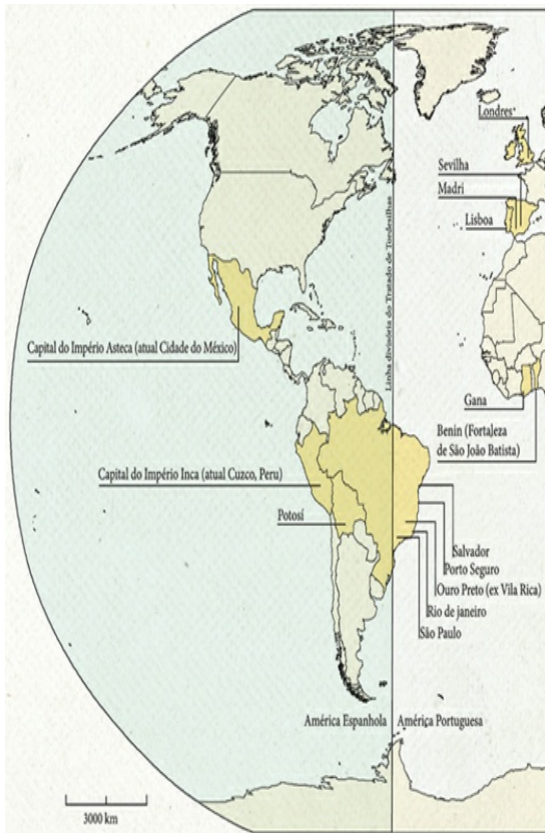
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. 2 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SOUSA, Frei Luís de. *Anais de D. João III*. Vols. 1 e 2. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1938.
- SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. *O descobrimento e a colonização portuguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- TAUNAY, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. Vol. 11. São Paulo: Museu Paulista/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950.
- \_\_\_\_\_. *História das bandeiras paulistas*. 3 vols. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Relatos sertanistas*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Tesouros reais*. 2ª ed. Lisboa: Palácio Nacional da Ajuda: Instituto Português do Patrimônio Cultural, 1992.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vida e obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- VASCONCELLOS BASTOS, Francisco de Paula. *A igreja de São Francisco de Assis de Vila Rica*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 2006.
- VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 2 vols. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- \_\_\_\_\_. *História média de Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- VASSALLO E SILVA, Nuno. “Os Pollet, joalheiros de D. Maria I”. *Oceanos*, nº 43. Lisboa: CNCDP, 2000.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: cartas de viagens e descobertas*. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- VIANA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Col. Intérpretes do Brasil, vol. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história (1450-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WEHLING, Arno (org.). *Documentos históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1996.
- WERNECK, Gustavo. “Corpo e alma”. *Estado de Minas*, caderno especial *Ouro de Minas: 300 anos de história*, nº 3, 29 de maio de 2005, p. 20.

## PERIÓDICOS

Camões — Revista de Letras e Cultura Lusófonas (Lisboa)

*Diário de Notícias* (Lisboa)













# Expedições de busca e descoberta do ouro no Brasil (sécs. XVI e XVII)

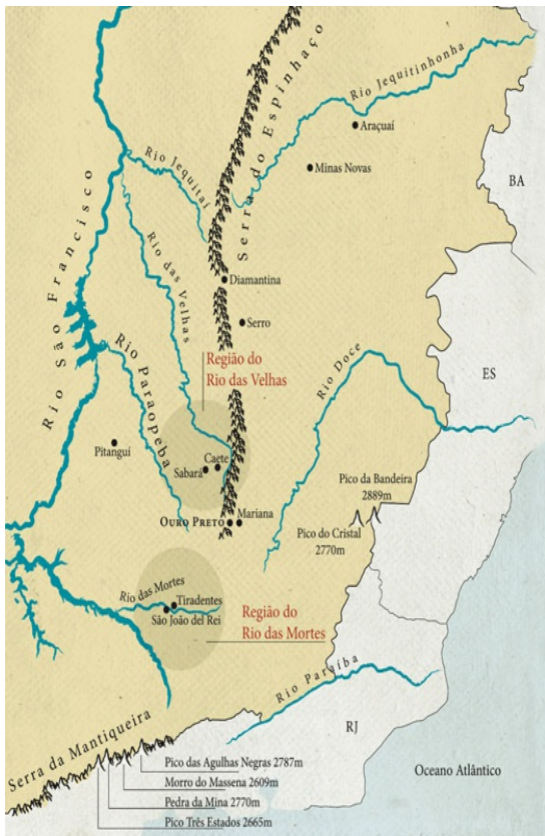
Topônimos atuais



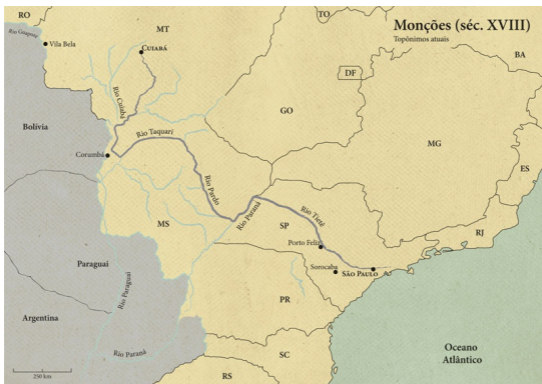


## Minas Gerais: o Eldorado português e sua geografia.





## Monções (séc. XVIII)





# Monções (séc. XVIII)

Topônimos atuais

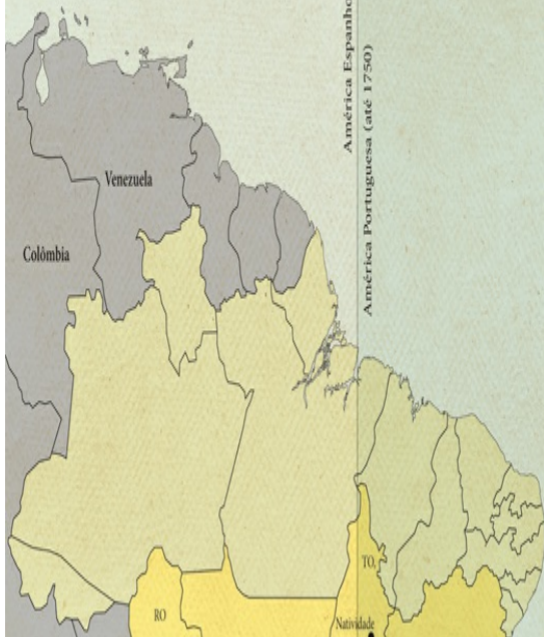


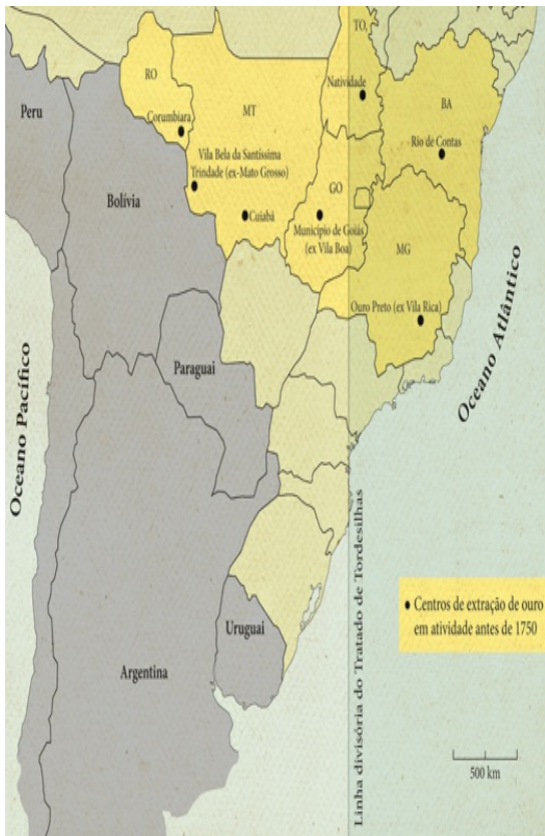


## A corrida do ouro e a expansão da fronteira do Brasil



# A corrida do ouro e a expansão da fronteira do Brasil

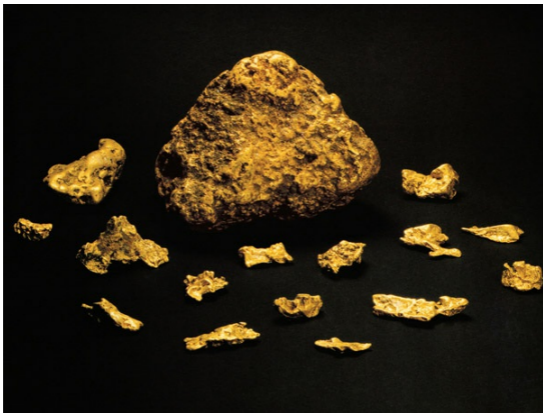






# MAPAS





LADEADA POR GRANDES PEPITAS, O TORRÃO DE 20 QUILOS  
ENCONTRADO EM ÁGUA QUENTE (GO) EM 1732.



MOEDA PORTUGUESA CUNHADA COM O OURO DO BRASIL, EM 1709.  
UMA DAS FACES TRAZ O SÍMBOLO DO IMPÉRIO E O NOME DE D. JOÃO V





BARRA DE OURO DE 273 GRAMAS, DO SÉC. XVIII,  
COM AS MARCAS DA COROA PORTUGUESA





ÍGNIA DA ORDEM DO TOSÃO DE OURO, DE 1790. SOBRE A BASE DE OUM  
DRAM CRAVEJADOS 400 BRILHANTES, 184 RUBIS E UMA GRANDE SAFIR



SERVIÇO DE CHÁ EM OURO FABRICADO SOB ENCOMENDA DA COROA PORTUGUESA, NO SÉC. XVIII, COM O METAL PRECIOSO EXTRAÍDO NO BRASIL.





COROAS DE IMAGENS DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, DO SÉC.  
XVIII, COM PESO TOTAL DE 1,5 KG DE OURO.



PEÇAS DO APARELHO DE ALMOÇO EM OURO MACIÇO FABRICADO POR FRANÇOIS-THOMAS GERMAIN. EM DESTAQUE, O OVEIRO COM CAVIDADE DUPLA E O COPO COM TAMPA COM PUXADOR NO FORMATO DE ABACAXI.



DO MESMO APARELHO DE FRANÇOIS-THOMAS GERMAIN, SALEIRO  
EM FORMA DE CONCHA ORNAMENTADO COM PEIXES E ALGAS  
MARINHAS.



A ÚNICA COROA IMPERIAL QUE RESTOU AO ACERVO HISTÓRICO DE PORTUGAL FOI FABRICADA, EM 1817, NO BRASIL, COM 2,5 KG DO OURO NATIVO.







## CRÉDITOS DAS IMAGENS

Retrato de D. Luís I, José Rodrigues de Carvalho. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Luis Filipe Oliveira. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Retrato de D. Manuel I, Charles Legrand. Biblioteca Nacional de Portugal.  
Jean de Mandeville.

*A partida de Vasco da Gama para as Índias*, Miguel Ângelo Lupi. Museu do Chiado – MNCA. Fotografia de Carlos Monteiro. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Gravura de Pedro Álvares Cabral, Filipe Roberto da Silva Stocqueler. Biblioteca Nacional de Portugal.

*Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro*, Oscar Pereira da Silva. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

Retrato de D. João III. Museu de Évora. Fotografia de Luisa Oliveira. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Michael Langford/Getty Images.

*Fundação da Vila de São Vicente*, Benedito Calixto. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

p. 56, 75, 78, 90, 92, 98, 115, 204: Jean-Baptiste Debret. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

Retrato de D. Sebastião, Cristóvão de Moraes. Museu Nacional de Arte Antiga. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Retrato de Filipe I, Sofonisba Anguissola. Museu do Prado. Fotografia: Gotor/Cover / Getty Images.

Theodor de Bry. The Bridgeman Art Library / Getty Images.

Diego Velázquez.

Retrato de D. Afonso VI, autor desconhecido. Museu Nacional dos Coches. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Retrato de D. Pedro II, autor desconhecido. Museu Nacional dos Coches.

Fotografia de Henrique Ruas. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

*Domingos Jorge Velho*, Benedito Calixto. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

Johann Moritz Rugendas.

*América Meridionale*, mapa de Vincenzo Maria Coronelli. Biblioteca Nacional.

*Retirada do Cabo de São Roque*, H. Bernardelli. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

Retrato de Padre Antônio Viera, autor desconhecido. Museu de Grão Vasco. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Museu Histórico Nacional. Acervo Histórico / Uniformes Militares.

Fotografia de Mariza de Carvalho Soares.

Retrato de D. João V, Batoni. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Henrique Ruas. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Carlos Julião

*Aspecto da Guerra dos Emboabas*, Nair Opromolla. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

*Carga das Canoas*, Oscar Pereira da Silva. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

Roger Viollet/Getty Images.

Retrato de D. José I, autor desconhecido. Palácio Nacional de Mafra. Fotografia de Arnaldo Soares. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

*De algumas ruínas de Lisboa causadas pelo terremoto e pelo fogo do primeiro de Novembro do ano 1755*, desenhos de MM. Paris e Miguel Tibério Pedegache, gravado em Paris par Jac. Ph. le Bas. Biblioteca Nacional de Portugal.

Retrato do Marquês de Pombal, autor desconhecido. Museu Francisco Tavares.

Pronça Júnior. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Praça do Comércio de Lisboa, GFE/GFE. Museu Nacional de Arte Antiga. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Gravura de Maria I, rainha de Portugal, Gaspar Fróis Machado. Biblioteca

Nacional de Portugal.

(*alto*) Fachada do Palácio Nacional de Queluz, Jean-Baptiste Robillon. Palácio Nacional de Queluz. Fotografia de Paulo Cintra/Laura Castro Caldas. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P. (*base*) Sala do toucador, vista geral. Palácio Nacional de Queluz. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

*Tiradentes supliciado*, Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Fundação Museu Mariano Procópio – MAPRO.

Retiro de D. João VI, Albertus Jacob Frans Gregorius. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Henrique Ruas. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Thomas Bowles. The Bridgeman Art Library / Getty Images.

Joseph Nickolls. The Bridgeman Art Library / Getty Images.

*Embarque para o Brasil do príncipe regente D. João VI em 27 de novembro 1807*, Nicolas Delerive. Museu Nacional dos Coches. Fotografia de José Pessoa. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Retrato de Wilhelm Ludwig Von Eschwege (Barão de Eschwege), H. Müller. Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Créditos fotográficos Hélio Nobre / José Rosael.

Mapas adaptado por Lian.

Pepitas de ouro do Brasil. Palácio Nacional da Ajuda. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Moeda, Quartinho de D. João V, reverso. Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de José Rúbio. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Moeda, Quartinho de D. João V, anverso. Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia de José Rúbio. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Barra de ouro. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Manuel Silveira Ramos. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Insígnia da Ordem do Tosão de Ouro, Ambrósio Gottlieb Pollet. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Manuel Silveira Ramos. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Serviço de chá e café, Louis Beaumont. Palácio Nacional da Ajuda.

Fotografia de Giorgio Bordino. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Coroa de imagem. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Manuel Silveira Ramos. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Oveiro, copo com tampa, garfo e colher, François Thomaz Germain. Museu Nacional de Arte Antiga. Fotografia de Luís Pavão. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Salteiro de D. José I, François Thomaz Germain. Museu Nacional de Arte Antiga. Fotografia de Luís Pavão. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.

Coroa Real, António Gomes da Silva. Palácio Nacional da Ajuda. Fotografia de Manuel Silveira Ramos. Divisão de Documentação Fotográfica – Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.



## AGRADECIMENTOS

São muitos os agradecimentos porque foram muitas as pessoas que fizeram este livro possível.

O primeiro, como não poderia deixar de ser, vai para Josemar Gimenez, diretor de redação dos jornais *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*. Foi ele quem, no final de 2004, acreditou que um repórter que até então trabalhara apenas com temas jornalísticos do *hard news*, como corrupção, serviço secreto e conflitos sociais, poderia mudar a chave e investigar casos de corrupção, serviço secreto e conflitos sociais ocorridos 300 anos atrás.

Minha iniciação no tema da pesquisa se deu pelas mãos seguras da professora Júnia Ferreira Furtado, da UFMG, a universidade que nas últimas décadas vem demolindo antigos parâmetros da história do Brasil Colônia. À UFMG pertence também Heloisa Maria Murgel Starling, que depois de soprar nos meus ouvidos o nome da professora Carla Maria Junho Anastasia me levou até ela. Com paciência e rigor, Carla — mais uma inteligência que faz brilhar a UFMG — foi uma valente defensora da precisão histórica no livro. Assim como o foi Chico Bastos, ouro-pretano de boa cepa que gentilmente se dispôs a ler os originais e sugeriu alterações cruciais no texto. (Carla Anastasia e Chico Bastos impediram a publicação de equívocos que figuravam na primeira versão do texto e só não conseguiram com que todos fossem eliminados por confessa incapacidade do autor.)

Mariana Berutto, a minha Mariana, não só compreendeu e estimulou um marido que saía de casa para trabalhar às 3 da tarde e voltava às 6 da manhã. Foi também uma leitora “destrutiva” — o sonho de todo escritor obcecado — que muito ajudou a melhorar o texto com seu profundo conhecimento de edição. Não seria exagero dizer que este livro (na verdade, todos os meus livros) tem muito dela.

Em Coimbra, Roberto Lutter me apresentou à universidade onde ele e seus ancestrais mineiros se formaram. Em Lisboa, Teresa de Jesus Vital dos Santos Silva pegou pela mão um ignorante em adereços e o guiou pelo fascinante mundo da ourivesaria do século XVIII. Ainda na capital portuguesa, Evelyn Rose Moraes, com a intermediação zelosa de Murilo Castro Pantaleão, encontrou um

documento vital para o resgate da história do torrão de Água Quente. Em Viana do Castelo, Sebastião e Maria Olívia Azeres contaram histórias de seus antepassados portugueses que deixaram o Minho para tentar a sorte nas minas do Brasil.

Quando cheguei a Paris para consultar o acervo dos Archives Nationales e do Quai D'Orsay, Adriano Macedo já havia preparado o terreno, vencendo em meu nome a burocracia francesa. Além de ter sido minha vanguarda, Adriano também foi retaguarda, servindo como tradutor.

Em animadas — e por isso mesmo incomuns — madrugadas de Londres, os espanhóis da Hanway Street me deram a inspiração para realizar um pequeno plano: encontrar uma “agulha” (duas moedas de ouro cunhadas no Brasil em 1726) num “palheiro” (o acervo de dezenas de milhares de peças do British Museum).

Na África, se não fosse a colaboração de um batalhão de pessoas generosas, eu nunca teria conseguido realizar a pesquisa que me fez entender o impacto causado pela corrida do ouro no continente. Pioneiro no estudo do tema, Carlos Fonseca deu dicas preciosas. Já o embaixador Carlos Alberto Ferreira Guimarães forneceu a infraestrutura sem a qual teria sido impossível dar dois passos no Benin. Nunca poderei retribuir à altura a dedicação com que Abraham G'bosa me guiou por Ouidá, Cotonou e Porto Novo, abrindo para mim inúmeras portas. Ainda no Benin, foram fundamentais as informações fornecidas por Donouvossi Angeline Agnes, família Amaral (Porto Novo), família Monteiro (Porto Novo), Honfo Damien, Honoré Feliciano Julião de Souza, Karin da Silva e Talika Komije Yekpe.

Se eu consegui trabalhar em paz e com conforto, isso se deve a Alby Hauteville, Marcelo Oliveira, Márcio Luciano Xavier, Maria Inês de Castro Xavier, Maria Lina Valadares Campos e Sônia Maria Teixeira Andrade.

Ana Carolina Parente Berutto, Renato Weil e Reynaldo Berutto emprestaram livros de suas bibliotecas. Carlos Paredes, Cecilia Larrabure e Georgette Hatwell ajudaram com traduções.

Gostaria de saber o nome dos heróis da Biblioteca Nacional e do Arquivo Público Mineiro que fizeram com que as milhares de páginas de documentos que consultei fossem disponibilizadas na internet. São fontes primárias de valor histórico imensurável. Esse serviço — competente, gratuito e historicamente engajado — deveria ser adotado por instituições públicas que ainda insistem em limitar (e, pior que isso, a vender) o acesso a documentos.

Por fim, propositalmente, menciono Ana Paula Costa, a competente editora

deste livro que, com delicadeza, soube proteger tanto o autor quanto a obra.  
A todos expresso igualmente a minha mais profunda gratidão.



## ÍNDICE

Abranches, Joaquim Manoel de Seixas  
Abreu, Capistrano de  
Adorno, Antônio Dias  
Afonso V, d.  
Afonso VI, d.  
Afonso, d.  
Aires, José  
Albuquerque, Álvaro da Silveira  
Aleijadinho *ver* Antônio Francisco Lisboa  
Alencastre, José Martins Pereira de  
Almeida, d. Lourenço de  
Almeida, Francisco José Lacerda e  
Almeida, Guilherme Pompéu de  
Almeida, Matias Cardoso de  
Alpoim, José Fernandes Pinto de  
Alves Filho, Ivan  
Alves, Célio Marcelo  
Anastasia, Carla Maria Junho  
Anchieta, José de  
Andrade, Francisco de Paula Freire de  
Andrade, Francisco Eduardo de  
Andreoni, Giovanni Antonio  
Antonil, André João (pseudônimo de João Antônio Andreoni)  
Antonil, André João  
Antônio, Matias  
Aquino, Rubim Santos Leão de



Araújo, José Soares de  
Araújo, Manoel Francisco de  
Araújo, Pero de  
Arrochela, conde de  
Artur de Sá e Menezes  
Arzão, Antônio Rodrigues de  
Arzão, Manoel Roriz de  
Assumar, conde de *ver* Pedro Miguel de Almeida Portugal  
Atahualpa  
Ataíde, Manoel da Costa  
Azeres, Maria

Baptista, Luiz José  
Barbacena, Visconde de  
Barbosa, Waldemar de Almeida  
Bardi, P. M.  
Bareiros, Eduardo Canabrava  
Barrandon, Jean-Noël  
Barreto, Nicolau  
Barros, Antônio Pedroso de  
Barros, Fernão (ou Fernando) Pais de  
Barros, Jerônimo Pedroso de  
Barros, Luís Pedroso de  
Barros, Pedro Vaz de (tio)  
Barros, Pedro Vaz de  
Barros, Sebastião Pais de  
Barros, Valentim Pedroso de  
Baschi, conde de  
Bastos, Francisco de Paula Vasconcellos  
Bawden, Thomas  
Beirão, Caetano  
Beja, duque de

Benevides, Salvador Correia de Sá e  
Bento XIV, papa  
Berg, Peter Van den  
Betim, Rodrigues  
Bezerra, Agostinho Barbalho  
Bichi, núncio  
Blanco, d. Rodrigo Castel ver também Rodrigo Castelo Branco  
Bonaparte, Napoleão  
Borba Gato, Manuel da  
Botelho, d. Diogo  
Botelho, Tarcísio R.  
Boxer, Charles R.  
Bragança, duque de  
Branco, Rodrigo Castelo  
Brant, Ambrósio Caldeira  
Brito, d. Izabel Maria Guedes de  
Brito, Francisco Tavares de  
Brito, Francisco Xavier de

Cabral, Pedro Álvares  
Caldas, Sebastião de Castro  
Caldas, Vasco Roriz de  
Caldeira, Jorge  
Calixto, Benedito (Cenedito Calixto)  
Calógeras, Pandiá  
Camargo, Fernão de  
Caminha, Pero Vaz de  
Camões, Luís de  
Camp, Willy Ley e Sprague de  
Capoche, Luís  
Cardim, Fernão  
Carlos I, d.

Carlos III, d.  
Carlos V, d.  
Carlota Joaquina, d.  
Carneiro, Francisco Xavier  
Carvalhaes, João de  
Carvalho, Antônio de Albuquerque Coelho de  
Carvalho, Domingos Duarte de  
Carvalho, Martim de  
Castanheira, conde de  
Castro, João Nepomuceno Correia e  
Castro, Martinho de Melo e  
Castro, Silvio  
Catarina, d.  
Cavalieri, núncio  
Chaves, Francisco  
Cienfuegos, cardeal  
Cipriano Tavares  
Clemente XII, papa  
Coelho, Duarte  
Coelho, José João Teixeira  
Colombo, Cristóvão  
Cornélio de Arzão  
Coronelli, Vincenzo Maria  
Correia, Francisco Alvares  
Cortés, Hernan  
Costa, Antônio Gilberto  
Costa, António Rodrigues da  
Costa, Cláudio Manoel da  
Costa, d. Rodrigo da  
Costa, Leonor Freire  
Costa, Miguel Pereira da  
Costa, Paulo Roriz da

Coutinho, Antônio Luís Gonçalves da Câmara

Coutinho, Bento do Amaral

Coutinho, Vasco Fernandes

Couto, Diogo do

Couto, José Vieira

Cubas, Brás

Cunha, d. Luís da

Cunha, Pedro Octávio Carneiro da

d'Albuquerque, Luiz de Almeida Correia

De Montagnac, cônsul

Derby, Orville

Dias, Bartolomeu

Dias, José

Dias, Luiz

Dias, Manoel

Diogo Cão

Diogo, d.

Domingues, Mário

Duarte I, d.

Duarte, d.

Duarte, José e *ver também* marquês de Pombal

Ericeira, conde de III

Eschwege, barão Wilhelm Ludwig von

Eschwege, Wilhelm Ludwig von

Falcão, Edgard de Cerqueira

Faria, Francisco Barreto de

Faro, Simão Pereira de

Fernando, d.

Ferreira, Manuel Silva

Ferreira, Marcos  
Ferro, Maria Inês  
Figueiredo, Lucas  
Filipe II  
Filipe II da Espanha (Filipe I de Portugal)  
Filipe III de Espanha (Filipe II de Portugal), d.  
Fogaça, Matheus de Moura  
França, Eduardo  
Francisco I  
Francisco, d.  
Francisco, João (O Barbado)  
Franco, Francisco de Assis Carvalho  
frei Cláudio da Conceição  
Freire, André Dias  
Freire, Cipriano Ribeiro  
Frieiro, Eduardo  
Furtado, Bento Fernandes  
Furtado, João Pinto  
Furtado, Júnia Ferreira  
Furtado, Pascoal Leite (avô)

Gabriel (filho de d. Maria)  
Gago, João da Cunha  
Galveias, conde de  
Gama, Luís Filipe Marques da  
Gama, Vasco da  
Gandavo, Pero de Magalhães  
Garcia, Maria  
Germain, François-Thomas  
Giraldes, Francisco  
Glimmer, Wilhelm Jost ten  
Godinho, Vitorino Magalhães

Godói, Baltazar de  
Gomes, Laurentino  
Gonçalves, Domingos  
Gonzaga, Tomás Antônio (Critilo)  
Gouveia, Diogo de  
Gralho, Francisco da Rocha  
Guillem, Felipe  
Guimarães, Carlos Magno  
Guimarães, Pascoal da Silva  
Gurgel, Francisco do Amaral  
Gusmão, Alexandre de

Habsburgo, d. Catarina de  
Hamilton, Earl J.  
Heere, Ticiano e Lucas de  
Hemming, John  
Henrique, d.  
Henrique, frei  
Henriques, Miguel  
Holanda, Sérgio Buarque de  
Humboldt, Alexandre de

Iglésias, Francisco  
Imbert, Gaston  
Isabel (mãe de Aleijadinho)  
Isabel, d.

Jacquin, ourives  
Jauffret, Ambroise  
João II, d.  
João III, d.  
João V, d. (O Magnânimo)

João VI, d.

João, d.

José, d.

Kennedy, David P.

Knivet, Anthony

Laet, Johannes de (também chamado de João)

Lange, Francisco Curt

Lasso, Diogo Gonçalves

Leão, André de

Leme, Garcia Rodrigues Pais

Leme, Pascoal Moreira Cabral

Leme, Pedro Dias (pai)

Leme, Pedro Taques de Almeida Paes

Lemos, Francisco de

Lencastre, Fernando Martins Mascarenhas de

Leonor, d.

Lepe, Diego de

Libby, Douglas Cole

Lima Jr, Augusto de

Lisboa, Antônio Francisco

Lisboa, Brás Baltazar da Silveira

Lisboa, José Martins

Lisboa, padre Félix Antônio

Lobo, José Gervásio de Souza

Lobo, José Joaquim da Natividade

Lobo, Manuel

Lobo, Pero

Lopes, Afonso

Lopes, Jacinto Barbosa

Lopes, Silvestre de Almeida

Loronha, Fernão de  
Luís Filipe, d.  
Luís I, d.  
Luís XIV (Rei Sol)  
Luís XV  
Luís, Washington  
Lumiães, condessa de

Machado, Alcântara  
Machado, José (o Jaguara)  
Machado, Simão Ferreira  
Maciel, João Lopes  
Magalhães, Basílio de  
Manoel (pai de Alejadinho)  
Mântua, duquesa de  
Manuel I, d. (O Venturoso)  
Manuel I, d.  
Marcgrave, Jorge  
Maria Ana da Áustria, d.  
Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana *ver* d. Maria I  
Maria Francisca, d.  
Mariana Vitória (filha de d. Maria)  
Martins, J. P. Oliveira  
Martins, Luiz  
Martins, Oliveira  
Matos, Manoel de  
Matos, Raimundo José da Cunha  
Maxwell, Kenneth  
Medeiros, F. L. Abreu  
Meira, Jerônimo Gonçalves  
Mello, José Soares de  
Mello, Pedro de



Mendonça, Salvador Fernandes Furtado de  
Meneses, d. Diogo de  
Meneses, d. Rodrigo José de  
Meneses, frei Francisco de  
Meneses, Luís César de  
Meneses, Luís da Cunha (Fanfarrão Minésio)  
Meneses, Rodrigo Cezar de  
Mesquita, Lobo de  
Miranda, Joaquim Veloso de  
Miranda, Pedro  
Molina, João Velasco de  
Montezuma, imperador  
Moreira, Amaro Leite  
Moreira, Júlio César  
Morrison, Cécile  
Morrison, Christian  
Moura, Anna de  
Mourão, Paulo Krüger Corrêa

Navarro, João de Azpicuelta  
Nazareth, Joaquim de  
Nóbrega, Manuel da  
Nóbrega, padre Manuel da  
Nogueira, Manoel de Brito  
Noronha, Antônio de  
Noronha, José Coelho de  
Novais, Fernando A.

Óbidos, conde de  
Oddi, cardeal  
Oliveira, Antônio Dias de  
Oliveira, João Fernandes de

Oliveira, José Álvares de

Paes, Valentim Correa

Pais, Fernão Dias

Pais, José

Pais, Pascoal Leite (irmão)

Pardo, José

Paula, João Antonio de

Paula, madre

Pedro II, d. (de Portugal)

Pedro II, d.

Pedro III, d.

Pedro, o Grande

Peixoto, Afrânio

Peixoto, Antônio Álvares Lanhas

Peixoto, Inácio José de Alvarenga

Peixoto, Lanhas

Perdigão, José Rebello

Perdigão, Rabelo

Peres, Manuel de Barros

Pimentel, Antônio Cardoso

Pimentel, Antônio Filipe

Pinheiro, Carvalho

Pinheiro, Luiz

Pinto, José de Meireles

Pinto, Luís

Pinto, Manoel Vieira

Pinto, Virgílio Noya

Pinzón, Vicene Yañez

Piso, Guilherme

Pizarro, Francisco

Pollet, Adão

Pollet, Ambrósio Gottlieb

Pollet, David

Pombal, marquês de *ver também* Sebastião José de Carvalho Melo

Pompadour, Madame de

Pont Chartrein, conde de

Porto, Estevão Fernandes

Portugal, Pedro Miguel de Almeida

Prado Jr., Caio

Prado, Domingos Roriz do

Prado, João do (bisavô)

Prado, Paulo

Prieto, Carlos

Priore, Mary del

Prous, André

Rabelo, Francisco Xavier Meireles de

Raposo, Sebastião Pinheiro

Ratton, Jacome

Rego, Sebastião Fernandes do

Reis, Flávia Maria da Mata

Reis, Joaquim Silvério dos

Reis, Liana Maria

Renger, Friedrich E.

Resende, Maria Efigênia Lage de

Ribeiro, Domingos

Ribeiro, Jacinto

Rocha, Manoel Gomes da

Rocha, Manuel Lopes da

Rocha, Maria Manuela

Rodrigues, Contreras

Rolim, José de Oliveira

Romeiro, Adriana

Romero, Francisco  
Rosa, Manoel Ribeiro  
Rosário, Antônio do  
Rugendas, Venâncio  
Russell-Wood, A. J. R.

Sá, José Barbosa de  
Sá, Mem de  
Saboia, d. Maria Francisca de  
Sabugosa, conde de  
Saint-Hilaire, Auguste de  
Saldanha, d. Antônio  
Salvador, frei Vicente do  
Salvi, Nicolo  
Sampaio, Sebastião Cardoso de  
Sande, Antônio Paes de  
Santos, Filipe dos  
Santos, Joaquim Felício dos  
Sarney, José  
Schnitger, Arp  
Sebastião, d.  
Serrão, Joaquim Veríssimo  
Servas, Francisco Vieira  
Shakespeare, William  
Silva, Antônio José da (O Judeu)  
Silva, Honório da  
Silva, Ignacio Accioli de Cerqueira e  
Silva, José Antônio Pinto da  
Silva, Nuno Vassallo e  
Silva, Oscar Pereira da  
Silva, padre João Leite da  
Silva, Teresa de Jesus Vital dos Santos

Silveira, Carlos Pedroso da  
Simonsen, Roberto C.  
Siqueira, Bartolomeu Bueno da  
Siqueira, padre Matheus Nunes de  
Skidmore, Thomas E.  
Smith, Adam  
Soares, Sebastião Gonçalves  
Soetbeer, Adolf  
Sousa, frei Luís de  
Sousa, Gabriel Soares de  
Sousa, João Coelho de  
Sousa, João Pereira de  
Sousa, Luiz Antônio da Silva e  
Sousa, Manoel de  
Sousa, Martim Afonso de  
Sousa, Pero Lopes de  
Sousa, Rita Martins de  
Sousa, Tomé de  
Souza, Garcia de  
Souza, Laura de Mello e  
Souza, Lourenço Rodrigues de  
Souza, Manoel Rabelo de  
Souza, Miguel Augusto Gonçalves de  
Spinoza, Francisco Bruza de  
Sutil, Miguel

Taques, Lourenço Castanho  
Taunay, Affonso de E.  
Tavares, Antônio Raposo  
Teixeira, Jerônimo Félix  
Teixeira, Luís  
Tiradentes *ver* Joaquim José da Silva Xavier

Tourinho, Sebastião Fernandes

Vainfas, Ronaldo

Valente, Manoel Gonçalves

Valignano, Alexander

Vanvitelli, Luigi

Varnhagen, Francisco Adolfo

Vasconcellos, Sylvio de

Vasconcelos, Diogo de

Vasconcelos, Miguel de

Veiga, Amador Bueno da

Veiga, Bueno da

Velho, Francisco Dias

Venâncio, Renato Pinto

Veras, João de Deus

Vespúcio, Américo

Viana, Manuel Nunes

Viana, Oliveira

Vieira, Antônio

Vieira, Felipe

Viganego, Pietro Francesco

Vilar Maior, conde de

Vilar, Pierre

Villalta, Luiz Carlos

Wehling, Arno

Wesley, John

Willis, Francis

Xavier, Francisco de Faria

Xavier, Joaquim José da Silva

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de  
Serviços de Imprensa S. A.